

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**REGIÕES CULTURAIS: A CONSTRUÇÃO DE
IDENTIDADES CULTURAIS NO RIO GRANDE DO
SUL E SUA MANIFESTAÇÃO NA PAISAGEM
GAÚCHA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Helena Brum Neto

**Santa Maria, RS, Brasil
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**REGIÕES CULTURAIS: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES
CULTURAIS NO RIO GRANDE DO SUL E SUA
MANIFESTAÇÃO NA PAISAGEM GAÚCHA**

por

Helena Brum Neto

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de concentração em Sociedade e Natureza, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

Orientadora: Prof^a. Meri Lourdes Bezzi

**Santa Maria, RS, Brasil
2007**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**REGIÕES CULTURAIS: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES
CULTURAIS NO RIO GRANDE DO SUL E SUA MANIFESTAÇÃO NA
PAISAGEM GAÚCHA**

elaborada por
Helena Brum Neto

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA

Meri Lourdes Bezzi, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Rosa Maria Vieira Medeiros, Dr^a. (UFRGS)

Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 24 de outubro de 2007

À Marlene Brum (in memoriam), pelo incentivo que me destes para trilhar o caminho acadêmico e jamais desistir diante das dificuldades. Mas agradeço, especialmente, pelo amor incondicional e amizade, que não se perdem com a ausência, porque sempre estará viva na minha lembrança, a cada vez que pensar em ti, mãe.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida e, nesta, ter oportunidade de progredir;

À Prof^a. Meri Lourdes Bezzi, pelos ensinamentos e orientações que nortearam essa “jornada” geográfica, que resultou nas quatro regiões culturais do Rio Grande do Sul. A sua presença foi uma constante em cinco anos de convivência em torno de um ideal comum, a Geografia. Mas agradeço, sobretudo, pela amizade e confiança que se solidificaram no decorrer do tempo e que a tornam, na minha concepção, um exemplo, como pessoa e profissional, à medida que transpõem os limites que separam o mestre dos seus discípulos, tornando-se capaz de compreender as nossas limitações e nos incentivar a superá-las;

Às minhas amigas, Talita Ferro e Aline Rodrigues, pela presença constante, pelo incentivo e pelas sugestões oportunas no decorrer dos cursos de graduação e do mestrado. Pelas conversas “culturais” nas rodas de chimarrão, em que procurávamos, dentre outros assuntos, compreender nossas pesquisas e os temas referentes a Geografia;

À Sérgio Vargas, pelos caminhos percorridos nas estradas do Rio Grande do Sul, que viabilizaram a realização do trabalho de campo, etapa essencial para compreender a manifestação da cultura no espaço. Agradeço pelo incentivo e pela presença constante que minimizaram os desafios e as distâncias a serem transpostas;

Aos colegas do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA), pelo apoio, principalmente, à Ana Claudia Giordani, pela disponibilidade e pela finalização dos mapas das regiões culturais;

À Universidade Federal de Santa Maria, por proporcionar um estudo gratuito e de qualidade, que possibilitou a minha formação acadêmica, através do curso de Licenciatura em Geografia e, posteriormente, do Mestrado em Geografia;

À CAPES pelos recursos financeiros que permitiram a realização desta pesquisa;

Aos órgãos consultados nos Municípios visitados no decorrer das incursões à campo, pela disponibilidade dos dados e o interesse pela temática cultural, que viabilizaram a realização deste trabalho.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

REGIÕES CULTURAIS: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES CULTURAIS NO RIO GRANDE DO SUL E SUA MANIFESTAÇÃO NA PAISAGEM GAÚCHA

Autora: Helena Brum Neto

Orientadora: Meri Lourdes Bezzi

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 24 de outubro de 2007.

A organização do espaço analisada pelo viés cultural permite visualizar uma gama de aspectos materiais e imateriais que perpassam o tempo e se materializam no espaço, como um legado cultural, que se manifesta através da descendência. Nessa perspectiva, essa pesquisa centra-se na análise da construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha, salientando as principais regiões culturais existentes no Estado atualmente. Para tanto, partiu-se do resgate teórico o qual fundamentou os conceitos orientadores da pesquisa, centrados na concepção de cultura, como conceito-chave para a Geografia Cultural. Também se abordou questões como identidade, códigos, migrações, paisagem e região cultural. O resgate dos processos de ocupação e colonização que povoaram o território gaúcho constituiu-se em uma fase essencial para entender a sua atual estruturação sociocultural, permitindo verificar as transformações ocorridas no espaço e expressas na paisagem pelas distintas etnias mediante a inserção de novos códigos culturais. Teve-se como meta regionalizar o Estado mediante critérios culturais, ou seja, estabelecer recortes espaciais de acordo com a etnia predominante, tendo como base os limites municipais. Para tanto, criou-se um banco de dados referente à principal etnia formadora dos 496 municípios que compõem o Estado. De posse dessas informações fez-se a inserção no software Arc View GIS 3.1a, o qual operacionalizou essa proposta de regionalização cultural. Como resultado individualizou-se quatro recortes espaciais: a região cultural 1 (de origem nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana), a região cultural 2 (alemã), a região cultural 3 (italiana) e a região cultural 4 (mista). Além das regiões culturais, individualizaram-se ilhas culturais no Estado, pela presença de uma etnia predominante, mas que não constitui uma região devido ao "isolamento" étnico do seu entorno, composto por outras culturas. Delineados os recortes regionais, fez-se a análise das regiões culturais, de acordo com a expressividade e a manifestação do sistema simbólico que acompanha cada sociedade em sua relação com o espaço e com os seus semelhantes. De acordo com a proposta de trabalho, essa pesquisa estruturou-se em cinco capítulos além da introdução e das considerações finais: o capítulo 1 refere-se ao resgate teórico; no capítulo 2 enfatiza-se a metodologia; o capítulo 3 aborda as questões pertinentes a primeira fase de povoamento do Estado; o capítulo 4 analisa o processo de colonização, com ênfase para a imigração alemã, italiana e mista; o capítulo 5 identifica as regiões culturais que compõem o Rio Grande do Sul atualmente. Salienta-se que, a identificação dos principais códigos culturais que emanam de cada grupo social, subsidiou a análise da contribuição de cada etnia para a construção da cultura gaúcha. Nesse contexto, pode-se considerar a complexidade da composição étno-cultural do território gaúcho, oriunda de fluxos populacionais, que se inseriram mediante processos controlados por políticas específicas de incentivo ao povoamento e a colonização. Tal situação originou porções do espaço dotadas de significados que, por sua vez formam uma pluralidade cultural, ou seja, atualmente, o Estado constitui-se em um mosaico étno-cultural, composto por etnias diversificadas, ao mesmo tempo em que se reconhecem como essencialmente gaúchas.

Palavras-chave: cultura; identidade; região cultural; códigos culturais; Rio Grande do Sul

ABSTRACT

Dissertation of Master's degree
 Program of Masters degree in Geography
 Federal University of Santa Maria

CULTURAL REGION: THE CONSTRUCTION OF CULTURAL IDENTITIES IN RIO GRANDE DO SUL AND ITS MANIFESTATION IN THE REGIONAL LANDSCAPE

Author: Helena Brum Neto
 Advisor: Meri Lourdes Bezzi
 Date and Place: Santa Maria, October 24, 2007

The organization of the space analyzed by a cultural view allows us to visualize a range of material and immaterial aspects that go by the time and they materialize in the space, as a cultural legacy, that shows itself through the descent. In that perspective, this research is centered in the analysis of the construction of cultural identities in Rio Grande do Sul and its manifestation in the *'gaúcho'* landscape, pointing out the main existent cultural areas now in the State. For so, it was started from the theoretical rescue which based the guiding concepts of the research, centered in the culture conception, as a concept-key for the Cultural Geography. It was also approached subjects as identity, codes, migrations, landscape and cultural area. The rescue of the occupation processes and colonization that populated the territory turned into an essential phase for the understanding of its current social cultural structuring, allowing us to verify the transformations happened in the space and expressed in the landscape through the different ethnic groups by the insert of new cultural codes. Our main goal was to regionalize the State by cultural criteria, in other words, to establish space cuttings in agreement with the predominant ethnic group, having as base the municipal limits. For so, it was created a database concerning the main ethnic groups, formers of the 496 municipal districts that compose the State. With this information, it was made the insert in the Arc View GIS 3.1a software, which made that proposal of cultural regionalization operational. As a result four space cuttings were individualized: the cultural area 1 (of native origin, Portuguese, Spaniard, African and *Açoriana*), the cultural area 2 (German), the cultural area 3 (Italian) and the cultural area 4 (mixed). Besides the cultural areas, cultural islands were individualized in the State, by the presence of a predominant ethnic group, but that doesn't constitute a region due to the "ethnic isolation" of its surroundings, composed by other cultures. Delineated the regional cuttings, it was made the analysis of the cultural areas, in agreement with the expressiveness and the manifestation of the symbolic system that accompanies each society in its relation with the space and people. In agreement with the work proposal, this research was structured in five chapters, plus the introduction and of the final considerations: the chapter 1 refers to the theoretical rescue; in the chapter 2 the methodology is emphasized; the chapter 3 approaches the pertinent subjects the first phase of settlement of the State; the chapter 4 analyzes the colonization process, with emphasis for the immigration German, Italian and mixed; the chapter 5 identifies the cultural areas that compose Rio Grande do Sul now. It is pointed out that, the principal cultural codes identification that emanate of each social group made the analysis of the contribution of each ethnic group for the construction of the *'gaúcho'* culture possible. In that context, it can be considered the complexity of the ethnic-cultural composition of the *'gaúcho'* territory, originating from the population flows, which were inserted by processes controlled by specific politics of incentive to the settlement and the colonization. Such situation originated portions of the space endowed with meanings that, in turn form a cultural plurality, in other words, nowadays, the State is constituted in a ethnic-cultural mosaic, composed by diversified ethnic groups, at the same time that are recognized as essentially *'gaúchos'*.

Keywords: culture; identity; cultural area; cultural codes; Rio Grande do Sul

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Exemplo de planilha elaborada no Arc View para regionalizar o Rio Grande Sul de acordo com critérios culturais.....	73
QUADRO 2 - Fases da colonização segundo Roche, 1969.....	108
QUADRO 3- Divisão político-administrativa da Capitania Geral de São Pedro em 1809.....	122
QUADRO 4- Divisão político-administrativa da Capitania Geral de São Pedro em 1822.....	123
QUADRO 5- Divisão político-administrativa da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1835.....	127
QUADRO 6- Divisão político-administrativa da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1860.....	142
QUADRO 7- Divisão político-administrativa da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1889.....	151
QUADRO 8- Região cultural 1- a presença nativa, portuguesa, espanhola, africana, açoriana no RS.....	173
QUADRO 9- Algumas expressões típicas utilizadas na região cultural 1.....	186
QUADRO 10- Gírias utilizadas na linguagem popular gaúcha.....	186
QUADRO 11- Gírias e frases feitas consagradas na linguagem popular.....	187
QUADRO 12- Frases feitas com função de interjeição.....	188
QUADRO 13- O significado do chimarrão.....	200
QUADRO 14- Vocabulário Yorubá.....	209
QUADRO 15- Orixás da nação Ijexá.....	211
QUADRO 16- Região cultural 2- a presença alemã no RS.....	229
QUADRO 17- Danças alemãs pesquisadas no Rio Grande do Sul.....	243
QUADRO 18- Região cultural 3- a presença italiana no RS.....	251
QUADRO 19- Região cultural 4- mista.....	273
QUADRO 20- Evolução populacional das Missões.....	291

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 - Rio Grande do Sul e sua malha municipal.....	13
ILUSTRAÇÃO 2 - Distribuição espacial dos nativos riograndenses.....	82
ILUSTRAÇÃO 3 - Caminhos de penetração e povoamento do Rio Grande do Sul em 1751.....	98
ILUSTRAÇÃO 4 - As regiões culturais do Rio Grande do Sul.....	171
ILUSTRAÇÃO 5 - Região cultural 1- a presença nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana no RS.....	174
ILUSTRAÇÃO 6 - Bota garrão de potro.....	194
ILUSTRAÇÃO 7 – Distribuição espacial dos quilombos no RS.....	205
ILUSTRAÇÃO 8 – Os orixás da cultura africana.....	215
ILUSTRAÇÃO 9 – Região cultural 2- a presença alemã no RS.....	230
ILUSTRAÇÃO 10 – Região cultural 3- a presença italiana no RS.....	252
ILUSTRAÇÃO 11 – Trajes típicos regionais italianos.....	266
ILUSTRAÇÃO 12 – Traje típico italiano.....	267
ILUSTRAÇÃO 13 – O traje do casal italiano.....	267
ILUSTRAÇÃO 14 – Região cultural 4- mista.....	274

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Questionário direcionado aos Centros de Pesquisa Culturais e as Secretarias de Cultura Municipais.....	316
ANEXO B – Questionário direcionado ao Movimento Tradicionalista Gaúcho-MTG.....	317
ANEXO C - Reportagem do jornal Zero Hora: um mundo de sotaques que cabe no Rio Grande.....	318
ANEXO D – Arquivo Histórico Fotográfico das regiões culturais do Rio Grande do Sul; as distintas paisagens culturais.....	319

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS	19
1.1 A Geografia Cultural e a concepção de cultura ao longo da evolução do pensamento geográfico	19
1.2 A construção de Identidades Culturais	31
1.3 A transposição da cultura no espaço	38
1.3.1 A materialização da cultura: os códigos culturais	38
1.3.2 A migração como fator de difusão cultural	44
1.4 Categorias para análise da materialização da cultura no espaço	50
1.4.1 Da paisagem natural à paisagem cultural	50
1.4.2 Da região natural à região cultural	56
2 METODOLOGIA	65
3 RIO GRANDE DO SUL: ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E CULTURAL- O POVOAMENTO	75
2.1 A ocupação inicial do Rio Grande do Sul: a inserção de etnias e a construção do gaúcho típico	75
4 RIO GRANDE DO SUL: ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E CULTURAL- A COLONIZAÇÃO	105
4.1 As bases político-administrativas do processo migratório no Rio Grande do Sul: o imigrante torna-se um colono	105
4.2 A imigração alemã no Rio Grande do Sul	121
4.3 Os italianos no Rio Grande do Sul	141
4.4. As Colônias Novas	154

5. AS REGIÕES CULTURAIS DO RIO GRANDE DO SUL	170
5.1 Região Cultural 1: nativos, portugueses, espanhóis, africanos e açorianos	172
5.1.1 As ilhas culturais da região cultural 1: os africanos.....	203
5.1.2 As ilhas culturais açorianas	221
5.2 Região Cultural 2: os alemães	227
5.3 Região Cultural 3: os italianos	250
5.4 Região Cultural 4: as colônias mistas	271
CONSIDERAÇÕES FINAIS	292
REFERÊNCIAS	307

INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul possui uma notável extensão territorial, produto de sua formação histórica que o legitimou como unidade da Federação. Inserido na Macrorregião Sul, ocupa lugar singular em relação ao Brasil, em consequência de suas características geográficas, posição estratégica, forma de povoamento, economia e o modo pelo qual se insere na história nacional. A conjuntura de fatores que originaram o Estado propiciou a criação de realidades espaciais distintas, alicerçadas em diferentes bases culturais, mas que ao somarem-se, compõe o estado do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, segundo Nir (1985) apud Bezzi (2002, p. 26), é importante destacar que

[...] a identidade regional pode ser vista no relacionamento único entre os elementos culturais, econômico, políticos e sociais existentes nela (...) não são apenas os lugares que são únicos, pois também é única a combinação de lugar e tempo. Cada lugar é hoje o resultado do desenvolvimento histórico daquela localidade.

O homem como agente reorganizador do espaço, transforma a natureza de acordo com suas necessidades, imprimindo-lhe as características marcantes da sua cultura. Tem-se, então, uma configuração regional, onde um grupo social confere à sua base espacial uma identidade, que irá diferenciá-la das demais.

Nesta perspectiva, analisar uma região é, portanto, entender a dialética do mundo, aceitando o constante conflito entre o velho e o novo, na organização e desorganização do espaço. Pode-se considerar, então, que a região é um foco de identificação ou aproximação simbólica do lugar por determinado grupo, onde o espaço dá a sua identidade. (BEZZI, 2002).

Diante disso, a temática deste estudo centra-se na análise da construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e, sua manifestação na paisagem gaúcha, salientando as principais regiões culturais existentes no Estado atualmente.

Como objetivos intrínsecos à pesquisa tem-se: (a) analisar o processo de ocupação étnico-cultural ocorrido no Rio Grande do Sul e, sua influência na formação da cultura gaúcha; (b) verificar as transformações ocorridas no espaço

geográfico gaúcho, expressas na paisagem, pelas distintas etnias que vieram compor o Estado, mediante a inserção de novos códigos culturais e (c) regionalizar via geração de mapas, as principais regiões culturais existentes no Rio Grande do Sul atualmente.

O domínio geográfico do Rio Grande do Sul corresponde à porção territorial mais meridional do Brasil, a última área de penetração portuguesa nos antigos domínios espanhóis, fazendo parte da região sul. Na atualidade, o Estado gaúcho compreende 496 unidades territoriais, distribuídas em 35 Microrregiões Geográficas e 07 Mesorregiões Geográficas (IBGE, 1997). Situa-se entre as coordenadas geográficas de 49°42'22" a 57°38'34" de longitude oeste e, 27°04'49" a 33°45'00" de latitude sul, abrangendo uma área de 282.184 km². (Figura 1).

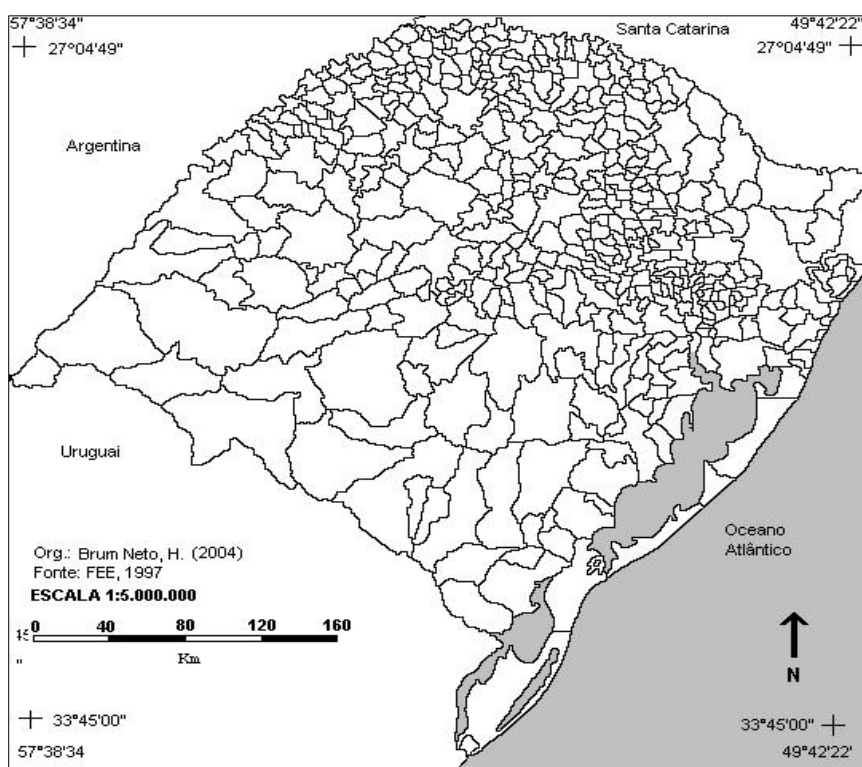


Figura 1: Rio Grande do Sul e sua malha municipal

A análise espacial, quando fundamentada sob o ponto de vista cultural, segundo Bezzi (2002, p.12), assume

[...] a identidade de um determinado grupo social com uma determinada porção do território. Entretanto, as peculiaridades do grupo social e a

singularidade do lugar são os elementos que fornecem a identidade regional, fazendo com que porções do território sejam diferenciadas e configurem-se como regiões.

Assim, a paisagem carrega a marca da cultura que serve-lhe de matriz, carrega a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. (CLAVAL, 1999).

Nesta perspectiva, muitos estudos que evidenciam a construção de identidades culturais no território gaúcho têm sido realizados, porém, isoladamente, abrangendo apenas os maiores contingentes étnicos, ou seja, alemães e italianos, que aqui vieram reconstruir suas vidas. Entretanto, sabe-se que vários povos vieram compor o Estado, contribuindo significativamente para a formação da cultura gaúcha.

Pode-se dizer então que desde o jesuíta espanhol, que aldeou os índios nas reduções e, inseriu no Estado a pecuária, que se tornaria a principal atividade econômica do Rio Grande do Sul, até a chegada do grande fluxo de imigrantes alemães e italianos, vieram: os *portugueses*- militares e, posteriormente proprietários das estâncias, que originaram e desenvolveram as charqueadas, tornando o couro e o charque os principais produtos riograndenses; os *africanos*- trilhando um caminho mais tortuoso, vieram na condição de escravos, embora em menor número se comparado a sua inserção no restante do País, para exercer atividades ligadas diretamente as estâncias e charqueadas e; os *açorianos*- primeira tentativa de imigração em território gaúcho, com intuito de povoar e, também, desenvolver a agricultura no Estado. Essa primeira fase de ocupação, povoamento e, breve tentativa de colonização configurou a primeira região cultural do Estado, em ordem cronológica de inserção étnica, na qual está assentada a origem do gaúcho típico.

Salienta-se que, outras regiões culturais individualizaram-se no Rio Grande do Sul, formadas pelo grande contingente de descendentes de imigrantes alemães e italianos, responsáveis pelo efetivo povoamento do Estado, que permitiu a ocupação de extensos espaços contíguos por um mesmo grupo étnico-social. As regiões coloniais gaúchas originaram, também, fluxos populacionais que direcionaram a colonização para o norte do Estado, formando colônias mistas etnicamente, pois se associaram aos descendentes das Velhas Colônias novos fluxos de imigrantes oriundos, sobretudo, da Polônia.

Aliando a intenção do Governo em povoar as terras até então desabitadas do sul do Brasil, com a situação conflituosa em que se encontrava a Europa, vieram

para o Estado os *judeus*, os *poloneses* e os *japoneses*, dentre outros povos em menores contingentes. Salienta-se que, esses povos, por terem sua inserção marcada por menores contingentes étnicos, em geral, não formaram uma *região cultural* específica em função da sua etnia de origem, mas compõem, juntamente, com outros grupos sociais uma região cultural diversificada no que se refere ao sistema simbólico que permeia a relação sociedade-natureza. Por conseguinte, os que se mantiveram unidos, preservando seus hábitos culturais em uma base espacial contígua, mesmo que não muito extensa, em nível municipal, convencionou-se denominar de *ilhas culturais*. Esses povos, através do seu trabalho, ajudaram a construir e desenvolver o território riograndense.

Neste contexto, pode-se observar que, a ação humana que ocupou e organizou o espaço gaúcho até o século passado, fez deste território uma área tipicamente imigratória. Desta forma, deve-se ater ao se designar que o Rio Grande do Sul é um estado único, pois é apenas força de expressão, uma vez que, culturalmente, este é bastante diversificado. O gaúcho, como forma de expressividade cultural em termos regionais não é único, uma vez que, há que se considerar as variações regionais que o compõem e contribuíram para sua constituição. Pode-se afirmar, então, que a partir das bases socioculturais que configuraram o espaço riograndense o gaúcho apresenta particularidades intrínsecas ao contexto regional, ou seja, há “vários” gaúchos, diferenciados na forma e no que se refere às peculiaridades, mas que também mantém traços comuns, relativos ao tradicionalismo e ao nativismo. Entretanto, cada etnia se expressa com sua cultura, seus rostos e suas falas. São as diferentes faces que conquistaram e formaram o Estado. Portanto, foi neste mosaico étnico-cultural, fruto de costumes diversos, que neste recorte espacial, vieram somar-se, para originar a sociedade riograndense, embora guardem suas particularidades culturais originais.

Assim, a cultura surge como uma forma de interpretar a organização do espaço, através das experiências de cada grupo, suas atitudes e valores, onde as singularidades conferem caráter próprio a uma determinada região, ou seja, um recorte espacial com conotação cultural. Logo, numa região, os laços entre a sociedade e seu espaço, ora ampliam-se, ora estreitam-se, resultando, dessa forma, nas distintas expressões da paisagem.

Neste sentido, fez-se necessário um estudo mais aprofundado sobre a ocupação do Estado, buscando entender o contexto do processo de formação das

regiões culturais e, conseqüentemente, da cultura gaúcha. Considerou-se, também, questões referentes a representação cultural no contexto regional, através da figura do gaúcho, como habitante do Rio Grande do Sul

Buscou-se, então, evidenciar as áreas mais expressivas da “paisagem cultural” existentes no Estado atualmente. Estas foram definidas em função da expressividade da “marca” cultural impressa na paisagem, a partir de códigos específicos inerentes a cada grupo sociocultural. Dessa forma, verificaram-se as transformações do espaço geográfico gaúcho, expressas na paisagem, pelas distintas etnias que vieram compor o Estado e, como os seus descendentes mantêm as tradições e as materializam no espaço gaúcho.

Para tanto, resgatou-se a relação homem-meio, ou seja, como os povos que vieram ocupar o Estado modificaram a paisagem de acordo com as suas técnicas e necessidades, identificando as principais transformações espaciais ocorridas ao longo das fases de ocupação e povoamento do Rio Grande do Sul. Tais estudos permitiram entender a interface natureza-sociedade gaúcha e, identificar as principais “marcas culturais” expressas no espaço gaúcho pelas distintas etnias, que possibilitam formar e delimitar as regiões culturais, em virtude das correntes étnicas com maior expressividade do Estado.

A partir deste conhecimento, pode-se regionalizar, via geração de mapas, as regiões culturais que compõem o Rio Grande do Sul atualmente, estabelecendo os recortes espaciais de acordo com as singularidades culturais impostas por um determinado grupo social. Além disso, procurou-se comparar, via mapeamento, a evolução espacial da inserção de culturas no Rio Grande do Sul de acordo com os períodos específicos relativos à sua inserção, que permitiu identificar as regiões e as suas ilhas culturais existentes no Estado. Procurou-se evidenciar, também, as áreas em que não configuraram nenhum dos casos anteriores, devido a grande diversidade de estilos e, por serem geralmente, compostas por grandes municípios.

Nesse contexto, o *capítulo 1* dessa dissertação estruturou-se mediante a revisão conceitual que serviu de embasamento teórico-metodológico para a operacionalização da pesquisa, através do resgate de conceitos orientadores como: cultura, identidade cultural, paisagem cultural e região cultural, além de abordar questões referentes a transposição da cultura no espaço, através do sistema simbólico que permeia uma comunidade étnica, os códigos culturais e, também, as migrações, como um fator de difusão cultural.

O *capítulo 3* aborda questões referentes a primeira fase de evolução sócio espacial do território gaúcho, através das primeiras etnias que se inseriram no Estado e, que ao se relacionarem originaram a figura do gaúcho típico, atrelado a vida campeira, consolidando tradições e compondo códigos culturais que se salientam no processo de identificação cultural do povo gaúcho, considerando o contexto regional. Para tanto, fez-se uma evolução espacial, de acordo com a inserção étnica que configurou o território gaúcho, particularmente, com a criação da base municipal. Aliou-se a esses dados, a introdução de códigos culturais e sua caracterização de acordo com o pertencimento a um determinado grupo social. Ressalta-se que, o *capítulo 2* enfatiza, particularmente, as culturas nativa, portuguesa, africana e açoriana, uma vez que, a influência espanhola ocorreu nas áreas fronteiriças devido a proximidade com os *hermanos*.

No *capítulo 4* tem-se como foco central o processo de colonização ocorrido no Estado a partir de 1824, com a introdução maciça de imigrantes que colonizaram, praticamente, a metade norte do Rio Grande do Sul. Procurando objetivar o entendimento da questão migratória, fez-se um resgate das bases político-administrativas que viabilizaram a imigração no território gaúcho, quando o imigrante tornou, por imposição legal, um colono. Deve-se a essa revisão conceitual, baseada em Roche (1969) a utilização de imigrante/colono como sinônimo, pois, para os Governos Imperial e Provincial essa relação tornou-se essencial para possibilitar a inserção em terras brasileiras. O entendimento da política de incentivo a imigração permite o correto entendimento das questões ligadas a atual estruturação do espaço produtivo e da configuração sociocultural que “construiu” o Rio Grande do Sul. Salientou-se, também, nesse capítulo, a imigração alemã, italiana e mista referente aos aspectos históricos, culturais e espaciais que mediaram a estruturação dos núcleos coloniais que, posteriormente, viabilizaram a formação das bases municipais que originaram as 496 unidades territoriais que configuram o Estado atualmente.

A proposta central dessa dissertação, regionalizar o Estado gaúcho via critérios étno-culturais, efetiva-se no *capítulo 5*, que individualizou quatro regiões culturais e suas respectivas ilhas culturais. Cada região cultural é demonstrada através da expressividade dos códigos culturais que manifestam e se materializam no espaço, de acordo com os costumes e tradições inerentes a cada grupo social que as compõem. Salienta-se a análise da manifestação dos códigos culturais nos recortes regionais, permitindo identificar a relevância da simbologia inerente à composição

dos processos de identificação cultural que permeiam cada etnia pertencente ao Estado. Ao mesmo tempo, procurou demonstrar a contribuição cultural para o contexto regional e, sua classificação como parte integrante de uma unidade, o Rio Grande do Sul. Desse modo, cada região cultural se expressa através de singularidades próprias que as tornam distintas e, permitem o estabelecimento de seus limites em função da manifestação da sua cultura mediante a materialização de um complexo sistema de codificação, que origina paisagens características.

Com base na fundamentação teórica, no resgate da evolução sociocultural do espaço riograndense e no estabelecimento das regiões culturais que o compõem, fizeram-se algumas considerações a respeito da questão cultural intrínseca ao contexto regional gaúcho. Ao tecer essas considerações teve-se como base os questionamentos referentes a real contribuição da cultura para viabilizar a análise do espaço, como aspecto fundamental para entender a organização do mesmo, além de questões referentes a cultura gaúcha, que gera controvérsia quanto a figura do gaúcho.

A pesquisa procurou também enfatizar o estado da arte dos imigrantes. Assim, através de diversos olhares, pode-se resgatar, na paisagem, as características culturais marcantes de cada região cultural. Dessa forma construiu-se, também, um arquivo histórico-fotográfico das regiões culturais do Estado (Anexo D), a fim de possibilitar a visualização das características culturais marcantes na paisagem. Para tanto, foram salientadas as quatro regiões culturais que compõem o Estado através de fotografias, proporcionando a visibilidade da materialização dos códigos culturais no espaço gaúcho.

Com estes subsídios, a pesquisa procurou enfatizar a construção das identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua contribuição para a formação da cultura gaúcha, através das diversas etnias que vieram compor o Estado gaúcho. Mediante estas proposições de estudo, analisou-se o processo de formação étnico-cultural, que inseriu culturas diversificadas no território gaúcho e, permitiu recortar as principais regiões culturais do Estado na atualidade, reconhecendo sua materialização no espaço.

1. REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS

1.1 A Geografia Cultural e a concepção de cultura ao longo da evolução do pensamento geográfico

A Geografia, enquanto Ciência privilegia a inter-relação homem-natureza em todos os seus aspectos. A partir do momento em que agregou a cultura aos seus estudos, originou a Geografia Cultural, uma linha de pesquisa que considera a importância da cultura como orientadora das ações humanas na reorganização do espaço.

Desse modo, ao longo do caminho investigativo traçado pela Geografia, a cultura tem sido amplamente debatida, inicialmente na Alemanha (com Friedrich Ratzel, 1844-1904), na França (La Blache, 1845-1918) e nos Estados Unidos (Sauer, 1889-1975) e, posteriormente, difundindo-se para vários países.

A produção e reprodução do conceito de cultura não se realizou apenas no âmbito geográfico, pois essa temática despertou o interesse de várias ciências, que se apropriaram do mesmo, contribuindo para sua evolução. Desse modo, considera-se a abordagem cultural desenvolvida pelas Ciências Sociais, cujo enfoque assemelha-se ao geográfico, no que se refere ao seu significado de modo geral.

Além disso, as principais contribuições conceituais para a cultura nas Ciências Sociais, também, se desenvolveram na Europa e na América, através dos países referidos anteriormente. A evolução deste conceito permitiu torná-lo mais preciso na medida em que os debates acirravam-se e, a ciência progredia, particularmente, a Geografia, no que diz respeito às suas bases teórico-metodológicas.

A cultura tornou-se, então, um conceito chave para a Geografia Cultural, capaz de explicar a relação que o homem estabelece com o seu meio e, sua influência na materialidade do espaço. Entender a cultura tornou-se essencial para apreender a simbologia inerente a cada grupo social, uma vez que, a diferenciação é mediada pela mesma.

Neste sentido, a cultura pode ser considerada como um conjunto de práticas comuns a um grupo social, composta de aspectos materiais e imateriais, sendo transmitida através de gerações. (COSGROVE, 1998).

Entretanto, um longo caminho investigativo foi percorrido, pela Ciência geográfica, para atingir este nível de conceitualização. Aprimorou-se a base teórica através das exigências conceituais necessárias para proporcionar maior credibilidade as pesquisas realizadas por essa linha temática. De modo geral, o conceito de cultura tem sua gênese na França e, é bastante antigo, sendo que o seu significado variou ao longo da evolução do homem.

De acordo com Cuche (2002), a cultura tem origem do latim e significa cuidado dispensado ao campo e ao gado, e surgiu em fins do século XIII para designar uma parcela de terra cultivada.

Percebe-se que, inicialmente, a palavra cultura reportava-se a questão agropecuária, como indicativo de plantações, ou seja, a cultura de uma determinada planta. Tal uso, ainda permanece na atualidade, principalmente para as Ciências Rurais, embora o conceito de cultura tenha evoluído no que se refere ao seu significado, agregando outros “valores”.

A primeira transformação conceitual data do século XV, quando esse conceito passa a ter um sentido figurado, entendido como a cultura de uma faculdade, isto é, o fato trabalhar para desenvolvê-la. Pouco conhecido até o século XVII, impõe-se através do sentido figurativo no século XVIII, com vários “usos”, como “cultura das artes”, “cultura das letras”, “cultura das ciências”, dentre outros. Posteriormente, a cultura é entendida como “formação”, “educação” do espírito e, passa a designar a “ação de instruir”, fazendo com que esse conceito passe a ser sinônimo de instrução. (CUCHE, 2002).

As distintas abordagens conceituais de cultura geraram conseqüentemente, uma oposição conceitual entre o que é “ser natural” e o que é ser “cultural”. O primeiro, significa algo em que não houve alteração, puro e, essencialmente, sem cultura. Já, o segundo, pressupõe alteração via cultura específica, através dos meios desenvolvidos pela mesma.

A cultura passa a significar, então, um aspecto distintivo que irá diferenciar as distintas áreas do globo, classificando os povos em naturais ou culturais. Esse último, por sua vez, foi utilizado como sinônimo de civilizado. Cabe ressaltar que, cultura e

civilização passam a ser empregados conjuntamente, em função da concepção de cultura desenvolvida nesse período na França.

Para Cuche (2002, p. 21), a concepção de cultura “passa a ser vista como a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história”. Para tanto, a palavra é empregada no sentido de progresso físico-material e socioeconômico dos povos, em função da educação que receberam.

Para a Geografia, que inicia a sua estruturação como Ciência, no fim do século XIX, esse conceito é válido para a realização das pesquisas culturais. Considerava-se a influência do desenvolvimento de técnicas específicas para alterar o meio ambiente como sinônimo de desenvolvimento cultural. Portanto, designavam-se por aspectos materiais da cultura, aquilo que poderia ser visto, ou seja, percebido na paisagem.

Neste contexto, se destacam os debates culturais realizados na Alemanha, onde a palavra cultura evidencia-se no século XVIII, originando o vocábulo *kultur*, com significado inicial semelhante ao francês. Esse conceito evoluiu de forma distinta, sendo concebido como tudo aquilo que é autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual. Já, o termo civilização é tido como superficial, ou seja, consiste apenas em aparência. (CUCHE, 2002).

A concepção de cultura na Alemanha surge distintamente da concepção de civilização, uma vez que não foram empregadas como sinônimos. Considera-se a cultura como algo maior e mais amplo, a ponto de justificar uma existência via costumes de um povo. No caso, uma Nação que viria a se formar, pois, a Alemanha ainda encontrava-se dividida em vários principados.

Originou-se, então, o conceito de cultura baseado no nacionalismo alemão, procurando glorificar a “cultura nacional”, como salienta Cuche (2002, p. 28)

A cultura vem da alma, do gênio de um povo. A nação cultural precede e chama a nação política. A cultura aparece como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade.

Torna-se evidente em tal concepção de cultura, a intenção de atrelar a essência cultural, tida como origem étnica a formação de um Estado-Nação, onde esta constitui-se como um patrimônio do mesmo. A cultura constitui-se, portanto, na

expressão de um grupo social dotado de hábitos típicos, que o torna distinto dos demais e se expressa no nacionalismo.

De acordo com Nadal (1990), os nacionalismos

[...] se integran una multitud de movimientos sociales de carácter y objetivos políticos muy diversos. En primer lugar, cabría definir como nacionalistas aquellas políticas de gobierno de carácter ordinario realizadas indistintamente por partidos conservadores o social -demócratas en Estados-nación [...] en la práctica están encaminadas a reforzar la cohesión de sus respectivas comunidades nacionales [...] señala-se también como nacionalistas aquellas políticas territoriales de carácter irredentista, dirigidas a recuperar una parte del territorio nacional segregado en algún momento histórico.

Para Cuche (2002), o conceito de cultura teve ênfase através da concepção étno-racial de nação, ou seja, um grupo de indivíduos com a mesma origem, que servirá de fundamento à constituição do Estado-Nação alemão.

Salienta-se que, o entendimento da origem e evolução da cultura no âmbito geográfico nos remete a Alemanha, quando Ratzel introduziu o termo “Geografia Cultural”, em 1880, através da obra intitulada *Culturgeographie der vereinigten staaten von nord-amerika unter besondere berücksichtigung der wirtschaftlichen verhältnisse*¹, cuja temática centrava-se na migração chinesa na Califórnia. (CLAVAL, 1999).

Posteriormente, no período que compreende 1882-1891, Ratzel elaborou a obra denominada Antropogeografia, na qual propõe descrever as áreas onde vivem os homens e mapeá-las. Procurou também estabelecer as causas geográficas da distribuição do homem na superfície terrestre e; definir a influência da natureza sobre o homem. (CLAVAL, 1999).

Neste sentido, resgatou-se outro conceito geográfico importante, as migrações, acreditando que estas eram determinadas pelo meio. Assim, torna-se evidente o cunho determinista das pesquisas geográficas alemãs, o que as torna distintas da realizadas pelos franceses, uma vez que estes consideravam a influência do homem no meio, via paradigma do possibilismo geográfico.

Definiram-se dois termos para os estudos culturais: *naturvölker*, ou povos primitivos, para designar aqueles povos sem técnicas muito desenvolvidas e,

¹ A Geografia Cultural dos Estados Unidos do Norte com ênfase especialmente voltada para as suas condições econômicas

kulturvölker, ou povos civilizados, os quais desenvolveram técnicas mais avançadas. (CLAVAL, 1999).

A concepção de cultura, em fins do século XIX, estava atrelada ao nível tecnológico dos povos, ou seja, os “povos culturais” eram designados através das técnicas desenvolvidas. Essas técnicas referem-se, basicamente, às práticas agrícolas, principal atividade econômica e responsável pelas alterações do meio natural, o que permitiu diferenciar os povos a partir de certo nível de desenvolvimento.

Ratzel elabora, então, no período de 1880 os fundamentos culturais de diferenciação regional da Terra. Foram três volumes dedicados a Etnografia (*völkerkunde*), publicados entre 1885 e 1888. Nessa obra, dois volumes são dedicados aos povos primitivos e um aos povos civilizados do Antigo e do Novo Mundo. (CLAVAL, 1999).

A Geografia Cultura concebida por Ratzel inclui a cultura, mas esta é analisada sob os aspectos materiais, com ênfase para os artefatos usados pelo homem na sua relação com o espaço. Além disso, a cultura tem um alcance político em sua obra, pois há uma seleção das sociedades pelo espaço, onde o Estado exerce papel central.

Na concepção de Nadal (1990), Ratzel pode ser considerado como “el fundador de la geografía humana e es a partir de este autor que la nuestra disciplina se empieza a ocupar regularmente del ser humano”.

Pode-se dizer que, nos primórdios da Geografia Cultural alemã enfatizou-se as paisagens como expressão dos grupos étnicos, as quais assimilavam a dimensão cultural da paisagem. A atenção voltava-se para a parte material da cultura, dada pelos utensílios e pela técnica, no entanto, negligenciava os conhecimentos e valores.

As pesquisas alemãs baseadas no determinismo ratzeliano, foram contestadas pelos geógrafos franceses, que evidenciaram a ação humana sobre o meio, através de novas propostas baseadas no possibilismo geográfico, como salienta Nadal (1990), quando diz que

En Francia, la crítica al determinismo -desde la propia geografía y la defensa de una nueva concepción geográfica con la que garantizar tanto la especificidad como el carácter científico de esta ciencia, se llevó a cabo por Vidal de la Blache y sus discípulos con la propuesta de una concepción *ecológicocultural* de la geografía. Esta propuesta, si bien presenta unos

rasgos similares a los de la geografía alemana de la época, posee también peculiaridades, siendo a nuestro entender la más importante su preocupación por poner en el centro de su interés, por lo menos aparentemente, no tanto el paisaje como el modo de vida. Como herencia ratzeliana, la geografía vidaliana posee una fuerte componente ecológico-cultural: su objeto de estudio es el enfrentamiento de los grupos humanos con el medio que les rodea. Y el interés del geógrafo se dirige hacia la tierra como morada del ser humano, así como hacia los modos de vida que se han desarrollado en la misma, como resultado del enfrentamiento del hombre con la naturaleza que le rodea.

Neste contexto, destaca-se a dimensão da Geografia Humana francesa, que insere novas visões geográficas para a análise das relações homem-meio. Na concepção de La Blache, a Geografia tinha como preocupação analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente em que habitavam assim como a sua adaptação as condições ambientais. (CLAVAL, 2003).

Considerava-se que essa adaptação se concretizava através do gênero de vida, que abarcava os aspectos materiais da cultura, via desenvolvimento de técnicas, mas também pelos hábitos dos povos, tendo como base os seus costumes, entendidos como parte integrante da esfera cultural.

La Blache nunca falou em cultura, mas as idéias culturais tinham foco central nas suas pesquisas. Para este autor, os migrantes transportavam consigo seus hábitos via técnicas com possibilidade de inovação. (CLAVAL, 1999). Assim, demonstra a influência possibilista das suas pesquisas, atrelada a força do hábito.

Para Bezzi; Marafon (1992), tal situação proporcionou visualizar o homem como um ser ativo que sofre influência do meio e, também, atua sobre este, possibilitando sua transformação.

Neste caso, as atitudes humanas em relação às potencialidades naturais eram guiadas de acordo com as aptidões culturais. Quanto maior o grau de desenvolvimento de um grupo social, no que se refere às técnicas, maior será sua possibilidade de adaptação e, conseqüentemente, de alteração no meio-ambiente.

Tal afirmação justifica os estudos realizados pelos franceses, que de maneira geral, objetivaram analisar a alteração humana expressa, principalmente, na paisagem e, a partir disso, classificaram os povos em civilizados ou não, tendo como base o grau de alteração que os mesmos impregnaram na paisagem.

Seguindo esta linha de pensamento, destacam-se como seus discípulos: *Albert Demangeon*, com a análise da paisagem alterada pela ação humana, considerando a sua gênese (principalmente das regiões industriais do norte da Europa); *Jean Brunhes*, cuja atenção voltou-se para a cultura, uma vez que explorava os fatores

históricos e etnodemográficos; *Pierre Deffontaines*, que trabalhou com Brunhes e desenvolveu grande interesse pelo folclore e a Etnografia rural das regiões onde trabalhou, inclusive o Brasil. Desta forma, La Blache demonstrou através de seus trabalhos e seus discípulos grande interesse pelas manifestações visíveis da cultura na superfície terrestre. (CLAVAL, 2003).

Também se sobressaem *Roger Dion*, com estudos relativos a evolução das pesquisas rurais da França, principalmente, com a vinha; *Eric Dardel*, cujas pesquisas partiam do pressuposto de que a Geografia tinha que explorar o sentido da presença humana na superfície da terrestre. (CLAVAL, 2003).

Salienta-se que, estes estudos eram pautados na observação e descrição, principal técnica de análise desenvolvida pela Geografia Clássica, que permitiu classificar os lugares e os gêneros de vida, o qual alia homem e técnica.

Neste sentido, Maia (2001), afirma que a cultura é uma temática constante nos primórdios da estruturação da Geografia como Ciência e, sua análise viabilizou-se através da criação da categoria gênero de vida, possibilitando explicar a diversidade cultural e sua relação com as diferenças físico-naturais existentes na superfície terrestre.

De certa forma, a França, representada por La Blache e seus discípulos proporcionaram uma visão singular de cultura para a Geografia, semelhante a sua concepção atual, pois segundo Claval (1999, p. 40), os franceses

[...] imaginam com a noção de gênero de vida, um instrumento flexível que evite colocar entre parênteses tudo aquilo que se passa entre os homens e a paisagem. Consideravam mais facilmente os componentes sociais e ideológicos da cultura e mostravam-se sensíveis graças a Jean Brunhes e a Pierre Deffontaines, aos ensinamentos da Etnografia e dos estudos folclóricos.

A visão mais completa de cultura no âmbito geográfico desenvolveu-se na França, pois abrangeu tanto os aspectos materiais, viabilizados pela técnica, como os imateriais, via costumes de um povo na sua relação com o meio ambiente. A Geografia francesa procurou interpretar as diferenças expressas na paisagem pelos grupos humanos, orientados por distintos hábitos culturais.

De modo geral, pode-se dizer que a concepção de cultura e tudo mais que esta engloba, mantiveram um intenso debate no âmbito científico e, desenvolveram-se paralelamente na França e na Alemanha. A principal divergência teórica entre os pesquisadores centrava-se no significado de cultura. Enquanto na Alemanha

utilizava-se o termo *kultur*, a França recusava esta denominação preferindo o termo civilização. Deve-se a esse fato a ausência do conceito científico de cultura nos primórdios da pesquisa francesa.

Nesse contexto, salienta-se a Sociologia como disciplina científica, que teve sua origem na França e, a Etnografia, que reduzia-se a um ramo desta, com predomínio da questão social em vez da cultural.

Nestes termos, a Geografia francesa também seguiu por este caminho, justificando a ausência da palavra cultura, contrapondo a tradição alemã, uma vez que, os estudos franceses se utilizavam do gênero de vida de La Blache para explicar a influência do homem na organização do espaço, sem utilizar-se do termo cultura, embora o significado fosse semelhante.

A Alemanha, além de ter sido o berço da denominação Geografia Cultural, contribuiu com a gênese de termos específicos para designar a relação homem-meio, mediada pela técnica.

No que se refere a abordagem cultural no âmbito científico ressalta-se a concepção de cultura desenvolvida nos Estados Unidos (EUA), via Geografia Cultural, com Carl Sauer, fundador da Escola de Berkeley. Este autor dinamizou a Geografia Cultural estadunidense cerca de trinta anos após os primeiros trabalhos alemães. Enfatizou em seus estudos as populações indígenas dos EUA, principalmente do sudeste, bem como o passado pré-colombiano do México, com grande influência do pensamento geográfico alemão. Para Sauer, a Geografia trata da inter-relação dos grupos culturais com o sítio, a qual se exprime nas diversas paisagens da Terra, sendo a Geografia o que se vê na Terra. (CLAVAL, 1999).

Nadal (1990), observa “una distinción en la geografía humana norteamericana con base en la corriente *morfológica y culturalista*, defendida por Sauer en la universidad de Berkeley”. Portanto, nos EUA, os estudos culturais partem de uma concepção materialista de cultura, ignorando as suas dimensões subjetivas, centrando sua análise no que é visível da paisagem, isto é, a materialização da cultura no espaço.

Partindo do princípio que *a marca cultural dura muito tempo na paisagem* (CLAVAL, 2003), a Geografia Cultural dos EUA valorizou essencialmente o passado em detrimento do presente. Diante disso, fez inúmeras críticas às civilizações modernas, por serem estas indiferentes a natureza.

A partir dessa afirmação, a Escola de Berkeley pode reconstruir o que era a América na véspera do seu descobrimento, com estudos voltados para o passado indígena e, também, direcionados a colonização. Tal situação originou uma preocupação ecológica a partir de 1930, principalmente, através da invasão de plantas exóticas vindas da Europa com os colonos e, também, da devastação da cultura indígena, da flora e da fauna nativas. (CLAVAL, 1999).

Percebe-se que, o desenvolvimento da Geografia Cultural nos EUA e na Alemanha seguiu pelo mesmo caminho, ou seja, considerava apenas a parte material da cultura, ou seja, o que é visível no espaço. No entanto, negligenciava os conhecimentos e valores culturais.

Em síntese, Sauer (2003, p. 22-23), enfatiza que

A Geografia Cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica. A área cultural constitui-se, assim, num conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionamento de outras áreas.

O interesse por essa temática de estudo, denota a importância da cultura como fator essencial para a compreensão da organização do espaço no âmbito geográfico, mesmo que desenvolvida em porções distintas do globo, onde os processos de ocupação e colonização que o constituíram foram desiguais. O binômio cultura-espaço ocupa a um considerável período de tempo posição central nas pesquisas científicas realizadas, principalmente pela Geografia.

Salienta-se que, foi nos EUA que a Geografia Cultural ganhou identidade, com Sauer seus discípulos, baseando-se no historicismo, valorizando, assim, o passado e as sociedades tradicionais não-urbanas. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

Em síntese, os estudos realizados nestes três países contribuíram para a construção de um corpo teórico para a Geografia Cultural, ao mesmo tempo em que suas deficiências originavam críticas, visando preencher as lacunas existentes.

A Geografia Cultural, nestes moldes, foi praticada até 1970, quando se acentuaram as críticas, dentre as quais se sobressaem a excessiva ênfase a parte material da cultura, ao próprio conceito de cultura adotado e por considerar a cultura como algo externo ao indivíduo. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

Na concepção de Corrêa; Rosendahl (2003), a cultura no período anterior a 1970 era tida como uma entidade supra-orgânica, com suas próprias leis pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura e sem autonomia.

Portanto, era uma concepção individualista que considerava a cultura como algo externo ao indivíduo. Embora tenham ocorrido esses debates internos, é importante destacar que a Geografia Cultural desenvolvida deixou uma considerável herança teórico-metodológica para as futuras pesquisas na área, tanto que sua presença ainda se faz sentir atualmente, através do resgate dos seus autores mais expressivos.

Neste contexto, a Geografia Cultural a partir da década de 1970 passou por um processo de renovação em virtude das críticas sofridas, procurando novas abordagens e, conseqüentemente, enriquecer esta linha de pesquisa. Este processo foi motivado por um conjunto de mudanças em escala global, que Mitchell (2000) apud Corrêa; Rosendahl (2003, p.12), referem-se ao fim da Guerra Fria, a ampliação das migrações para os países centrais, as mudanças econômicas e as novas formas de entender a realidade que tornava-se cada vez mais complexa.

Esses acontecimentos, combinados, permitiram um maior deslocamento dos povos pelo mundo, uma vez que o mesmo já não estava mais dividido política e economicamente em leste-oeste. Tal situação acarretou um crescimento significativo e interesse pelas mais diversas partes do globo, até então, negligenciadas, resultando numa expansão significativa do “laboratório de estudos culturais” em escala mundial.

Ressalta-se também, que no processo de renovação diversas influências se fizeram presentes, dentre as quais a própria tradição saueriana e o legado vidaliano, as filosofias do significado (fenomenologia) o relacionamento com as humanidades e a Geografia Social. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

Fez necessário, então, redefinir o conceito de cultura utilizado pela Geografia Cultural, a fim de suprir e renovar a base teórica das pesquisas desta linha temática.

Neste sentido, na concepção de Corrêa; Rosendahl (2003, p. 13), a cultura agrega um novo significado cuja concepção

[...] é redefinida e liberada da visão supra-orgânica e do culturalismo, na qual a cultura é vista segundo o senso comum e dotada de poder explicativo. É vacinado também contra a visão estruturalista, na qual a cultura faria parte de uma “superestrutura”, sendo determinada pela “base”. A cultura é vista como um reflexo. Uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada.

Dessa forma, somou-se à concepção de cultura a dimensão não-material desta, valorizando o significado e a subjetividade, ou seja, a essência cultural, o que não é

visível, mas também é responsável pela materialização da cultura no espaço. De acordo com esta idéia, Cosgrove (1998) considera a cultura como um conjunto de práticas comuns, compartilhadas por um grupo social e, transmitida através de gerações.

Tem-se, então, como resultado da renovação, inúmeros caminhos a serem seguidos, visando contribuir para a análise da ação do homem sobre a superfície terrestre, tendo como base uma visão ampla a partir do momento em que se passou a considerar os aspectos materiais, dados pela técnica e imateriais, via crenças e valores. Também, o presente e o passado, além das diversas escalas de análise foram enfatizadas cabendo ao pesquisador definí-las a partir do seu objeto de estudo.

A cultura passa a ser concebida a partir de outro ponto de vista, que segundo Wagner; Mikesell (2003, p. 28)

[...] considera não mais indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além de numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades.

No entanto, atualmente, este conceito tem sido utilizado de forma incorreta, tanto no meio acadêmico, quanto pela população em geral. Atribui-se a noção de cultura uma linguagem cotidiana de senso comum, que explicaria a presença ou ausência de conhecimento e educação das pessoas. Tem-se como exemplo prático desta afirmação à falta de conservação para com o meio-ambiente ou com um patrimônio público. Justificam-se os danos através da “falta de cultura” da população envolvida.

Embora as convenções variem nenhuma cultura em sua essência, prevê a falta de educação ou prega depredação de um patrimônio público ou privado. A cultura é algo mais complexo, são crenças e valores cunhados no seio de uma comunidade que a produz e a cultua, transmitindo-a através das gerações.

Pode-se dizer então que a cultura constitui-se de ensinamentos que, na individualidade podem variar ou sofrer algumas distorções, pois a percepção é única, mas na coletividade tende a seguir um padrão.

Na concepção de Claval (1999), a cultura é concebida segundo alguns critérios, dentre os quais destacam-se: (a) É a mediação entre o homem e a natureza; (b) É a herança, resultado de um jogo de comunicação; (c) Permite aos indivíduos e aos

grupos se projetarem no futuro; (d) É feita por palavras, articuladas por discursos e realizada na representação; (e) É um fator essencial de diferenciação social; (f) A paisagem é o objeto de trabalho da geografia cultural, através da marca cultural.

Assim, infere-se que a cultura permeia a comunidade étnica na qual foi concebida, orientando suas ações e relações com o espaço, materializando neste suas características distintivas. Salienta-se que, estas características pressupõem símbolos comuns, funcionando como mecanismos de reconhecimento entre os membros de um mesmo grupo social, ao mesmo tempo em que os diferenciam dos demais.

Estes símbolos segundo Claval (1999), denominam-se códigos culturais e, englobam desde a linguagem até as convenções mais particulares de cada cultura. De certo modo, permitem a sobrevivência de um grupo cultural e tem como resultado a organização de um espaço que, se torna característico via materialização dos códigos que compõe esta cultura.

Neste contexto, ressalta-se que, para uma cultura sobreviver e se manter expressiva é necessário que seja vivenciada por uma comunidade e que esta se mantenha unida numa base espacial. Caso esta seja contínua, origina a região cultural, ou seja, uma porção do espaço composta por códigos distintivos que denunciam a origem étnica da ação humana que a modificou. E que, por sua vez, originam as paisagens culturais, as quais tornam a cultura visível no espaço, através da expressão da sua materialidade.

No Brasil, a Geografia Cultural, teve incorporação tardia e seus estudos orientaram-se por um corpo teórico renovado. As pesquisas nesta linha de pensamento datam de meados da década de 1990 e, encontra no País um excelente campo de pesquisa.

Tal fato deve-se, basicamente, a heterogeneidade cultural brasileira, fruto de longos processos de povoamento e colonização. A Geografia Cultural, tem no País, uma extensa gama de problemáticas a serem pesquisadas, oriundas do mosaico étno-cultural que forma a cultura brasileira. Neste sentido, Corrêa; Rosendahl (2003) propõe quatro grandes temas para as pesquisas culturais: paisagem cultural, região cultural, religião e a cultura popular, sendo que os mesmos não são mutuamente excludentes, podendo, desta forma, serem abordados em conjunto.

Um grande impulso para estes estudos foi a criação, no Rio de Janeiro, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC), em 1993, na

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Posteriormente, o periódico intitulado Espaço e Cultura (1995), atesta o interesse da academia brasileira pela matriz cultural. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

O NEPEC tem contribuído significativamente para a difusão da Geografia Cultural no Brasil, seja através de periódicos ou de simpósios e palestras específicos sobre a temática em questão. Porém, outros centros de ensino do País também desenvolvem pesquisas e produzem o conhecimento cultural, o que pode ser visto nos trabalhos publicados em congressos e encontros de Geografia.

Dentre os autores nacionais mais expressivos desta linha temática destacam-se: Roberto Lobato Correa (UFRJ) e Zeny Rosendahl (UERJ), com diversas publicações. Corrêa dedica-se a Geografia Urbana e a Geografia Cultural, já Rosendahl enfatiza a Geografia da Religião e a Geografia Cultural, porém, em conjunto, organizam obras que reúnem importantes atrativos relativos a cultura, principalmente no que se refere a artigos clássicos, que reportam aos grandes autores desta linha de pensamento.

Neste contexto, pode-se observar que, embora todos os esforços, a Geografia Cultural brasileira dá os primeiros passos, se comparada aos países pioneiros nessas pesquisas, que a mais de um século originam e desenvolvem estudos nesta temática. Entretanto, constitui-se numa contribuição à Ciência geográfica brasileira, pois ampliam seus horizontes de pesquisa, agregando valor as bases teórico-metodológicas já bem consolidadas em outros países.

1.2 A construção de Identidades Culturais

A cultura consiste, basicamente, num conjunto de crenças e valores que orientam as ações de um determinado grupo social, a partir de sistemas simbólicos que o tornam distinto dos demais, conferindo-lhe características singulares. Estas, por sua vez, definem o grupo social através do contraste, originando a identidade cultural.

Para Silva (2000, p.89), “A identidade é um significado cultural e socialmente atribuído”. A identificação pressupõe uma prévia caracterização que se atribui ao que é semelhante, ao mesmo tempo em que permite distinguir o que é diferente.

O vínculo estabelecido entre cultura e identidade cultural permite relacionar estes dois conceitos, partindo do princípio que a cultura consiste na “essência”, na “natureza” de um grupo social, enquanto que a identidade cultural pressupõe uma classificação, um sentimento de pertencer ou não pertencer ao grupo cultural.

Verifica-se, portanto, que embora estejam relacionados, estes conceitos apresentam distinções, que na concepção de Cuche (2002, p. 176), referem-se ao fato de que

[...] a cultura pode existir sem consciência da identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas.

Neste sentido, a identidade existe em função da cultura, como um produto resultante, capaz de exprimir suas características distintivas mais marcantes, atribuindo “valores culturais”. A cultura existe, a identidade classifica, pois a partir desta, ocorre à inclusão ou exclusão do grupo social.

Assim, a identidade cultural serve como distinção entre os grupos, baseada na diferença. É o resultado da relação entre um grupo social e sua base espacial, através do estabelecimento de vínculos. Para Cuche (2002), não existe identidade em si, nem para si própria, mas sempre em relação a outra, acompanhando a diferença.

Identidade e diferença não são sinônimos, apenas mantêm uma relação de dependência. Pois a identidade define “o que se é” a partir de características comuns partilhadas por um mesmo grupo, ou seja, “nós somos assim”. Enquanto que, a diferença define “o que os outros são” a partir de características totalmente distintas.

No âmbito cultural, a identidade só existe devido a grande diversidade de culturas que compõe o globo, como forma de individualizá-las, isto é, identificar cada uma mediante códigos ou símbolos específicos.

Nesta linha de pensamento, Claval (1999, p.98), afirma que “O grupo define a si mesmo por contraste e por exclusão: nós não temos outra possibilidade de dizer *nós*

a não ser pelo fato de formarmos uma coletividade que se opõe a massa dos outros”.

Salienta-se também que, a identidade cultural é essencial para a manutenção de um grupo social, uma vez que lhe confere legitimidade perante os demais, permitindo que se identifique e seja identificado.

Tal situação pressupõe um “limite”, no sentido de fronteira, que separa comunidades culturais distintas, a fim de que se possa identificar, mediante o uso de determinados códigos culturais que delimitam suas identidades.

No entanto, para se estabelecer as fronteiras da identidade deve-se, primeiramente, realizar uma diferenciação, a fim de classificar o que pertence ou não a mesma. Relativo a essa questão Barth (1969) apud Cuche (2002, p.200) enfatiza que “... no processo de identificação o principal é a vontade de marcar limites entre *eles* e *nós* e logo, de estabelecer e manter o que chamamos de fronteira”.

O limite origina-se a partir da diferenciação, dada via uso de códigos culturais marcadores de uma identidade específica, sendo que nem sempre se utiliza de todos os códigos. Geralmente, resgata os mais expressivos, ou seja, àquelas capazes de demonstrar a “marca” cultural.

Salienta-se também, que esse limite está sujeito às transformações impostas pela relação dinâmica que as sociedades mantêm entre si e com seu espaço. O que muitas vezes, ocasiona variação de identidade, agregando ou suprimindo elementos.

Em si, o processo de construção de identidades culturais evoca a origem e a história evolutiva do grupo social, onde determinados traços culturais se consolidam e passam a servir de “marca”, distinguindo-o e caracterizando-o perante os demais.

Neste sentido, Woodward (2000), diz que as identidades são construídas em momentos particulares no tempo, podendo evocar tanto o passado, através das origens, mitologias e fronteiras, quanto o presente, via contestação e justificativa de alguns códigos culturais.

De modo geral, a identidade se origina a partir dos códigos que identificam a cultura e, portanto, são determinantes. Estabelecidos os códigos e construída a identidade, esta inicia um processo de consolidação ao longo do tempo, onde seus códigos serão permanentemente testados. Assim, estes podem permanecer, caso sejam “sólidos” o suficiente, ou desaparecer, caso mostrem-se frágeis. Podem

também serem substituídos por outros, ou mesmo agregarem novos elementos e sofrerem uma reformulação.

Como exemplo disso, tem-se as nações que experimentaram processos de ocupação e povoamento semelhantes, mas que desenvolveram identidades culturais distintas assentadas em diferentes bases sócio-espaciais.

Cada etnia que as compôs, contribuiu para a construção da identidade nacional com algum código específico. Entretanto, não quer dizer que toda a nação seja homogênea culturalmente, pelo contrário, a heterogeneidade permeia o espaço geográfico.

O Estado procura definir uma identidade que o caracterize perante os demais, uma referência, embora admita que haja certo pluralismo no interior de sua nação. (CUCHE, 2002).

É esse pluralismo que o torna “rico” culturalmente, pois demonstra a coexistência da diversidade formando a unidade nacional. Os imigrantes mantêm muitos traços da sua cultura de origem, mas também agregam novos códigos, fruto de processo evolutivo natural. Surgem comunidades com culturas diversificadas, com identidades plurais, originando um mosaico étno-cultural, que não pode ser atribuído a uma única origem étnica.

Outro aspecto importante quanto à identidade é afirmado por Claval (1999, p. 98), quando enfatiza que

A identidade é de uma só vez individual e coletiva. As atitudes, os gostos e a experiência variam em cada pessoa, mas a interiorização que torna consciente, no decorrer da adolescência, os valores a respeitar, tende a impor uma mesma forma à imagem que se faz de si mesmo. Em certas culturas, a vontade de se realizar plenamente é valorizada. Mas de tanto querer a si próprio, arrisca-se a esquecer as prescrições que a vida coletiva exige.

As atitudes e os valores podem mudar em cada pessoa, pois referem-se a percepção, e esta é individual, pois valoriza a experiência pessoal, isto é, como se percebe e sente os acontecimentos de forma geral. Entretanto, a partir da vivência de um estilo de vida, tende a seguir um padrão comum (coletivo).

Assim, cada indivíduo que compõe um grupo social recebe a “carga cultural” de forma particular, ao mesmo tempo em que a vive e a desenvolve coletivamente, através da interação com os demais membros da sua comunidade cultural, como uma herança cultural.

No que diz respeito a essa vertente teórica, Woodward (2000, p.10) ressalta que “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social”. Portanto, os códigos comuns que permeiam uma cultura são interiorizados por um grupo social, o qual os vivencia e cultua, via relações sociais.

E, justamente por ser social, a cultura e, conseqüentemente, a identidade, não podem ser consideradas como fixas. Tal fato deve-se, principalmente, a dinâmica das relações sociais mantidas entre os homens, enquanto seres culturais e seu espaço, onde se dá a vivência da identidade.

Procurando explicitar a dinâmica do processo de identificação, Hall (1997, p. 42) enfatiza seu caráter evolutivo quando diz que

[...] a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento (...) em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.

A identidade é adquirida pela vivência de uma cultura comum e não hereditariamente. Cabe ao indivíduo reconstruí-la a cada geração, mediante aceitação, exclusão ou reformulação de alguns traços específicos responsáveis pela sua identificação.

Como esse processo é dinâmico, sofre influência de significativos acontecimentos, que abrangem as diversas escalas: global, regional e local. E, portanto, exercem influência mesmo em culturas mais isoladas e que abrangem os menores grupos sociais.

Dentre esses acontecimentos, destaca-se a globalização, por acarretar grandes transformações socioeconômicas e culturais e, principalmente, por colocar em evidência as diferenças.

A globalização pode ser considerada um processo atuante em escala global, permitindo transpor fronteiras nacionais, integrar e conectar comunidades e organizá-las em novas combinações de espaço-tempo, isto é, interconectar o mundo. (HALL, 1997).

Particularmente, esse processo exerce influência sobre a esfera cultural, com efeitos diversos sobre a questão da identidade. Colocou em evidência as culturas e as diferenças entre estas, ao mesmo tempo em que se propõe a massificação da cultura pela mídia em geral.

Há uma intensa reivindicação de identidades como forma de procurar diferenciar-se deste padrão homogêneo. A busca pela originalidade tem gerado uma confusão conceitual provocada pelo que Cuche (2002) denomina de “modismos”. Para o autor, a problemática está centrada no desejo de se entender cultura em tudo e, por conseqüência, de encontrar a identidade. Concebem crises de cultura como crises de identidade.

No entanto, para se ter uma identidade cultural é necessário pertencer a uma cultura, pois a identidade parte desta, tem origem “no que nós somos”. A cultura é mais ampla, diz respeito à essência, e a identidade retrata essa cultura.

De maneira geral, os atuais debates relativos à questão cultural discutem as implicações do processo de globalização na cultura e na identidade, principalmente, quanto a sua homogeneização ou a afirmação da diversidade.

A posição de homogeneização assenta-se na idéia de “aldeia global”, com ênfase para a interdependência, onde as identidades culturais mais “fortes” suplantariam as mais “fracas”, devido ao poder de influência. Assim, seriam englobadas, fazendo parte de um conjunto cultural maior e mais homogêneo.

Não se trata se uma simples substituição de códigos entre culturas. Mas da assimilação das influências externas que pode vir a modificar alguns traços, alterando valores culturais significativos e orientadores de uma cultura particular.

Tal fato pode levar a uma descaracterização cultural no que se refere à identidade, fazendo com que um grupo social se assemelhe bastante, ou seja, com o que antes era tido como estrangeiro.

Neste caso pode haver uma crise de identidade, com duas possíveis conseqüências, ou origina-se uma nova identidade, baseada na influência externa, ou o processo de (des) identificação não assume uma posição concreta, permanecendo em constante conflito, sem conseguir se identificar com nenhuma das duas culturas em questão.

Salienta-se que, ambos, acarretam profundas mudanças na essência de uma cultura, modificando-a quanto aos seus aspectos mais importantes, responsáveis pela sua identificação.

Em contrapartida, de acordo com a segunda visão, o processo de globalização exalta a diferença, uma vez que o global não anula o local. O excesso de padronização e informação origina um movimento contrário, direcionando a busca pela origem, objetivando encontrar a essência cultural.

Há, portanto, uma revalorização da questão cultural, a qual assume importância frente ao “padrão global”. Na concepção de Hall (1997), a globalização e tudo mais que implica pode levar ao fortalecimento de identidades locais como reação defensiva dos grupos étnicos dominantes quanto à presença de outras culturas.

A identidade cultural configura-se, então, como fator essencial para a manutenção cultural à medida que afirma-se e é valorizada, tornando-se mais resistente as influências externas. A cultura é o contraponto da tendência a homogeneização, via diversidade étnica existente no globo.

Neste contexto, Woodward (2000, p. 21) refere-se a esses dois pontos de vista quando afirma que

A homogeneização cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.

Tal situação demonstra a existência de dinâmicas opostas, por um lado tendendo a homogeneização e por outro a diversificação cultural. Portanto, para compreender a construção de identidades culturais, deve-se considerar todos os aspectos internos e externos, que permeiam a cultura. A identidade não é fixa e imutável, pois oferece reação às situações a que é submetida de formas diversas.

Sempre existirão “traços” marcantes responsáveis por distingui-la das demais identidades, alguns passíveis de transformações, outros não. A dinâmica global impõe muitos obstáculos à manutenção das identidades culturais na atualidade mediante padronização de um “estilo de vida”, ao mesmo tempo em que as mesmas encontram neste um fator de resistência e de auto-afirmação pelo viés cultural.

As formas com que um povo se identifica, mediante sistemas simbólicos de representação, lhe conferem legitimidade perante os demais, fazendo com que se apropriem de uma identidade que permite torná-los distintos e originais a partir de uma essência cultural comum.

1.3 A transposição da cultura no espaço

1.3.1 A materialização da cultura: os códigos culturais

A essência cultural que orienta as atitudes e ações de um grupo social materializa-se no espaço mediada por códigos específicos. Há toda uma simbologia representada nas formas, cada qual com significado próprio.

Os códigos constituem-se na simbologia responsável pela visibilidade da cultura e, também, pela sua transmissão. Encontram-se impressos nas diferentes paisagens, através do estilo das casas, vestuário típico, arte, gastronomia, música, religiosidade e festividades. Além desses, existem outros códigos que, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, como aportes culturais, com destaque para os valores, ideologias e convenções. Neste processo de codificação cultural, salienta-se a comunicação, oral e escrita, como um dos códigos essenciais para transmissão e projeção da cultura no tempo e no espaço.

Pode-se dizer então que a comunicação constitui-se no modo como um grupo social utiliza-se da linguagem como um instrumento de comunicação direto, distinto dos outros códigos, aliás, é o “fio condutor” que identifica uma cultura.

De acordo com Cucho (2002) a língua estabelece uma relação de estreita interdependência com a cultura, pois funciona como um transmissor cultural, ao mesmo tempo em que é originada e orientada pela cultura.

Justifica-se tal afirmação por ser a linguagem um produto da cultura, constituindo um dos seus principais elementos representativos. A língua falada é, em geral, uniforme na sua essência, variando apenas o vocabulário e o sotaque regional, configurando-se no que comumente se designa de dialéto. Já, a língua escrita, embora também agregue as “expressões regionais” no processo comunicativo, tende a seguir um padrão mais formal e homogêneo e concretizando em determinados recortes espaciais, constituindo uma diversidade cultural que é imposta por grupos étnicos distintos.

Como exemplo, tem-se no Brasil distinções regionais que guardam particularidades no que se refere à linguagem, dentre as quais se destacam o sul,

principalmente o Rio Grande do Sul e o nordeste brasileiro que manifestam através da língua falada o regionalismo, demonstrando, principalmente, nos “sotaques” característicos e, também, na diversidade de palavras que compõe a cultura regional, distinta dos demais recortes espaciais.

Nestes, o português é a língua oficial, mas há uma intensa variação de expressões típicas e de sotaque que individualizam estes recortes espaciais. Tal distinção é oriunda da combinação cultura-espaco-tempo, responsável pela formação dessas regiões.

Pode-se inferir que todos se reconhecem a partir da “identidade brasileira”, no entanto, desenvolveram particularidades em virtude de um complexo sistema de códigos inseridos mediante sua ocupação por culturas diferentes: a portuguesa e africana no nordeste e, a portuguesa, alemã e italiana no sul.

Assim, desenvolveram-se dialéto capazes de expressar as particularidades culturais regionais que, ao mesmo tempo em que refletem as diferenças, também são partes constituintes de um todo maior, a Nação.

A linguagem é constituída, segundo Marques et al (1995, p. 24) por “diversas formas, dentre as quais se destacam: gírias, calão, frases feitas, ditos, eufemismos, apelidos, gestos, etc”.²

Por conseguinte, estas formas denotam características culturais que nem sempre são expressas na linguagem formal, pois, muitas vezes, referem-se a um modo espontâneo de caracterizar algo e se comunicar. Em contrapartida, a linguagem escrita, segundo Claval (1999) preserva o passado sem depender da memória dos indivíduos. No entanto, não é acessível a todos, pois configura-se como um fator limitante para o acesso a cultura, pois pressupõe a alfabetização.

Todas essas formas de comunicação servem para manter a cultura através da inter-relação entre os indivíduos que a compõe e, também, para mantê-la e projetá-la no futuro. Segundo Attallah (1989) apud Claval (1999) a transmissão dos códigos de comunicação implica em eficazes sistemas de comunicação.

² A *gíria* é uma denominação de vocábulos e expressões próprias de certos grupos, cuja utilização é transitória, sendo que se modificam com rapidez, caracterizando modismos de linguagem. O *calão* configura-se como uma linguagem caracterizada por termos grosseiros e rudes. As *frases feitas* são expressões consagradas pelo uso. Já os *ditos* são, em geral, reflexos da sabedoria popular, cunhados pela percepção de algum fenômeno. Os *apelidos* denotam uma outra forma para denominar algo ou alguém, é uma alcunha que, às vezes tem significado pejorativo. Já o *eufemismo* caracteriza a substituição de palavras mais formais e com sentido mais apurado por outras cujo entendimento é mais fácil. (MARQUES et al, 1995)

E, a compreensão deste sistema significa decifrar os códigos de uma cultura, interpretá-la e entendê-la. A linguagem permite, então, “descrever” os demais códigos, isto é, “contar” como é a cultura. Pode-se considerar esse código mais do que um meio de comunicação entre as pessoas, pois é na língua que se concentram os valores, as vivências e experiências acumuladas por um povo, através dos tempos. Manter viva esta língua é manter viva a possibilidade de acesso a estes valores, experiências e conhecimento acumulado pelas gerações antecessoras.

Os aspectos imateriais que norteiam a cultura guiam as escolhas e as atitudes de um grupo social, principalmente no que se refere aos valores, ideologias e convenções.

Desse modo, os valores podem ser considerados como crenças e normas abstratas de comportamento, geralmente, de domínio da religião e da metafísica. As ideologias são construções laicas e racionais que fornecem sentido a história e garantem a ordem social dos povos. (CLAVAL, 1999).

Estes códigos referem-se, basicamente, a um sistema de idéias que orientam comportamentos. De maneira geral, os valores ressaltam o que é importante moralmente para o grupo social, orientando suas ações quanto aos costumes e deveres.

As ideologias constituem idéias baseadas em convicções. Na concepção de Claval (1999) as ideologias levam geralmente, às paixões e bloqueios. Também constituindo um importante código cultural, as convenções são cunhadas no interior de uma cultura, orientando questões relativas ao respeito, responsabilidade e autoridade.

Resgata-se novamente Claval (1999, p.82) quando o autor diz que “As categorias sociais que nos são familiares porque são conformes às convenções e às normas de nossa cultura, não são universais”.

As convenções variam de acordo com a cultura, pois o que é significativo em termos de preceitos por um grupo social não o é por outro. São níveis de significação distintos, construídos por sistemas sociais oriundos de uma combinação única de cultura-tempo. E, portanto, variáveis, pois o que se configura como regra na atualidade pode não ser num futuro próximo. É a dinâmica evolutiva social na escala temporal.

Neste contexto, salienta-se também a universalidade da cultura via aspectos materiais, compostos por códigos específicos dotados de formas particulares que denunciam a origem étnica que as moldou.

Para o estilo da casa tem-se traços e formatos característicos bem como disposição e organização dos cômodos, os quais atestam as preferências e a funcionalidade do “lar”. Além disso, o entorno da casa é um importante ponto de análise, a partir da organização deste espaço.

A relação cultura-espaço exerce influência direta neste código cultural, pois requer formas específicas de acordo com os elementos naturais que atuam sobre determinados locais. Sabe-se, por exemplo, que os imigrantes europeus que vieram colonizar o Rio Grande do Sul, principalmente os alemães e italianos, reproduziram construções semelhantes as dos seus países de origem, cujo telhado característico era em estilo enxaimel.

Esse estilo foi projetado para clima frio, com freqüente ocorrência de neve, pois a inclinação acentuada da meia-água não permitia a acumulação do gelo. Sabe-se que no Rio Grande do Sul a ocorrência de neve é um fenômeno raro, do que se pressupõe que houve alterações quanto a esse código cultural, uma vez que as habitações procuraram, ao longo do tempo, adequar-se ao meio, embora guardem alguns traços típicos.

Neste caso, a necessidade de adaptação e a disponibilidade de material são fatores importantes para o processo de alteração de um código, pois segundo Claval (1999), os materiais mudam de um lugar para o outro.

Tal afirmação enquadra-se também para o vestuário, que dever ser adequado as características físicas do espaço e também serem funcionais. Em geral, os “trajes típicos” fazem parte do folclore das culturas, pois na atualidade há certa homogeneização deste código cultural. No entanto, cada peça é desenvolvida de acordo com as crenças, os valores e as ideologias culturais, dotados de simbologia própria.

Outro código cultural significativo é a música. Esta privilegia o que é importante para a cultura e, muitas vezes reporta ao passado e a origem. Tem-se neste código, uma forma de expressão cultural que geralmente resgata os valores históricos do grupo social. Há um significado simbólico nas canções que servem de inspiração e refúgio para as distintas culturas.

Através da musicalidade, podem ser descritos os aspectos sociais, naturais e sentimentais relevantes para uma determinada cultura, caracterizando-a em versos. Em geral, está presente no cotidiano dos indivíduos sob forma de celebração e nas festividades. Portanto, serve como um fator de unidade social/cultural expressiva e tem o “poder” de unir grupos culturais e permitir que sua identidade cultural seja reconhecida, ou seja, demonstra sua particularidade frente a outros grupos étnicos. Cita-se como exemplo as músicas típicas dos imigrantes alemães e italianos, da cultura gaúcha de uma forma geral, entre outros e que são resgatados em festividades específicas para estas culturas.

A religião pode ser considerada outro código cultural que expressa as crenças de um povo. Na concepção de Claval (1999, p. 115) “partilhar as mesmas crenças religiosas ou metafísicas e participar dos mesmos ritos que reúnem os crentes constituem cimentos sociais muito sólidos”.

Deste modo, pode-se considerar a religião como um ponto de unidade cultural, a partir da crença comum. Têm-se as mesmas convicções e partilha-se dos mesmos rituais do nascimento até a morte dos indivíduos que compõe o grupo social. Sendo que, os rituais variam de acordo com a cultura, pois as crenças diferem. Geralmente a religiosidade serve como orientadora de condutas e ações coletivas, configurando um padrão a ser seguido.

Também considerado um fator de coesão social, as festividades são manifestações populares de exaltação. De acordo com Marques et al (1995) este código tem sua origem atrelada aos meios de trabalho como agradecimento à natureza e as divindades em relação à produção agrícola. Posteriormente, outros elementos associaram-se à festa, como entidades sobrenaturais, padroeiros, dentre outros.

Portanto, as festividades constituem-se num código cultural peculiar, cuja variabilidade depende da cultura em si, pois exalta os aspectos mais importantes a ponto de serem celebrados. Tendo em vista a finalidade da comemoração, segue-se todo um cerimonial, geralmente, aliando discursos, música, dança, comida, até mesmo fantasias.

Dentre as festividades mais conhecidas tem-se o natal, ano-novo, carnaval, juninas, lúdicas e ritos, além daquelas referentes às datas comemorativas de valor histórico para determinado grupo social. Cada cultura é responsável pela organização destas, pois os “valores” diferem baseados nas crenças.

Tendo como base os códigos que compõe um grupo cultural, percebe-se que cada aspecto deste está atrelado a uma simbologia, dotada de significados, que se analisados em conjunto representam a cultura como um todo, caracterizando-a e identificando-a.

Partilhar os mesmos códigos pressupõe assumir uma identidade comum, que segundo Claval (1999) orienta procedimentos de regulação social que asseguram a sobrevivência e reprodução do grupo social.

Os códigos culturais configuram-se como convenções simbólicas partilhadas por uma mesma comunidade social. E, responsáveis pela sua identificação, salientando a diferença, uma vez que cada grupo cultural é permeado por um sistema simbólico de representação particular, (re)construído no constante processo evolutivo das sociedades.

Nesta linha de pensamento Woodward (2000, p. 41), assinala que “a cultura consiste em um sistema partilhado de significações que permitem a uma comunidade classificar e manter a ordem social”.

A cultura, mediada pelos códigos é representada e materializada no espaço, originando formas típicas, passíveis de reconhecimento pelos demais grupos sociais. Decifrar e interpretar os códigos significa entender a dinâmica da cultura em questão, os valores e crenças que orientam as atitudes e ações. Estas, por sua vez, são repetidas maquinalmente como um padrão orientador comum.

Relativo a este processo Claval (1999, p. 81) diz que “cada cultura caracteriza-se por um sistema original de representações e de construções intelectuais onde recebe-se de nosso entorno um sistema hierarquizado de preferências e valores.”

Embora a percepção seja individual guarda ainda maneira como o contexto comum age em relação às situações. Os códigos são passados de geração em geração como ensinamentos. Porém, estes não são fixos no tempo e no espaço, pois as formas e as funções podem mudar de acordo com a dinâmica cultural.

Qualquer alteração nos códigos demonstra que houveram transferências de hábito e/ou comportamento e, por conseguinte, denota a evolução de um complexo sistema cultural composto por inúmeros códigos que, transformam-se para adequar-se as novas realidades.

No caso específico das migrações, o novo ambiente requer do grupo social algumas adaptações, as quais geram mudanças de hábito. A inovação emerge, geralmente, diante das dificuldades, como medida eficaz para resolução dos

problemas. É como se fosse uma imposição natural para o ajuste cultural, para que o grupo social possa adaptar-se ao novo espaço.

Salientando o caráter dinâmico e transformador das culturas, Claval (1999, p.87) afirma que “As culturas mostram-se freqüentemente com um nível elevado de plasticidade: nada pode frear a incorporação de elementos novos quando são apresentados como substitutos ou complementares dos já existentes.”

De maneira geral, não há rompimentos bruscos e sim uma substituição de alguns códigos que permitem ao grupo social manter-se unido culturalmente ao longo do tempo e do espaço.

A dinâmica sócio-espacial exerce então, forte influência na construção e manutenção dos códigos culturais, acarretando transformações visando sua (re)adaptação as novas realidades que se configuram.

Neste contexto, percebe-se que há uma estreita inter-relação entre cultura-identidade-código, uma vez que esta associação permite ao grupo social identificar-se e ser identificado pelos demais, mediante a formação e materialização de características culturais singulares, emanadas por uma cultura.

1.3.2 A migração como fator de difusão cultural

Migrar significa deslocar-se e pressupõe movimento e mudança. Ao longo da história evolutiva, o homem, desde os tempos primitivos, tem experimentado esta mobilidade. E, assim, contribuído para a expansão da área habitável, bem como para o efetivo conhecimento da superfície terrestre.

Na concepção de Sorre (1984) a pertinência da temática migração para a Geografia deve-se ao fato dessa envolver o homem e suas obras sobre a terra. Além disso, o autor enfatiza que para o geógrafo as migrações devem ser a expressão da mobilidade do ecúmeno³.

³ O ecúmeno associa as idéias de espaço e de ocupação deste pelo homem, com ênfase para sua fixação e estabilidade. (SORRE, 1984).

A Geografia, pelo viés cultural, tem na temática migração o fator chave para explicar a organização do espaço pelos grupos culturais, através da interação sociedade-natureza.

Sob este ponto de vista, a migração se constitui num fator de difusão cultural, cujo movimento explica a presença de culturas semelhantes em espaços diferentes, ou também, de culturas distintas ocupando um espaço contíguo. Por conseguinte, ambas organizando-os de forma singular de acordo com suas aptidões culturais.

Obviamente, o processo migratório é bastante complexo e envolve algumas forças atuantes, dentre as quais destaca-se o fator expulsão. As circunstâncias pelas quais um grupo social migra de seu espaço de origem em busca de outro, espontaneamente ou não, originam um centro de irradiação cultural. Tal situação explica a presença de culturas semelhantes em espaços diferentes.

De maneira geral, as migrações pressupõem perda de vínculo territorial e, também, um processo de adaptação frente à nova realidade que se propõe. Ao sair do espaço vivido, o grupo social leva consigo a “herança cultural”, os hábitos os valores e os costumes. Entretanto, ocorre uma brusca ruptura no que se refere ao elo afetivo desenvolvido entre a cultura e o espaço ao longo do tempo.

Partindo deste pressuposto pode-se transpor no espaço os códigos culturais que permeiam um grupo social e, materializá-los novamente em outro espaço, distinto do original, configurando situações peculiares. Sabe-se que, toda mudança espacial acarreta algumas transformações, pois no Globo há inúmeras combinações de elementos naturais e humanos que originam paisagens distintas.

Neste sentido, quando uma parcela significativa de uma comunidade sai de seu território, leva consigo a cultura como uma herança, onde os valores e crenças orientam suas ações. E, durante a (re) adaptação ao novo espaço, materializam a cultura neste cuja visibilidade se expressa através dos códigos culturais.

De acordo com Claval (1999, p. 159) “... os materiais mudam de um lugar para outro”. Assim, torna-se necessário que alguns códigos transformem-se, principalmente, aqueles que enfrentam maiores dificuldades para se manterem ativos. O “novo” espaço requer, então, ajustes culturais para que o grupo possa se adaptar.

Para Cucho (2002) a partir do momento em que há migração, a parcela populacional que sai do país de origem terá evolução diferenciada, pois não mais faz parte da evolução cultural natural deste. Estão sempre defasados da cultura que se

estabelece após sua partida, bem como recebem influência da cultura do país que os recebe.

Há então, transformações no legado cultural e, conseqüentemente, o desenvolvimento de forma diferenciada, em alguns aspectos da parcela populacional que permaneceu no espaço de origem.

A partir do momento em que há descontinuidade espacial, a combinação sociedade-espaço-tempo gera níveis de desenvolvimento culturais desiguais. Assim sendo, alguns códigos permanecem iguais enquanto outros evoluem de forma diferenciada.

Como exemplo, tem-se os imigrantes europeus que vieram colonizar o Rio Grande do Sul e, que inicialmente organizaram o espaço gaúcho mediante as orientações de sua cultura original, dotando a paisagem de características culturais singulares. Entretanto, há de se considerar que, a combinação cultura-espaço-tempo experimentou modificações em alguns códigos, impostas pela necessidade de (re) construção do espaço social.

Iniciou-se um desenvolvimento cultural diferenciado no que se refere a alguns “traços”, entre os imigrantes que colonizaram o Estado e a comunidade que permaneceu no espaço de origem, embora guardem inúmeras características comuns. Estas, oriundas da mesma gênese cultural.

Em geral, a dinâmica evolutiva da cultura, que não migrou segue o curso desenvolvimentista normal. Mas, sem o excedente populacional que antes do processo migratório gerava conflitos. Neste caso, a migração, funciona como regulador social, pois expelle o excesso da população.

Referindo aos fatores que levam a migração e a mobilidade de apenas uma parcela da população, Sorre (1984, p. 130-131) assinala que

Quando o equilíbrio entre os recursos de uma comunidade e suas necessidades é rompido, ou mesmo quando ameaça romper-se, essa comunidade pode ser abandonada por uma parcela, algumas vezes pela maioria de seus membros, que parte para agregar-se a outro habitat ou fundar um novo. O habitat original é, algumas vezes, totalmente abandonado. As migrações têm caráter definitivo. A mobilidade, que se manifestou sob pressão das necessidades, desaparece com a constituição do novo habitat, podendo ressurgir se este novo habitat não atender as esperanças dos migrantes.

Tal situação, explica a dinâmica dos fluxos migratórios que ocorreram em determinados períodos da história evolutivas das sociedades e, também, a presença de diversas etnias compondo nações.

A inserção de etnias, via processo migratório, permite transpor os códigos que permeiam um grupo social no espaço e materializá-los novamente em outro, distinto do original. Para Claval (1999) a cultura tem que ser marcante o suficiente para suplantar a transposição no espaço e manter-se “viva”. Caso contrário tende a se diluir e assumir outra.

Justifica-se essa afirmação pelo fato da cultura acompanhar o indivíduo. O homem, enquanto ser cultural é responsável pela construção e manutenção da cultura, sendo que a mesma orienta suas ações.

Resgata-se novamente Cucho (2002, p. 230) quando o autor enfatiza que

Apenas o que reforça a representação dominante de suas culturas será observado nos sistemas culturais próprios dos imigrantes. Isto é, os aspectos mais visíveis e mais surpreendentes. Serão destacadas as “tradições”, os “costumes”, os “traços culturais” mais “exóticos” (...). A “cultura dos imigrantes” é definida a partir de toda uma série de sinais exteriores (práticas alimentares, religiosas, sociais, etc.) cujo significado profundo ou coerência não são compreendidos, mas que permitem situar o imigrante enquanto imigrante, lembrar suas origens.

A diferença é a “marca cultural” dos imigrantes. Pois, no momento da chegada, ainda estão impregnados da cultura de origem. Não manifestou-se ainda “a evolução diferenciada” e a integração com costumes diferentes.

Ao longo do tempo dificuldades serão impostas originando a necessidade de mudanças que orientem soluções. Assim, surgem as inovações. É mediante as dificuldades que as mesmas emergem como um instrumento eficaz de ajuste social. Torna-se necessário, muitas vezes, alterar alguns aspectos para (re)adaptar o grupo social ao meio.

Sabe-se que, a mudança é inerente ao curso evolutivo do ser humano, faz parte da dinâmica social mediada pelas inovações tecnológicas desenvolvidas pelas distintas sociedades como forma de adaptar-se ao meio e deste retirar os subsídios necessários para sua sobrevivência via tecnologias desenvolvidas pelas distintas sociedades como forma de melhor adaptar-se ao mesmo.

Neste sentido, as condições extremas impostas pelas migrações, principalmente no que diz respeito ao fator reconstrução sócio-espacial, acelera o caráter evolutivo da cultura, pois impõe obstáculos a serem transpostos. E, a superação destes, em geral, ocorre mediante transformações de alguns aspectos culturais, ou seja, modificam-se os códigos para que ocorra a adaptação.

A adaptação permitirá a permanência do grupo social no novo espaço a ser construído, pois ocorrerá o arraigamento do homem ao território. Criar-se-á, então, laços afetivos com o meio, configurando uma topofilia pelos lugares onde a cultura encontra-se impressa na paisagem, via códigos culturais. Tal situação permitirá ao grupo identificar-se novamente sobre uma base espacial e ser identificado pelos demais grupos sociais do seu entorno.

Os imigrantes passam pela fase de inserção, a qual é marcada pela necessidade de adaptação, onde a reconstrução é um processo constante e, (re)iniciam o curso normal de desenvolvimento em outro espaço, que constituir-se-á, a partir deste momento no seu espaço de referência.

De maneira geral, a migração ocorre em determinados períodos históricos motivada por diversos fatores, dentre os quais destacam-se as crises econômicas e sociais, além do fator expulsão via conflitos étnicos que, muitas vezes, originam guerras. Portanto, a permanência é uma questão de tempo para algumas sociedades, pois o curso evolutivo natural das sociedades impõe a necessidade da mobilidade espacial.

No que se refere à questão da permanência e da mobilidade, Sorre (1984, p. 128) salienta que

A impressão de permanência proporcionada pela análise dos complexos geográficos organizados ao redor do homem e pela busca das razões de seu arraigamento, de sua localização é, em larga medida, uma ilusão. Descrevemos uma imagem geográfica que só tem duração em nossa memória, ela pertence ao passado no momento mesmo em que a decompomos em traços (...) A paisagem humana compõe-se de elementos de todas as idades, trazidos por povos cujas lembranças nem sempre foram conservadas pela história. Assim, o quadro aparentemente mais estável é apenas uma imagem mista e fugidia. O movimento surge como uma única realidade, a permanência como ilusão causada pela mobilidade atenuada, imperceptível...

A permanência reflete a interação com o meio, a sua adaptação e transformação. Justifica a presença efetiva dos grupos sociais sobre uma base espacial em determinados momentos históricos. Já, a mobilidade surge quando a permanência torna-se insustentável para uma população ou parte desta. Constitui-se, justamente, na busca pela estabilidade, ou seja, pela adaptação que leve à permanência do grupo social num determinado espaço, o qual lhe proporcione oportunidades de desenvolvimento e crescimento socioeconômico e cultural.

Atualmente, a globalização tem se constituído num fator determinante para as migrações, pois observam-se fluxos em direção a determinadas porções do espaço terrestre, as quais detêm as melhores oportunidades, principalmente, no que se refere a questão econômica.

Demonstrando a influência da globalização na migração, Woodward (2000, p.21), diz que “A migração dos trabalhadores não é, obviamente, nova, mas a globalização está estreitamente associada à aceleração da migração”.

Tal situação deve-se à maior integração entre as diversas partes do Globo, principalmente, a divulgação destas pela mídia de forma geral. Há a tendência de homogeneização promovida pela “construção” de uma imagem global, que na verdade é utópica. A integração pretendida não se realiza completamente, uma vez que a tendência à homogeneização acaba por ressaltar as singularidades.

A movimentação produzida pelo processo de globalização, produz comunidades com identidades culturais diversificadas, onde configuram-se duas situações: caso o grupo social se mantenha unido sobre uma base espacial contígua, conseguem preservar os códigos que a identificam. Caso não se mantenha unido, ocorre à inserção do grupo numa comunidade maior e com características culturais mais marcantes, acarretando o processo de dispersão no interior desta, ou seja, é englobado e, portanto, pode assimilar outros códigos culturais, enfraquecendo, desta forma, sua identidade cultural.

Neste contexto, a globalização ao incentivar o processo migratório impõe desafios às culturas no que se refere à preservação e a manutenção destas. Há uma maior mobilidade e conhecimento da constituição cultural da superfície terrestre, ao mesmo tempo em que a diversidade é posta à prova a partir da tendência a homogeneização de um “estilo de vida” baseado no padrão de consumo capitalista.

O principal fator de resistência ao “padrão global” é, justamente, a diversidade cultural, a qual procura preservar suas características à medida que se impõe o global em detrimento do local. Entretanto, tal fato tem valorizado o local, “o que é diferente” e original.

Neste sentido, a materialização das diferentes culturas no espaço é a responsável pelas inúmeras paisagens existentes no globo e, conseqüentemente, pela visibilidade da diversidade de “traços” e de códigos culturais, os quais compõem o local.

Para tanto, a migração constitui-se em um fator essencial para a transposição cultural no espaço, ou seja, pela (re)construção dos espaços. Também é responsável pela sua diversificação organizacional. Permitiu ao longo da história evolutiva do homem propagar as culturas e formar novas sociedades, baseadas em distintos códigos culturais, formando nações, regiões e/ou “ilhas” culturais nas mais diversas porções do globo.

1.4 Categorias para análise da materialização da cultura no espaço

1.4.1 Da paisagem natural à paisagem cultural

A “descoberta” da paisagem pelo homem deu-se nos primórdios da civilização, quando este necessitou retirar da natureza os elementos básicos para sua sobrevivência. Tal processo baseou-se no empirismo, através da observação da paisagem, até então, inalterada pela ação antrópica (paisagem natural).

Dessa forma, o homem adquiriu informações a respeito da superfície terrestre e, as repassou via informações orais e/ou desenhos. As figuras rupestres, talvez sejam as primeiras representações da paisagem realizadas, portanto, a essência de sua concepção neste momento.

A formação de grupos sociais e a “construção” de culturas particulares, as quais desenvolveram técnicas específicas de alteração do meio-natural, moldaram paisagens singulares de acordo com as suas aptidões, dotadas de significados. À medida que a interação homem natureza-sociedade tornou-se crescente, as paisagens naturais tornaram-se, cada vez mais, paisagens culturais.

A Geografia através da dinâmica do seu objeto de estudo, teve na paisagem, desde os primórdios da sua estruturação como ciência, uma das categorias de análise do espaço. Inicialmente, privilegiou os elementos naturais que a compunham, com objetivo de descrevê-las. Salienta-se que, o conceito de paisagem passou a ter um caráter cultural, através da sua construção, via desenvolvimento de técnicas por um grupo social, o qual assimilava a dimensão cultural da paisagem.

De acordo com Silva (2003, p. 47), pode-se afirmar que

A noção de paisagem desenvolvida, principalmente, pelos alemães (landschaft) incorpora o meio natural (aspectos físicos) e o homem com suas ações sobre o conjunto de elementos naturais, assim, inicialmente era comum a classificação de dois tipos distintos de paisagem: a chamada “paisagem natural” e a “paisagem humanizada”.

Inferese que, estas duas concepções de paisagem refletem, nitidamente, a relação dicotômica entre o físico e o humano, visão dualista característica da Geografia Tradicional, pois se tratava de duas concepções de paisagem distintas. No entanto, ambas eram essencialmente materiais, ou seja, a paisagem é o que se vê. Segue, portanto, a linha de pensamento da concepção de cultura desenvolvida nos primórdios da Geografia como ciência, a qual enfatizava a materialidade das formas espaciais.

Com o deslocamento do eixo do discurso geográfico da Alemanha para a França, destacam-se algumas considerações de La Blache e de geógrafos vidalianos sobre o conceito de paisagem, baseados no paradigma do possibilismo geográfico.

Como afirma Bezzi; Marafon (1992), na concepção de La Blache, a Geografia deveria estudar a relação homem-natureza na perspectiva da paisagem.

A partir das pesquisas francesas, o homem passa a ser um agente ativo, que sofre influência do meio, mas também atua sobre este, ou seja, modifica a paisagem natural. De acordo com Giaretta; Antonello (2004), La Blache não rompeu com a perspectiva naturalista, porém, identificou na paisagem a ação do homem.

A atuação humana manifestava-se através do gênero de vida, unindo o aspecto material, dado pela técnica, aos hábitos. Para Claval (1999, p.40), “os franceses imaginam com a noção de gênero de vida, um instrumento flexível, que evite colocar entre parênteses tudo aquilo que se passa entre o homem e a paisagem”.

Considerou-se, então, na paisagem, tanto os aspectos materiais, o que se pode ver, quanto os não-materiais, como os hábitos, mas que também são responsáveis pelas modificações humanas, agregadas através do trabalho, na paisagem observada.

De maneira geral, a Geografia Clássica francesa atribui complexidade ao conceito de paisagem ao aliar os aspectos visíveis e não-visíveis na explicação da mesma, com ênfase na influência da cultura como agente modificador.

Pelo viés essencialmente cultural, Sauer concebe a paisagem como a inter-relação dos grupos culturais com o sítio, resultando numa diversidade sobre a Terra. (CLAVAL, 1999). O autor também se utilizava do termo paisagem natural para classificar a paisagem anterior à introdução da ação humana, a qual tinha como função fornecer os materiais com os quais a paisagem cultural é formada.

Assim, atesta a sua influência pela Escola alemã, quando afirma que a paisagem é o que se vê na Terra, pois considera apenas o aspecto material da cultura na paisagem.

Utiliza-se do termo “paisagem cultural” para designar a transformação da paisagem natural pelo homem numa paisagem modificada, onde um grupo social imprime suas características. (SAUER, 2003).

De acordo com Giaretta; Antonello (2004), o autor propôs ainda, o estudo da diferenciação das paisagens e sua comparação. Para tanto, era necessário levar em consideração a natureza histórica da cultura, o local onde se manifestam e o tempo.

Seguindo a linha de pensamento voltada à Geografia Cultural, Pierre Monbeing, geógrafo francês que vivenciou a fase de transição da Geografia Tradicional para a Nova Geografia, concebia a categoria paisagem como elemento central da análise geográfica. Preocupava-se com os elementos da Geografia Cultural, principalmente com a religião. A paisagem, para Monbeing, resulta da natureza, da luta do homem em se adaptar a mesma e, da luta entre as pessoas. Além disso, tem localização definição e explicação pela Geografia e, constitui-se de aspectos naturais e culturais. (GIARETTA; ANTONELLO, 2004).

Neste contexto, a cultura é para Monbeing a ação do homem sobre o meio, imprimindo identidade e a materializando-a na paisagem.

Pode-se afirmar que, a Geografia Tradicional elaborou um rico acervo empírico pautado na observação da paisagem, a qual permitiu ser este um dos seus principais eixos de investigação. Os geógrafos tradicionais trouxeram para a Geografia o conceito de paisagem e, agregaram valor científico ao mesmo, inicialmente, naturalista (paisagem natural), muito ligado ao visível e, posteriormente, cultural (paisagem cultural), inserindo o homem.

A mudança paradigmática que norteou a pesquisa geográfica em fins da década de 1950, levou ao rompimento com a perspectiva tradicional, justificando que esta, através dos seus instrumentos conceituais e metodológicos era incapaz de resolver os problemas que se apresentavam no período pós-guerra.

A realidade tornava-se mais complexa e somente a observação e descrição, na qual basearam-se os estudos geográficos, via relatos da paisagem, já não bastavam. Como consequência, o conceito de paisagem não mais ocupou o foco central das pesquisas geográficas na Nova Geografia.

Dessa forma, a Nova Geografia ao introduzir profundas modificações na Ciência Geográfica, alicerçada no neo-positivismo passou a eleger outros conceitos-chaves, como o espaço geográfico, deixando de lado o conceito de paisagem. Buscava entender a organização do espaço através da visão sistêmica. Assim, o conceito de paisagem, o qual já não era tão significativo, não apresentou evolução, permanecendo com a mesma concepção desenvolvida na Geografia Tradicional.

No entanto, o uso excessivo de técnicas quantitativas pela Nova Geografia comprometeu o caráter antropocêntrico das pesquisas geográficas e, não foram suficientes para explicar a realidade, bem como não há preocupação com problemas sociais. (BEZZI, 1992).

A Geografia Crítica, concebida, na década de 1960, buscou fornecer uma visão social para a Ciência geográfica. Introduziu de maneira significativa, novas abordagens filosóficas, como o marxismo e a fenomenologia, enfatizando as perspectivas cultural, individual e, em termos mais gerais, a social. Houve a recuperação do humanismo relegado no auge da Nova Geografia.

Fez-se necessário, então, a releitura de alguns conceitos geográficos, dentre os quais se destaca a paisagem. Na abordagem crítica, a paisagem foi considerada como resultado de um processo histórico ao longo de sua evolução, estritamente ligado ao método dialético.

Nessa linha de pensamento, Santos (2002, p.103) diz que “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza”.

O autor considerou a paisagem como tudo aquilo que se pode ver, o que a visão alcança e domina aliado aos movimentos e sons que estão imersos nesta. Entretanto, o autor também menciona a paisagem natural e a define como sendo aquela ainda não modificada pelo homem, portanto, quase inexistente hoje.

A paisagem é para Santos (1997, p. 134)

Um conjunto de formas naturais e artificiais. Quanto mais complexa a vida em sociedade, mais artificial tornam-se as paisagens. No entanto, para transformar o natural em artificial, são necessários instrumentos de

trabalhos fixos além de possuir o domínio das técnicas, materializado na tecnologia.

A humanização da paisagem acompanhou a evolução das técnicas, uma vez que, quanto mais desenvolvida, maior a interferência na paisagem. Para Giaretta; Antonello (2004), a produção da paisagem depende da relação que o homem estabelece com seus instrumentos de trabalho, pois no passado, estes eram um prolongamento do homem e hoje, são acréscimos à natureza. Como exemplos claros têm-se as pontes, rodovias e os portos, dentre outros.

Além disso, as autoras enfatizam que as mudanças na paisagem podem ser estruturais ou funcionais. São estruturais quando mudam a forma isto é, velhas formas adaptam-se a novas funções. São funcionais quando mudam suas funções, seja ocasionalmente ou não.

Neste sentido, a paisagem é um mosaico que tem um tipo de funcionamento unitário. Pode conter formas viúvas, a espera de revitalização e formas virgens, que são criadas para novas funções. (SANTOS,1997).

Neste contexto, diante dos novos aportes e orientações para o conceito de paisagem, tem-se que a mesma, atualmente, não é a simples adição de elementos naturais e culturais. É num determinado recorte espacial, o resultado da união de todos os elementos que a compõem, materiais e imateriais, que fazem da paisagem um conjunto único. Como resultado, tem-se a paisagem total, integrando todas as implicações da ação antrópica.

Pode-se dizer que, as abordagens culturais a respeito da paisagem, desenvolvidas ao longo do pensamento geográfico, permitiram a humanização deste conceito, inicialmente concebido como natural. Permitiu também, que se percebessem, além dos aspectos materiais, os imateriais, conferindo subjetividade à paisagem.

Portanto, não se considera somente a forma, mas também os aspectos subjetivos que moldam a superfície terrestre e, que dotam a paisagem de costumes e crenças de um povo. A identidade da paisagem pode ser determinada pela visibilidade da forma, além do sentimento que desperta no observador.

Em si, a Geografia Cultural retomou as discussões sobre a paisagem após seu processo de renovação, revestida de novas concepções, mais abrangentes, dentre as quais a paisagem cultural é eleita como um dos quatro grandes temas de estudo

para a análise da cultura em sua dimensão espacial. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

Neste sentido, Cosgrove (1998, p. 16) enfatiza que

As formas espaciais criadas pela ação humana geram paisagens culturais impregnadas de significados. Há inúmeros tipos de paisagens (...) que podem ser objetos de análise em busca de seus significados, ultrapassando a tradição dos estudos morfológicos.

Desse modo, a paisagem cultural expressa o código da cultura que a transformou, sendo possível identificar, através de formas típicas, os hábitos de um povo. O que é significativo é cultuado e, torna-se visível.

De acordo com Wagner; Mikesell (2003, p. 29)

A cultura atribui significado a tudo, desde sons vocais deliberadamente até seres, objetos e lugares. E, na paisagem cultural é perfeitamente possível identificar essa simbologia, mediante a "leitura" dos códigos que permeiam um grupo social. (...) A atribuição de significados inerente a cultura, orienta a ação (quer vista como simbólica ou utilitária) e resulta, desse modo, em expressões concretas como sistema de crenças, instituições sociais e bens materiais. Portanto, o caráter desses elementos da cultura deve ser amplamente inferido da base de características significativas da comunicação e simbolização - de fórmulas verbais a trajes e gestos-associados a elas.

Pode-se dizer, então, que grupos constroem paisagens particulares de acordo com as suas aptidões culturais, as moldam para que se identifiquem e para que possam ser identificados. Assim, a paisagem retrata a cultura, a ação direta que a transformou.

As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural pode haver uma sucessão dessas paisagens com uma sucessão de culturas. (SAUER,1998, p.43).

Entretanto, o homem, enquanto agente distinto de modificação gera paisagens semelhantes, mas ao mesmo tempo repletas de particularidades. Tal fato deve-se, principalmente, á relação dinâmica estabelecida entre cultura-tempo-paisagem natural, como matriz da paisagem cultural, esta, essencialmente singular. Assim, a ação humana sobre a superfície terrestre confere um significado a paisagem, através das características marcantes dos grupos que a ocupam.

1.4.2 Da região natural à região cultural

O conceito de região⁴ na Geografia tem-se transformado à medida que evolui o conhecimento geográfico. Identificam-se diferentes abordagens desenvolvidas ao longo do pensamento geográfico, de acordo com os as bases teórico-metodológicas predominantes em cada etapa deste processo evolutivo e, que possibilitaram a este conceito tornar-se uma das categorias de análise espacial.

O surgimento do conceito de região na Geografia deve-se, inicialmente, as pesquisas realizadas na Alemanha, as quais originaram o conceito de região natural. Posteriormente, este conceito teve a inserção da ação humana através das pesquisas desenvolvidas na França. Portanto, acompanhou o debate realizado entre estes dois países no âmbito da Ciência geográfica, bem como os contrapontos teóricos inerentes as pesquisas desenvolvidas pelos mesmos.

O caráter ambientalista dos estudos geográficos mediados pela abordagem positivista procurou explicar os fenômenos da natureza. Inicialmente, a região para a Geografia, surgiu como região natural. Constituindo-se, assim, no primeiro critério de regionalização adotado. Na concepção de Bezzi (1996, p.30) “a influência positivista conduziu o estudo das regiões via região natural, através da sua existência concreta, ou seja, a região era percebida concretamente, uma vez que se podia distinguir na paisagem”.

Os critérios classificatórios passaram a distinguir as análises regionais da pesquisa geográfica nesta fase da evolução geográfica, individualizando as regiões naturais. Tal fato é justificado pelo caráter determinista que orientava a ação antrópica em relação ao meio, pois o homem não atuava sobre este, sendo considerado um produto do meio. Era pertinente, então, classificar os fenômenos naturais, os quais determinavam a presença humana, ou seja, o homem apenas habitava as regiões naturais estabelecidas.

Dessa forma, o determinismo geográfico permitiu classificar os diferentes graus de adaptação do homem ao meio via regionalização. Em geral, utilizava-se apenas um critério para a classificação, como por exemplo, o clima. E, tinha como limite os

⁴ A origem da palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que significa domínio, poder e que originou, também, outras palavras como regente e regência. Sendo que esta concepção sempre esteve atrelada a idéia de posse, conquista. (GOMES, 1987, apud BEZZI, 2001).

aspectos físico-naturais, os quais constituíam suas fronteiras⁵, como rios, montanhas, entre outros. Tem-se no espaço natural o agente controlador do processo de organização do espaço geográfico.

Contrapondo este ponto de vista, os franceses desenvolveram suas pesquisas baseados em outro paradigma, o qual enfatizava a atuação humana sobre o meio natural.

Neste sentido, a humanização do conceito de região deve-se aos estudos de La Blache, cuja teoria possibilista permitiu analisar o espaço transformado pelo homem, baseado no conceito de gênero de vida. A região passa a ser, então, entendida como expressão das relações homem-natureza, na qual o homem atua sobre a base espacial, modificando-a.

Sob este novo enfoque de região, Bezzi (1996, p. 67) enfatiza que

A natureza ofereceria possibilidades sobre as quais o homem faria sua opção e, como decorrência dessa escolha materializaria na paisagem seus hábitos, costumes, cultura, economia, etc. (...) Nesta perspectiva, a região seria um espaço em que as características naturais e culturais (ou físicas e humanas) se interpenetram de tal forma, como resultado de uma evolução histórica, que conferem a um determinado espaço característica e homogeneidade que o diferencia de qualquer outro espaço contíguo.

A partir do direcionamento teórico impelido pelos estudos franceses para o conceito de região, introduziu-se o enfoque cultural nas pesquisas regionais, que passou a contrapor a concepção alemã de região natural. Tal situação reflete a relação dicotômica estabelecida entre as duas Escolas geográficas: a alemã e a francesa.

Desse modo, a região passa a ser entendida como produto da relação homem-natureza, na perspectiva do possibilismo, onde a ação antrópica humaniza e transforma a região. Não há negação dos aspectos naturais, pelo contrário, considera-se sua interação com os aspectos humanos, através do desenvolvimento de técnicas específicas para sua alteração. Neste contexto, a região configura-se a partir da soma entre o meio natural e o meio cultural, onde os grupos sociais são responsáveis pela sua construção e materialização.

Neste sentido, infere-se que as regiões humanas são mais flexíveis se comparadas às regiões naturais, devido à dinâmica evolutiva imposta pelo homem,

⁵ Para estabelecer com maior exatidão a divisão física, no século XVIII, Filipe Buache (1752) apresentou a Academia de Ciências de Paris, a idéia de estabelecer como física, ou região natural, a bacia fluvial, devido à facilidade de definir os limites dessa. (BEZZI, 1996).

enquanto ser cultural. Desse modo, o mesmo desenvolve técnicas específicas para interferir no meio natural, tornando-o, cada vez mais, artificial, à medida que evoluem os instrumentos de interação.

Pode-se dizer, então, que ao findar o período de estruturação da Geografia Tradicional, o conceito de região teve duas concepções bastante distintas: a natural, desenvolvida pela Escola alemã, baseada nos aspectos físicos e a humana, desenvolvida pela Escola francesa, a qual inseriu a atividade antrópica no contexto regional. Assim, a partir da visão francesa, já se considerava a influência da cultura como fator para diferenciação regional, embora a região tenha sido abordada como estática.

A partir das transformações teórico-metodológicas impostas pelo surgimento da Nova Geografia, a região adquiriu conotação de área classificada e foi trabalhada como uma entidade abstrata. Esta concepção serviu para desenvolver ações de planejamento, pois uma porção do espaço mais ou menos homogênea o torna mais plausível de ser executado.

O critério classificatório regional seguiu os aportes teóricos desta Escola, baseados na quantificação, sendo as regiões definidas, geralmente, a partir de enfoques passíveis de serem matematizados. Salienta-se que, tais classificações foram executadas pelo viés econômico, sem considerar, na maioria das vezes, a cultura. Suas fronteiras foram delineadas a partir dos limites político-administrativos, sejam estes municipais ou regionais.

Tal situação pode ser explicitada através das divisões regionais estabelecidas pelo IBGE. Inicialmente, recortou o Rio Grande do Sul em Microrregiões Homogêneas seguindo o critério essencialmente econômico e, posteriormente em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas⁶.

De acordo com Rodrigues (2006), tal divisão regional do Estado gaúcho, em Mesorregiões permitiu responder por uma identidade regional relacionada ao modelo econômico vigente, como no caso da Campanha gaúcha, com a produção agropecuária. Para as Microrregiões, a autora enfatiza que são unidades regionais,

⁶ Segundo o IBGE (1997), as Mesorregiões Geográficas são áreas individualizadas em uma unidade da Federação que apresente formas de organização do espaço definidas de acordo com o processo social, como determinante, o quadro natural como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares como elemento de organização espacial. Já, as Microrregiões Geográficas são concebidas como partes das Mesorregiões que apresentam algumas particularidades no que se refere a organização do espaço.

que compõe as Mesorregiões e, guardam algumas especificidades, principalmente quanto às formas de produção, relações comerciais e estrutura das propriedades.

De modo geral, segue o critério econômico, com base nos limites municipais. Entretanto, os aspectos sócio-culturais ficam relegados a segundo plano para tal divisão.

Tal afirmação pode ser exemplificada através da individualização da Microrregião Geográfica de Restinga Seca (019), a qual é composta por municípios, cuja origem está atrelada ao processo colonizador ocorrido no Estado gaúcho, inicialmente com alemães e, posteriormente, pelos imigrantes italianos, além da ocupação portuguesa e da presença de afro descendentes.

Caso considerasse os aspectos sócio-culturais, tal regionalização teria um recorte diferente do estabelecido atualmente, pois alguns municípios não pertenceriam a esta Microrregião⁷, mas aos recortes regionais circunvizinhos, aos quais se assemelham mais quanto às características econômicas e culturais.

Neste sentido, observa-se que nem sempre o critério adotado para regionalizar considera a maioria dos elementos que compõe e, individualiza um espaço regional. Obviamente, deve-se observar o objetivo proposto com tal ação, mas sem suprimir aspectos importantes que norteiam o contexto espacial regional. Assim, infere-se que, este tipo de classificação, com ênfase econômica, teve seu marco temporal alicerçado na Nova Geografia, mas que se realiza até a atualidade.

Resgata-se novamente Bezzi (1996, p. 325-326) quando assinala que a região “Deixou de ser um fenômeno único para ser um sistema que se comunica e tem conexões, que se expande e se contrai segundo as necessidades de ajustamento às novas condições”. Esta concepção de região serve, portanto, para explicar os fenômenos espaciais mediante um critério específico, geralmente de ordem política e econômica.

É importante destacar que, o viés social foi novamente resgatado paralelamente ao surgimento da Geografia Crítica, através de novas tendências geográficas que se configuraram como outras formas de explicar a organização e a

⁷ A MRG de Restinga Seca é composta por nove municípios, dentre os quais seis tem sua gênese atrelada a Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS e, os demais como Agudo (descendência alemã), com produção alicerçada a cultura do fumo, assemelha-se mais as características socioeconômicas e culturais da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul (020). Além de Restinga Seca e Formigueiro (portugueses e africanos), que embora tenham significativa produção de arroz, atividade econômica que predomina na Microrregião de Restinga Seca, também se destaca pela pecuária bovina, assemelhando-se mais a Microrregião Geográfica de Santa Maria. (018). (BRUM NETO, 2004).

dinâmica do espaço. Dentre estas destaca-se, de acordo com Corrêa (1995) a Geografia Humanista e, a renovada Geografia Cultural. Esta salientou outra vez a cultura nas pesquisas realizadas pela Geografia, uma vez que tem como objetivo analisar a relação estabelecida entre um grupo social e sua base espacial, a qual confere identidade a partir de características culturais comuns.

Através da cultura a região é então representada. De modo geral, indica distinção e pressupõe um recorte espacial delimitado mediante critérios culturais específicos. A abordagem regional reflete a inter-relação sociedade-natureza em diferentes nuances a partir da construção do espaço geográfico. O enfoque é definido a partir dos objetivos propostos para a análise regional, uma vez que a mesma engloba todos os aspectos humanos e as relações que mantém entre si na produção e reprodução do espaço.

Neste sentido, Bezzi (2002, p. 55) propõe entender a região como “um recorte espacial (subespaço) dinâmico que se estrutura e se reestrutura em um determinado tempo considerando as transformações ambientais, históricas, sociais, políticas e culturais nele engendradas”.

Os caracteres físicos e humanos que configuram o espaço regional conferem originalidade e homogeneidade à região, a partir da escolha de um determinado tema de estudo. Do ponto de vista da Geografia Cultural o critério para regionalizar leva em conta a cultura de um determinado grupo, considerando todos os códigos que a permeiam, que são responsáveis pela sua materialização no espaço.

Neste sentido, Tuan (1980) assinala que a cultura como mediadora entre o homem, enquanto ser cultural e o espaço tem poder de transformar a região em lugar, através do meio simbólico da qual é portadora.

O espaço regional passa a ter um significado para o grupo social, através da materialização da sua identidade, mediada pelos códigos culturais visíveis e não visíveis, mas que são responsáveis pela caracterização da região. Parte-se do pressuposto que o homem como agente (re)organizador do espaço transforma a natureza de acordo com suas necessidades, imprimindo-lhe as características marcantes da sua cultura. Tem-se então, uma configuração regional, onde um grupo social confere à sua base espacial a identidade, que irá diferenciá-la das demais.

Na concepção de Bezzi (2002, p. 17) uma região cultural pode ser definida como

Um conjunto de relacionamentos culturais entre um grupo e um determinado lugar. A região é uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, o qual também é um elemento constitutivo da identidade regional. A região sob enfoque da identidade regional, passa a ser entendida como um produto real, é concreta, existe. Ela é apropriada e vivida por seus habitantes, diferenciando-se das demais, principalmente pela identidade que lhe confere o grupo social.

Dessa forma, reflete como cada grupo social organiza o espaço e imprime neste, seus principais traços, visíveis na paisagem. A relação código-tempo resulta numa configuração única e original, que ao materializar-se forma a região cultural, onde cada porção do espaço mantém suas particularidades.

Assim, a cultura surge como uma forma de interpretar a organização do espaço, através das experiências de cada grupo, suas atitudes e valores, onde as singularidades conferem caráter próprio a uma determinada região, ou seja, um recorte espacial com conotação cultural. Logo, numa região, os laços entre as sociedades e sua base espacial ora ampliam-se ora estreitam-se resultando nas distintas expressões da paisagem.

Os critérios utilizados para delimitar uma região cultural estão assentados, basicamente, nos códigos que permeiam cada grupo social e sua manifestação no espaço. Entretanto, essa manifestação não necessariamente obedece aos limites político-administrativos em suas diferentes escalas.

Neste sentido, Claval (1999) estabelece que uma região cultural é delimitada pela diferença de códigos e como as culturas utilizam-se dos mesmos. No instante e local onde os traços culturais mudam, tem-se a linha limítrofe da região.

Portanto, depende da coesão da cultura e, conseqüentemente, da sua contigüidade no espaço, caso contrário, constituiriam “ilhas” culturais, ou seja, áreas de pouca expressividade devido a sua pequena extensão.

O interior de uma região cultural é definido a partir de códigos específicos, particulares a cada cultura e, responsáveis pela construção de paisagens típicas, oriundas de uma mesma orientação cultural. A região tem, então, uma identidade, que é responsável pela sua própria definição e, também, pela sua diferenciação dos demais contextos regionais que se formam ao entorno.

Isto não quer dizer que seja extremamente homogênea, pelo contrário. A região, por ser uma parcela do espaço, é extremamente desigual, composta por formas distintas, mesmo no interior de um grupo majoritário. Portanto, há algumas singularidades que não guardam as características gerais que definem a região e,

refletem a inserção de “outras” culturas no interior desta e, principalmente, nas proximidades das “fronteiras”, onde a necessidade de trocas é mais acentuada, atestando a dinâmica dos fluxos sócio-culturais no espaço e, também, a integração social mediada, geralmente, pelas necessidades econômicas. Embora, predomine a coletividade cultural. Desse modo, Claval (1999, p.98) enfatiza que “O grupo define a si mesmo por contraste e por exclusão: nós não temos outra possibilidade de dizer *nós* a não ser pelo fato de formarmos uma coletividade que se opõe a massa dos outros...”.

Salienta-se que, a identidade cultural é indispensável para a manutenção de um grupo social e, também, para o entendimento da produção do espaço local e regional em seus respectivos níveis de desenvolvimento.

A região é justamente, a expressão das diferenciações do processo de produção do espaço, onde as diferenças se combinam, mas permanecem como diferenças. (BEZZI, 2002).

Referente ao processo de identificação regional, Castro (1992, p. 33) argumenta que

...enquanto construção espacial, a região é a característica dos processos sociais e incorpora sua dinâmica. Esses processos, entendidos como ação humana-econômica, política ou cultural-sobre uma base natural, estruturam em conjunto a construção do espaço em áreas geograficamente delimitadas, moldando suas peculiaridades e identificando-se com elas (...) A região, portanto, possui uma dimensão territorial e uma dimensão social que interagem e configuram uma escala particular do espaço (...) a região é o espaço vivido, ou seja, o das relações sociais mais imediatas e da identidade cultural.

O grupo social constrói o espaço regional mediante seus valores e anseios, a partir dos quais se identifica o que permite desenvolver um sentimento de apego a sua base espacial, um sentimento de pertencimento, de vínculo. A região cultural é vivenciada pelo grupo e, até pelos que não pertencem a este, mas que, ou se encontram presentes em caráter temporário ou permanente, os quais percebem a expressividade cultural impressa nas paisagens que a compõe.

A região passa a exprimir, então, os laços tecidos entre o grupo e o seu espaço, que segundo Castro (1992, p. 32-33) origina dois tipos de identidade:

[...] um imediato, ou primário, estruturado individualmente, que podemos chamar de Topofilia, e outro estruturado coletivamente, na dinâmica das relações sociais, que caracteriza um espaço de vivência mais ampla, conformando uma identidade espacialmente maior, que seria a região. A região é então uma fração estruturada do território. Por constituir uma

estrutura, a região possui uma identidade que permite diferenciá-la do seu entorno. Essa personalidade regional possibilita sua delimitação a partir da compreensão de especificidades que ela contém. A região é, portanto, concreta, observável e delimitável. Como qualquer segmento do espaço, a região é dinâmica, historicamente construída e interage com o todo social e territorial.

Nesta perspectiva, a região cultural possui uma identidade, conferida pelo grupo social que a individualizou e, é responsável pela sua construção e reconstrução ao longo do tempo. Possui características determinantes que denunciam a origem étnica que a transformou. Tem, assim, significado próprio, atrelado a cultura do grupo. Ter-se-á, então, recortes espaciais distintos, mas que ao somarem-se, evidenciam as características comuns que possibilitam ao “todo” formar um espaço único, onde os grupos sociais se reconhecem e se identificam.

Salientam-se, também, as questões inerentes ao processo de globalização e sua influência no contexto regional. À medida que se prega a homogeneização dos espaços no Globo, tem-se afirmado, cada vez mais, as diferenças, ou seja, o local e o regional, os quais ainda guardam as suas respectivas identidades.

Neste sentido, Oliven (1992, p. 135), ressalta que

Todo esse processo de mundialização da cultura, que dá a impressão de que vivemos numa aldeia global, acaba repondo algumas questões da tradição, da nação e da região. À medida que o mundo torna-se mais complexo e se internacionaliza, a questão das diferenças se recoloca e há um intenso processo de construção de identidades.

O que se vê, atualmente, é a reivindicação de identidades, sejam nacionais, regionais ou locais, contrapondo a tendência global homogênea. A região cultural, hoje, tem afirmado sua identidade mediante a valorização dos códigos culturais e, o resgate do passado, como forma de manter a originalidade.

A tendência à padronização do espaço altera as relações estabelecidas entre homem-natureza, mas não significa a sua homogeneização total, e sim, sua diferenciação em partes. Considerando que atualmente as economias se globalizam e os Estados perdem poder, resta, aos olhos dos geógrafos, a mais pura estrutura, ou seja, a cultura e a natureza, os verdadeiros baluartes da região. (BEZZI, 2002).

Neste contexto, a região cultural surge como resposta ao padrão global homogêneo, como a afirmação de um espaço de diferenciação, mediado pela identidade. Reafirma as singularidades e a originalidade do espaço, permitindo recortá-lo em partes de acordo com todos os aspectos inerentes a cultura e

expressos através dos códigos culturais, responsáveis pela sua materialização e individualização espacial.

2 METODOLOGIA

O estudo da temática cultural no Rio Grande do Sul estruturou-se em etapas, procurando viabilizar o caminho investigativo que orientou a análise do contexto regional gaúcho, considerando o “todo”, pressupondo uma generalização. Mas também procurou-se enfatizar porções menores do espaço regional, especificando algumas particularidades intrínsecas ao processo de regionalização.

Inicialmente, fêz-se um amplo levantamento bibliográfico para estabelecer o referencial teórico-metodológico do trabalho, através de bibliografias específicas sobre a temática em estudo. Estabeleceu-se, então, os conceitos orientadores, suportes teóricos, que fundamentaram a pesquisa.

A concepção de cultura constituiu-se no conceito-chave, a espinha central do trabalho, pois se refere a essência da linha de pesquisa cultural. O entendimento do “que é cultura” torna-se imprescindível para identificar e classificar os grupos sociais em sua relação com o espaço, pois o homem, como produtor e produto da cultura, ocupa concretamente o espaço, recriando-o através de formas simbólicas, compartilhadas com os demais membros de sua comunidade étnica.

Diante da complexidade da concepção de cultura e das demais temáticas que a mesma envolve optou-se por resgatar o processo evolutivo deste conceito, considerando a sua origem nas Ciências Sociais e, também, na Geografia, a partir do momento em que se apropria deste vocábulo para explicar a relação de um grupo cultural com seu espaço, originando a Geografia Cultural. Essa se constitui em uma linha temática que perpassa as fronteiras da ciência geográfica, uma vez que, se associa a Antropologia, a História e a Sociologia para entender a complexidade da questão cultural.

Como os debates acerca da cultura não ocorreram somente na esfera geográfica, pelo contrário, as Ciências Sociais já desenvolviam estudos anteriores a sistematização da Geografia, resgatou-se esse embasamento teórico na busca do correto entendimento da questão cultural, até o que se concebe como cultura na atualidade. Notadamente, os debates não se encerraram ainda hoje, pois, a cultura é dinâmica à medida que se constitui numa construção humana, a qual, o processo evolutivo é inerente.

Como conceito secundário, resgatou-se identidade cultural, por estar atrelada ao conceito de cultura, sendo responsável pela sua caracterização e distinção. O resgate teórico desse conceito direcionou-se a partir das Ciências Sociais devido a disponibilidade de bibliografias referente a essa temática e pelo fato da Geografia, mais especificamente, a Geografia Cultural não enfocá-la de forma mais particular.

Cultura e identidade nesta pesquisa constituíram-se no ponto de partida para entender e diferenciar os grupos sociais, cuja cultura torna-se uma “marca”. Essa construção teórica permitiu a realização das análises das regiões culturais gaúchas, não somente pela individualização via dados, mas pelo entendimento de cultura e suas implicações na prática, isto é, a cultura de um determinado grupo.

Cabe ressaltar que não se trata de uma visão determinista, na qual a cultura é estática, concluída e responsável por formar estereótipos, pois ao longo do desenvolvimento da pesquisa, observou-se a evolução dos costumes e as principais transformações dos grupos étnicos que formaram o Rio Grande do Sul, particularmente, em virtude das necessidades de relações socioeconômicas.

Portanto, a cultura é tratada como processo suscetível de mudanças e a identidade relaciona-se a este, como um processo de identificação. Procurou-se, assim, demonstrar como se manifesta a cultura gaúcha e, mais especificamente, as demais culturas que formam o Rio Grande do Sul atualmente.

Posteriormente, abordou-se a transposição da cultura no espaço, via códigos culturais. Em geral, a bibliografia refere-se a terminologias como símbolos, signos ou códigos quando trata os aspectos que compõe a cultura. Salienta-se que esses conceitos ainda necessitam ser aprofundados pela Geografia. Dessa forma, para definir cada código em particular recorreu-se a bibliografias geográficas e de outras ciências, considerando também os aspectos ligados ao folclore, bem como a definição semântica da palavra.

A pesquisa optou por utilizar a terminologia códigos culturais, baseada em Claval (1999), para salientar a dimensão simbólica da cultura nessa pesquisa. Desse modo, selecionaram-se alguns códigos materiais, como: (a) comunicação (escrita); (b) gastronomia; (c) vestuário típico; (d) música; (e) arte; (f) estilo da casa e (g) religiosidade. No que se refere aos códigos imateriais, considerou-se: (a) valores; (b) ideologias, (c) convenções e (d) comunicação oral.

Estes códigos refletem os aspectos materiais e imateriais, responsáveis pela visibilidade da cultura, onde cada código reflete uma característica cultural peculiar,

repleta de simbologia. Cada grupo cultural apresenta códigos específicos, sempre enfatizando o que é mais significativo, em um constante processo de identificação. Assim, o que é mais importante para uma determinada cultura, em termos de códigos culturais, pode não ser para outra, ou seja, os grupos apresentam diferenciações quanto aos níveis de significação de determinados aspectos da sua cultural. Dessa forma, quanto ao se retratar uma cultura procurou-se ressaltar o que é mais significativo para compor a sua identidade cultural, materializada pela “marca” do grupo social.

Além dos códigos culturais, a transposição da cultura no espaço, também, é representada através das migrações, pois através desse processo pode-se entender a difusão e a diversidade cultural em determinadas porções do Rio Grande do Sul, onde os imigrantes colonizaram através da introdução de contingentes populacionais.

Os demais conceitos abordados- região cultural e paisagem cultural- são responsáveis pela caracterização em escalas espaciais distintas, onde a cultura encontra-se materializada. Optou-se pela região por ser uma das categorias de análise da cultura. Nesse sentido, entende-se que o Estado gaúcho se insere de forma específica, de acordo com a sua evolução histórico-espacial e o contingente de imigrantes alemães e italianos que vieram reconstruir suas vidas neste, ao mesmo tempo em que foram os responsáveis pela ocupação de extensas áreas, onde imprimiram suas características peculiares. Desse modo, cada região é composta por inúmeras paisagens dotadas de simbologia própria, refletindo características culturais particulares, de acordo com a etnia que a transformou.

O conceito de paisagem foi resgatado devido a sua significação nos estudos culturais, pois é nesta categoria de análise do espaço que a cultura se manifesta, com seus aspectos materiais e imateriais e se torna visível. Procurando fugir da mera descrição da paisagem, esse conceito foi analisado mediante todos os códigos que a compõe no Capítulo 5, que trata especificamente das regiões culturais. Ressalta-se que, a identidade da cultura se expressa na paisagem com a materialidade dos códigos culturais mais importantes, dotando-a de formas típicas, originando as paisagens culturais. Para constituir uma região cultural o sistema simbólico da cultura deve estar materializado nessa categoria de análise do espaço.

Definidas as matrizes teóricas, a segunda etapa da pesquisa consistiu na coleta de dados relativos a evolução sociocultural do espaço gaúcho. Para tanto,

estabeleceu-se uma cronologia básica para guiar a construção dos Capítulos 3 e 4, de acordo com a inserção de etnias no Rio Grande do Sul. Considerou-se, inicialmente, a presença do nativo “gaúcho”, primeiro habitante do Rio Grande do Sul e, a inserção de espanhóis, portugueses e africanos no sul no século XVII. Posteriormente, com o início do processo colonizador, tem-se: açorianos, alemães, italianos e o que convencionou-se chamar de etnias diversas, poloneses e japoneses, por terem se inserido em menor número no território riograndense se comparadas ao contingente populacional de alemães e italianos. Também, deve-se ao fato dessas etnias não terem formado regiões de acordo com sua cultura, pois compuseram as regiões mistas ou, formaram ilhas culturais.

Para reconstituir a evolução histórica espacial do território gaúcho buscou-se bibliografias oriundas da História, que reconstituem os caminhos trilhados pelos povos do Rio Grande do Sul, via etnias específicas, procurando ressaltar os aspectos geográficos atrelados a questão sociocultural e espacial. Somam-se a esses dados as informações coletadas na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), relativas a evolução populacional do Estado, dinâmica espacial, criação e limites municipais. Os dados referem-se a etnia que fundou cada município e foram aferidos junto à FEE, Fundação de Amparo aos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e junto as Prefeituras Municipais, nas Secretarias de Cultura (trabalho de campo), quando necessário, ou seja, em caso de imprecisão ou dubialidade dos dados.

No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), foram buscadas bibliografias relativas às principais etnias formadoras do Estado, no acervo da Biblioteca, bem como fotografias antigas dos municípios que compõe as regiões culturais.

A terceira fase da pesquisa esteve relacionada ao trabalho de campo, com intuito de observar “in loco” a problemática em estudo, ou seja, verificar a materialidade da cultura no espaço. Neste sentido, elaborou-se um questionário, instrumento de pesquisa, com questões específicas sobre a temática desta investigação, direcionados as Secretarias de Cultura das Prefeituras Municipais a serem visitadas e, também, Centros de Pesquisa Culturais (ANEXO A) e ao Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) (ANEXO B), que foram à base das entrevistas realizadas.

Para realizar essa proposta de regionalização teve-se como critério a cultura, isto é, a presença de um grupo como fundador do município ou grupo majoritário, considerando a composição étnica superior a 50% da população total. A formação das regiões culturais teve como base os limites municipais, pois se considerou as 496 unidades territoriais que compõe o Rio Grande do Sul para individualizar os recortes espaciais.

Entretanto, nem todos os municípios do Rio Grande do Sul compuseram regiões culturais. Tal fato deve-se, basicamente, aos diferentes níveis de relações socioeconômicas estabelecidas nas distintas porções do Estado. Tal situação, evidencia-se, principalmente, nas cidades de médio e grande porte, onde não é mais possível identificar um grupo cultural específico como principal agente organizador do espaço, em virtude do nível de desenvolvimento socioeconômico das mesmas.

Em geral, são municípios com a urbanização acentuada, cuja economia, centrada nos setores secundário e terciário, torna-se um pólo atrativo populacional em busca de emprego. Neste sentido, a miscigenação de costumes acarreta a formação de um estilo diferenciado das cidades de pequeno porte, onde as relações sociais são mais intensas e, de certa forma, a preservação cultural é passível.

Os centros com urbanização mais acentuada não formaram regiões culturais, constituem áreas neutras, com predomínio do padrão de vida orientado pelo sistema capitalista⁸. No entanto, tal fato não significa que áreas no interior desses municípios (como bairros ou distritos por exemplos), não possam preservar uma determinada cultura⁹.

Ressalta-se que, a partir da definição da composição étnico-cultural de cada município que compõe o Rio Grande do Sul, via dados secundários, estruturou-se um banco de dados referente à principal etnia que formou os 496 municípios gaúchos.

Esse banco de dados foi operacionalizado através da confecção de uma tabela, previamente elaborada no software Word, onde fez-se a relação entre as unidades territoriais que compõem o Estado e a principal etnia, considerando-se a

⁸ Tal situação será enfatizada no quinto capítulo, onde as regiões culturais serão individualizadas e analisadas, bem como as porções do espaço onde a cultura não se materializa de forma evidente.

⁹ Exemplifica-se este caso, pelo conhecimento empírico através do distrito de Arroio Grande, pertencente a Santa Maria, mas que formou-se pela vinda de imigrantes italianos, oriundos da Quarta Colônia de Imigração Italiana, com a qual faz divisa. Ou os bairros do Bexiga (italiano) e da Liberdade (japoneses) em São Paulo. No entanto, em virtude da escala de análise adotada para essa pesquisa, o nível de detalhamento em bairro ou distrito para as 496 unidades territoriais que compõe o Rio Grande do Sul torna-se inviável e, não se constitui em objetivo da pesquisa.

descendência, que os compõem. Os dados referentes a essa etapa têm como fontes a FEE (dados referentes à origem e criação dos municípios gaúchos), Fundação de Amparo aos municípios no Rio Grande do Sul (base de dados populacionais e históricos), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE TEEN), bem como através dos dados obtidos no trabalho de campo, em centros de pesquisa culturais, museus e nas Secretarias de Culturas dos municípios visitados. Ressalta-se que, alguns casos, onde houve a necessidade de contatar alguns municípios, que não foram englobados pelo trabalho, para esclarecer dúvidas referentes à questão cultural, principalmente, os que compõem as ilhas culturais, foi realizado o contato via e-mail, ligações telefônicas ou visitas de campo tendo como base os questionamentos estruturados no questionário do Anexo I.

A coleta dos dados culturais em fontes secundárias permitiu a confecção de um “mapa inicial”, que guiou a escolha dos municípios a serem visitados nas saídas de campo. A elaboração desse mapa realizou-se manualmente, utilizando-se como base o mapa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul, confeccionada pelo Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo (1997), referente à divisão municipal do Estado. Desse modo, delineou-se um esboço das regiões culturais através da individualização de quatro recortes espaciais, segundo critérios culturais no Estado gaúcho, originando a *região cultural 1* (nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana), *região cultural 2* (alemã), *região cultural 3* (italiana) e a *região cultural 4* (mista).

O trabalho de campo procurou evidenciar em *como*, *quando* e *onde* localizam-se as áreas mais expressivas da paisagem, as que contém a “marca cultural”, expressas através dos códigos culturais das etnias que compõe o Estado. As entrevistas foram aplicadas a informantes qualificados (Secretarias de Cultura, Centros de Pesquisa e MTG), procurando, viabilizar a pesquisa em campo e, desta forma, abranger as principais regiões culturais que constituem o Rio Grande do Sul.

Justifica-se esta opção, uma vez que as informações relativas à cultura não são de domínio público, pois se encontram concentradas em determinados locais na forma de dados ou como parte integrante de arquivos, configurando-se como “informações qualificadas”. De acordo com os objetivos propostos nesta pesquisa, procurou-se identificar e estabelecer os principais locais a serem visitados de acordo com as regiões culturais estabelecidas, bem como as ilhas culturais que configuraram-se no Estado.

Tendo em vista que toda a regionalização pressupõe uma generalização, foram visitados os municípios “pólo” (dentro de cada região) mais expressivos na paisagem cultural, aqueles que contêm a “marca” cultural. Para tanto, selecionou-se: - *região cultural 1*, os municípios de Júlio de Castilhos, Pelotas, Rio Grande, Rosário do Sul, Bagé, Piratini, São Gabriel, São Borja, Santiago, Santana do Livramento, Formigueiro, São Sepé, Caçapava.; - *região cultural 2*: Agudo, Candelária, Araricá, Estrela, Feliz, Gramado, Canela, Igrejinha, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Paraíso do Sul, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, Sapiranga, Taquara e Três Coroas; - *região cultural 3*: Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Garibaldi, Ivorá, Jaguari, Nova Palma, São João do Polêsine, Silveira Martins e Veranópolis; - *região cultural 4*: Entre-Ijuís, Ijuí, Itaara, Mata, Restinga Seca, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Pedro do Sul e Toropi.

A seleção desses municípios deve-se a sua expressividade mediante o processo de povoamento e colonização e a importância histórica para o Estado. Além disso, consideraram-se os dados coletados, a divisão municipal e o conhecimento empírico para subsidiar as incursões a campo. Também justifica-se a escolha dos locais, em virtude da melhor infra-estrutura em relação à compilação de dados e a expressividade do município para a região cultural que compõe.

Diante da escala espacial estabelecida e, procurando viabilizar a pesquisa quanto ao tempo e financeiramente, o trabalho de campo teve seu início no segundo semestre de 2005, tendo continuidade no decorrer de 2006 e no primeiro semestre de 2007, objetivando evidenciar todas as regiões culturais estabelecidas, a fim de obter dados e conhecer a realidade cultural local.

Salienta-se que, esta etapa teve caráter complementar para a pesquisa, pois permitiu “vivenciar” as culturas locais, sendo que sua realização contribuiu para o correto entendimento da atual dinâmica cultural do espaço gaúcho.

Os subsídios teóricos atrelados aos dados coletados e ao embasamento empírico proporcionado pela realização do trabalho de campo, estruturou-se a regionalização do Rio Grande do Sul, onde classificou-se as 496 unidades territoriais de acordo com a cultura predominante, viabilizada pela descendência dos primeiros povoadores e imigrantes que ajudaram a construir e organizar o espaço gaúcho.

Para a confecção do mapa final, que resultou na individualização de quatro regiões culturais do Estado, utilizou-se o software Arc View GIS 3.2a. Os dados coletados que foram tabulados em planilhas previamente elaboradas no Word

serviram de base para a inserção em tabelas existentes no Arc View, onde foram arrolados os dados referentes a principal etnia formadora da base municipal. Para tanto, criou-se uma simbologia para representar cada etnia e permitir a regionalização pelo software. De acordo com a cronologia de inserção étnica, a base municipal recebeu uma numeração específica que equivale a região de pertencimento, ou seja, todos os municípios de descendência nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana receberam o número 1; os municípios de origem alemã, o número 2; os municípios de origem italiana, o número 3 e, os municípios de descendência mista o número 4. (Quadro 1).

Salienta-se que, cada número identifica uma região cultural, do 1 ao 4 e, deve-se a essa fato, também, a numeração das regiões. No que se refere as ilhas culturais (IC), os municípios que se classificam nessa terminologia, receberam uma numeração espacial, subsequente, a das regiões culturais. Desse modo, têm-se as ilhas culturais: - polonesas que receberam o número 5 como identificador; - açorianas, com a numeração 6; - alemãs, com a numeração 7; -italianas, tendo o número 8 como identificador; - mistas, com a numeração 9. Na linha que corresponde ao município, somente a célula que corresponde a sua origem étnica recebe a numeração, as demais, relativas as outras etnias, devem ter o número zero (0), que indica a ausência do fenômeno, ou seja, não ocorre.

Tal codificação viabilizou a tabulação dos dados no Arc View e sua aplicação no mapa base, resultando na regionalização cultural do Estado gaúcho, pois esse software possibilitou agregar os dados que constituíram a base para as etapas de análise, interpretação e espacialização dos mesmos. Paralelamente, foram sendo gerados os recortes espaciais responsáveis pela formação das quatro regiões culturais, mediante a criação de uma legenda, em que cada região cultural correspondeu a cores específicas, proporcionando a visibilidade da distribuição cultural no espaço riograndense. Ressalta-se que, para realizar a arte final dos mapas utilizou-se o Corel Draw 12.

Para se recortar o Estado gaúcho em quatro regiões culturais obedeceram-se as seguintes etapas: (1) Coleta de dados em fontes secundárias, referente a composição étnica do Rio Grande do Sul, considerando a sua origem pelos processos de povoamento e colonização e, a conseqüente, descendência que resulta na manifestação cultural nas unidades territoriais gaúchas; (2) Delimitação das regiões culturais, que foram geradas considerando-se a descendência étnica e a

manifestação do sistema simbólico de codificação que permeia um grupo social. Estes critérios constituíram a base para se proceder ao recorte do espaço gaúcho; (3) Recorte Espacial que individualizou as regiões culturais do Rio Grande do Sul.

Município	português	alemão	italiano	misto	IC polonesa	IC alemã	IC italiana	IC mista	IC açoriana
Agudo	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Alegrete	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Antônio Prado	0	0	3	0	0	0	0	0	0
Alegria	0	0	0	4	0	0	0	0	0

QUADRO 1: Exemplo de planilha elaborada no Arc View para regionalizar o Rio Grande Sul de acordo com critérios culturais.

Fonte: FEE, IBGE, Trabalho de campo (2006-2007).

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

Como resultado tem-se: - Região Cultural 1: nativos, portugueses, africanos, espanhóis e açorianos; - Região Cultural 2: alemães; - Região Cultural 3: italianos; - Região Cultural 4: misto (alemães, italianos, poloneses e japoneses). E como Ilhas Culturais, individualizou: - Ilhas Culturais Polonesas; - Ilhas Culturais Açorianas; - Ilhas Culturais alemãs; - Ilhas Culturais italianas e - Ilhas Culturais mistas.

Ressalta-se que, a ordem das regiões culturais estabeleceu-se de acordo com a cronologia histórica da inserção étnica no Estado, obtida através do resgate realizado nos Capítulos 3 e 4. Desse modo, individualizaram-se quatro regiões culturais no espaço gaúcho, considerando a descendência como fator de manutenção das tradições. A geração do mapa que representa as regiões culturais do Rio Grande do Sul agregou e materializou os dados que foram à base para as etapas de análise, interpretação e espacialização dos mesmos.

A confecção do Arquivo Histórico Fotográfico (Anexo D) permitiu a visibilidade da cultura no espaço, mediante códigos culturais que se materializam e expressam os distintos níveis de significância para os grupos culturais que os originam. As fotografias que compõem este Arquivo foram capturadas durante a realização do trabalho de campo, que além de subsidiar a coleta de dados em órgão específicos, possibilitou retratar a materialidade da cultura. Também, utilizou-se fotografias pesquisadas em sites e obras compilatórias específicas que retratam a temática cultural, proporcionando compor um acervo mais completo. Fez-se necessário tecer

alguns comentários ao longo do Arquivo Histórico para elucidar algumas questões e realizar um acompanhamento das figuras sempre que necessário.

A estruturação do acervo seguiu a ordem das regiões culturais, procurando demonstrar os aspectos mais significativos das mesmas. A borda das fotografias segue as cores representativas das bandeiras de algumas nações de origem dos grupos étnicos que representam os recortes espaciais, assim como o layout dos comentários realizados.

Nesta perspectiva, aliando os conceitos aos dados coletados e a observação “in loco”, pode-se interpretar e analisar a gênese e evolução das regiões culturais gaúchas, bem como regionalizar as mesmas, via geração de um mapa final que representou a atual configuração da cultura em território gaúcho.

3 RIO GRANDE DO SUL: ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E CULTURAL- O POVOAMENTO

3.1 A ocupação inicial do Rio Grande do Sul: a inserção de etnias e a construção do gaúcho típico

O movimento dos povos no tempo e no espaço ocupou locais vazios e, contribuiu para o adensamento de outros, já povoados, moldando paisagens e originando sociedades singulares, dotadas de características únicas, que permitiram sua identificação mediante alguns traços típicos. A relação sociedade-natureza é única em cada porção da superfície terrestre, embora mudem as bases físico-naturais e as ações que se realizam sobre esta.

Uma mesma cultura, em movimento, leva consigo a “herança” de valores e crenças que guiam suas ações, mas as imposições diante do “novo” acarretam algumas transformações necessárias para a adaptação do homem a sua nova base espacial. O que é mais significativo permanece e continua a guiar a conduta coletiva de uma sociedade, alterando-se apenas alguns traços que permitam a evolução sócio-espacial do todo.

Desse modo, o homem transpõe suas características culturais no espaço e as perpetua ao longo do tempo, adaptando-as a nova realidade. Ao mesmo tempo em que incorpora outros traços a partir das influências que recebe ao se reorganizar em outro espaço, distinto do original.

Nesse contexto, as relações estabelecidas entre o homem, enquanto um ser cultural e o espaço originam recortes espaciais peculiares, dotados de uma simbologia própria dentro de um mesmo território. O Rio Grande do Sul, por ter sido uma das últimas porções do território brasileiro a ser povoada materializa, objetivamente, a relação existente entre um grupo cultural e o espaço, cuja visibilidade dos códigos culturais pode ser observado na paisagem, a ponto de se identificar à ação humana que a moldou. Tal fato deve-se, basicamente, a forma de povoamento e colonização que originou a sociedade riograndense, através da inserção de etnias distintas que, em geral, permaneceram unidas sobre uma base

espacial contínua, originando regiões e “ilhas” culturais, nas quais sua identificação torna-se mais visível.

Salienta-se que, a atual configuração sócio-espacial do Rio Grande do Sul é resultante de longos processos de ocupação e colonização ocorridos no extremo sul do Brasil. A construção do território riograndense ocorreu em meio a guerras e lutas pela posse da terra, as quais originaram uma sociedade com características culturais marcantes: a gaúcha.

Destaca-se o apego à terra conquistada e aos hábitos que se originaram da relação sociedade-natureza, no sul do País, são traços culturais expressivos. Tal relação é expressa em versos, através da música tradicionalista e difundida em cada porção do espaço riograndense por todos que se consideram gaúchos. Chama-se a atenção para o fato de que alguns grupos sociais guardam os hábitos culturais referentes a sua origem étnica, principalmente, os alemães e italianos, que foram as etnias significativas na colonização do território sulino.

A gênese e evolução da cultura gaúcha são marcadas pela inserção de etnias diversas que ao longo do tempo vieram compor o atual Rio Grande do Sul. Portanto, constituindo uma unidade na diversidade. De maneira geral, pode-se dizer que os seus habitantes se reconhecem como gaúchos e, de alguma forma, cultuam os códigos culturais que permitem identificá-los como tais. Ao mesmo tempo em que, também, mantém os laços com a sua cultura “original”, ou seja, aquela cultura que trouxeram dos seus países de origem e que seus descendentes mantiveram como herança, um legado cultural.

Pensar no gaúcho, na atualidade, como “o homem de botas e bombachas, sorvendo o chimarrão” é, na verdade, o conceber a partir de um estereótipo, baseado na sua origem campeira. Entretanto, há de se considerar que no decorrer do tempo esses códigos culturais que se mantiveram reportam ao passado dos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul.

Portanto, o entendimento da construção da cultura gaúcha pressupõe compreender a gênese sócio-espacial do Estado do acumular de tempos, desde os primeiros habitantes, os nativos, considerar a fase de ocupação e povoamento, com os portugueses e espanhóis, até a introdução do grande contingente de imigrantes alemães e italianos que vieram colonizar o Rio Grande do Sul. Tal situação é marcada pela relação espaço-cultura-tempo. Tem-se, então, a inserção de etnias

específicas em determinados períodos de tempo, viabilizando a evolução cultural no Estado.

Neste sentido, Laytano (1984), enfatiza a influência dos povoadores na construção da cultura gaúcha, dividindo-os de acordo com o grau de importância, segundo a sua contribuição para este processo. Dessa forma, têm-se como etnias essenciais do folclore gaúcho: o português, o índio e o negro, por terem sido os primeiros a povoarem e a constituírem a sociedade riograndense. O indígena, como o primeiro habitante do Rio Grande do Sul, através de seus hábitos originais alicerçou o surgimento da cultura gaúcha. Já, o português e o africano, são considerados marcos do efetivo povoamento da Província, via trabalhos que desenvolviam nas estâncias pastoris.

Por conseguinte, tem-se a formação do Estado gaúcho através de etnias diversificadas¹⁰: o luso-brasileiro e o luso-açoriano. As etnias secundárias¹¹ são marcadas pela presença do hispano-rio-platense e do judeu. Já, as etnias atuais¹² são compostas pelo alemão e pelo italiano. E, por fim, tem-se a contribuição das etnias menores¹³, com destaque para: poloneses, japoneses, libaneses, sírios e árabes, holandeses, chineses, franceses, uruguaios, argentinos e espanhóis, além dos russos, ucranianos e letonianos. (LAYTANO, 1984).

Ressalta-se que, todos estes povos vieram em maior ou menor contingente, constituir o Rio Grande do Sul ao longo do seu processo evolutivo sócio-espacial, marcando a inserção de hábitos culturais distintos, mas que ao se somarem, agregaram valor à cultura gaúcha como um todo. E, são responsáveis pela sua construção e caracterização, conferindo-lhe uma identidade cultural atrelada a figura do tipo regional característico do Pampa: o gaúcho.

Como enfatiza Cucho (2002)¹⁴, o Rio Grande do Sul também se reconhece como uma unidade na diversidade, pois possui uma identidade cultural que o torna

¹⁰ As etnias diversificadas são assim denominadas por constituírem-se através da miscigenação do português nato com o brasileiro e o açoriano. Tal situação deve-se ao processo direto de ocupação do Estado pelas etnias portuguesas, africanas e nativas, as quais desempenharam influência direta de códigos culturais, enquanto as etnias diversificadas resultaram na mistura, ou seja, na diversificação dos costumes.

¹¹ São consideradas etnias secundárias devido a pouca expressividade para a contribuição étno-cultural do Estado gaúcho, sendo que, integraram-se a sociedade em geral, não compondo grupos sociais compostos por grandes contingentes populacionais.

¹² As etnias atuais são assim denominadas por constituírem o grande contingente de imigrantes a colonizarem o Rio Grande do Sul a partir de 1824, com os alemães e, 1875, com os italianos.

¹³ Denomina-se etnias menores por terem sua inserção atrelada a vinda de pequenos grupos sociais.

¹⁴ Reveja Capítulo 1, quando o autor se refere à questão cultural como um todo e em partes.

singular e permite que ele se reconheça e seja reconhecido, ao mesmo tempo em que guarda a diversidade cultural formadora de sua unidade através da herança cultural cultuada pelos descendentes de povoadores e imigrantes que vieram para o Estado reconstruir suas vidas.

Neste contexto, para se entender a complexidade da questão cultural gaúcha é necessário que seja analisada a conjuntura de fatores que ao se somarem foram responsáveis pela construção do Rio Grande do Sul como unidade da Federação. Tal situação pressupõe o resgate das fases de inserção étnica e sua mobilidade no espaço riograndense para que seja entendida a atual organização do espaço gaúcho em virtude dos grupos sociais que o povoaram. Assim como, a sua estruturação socioeconômica, pois, em geral, os processos de povoamento e colonização tiveram como meta central, além da efetiva ocupação das terras sulinas, desenvolver atividades econômicas, inicialmente, a pecuária no centro-sul e, posteriormente, com a corrente imigratória, a agricultura na porção nordeste e norte do Estado.

O espaço gaúcho estruturou-se através de uma lógica, constituída através de fases de ocupação e de políticas de incentivos econômicos, que visavam tanto os *movimentos humanos que atraem* como no caso da sua ocupação, quando o Governo ofereceu subsídios para a permanência na terra, seja dos pecuaristas ou dos agricultores no processo de “colonização dirigida” como salienta Roche (1969). Como, também, *os que dispersam*, a exemplo do fechamento da fronteira agrícola no Estado, quando houve uma significativa “busca de terras”, fazendo com que o gaúcho saísse do Rio Grande do Sul em direção a outros Estados.

Os fluxos migratórios têm na organização espacial importante papel, pois delimitam fases do ponto de vista sociocultural, demonstrando que as necessidades econômicas e a constante busca do crescimento e do desenvolvimento encontram-se estreitamente atreladas a mobilidade do homem no espaço. Há de se considerar que, o homem como um ser cultural leva consigo seus hábitos culturais, como enfatiza Sorre (1984), transportando-os e materializando-os no espaço. Cita como exemplo as migrações, em outros espaços, distintos daquele de origem, nas quais o homem transpassa todos os seus códigos culturais.

A reorganização do grupo social em outro espaço denota uma fase importante de transmissão cultural, pois busca reconstruir o vínculo sociedade-natureza e, tudo que permite essa reconstrução, ou seja, as ações e atitudes em relação ao meio,

são mediadas pela cultura. Portanto, justificam-se as semelhanças entre espaços distantes, como nas áreas de colonização no sul do Brasil e as pequenas cidades Européias, principalmente na Alemanha e na Itália, de onde provieram a maior parte dos imigrantes que colonizaram o Rio Grande do Sul.

Ao se analisar as fases de povoamento e colonização das terras gaúchas pode-se identificar a tentativa de reconstrução cultural. ao mesmo tempo, em que essas permitem distinguir a evolução das culturas no tempo e no espaço, mediante as transformações de alguns códigos para que os migrantes pudessem se adaptar a nova realidade.

Pode-se dizer que, estas transformações foram experimentadas por todas etnias que compuseram o gaúcho, desde o nativo até a última parcela de imigrantes europeus que o compôs. A necessidade de adaptação e, sobretudo, de trocas comerciais, impuseram aos colonizadores, a necessidade de relacionar-se e integrar-se, tendo na linguagem o primeiro código a alterar-se.

À medida que novos espaços foram ocupados, mais complexa se tornou a composição cultural do gaúcho. Portanto, o gaúcho primitivo, oriundo do Pampa até a atualidade, várias facetas deste tipo regional podem ser identificadas no Rio Grande do Sul: o “gaúcho de Porto Alegre”, o “gaúcho da Campanha”, o “gaúcho das Missões” e o “gaúcho do norte”.

Nesse contexto, para se estabelecer o marco inicial da cultura gaúcha, há de se considerar os primeiros habitantes das terras que hoje compõe o Rio Grande do Sul: os nativos¹⁵ e/ou “povos indígenas” que vagavam livremente pelo Pampa, divididos em tribos, cada qual cultivando costumes específicos.

O nativo brasileiro, se comparado às demais populações originais da América é considerado “atrasado”, sobretudo, pelo seu modo de vida. Organizados em tribos, não realizaram grandes obras arquitetônicas que pudessem servir de testemunha do desenvolvimento técnico de sua civilização.

Encontravam-se esparsos pelo território gaúcho, unidos em grupos sociais específicos de acordo com suas aptidões culturais. Pois “ser nativo” do Brasil não significa homogeneização de costumes. Pelo contrário, as disparidades são

¹⁵ A denominação nativo é considerada mais adequada pelos historiadores de um forma geral, pois argumentam que os “índios” são os habitantes da Índia, e não os habitantes originais do Brasil. Portanto, considera-se um equívoco histórico tal denominação.

inúmeras, principalmente, se compararmos regiões distantes, como o norte e o sul do Brasil.

As próprias condições físico-naturais do sul já pressupõe hábitos distintos em função das necessidades de sobrevivência. Não há determinismo em tal afirmação, pois se considera a condição técnica dos povos sulinos anterior ao século XVI, onde os nativos “gaúchos” dependiam, basicamente, do meio natural. E, mesmo no Rio Grande do Sul, as particularidades ainda se fizeram presentes, pois as distintas tribos que vagavam pelo território gaúcho também apresentavam diferenciações de acordo com seus hábitos e costumes, formando as etnias ou nações “indígenas”.

No que diz respeito à presença humana anterior ao efetivo povoamento do Rio Grande do Sul pela Coroa portuguesa, Fortes (1981, p. 18), salienta que

Os mais remotos habitantes das terras foram os indígenas que se distribuíram, seja ao longo do litoral, seja no interior, chegando até as barrancas do rio Uruguai e, desde o norte até Quaraí [...] no que se refere ao indígena que habitava as plagas riograndenses, julgamos que, basicamente, em sua maioria e por suas afinidades culturais e lingüísticas, era de origem Guarani, grupo étnico difundido por toda a América do Sul.

O nativo do Pampa constituiu, então, a primeira cultura a se desenvolver no Rio Grande do Sul. Distribuíram-se em tribos distintas vagando pelo território riograndense, as quais desenvolveram hábitos culturais diferentes, ao mesmo tempo em que mantiveram alguns traços culturais comuns.

A ausência de ocupação portuguesa e espanhola no sul preservou, por um espaço de tempo, a liberdade dos nativos, que em geral, eram nômades, mas respeitavam certa territorialidade, pois se distribuíram no espaço de acordo com as similaridades culturais, habitando e locomovendo-se em porções determinadas do espaço riograndense.

Essa mobilidade posteriormente, restringiu-se cada vez mais, em função da diminuição do espaço habitável pelo nativo devido à ocupação do território pelos portugueses. Para os “donos” da terra, atualmente, restaram apenas as reservas indígenas, nas quais procuram cultivar alguns hábitos referentes à sua origem, embora já se encontrem bastante alterados devido ao contato com outros grupos sociais.

Estima-se que a população nativa no período que antecede a ocupação européia no Rio Grande do Sul compreendeu cerca de 300 mil nativos. (MOREIRA,

1997). A expressividade da presença nativa no sul é retratada através do contingente populacional inicial, bastante significativo.

Estes se encontravam divididos em tribos, dispersas pelo território riograndense, sendo que, os *Charruas* habitavam o extremo sul do Rio Grande do Sul e do Uruguai; os *Tapes* ocupavam a porção centro-sul, estendendo-se por uma faixa em direção ao noroeste até as Missões; os *Arachanes* no sudeste, nas proximidades da Laguna dos Patos; os *Caáguas* e *Guananases* na porção nordeste, atual Serra Gaúcha; os *Carijós* na divisa com a Vila de Curitiba (atual Santa Catarina); os *Ibiraiaras* no centro-norte e os *Minuanos* e os *Ganôas* no sudoeste gaúcho. (THOMAS, 1976). (Figura 2).

Observa-se que, inicialmente o espaço rio-grandense encontrava-se dividido em regiões específicas de acordo com a ocupação das tribos nativas. Consideradas “atrasadas”, estas tribos não deixaram muitos vestígios materiais que indicassem sua presença, a não ser cerâmicas e desenhos em rochas. Contudo, embora não tenham deixado um significativo legado material que sirva de testemunho das “obras” realizadas pelas “nações indígenas”, o Rio Grande do Sul deve a esses povos o alicerce da atual cultura gaúcha. Pois desenvolveram códigos culturais que se mantiveram ao longo do tempo e que, hoje, ainda são cultuados como tipicamente gaúchos.

Referindo-se a “herança indígena”, Haesbaert (1988), assinala alguns hábitos desenvolvidos pelos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, como a prática da agricultura pela etnia Gê e Tape no norte e no centro do Estado; a caça pelos Chanás na porção fronteira do sul-sudoeste¹⁶. Além desses, outros hábitos, como a cavalgada, já eram praticados, sendo que os charruas eram considerados hábeis cavaleiros. Habitavam, principalmente, o sul do Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai. (FORTES, 1981).

Pode-se observar que, deve-se a esta porção do espaço, no extremo sul do Brasil, o surgimento do gaúcho típico, inicialmente, com o nativo e, posteriormente, com o europeu, através da miscigenação de costumes entre o nativo, o português e o espanhol.

¹⁶ O autor enfatiza ainda que, provavelmente tenha surgido destas práticas o mito de que somente as áreas de mata seriam favoráveis à prática da agricultura. Tanto que, ao longo do povoamento o sul tornou-se eminentemente pecuarista e o norte agrícola.

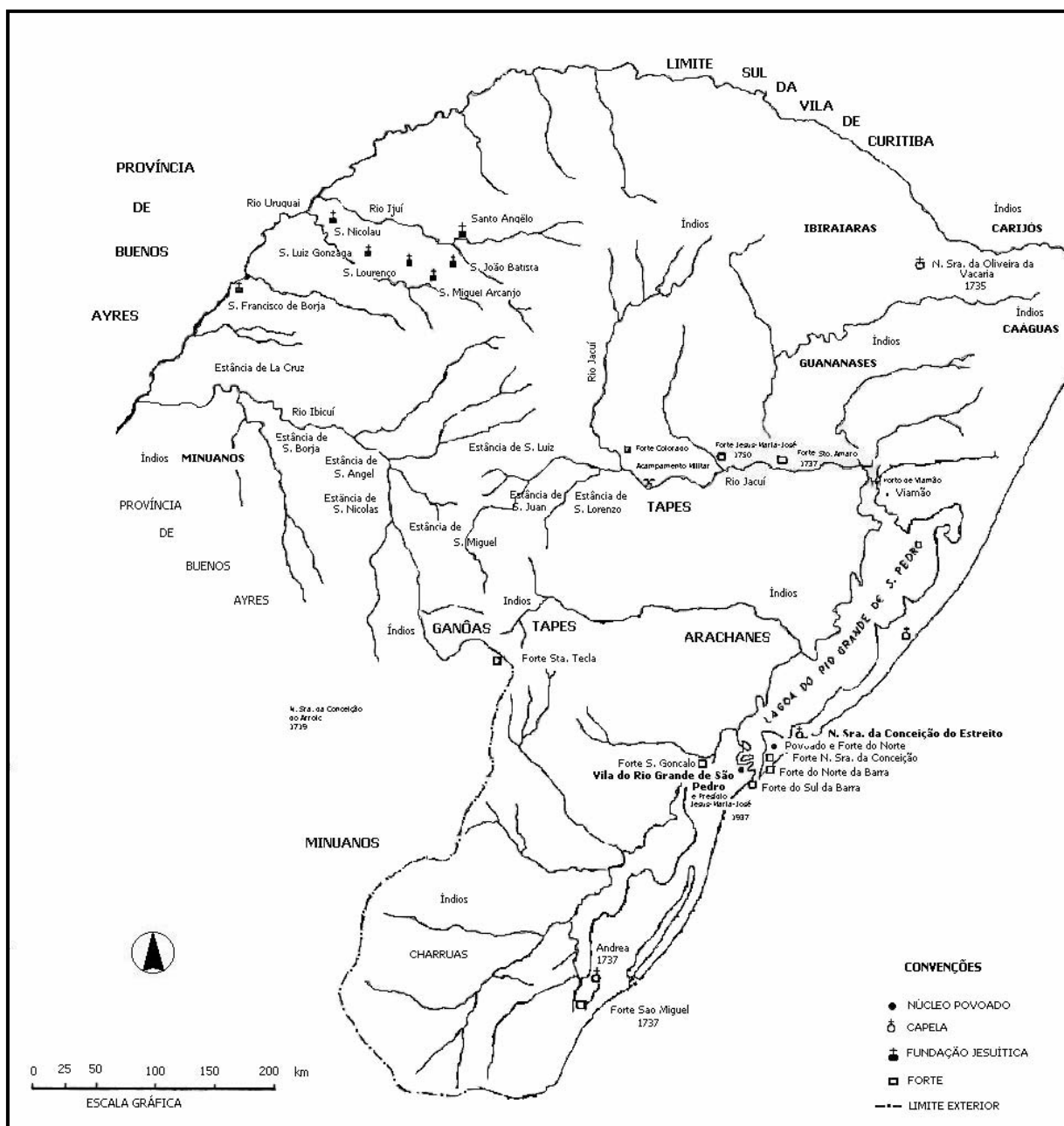


Figura 2 : Distribuição espacial dos nativos riograndenses.

Fonte: Adaptado de Thomas, 1976.

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

De acordo com César (1980) apud Haesbaert (1988) a cultura desenvolvida pelos Charruas foi essencial para criar o tipo clássico do gaúcho primitivo, pois já cultivavam a terra e assavam carne em brasas, espetada num pedaço de pau. O

autor afirma também que, os Minuanos já utilizavam ponchos de couro e *chiripá*¹⁷ (de algodão), alimentando-se de churrasco (carne assada na brasa em espeto de madeira), chimarrão e, mascando fumo. São hábitos desenvolvidos em virtude das necessidades impostas pelo meio natural, com vestuário próprio para o frio e para a atividade a que se destinavam e comida mais calórica para obter a energia necessária.

A somática com o português e o espanhol somente aperfeiçoou tais costumes, até que o que se concebe atualmente como hábitos tipicamente gaúchos. Sendo que, antes, constituíam-se em práticas comuns, essencialmente, necessárias para sua sobrevivência.

Salienta-se que, até o século XVII o Rio Grande do Sul era povoado essencialmente pelos nativos, os quais já desenvolviam algumas das atividades agropecuárias em caráter de subsistência, responsáveis por caracterizar economicamente o futuro do território gaúcho.

Concomitantemente a presença nativa implantou-se na porção sul da América as reduções indígenas. De acordo com Fortes (1981), em 1609 foi fundada a Província Jesuítica do Paraguai, com a instalação da cruz da primeira redução nas proximidades do rio Paraná. Desse modo, as reduções indígenas instalaram-se em três grandes áreas: no atual território da República do Paraguai, entre os rios Paraná e Paraguai e, às margens do rio Uruguai.

O interesse dos jesuítas espanhóis pelo sul, despertou também a atenção dos portugueses, como ressalta Bezzi (1985, p. 11), quando diz que

A partir do século XVII, surgiram as primeiras tentativas de expansão rumo ao sul. Tal fato foi devido ao apressamento dos índios para vendê-los como escravos nas zonas açucareiras. Nesta época, os bandeirantes paulistas lançavam-se contra as reduções indígenas, fixadas pelos missionários da Companhia de Jesus, em território espanhol.

Como os únicos habitantes do sul continuavam sendo os nativos no século XVII, as ações dos espanhóis e portugueses ocorreram sobre estes, geralmente em

¹⁷ O chiripá é um termo regional utilizado para designar a vestimenta usada pelos peões de estância ou camponeses, que consta de uma peça quadrilonga de fazenda (metro e meio), que passa por entre as pernas, apertada à cintura em suas extremidades por uma cinta de couro ou por uns tirados. Para fazer o chiripá pode-se empregar e, usa-se geralmente, um poncho de pala". De acordo com as particularidades intrínsecas ao contexto regional, o chiripá apresenta variações quanto ao tecido usado para sua confecção e a forma como é transpassado pelo corpo. (COHEN, 2007).

caráter exploratório das terras pertencentes até então às tribos ou na busca de escravos.

A fundação das missões jesuíticas teve como objetivo central proteger os nativos contra as investidas dos colonizadores ibéricos, que rumavam para o sul em busca de escravos. Exerciam, então, uma função de defesa e, também, garantiam o controle e defesa dos territórios conquistados e a catequização dos nativos, aumentando o poder de influência e de abrangência do catolicismo. As Missões organizaram-se e estruturaram-se com base na doutrina católica e tinham na figura dos padres jesuítas os catequizadores da Companhia de Jesus, os quais contribuíram para a expansão do cristianismo e também do império colonial espanhol.

Como afirma Fortes (1981, p. 21), em geral “[...] os índios que habitavam as terras sulinas eram de índole social e não ofereceram, com poucas exceções, maiores entraves a sua absorção pelos Jesuítas, nem ao seu relacionamento com os portugueses e paulistas”. Entretanto, o autor destaca como exceção, os guaranis. Estes ofereceram maior resistência aos Jesuítas e também aos paulistas devido a sua agressividade mais acentuada. Porém, a amistosidade da maior parte dos povos nativos, atraiu aventureiros em busca dos mesmos para escravizá-los.

As primeiras incursões rumo ao sul tinham como objetivo buscar escravos via apressamento dos índios, tanto por parte da Coroa portuguesa como da espanhola. O constante conflito entre os índios e as tropas espanholas e luso-brasileiras acarretou o êxodo das Missões espanholas para a margem portuguesa, com intuito de diminuir o potencial demográfico do dispositivo fronteiriço rival, principalmente alvo dos caçadores de escravos.

A alternativa encontrada para solucionar esta problemática foi instalar as Missões em território brasileiro, no Guairá, a leste do Paraná e, no Tape, em terras do atual Rio Grande do Sul. (FORTES, 1981). Desse modo, procurou-se proteger a população aldeada das bandeiras de apressamento através do abandono das primeiras reduções e as instalar em áreas mais seguras.

Esta área compreendia a porção noroeste do Rio Grande do Sul, estendendo-se da Bacia do Jacuí, limitando-se com os contrafortes da Serra do Mar e por outro lado com o rio Uruguai. (BEZZI, 1985).

Desse modo, em 1620, às margens do rio Ibicuí foi instalada a redução de Nossa Senhora da Candelária. (FORTES, 1981). Tal fato marcou a inserção

espanhola no Estado, uma vez que teriam sido essas as primeiras povoações, num sentido mais primitivo a serem estabelecidas no Rio Grande do Sul.

Entretanto, segundo Thomas (1976, p. 17), alguns problemas quanto à segurança decorreram e

[...] essas reduções tiveram duração efêmera, pois os bandeirantes paulistas incursionavam frequentemente pela região, a fim de aprisionar os índios, destruindo seus acampamentos, em vista disso, os Jesuítas espanhóis retiraram-se para a margem direita do rio Uruguai, dispersando o gado pelos campos gaúchos, ao sul da bacia do Camaquã, que se tornou conhecida como “Vacaria do Mar”.

Assim, as primeiras reduções instaladas em solo riograndense foram abandonadas em virtude das dificuldades enfrentadas, o que acarretou a formação de um rebanho bovino ao ar livre nos campos do sul. Salienta-se que, a vastidão dos campos com abundante pastagem natural aliada a ausência de uma sociedade para desenvolver a incipiente atividade pecuária contribuíram para a livre multiplicação do rebanho.

Formou-se, então, a futura base de apropriação da terra no Estado, e também a inserção do gado na futura Campanha gaúcha. Embora tivesse desenvolvido um significativo rebanho bovino livre no Pampa, o Rio Grande do Sul permanecia sem despertar o interesse direto da Coroa portuguesa, principalmente quanto a sua efetiva ocupação.

Após mais de meio século, os Jesuítas retornaram ao Rio Grande do Sul e fundaram os Sete Povos das Missões, às margens do rio Uruguai: São Francisco de Borja (1686), São Nicolau (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (a capital, em 1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custodio (1706). (FORTES, 1981). (Figura 2).

O Rio Grande do Sul voltava a ser foco do “mundo civilizado” por meio das reduções indígenas, desta vez localizadas no noroeste do Estado. A construção das Missões pelos jesuítas marca as grandes obras desenvolvidas pelos nativos brasileiros, como testemunhas têm-se as ruínas dos Sete Povos das Missões, as quais contam a história do desenvolvimento e da evolução da atividade missioneira no sul do País.

O Estado gaúcho sempre esteve geograficamente afastado dos centros lusitanos, no litoral do Brasil, mas muito próximo dos interesses espanhóis, sendo que sua presença no Estado efetivou-se através dos missionários e não pelas

armas. (RAMBO, 2000). Sem intuito comercial e exploratório, foram os espanhóis os primeiros a adentrarem as terras gaúchas e a iniciar atividades sociais e econômicas para subsistência, diferente dos portugueses que incursionavam ao sul com caráter exploratório.

A partir do momento em que foram aldeados, os nativos desenvolveram diversas atividades, distintas daquelas a que estavam habituados, dentre as quais destacam-se a agricultura e a pecuária, com os cultivos de cana-de-açúcar, hortaliças, árvores frutíferas e algodão, além da criação de gado.

Destaca-se também, a extração da erva-mate, matéria-prima do chimarrão e, um dos principais símbolos da cultura gaúcha. Num primeiro momento, foi buscado a grandes distâncias como na Serra de Botucaraí, na área do atual município de Soledade e na mata do Uruguai. Após, os índios aprenderam a fazer muda e plantaram grandes ervais. (FORTES, 1981).

Com o povoamento inicial do Estado, o hábito do chimarrão consolidou-se e, posteriormente, passou a ser cultuado por todas as etnias que vieram compor o Rio Grande do Sul. Além disso, as Missões foram responsáveis pela formação de um grupo social, que embora incipiente, deixou um significativo legado aos futuros povoadores do Rio Grande do Sul: o rebanho bovino, em torno do qual, surgiram e se moldaram costumes, oriundos do cotidiano campeiro, que vieram a contribuir para a formação da cultura gaúcha.

Salientando a importância da ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul, Bezzi (1985) assinala a integração social do território gaúcho, a ordenação da vida humana sob o ponto de vista econômico e o surgimento da civilização, as quais tiveram como característica principal a criação de gado e a implantação da agricultura com o comércio da erva-mate.

Portanto, até o século XVII o espaço riograndense foi marcado pela presença dos nativos, livres ou aldeados nas Missões implantadas no noroeste gaúcho, além do português e do espanhol, que esporadicamente realizavam incursões rumo ao sul para obter informações a respeito das potencialidades das terras sulinas. As incursões tinham caráter exploratório, para reconhecimento do território.

Culturalmente, predominavam nesse período, os costumes do homem nativo, em completa interação com a natureza, ou seja, retiravam dessa apenas o necessário para sua sobrevivência. Já cultuando hábitos como a cavalgada, o chimarrão e a carne assada em brasas, pode-se dizer que o indígena que habitava o

Rio Grande do Sul construiu o “marco inicial” da cultura gaúcha, podendo ser considerado como o gaúcho primitivo em seu estágio evolutivo inicial.

No entanto, salienta-se a influência ibérica no processo de construção sócio-espacial, via aldeamento indígena. Houve transformações no modo de vida dos nativos, ou seja, um processo de aculturação¹⁸. O qual pressupõe o contato entre duas culturas distintas: a indígena e a espanhola (jesuíta).

Considerando que a cultura tem origem na convivência entre os indivíduos, baseada na interação estabelecida entre os mesmos, pode-se dizer que, tanto o nativo quanto o espanhol e, mesmo o português, passaram por processos de transformação dos seus costumes, devido à convivência, a adaptação e a assimilação de outros códigos culturais.

No entanto, aculturação não significa a negação dos costumes originais de uma cultura e, sim a adição de códigos que contribuam para a evolução natural de um determinado grupo social. O contato, não acontece sem que haja influência mútua entre os grupos envolvidos, os quais passam a conviver cotidianamente. É o processo evolutivo normal da cultura, construída e reconstruída ao longo do tempo, agregando elementos e dispersando outros, que já não são mais necessários para a composição cultural.

Tal situação acarretou mudanças nos modelos culturais originais do indígena aldeado, principalmente quanto à organização social e ao sistema de trabalho. Estas condições passaram a ser determinadas e transmitidas segundo a doutrina pregada pela Companhia de Jesus, tendo como veículos os missionários jesuítas.

De modo geral, as missões desempenharam uma função importante no que tange a evolução sócio-espacial do território riograndense, como marco inicial de uma estrutura social hierarquizada, baseada na organização do trabalho indígena e na cooperação em benefício do próprio grupo. Passaram a se desenvolver atividades cotidianas, com divisão de tarefas, atribuindo-se responsabilidades ao nativo quanto à organização e manutenção das Missões. O trabalho missionário resultou em um espaço produtivo, promissor e desenvolvido.

¹⁸ Na concepção de Redfield; Linton; Herskovits registrado no *Memorando para os estudos da aculturação* (1936) citados em Cuche (2002), a aculturação consiste no conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos moldes (*patterns*) culturais iniciais de um ou dos dois grupos. Sendo que o termo *aculturação* foi criado pelo antropólogo J. W. Powel, em 1880, em estudos relativos à transformação dos modos de vida dos imigrantes ao manter contato com a sociedade americana.

A prosperidade missioneira atraiu a atenção das coroas portuguesa e espanhola para esta porção do espaço colonial, até então desocupado em virtude da falta de “atrativos naturais”. Procurou-se estabelecer um ponto de ocupação e fixação no extremo sul, Portugal fundou, então, a Colônia de Sacramento. Para Fortes (1981) a construção dessa fortaleza iniciou-se em 1680 com a organização de uma expedição rumo ao sul, objetivando efetivar sua presença e proteger o território. A colônia de Sacramento tornou-se, então, o ponto de ocupação portuguesa mais ao sul, em áreas de litígio com a Espanha, marcando presença a partir do “*uti possidetis*”. A inserção e fixação portuguesa e espanhola já assumia proporções maiores devido a situação que antecedeu os inúmeros conflitos pela posse da terra. Tal fato evidenciou-se, inicialmente, com as Missões, em seus avanços e recuos e, com povoados, que posteriormente se tornariam cada vez mais efetivos nas terras sulinas, buscando fixar-se.

No que se refere às estratégias portuguesas e espanholas de ocupação do sul, Haesbaert (1988, p. 31), afirma que

A disputa pela apropriação do espaço no Extremo-Sul entre portugueses e espanhóis, ao longo dos séculos XVII e XVIII é bem evidente no avanço e recuo das missões jesuíticas na área da alta bacia do rio Uruguai, onde estas implantaram-se como um verdadeiro “quisto” entre os territórios controlados pelas duas coroas. Aos poucos a luta se expandiu para as áreas do Pampa, “terras de ninguém”, rumo ao estratégico estuário do Prata, verdadeira sentinela geopolítica onde, ainda em 1680, fora estabelecida pelos portugueses a Colônia de Sacramento, palco de acirradas lutas com os espanhóis.

Teve início a disputa pelo território sulino e a tentativa de fixar fronteira pelos colonizadores, via implantação de povoados em pontos estratégicos. Na concepção de Fortes (1981), a fundação de Sacramento despertou o interesse da Espanha para um possível avanço português no Prata. E, Portugal, visando proteger Sacramento, fundou Laguna em 1684¹⁹, a qual exerceu função de proteção, pois se constituiu num posto avançado.

Enquanto isso, os espanhóis marcavam presença no noroeste gaúcho via reduções indígenas e, os portugueses fizeram do Rio Grande do Sul apenas um caminho de passagem até a Colônia de Sacramento, utilizando-se do litoral.

¹⁹ Inicialmente Laguna teve como função proteger e apoiar a Colônia de Sacramento por ser o povoado português mais próximo. Posteriormente, serviria de ponto de partida dos primeiros colonizadores do Rio Grande do Sul.

As incursões portuguesas pela faixa litorânea fizeram com que estes tomassem conhecimento das imensas reservas de gado da Vacaria do Mar. A partir disso, foram implantadas invernadas no litoral desde São José do Norte até Torres. O interesse efetivo dos portugueses pela posse do sul deve-se as atividades econômicas desenvolvidas pela colônia brasileira, onde o ciclo da mineração exigia cada vez mais, o fornecimento de animais de carga e de seus derivados para abastecer este mercado. (THOMAS, 1976).

O potencial econômico do rebanho bovino da Vacaria do Mar fez com que o gado se tornasse alvo tanto dos portugueses quanto dos espanhóis vindos do sul. Procurando sanar essa problemática, os jesuítas, segundo Thomas (1976, p. 18):

[...] resolveram transferi-los da Vacaria do Mar para um local mais protegido, numa zona de campos cercada de matas, a nordeste do Rio Grande, que se tornou conhecida como "Vacaria do Pinhais" ou "Campos de Cima da Serra", de onde o gado se expandiu para todos os arredores.

O rebanho bovino implantado pelos jesuítas tornou-se o principal atrativo do Rio Grande do Sul. A preta do gado estimulou a vinda de portugueses, a qual originou o povoamento efetivo do Estado. Assim, segundo Fortes (1981), em 1709 os jesuítas fundaram a Vacaria do Pinhais, atual município de Vacaria, introduzindo bovinos nos campos do Planalto.

Ressalta-se que, a "*Vacaria de los Pinales*" foi à denominação dada as grandes extensões de campos utilizados pelos missionários para a criação de gado. (FAMURS, 2003). A Vacaria do Mar desenvolveu um significativo rebanho bovino ao ar livre, dotando a Serra gaúcha da característica pecuarista, assim como na porção sudoeste do Rio Grande do Sul, vai influenciar nos limites dos futuros municípios, os quais caracterizam-se por grandes extensões territoriais se comparados aos que se originaram da zona de colonização.

Salienta-se que, os rebanhos implantados pelos jesuítas constituíram-se num atrativo para os aventureiros em busca do gado solto, iniciando uma atividade sem controle no sul. Teve início, então, a doação de sesmarias objetivando firmar a posse da terra no sul, até então, indefinida em virtude das disputas fronteiriças entre portugueses e espanhóis, mas que no entanto, não formalizaram posse do território.

De acordo com Bezzi (1985, p. 18), a doação de sesmarias no sul ocorreu de forma diferenciada, pois

Ao contrário de outras regiões do País, em que a concessão de sesmarias aos colonizadores obedecia a critérios de posses pessoais, no extremo sul do Brasil as doações foram efetivadas principalmente a militares que deram baixas e se afazendaram e, um pouco mais tarde, a tropeiros enriquecidos. Essa modalidade de ocupação do território, cuja base econômica veio a ser a pecuária extensiva, implicava, porém, numa grande dispersão da população.

Teve-se como marco inicial o ano de 1733 para a vinda dos primeiros lagunenses, na condição de donos das invernadas para o Rio Grande do Sul. (THOMAS, 1976). Formaram-se, então, as estâncias para a criação de gado, inicialmente no leste, nas proximidades de Viamão e, posteriormente, expandindo-se para o sul (Pelotas) e oeste (Campanha).

Na concepção de Brum Neto (2004, p. 15) a atividade estancieira no Rio Grande do Sul garantiu “[...] a soberania da Coroa portuguesa sobre este território e, embora esta tivesse concedido os primeiros títulos de sesmarias em 1732, a ocupação já se efetivara muito antes através das invernadas”.

Tanto que foi criado um “caminho do gado”, rumo ao norte, para conduzir o rebanho para São Paulo e Minas Gerais. (FORTES, 1981). Tendo como denominação Registro da Velha Guarda, sob a invocação de Santo Antônio, datando de 1725. (FEE, 1981). Era um posto de controle e de registro do gado que saía do Rio Grande do Sul e que, mais tarde originou o município de Santo Antonio da Patrulha.

A exploração da atividade pecuarista no Rio Grande do Sul originou e efetivou a construção da sociedade gaúcha, inicialmente, campeira, ligada à vida e as atividades da estância ao redor da qual se formavam pequenos núcleos de povoamento, os quais foram à gênese de alguns municípios riograndenses atuais, principalmente, no sul, oeste e nordeste do Estado.

Logo após a instalação das primeiras estâncias no Rio Grande do Sul foi fundada a Comandância do Presídio de Rio Grande de São Pedro e o presídio de Jesus-Maria-José (1737), com intuito de defesa e de posse lusitana no extremo sul do Brasil, ao redor do qual se desenvolveu a vila de Rio Grande de São Pedro. Neste momento, o Rio Grande do Sul era, ainda, integrado a Capitania de São Paulo, passando em 1738 a integrar o Governo de Santa Catarina, subordinado a Capitania do Rio de Janeiro. (FEE, 1981).

O proprietário da estância era o luso-brasileiro ou espanhol, geralmente, ex-militares, que se necessário defenderiam a posse da terra com verdadeiros exércitos

particulares. Os trabalhadores do campo constituíam-se, basicamente, de luso-espanhóis²⁰, nativos e de escravos vindos da África.

Neste contexto, salienta-se que a presença efetiva do africano no sul do País está atrelada a atividade pecuarista, embora haja registros anteriores de incursões ao sul, com finalidade de reconhecimento nas quais os africanos já participavam.

A incorporação tardia do sul como parte integrante da economia colonial fez com que a presença do negro também ocorresse de forma diferenciada em relação ao restante da Colônia brasileira, onde o regime escravocrata já havia se consolidado.

Nesta linha de pensamento, Cardoso (1977, p. 271) salienta que

A economia riograndense era subsidiária da economia propriamente colonial (exportadora de produção tropical) do Brasil. Por isso a escravidão não chegou, em regra, a se desenvolver no Rio Grande do Sul com a mesma intensidade que naquelas regiões, cuja produção, sendo mais lucrativa, compensava amplo investimento de capital na compra de escravos. Não se beneficiou tampouco a economia escravocrata sulina das mesmas conjunturas favoráveis que caracterizavam a economia exportadora brasileira: nunca houve no sul um produto tipicamente tropical e colonial capaz de proporcionar os grandes lucros que a situação de quase monopólio daqueles produtos permitia.

A diferença refere-se a inserção tardia da cultura “afro” no Rio Grande do Sul e a atividade econômica desempenhada pelo escravo, ligada a pecuária e não a agricultura, a qual não exigia grandes contingentes de mão-de-obra. Embora alguns autores salientam que a escravidão nas terras riograndenses tenham apresentado distinções quanto ao tratamento e as condições de trabalho, muitos autores enfatizam, justamente, o contrário. Pois, o trabalho classificado como escravo pressupõe mão-de-obra forçada, mediante repressão física e psicológica.

O próprio conceito de escravidão corrobora tal afirmação, como afirma Cardoso (1977, p. 276) quando diz que

A escravidão é um sistema de dominação no qual transparece de forma pura a relação que existe obscurecida em qualquer outro sistema social baseado na superposição de camadas portadores de interesses antagônicos: a integração do sistema mantém-se pelo exercício da violência. A imagem do escravo como objeto e a heteronomia na ação que os dominadores impõem aos dominados no regime escravocrata são obtidas pela coação aberta e contínua e pela socialização do escravo para suportar o exercício da violência no desempenho das funções que deles esperam os senhores.

²⁰ Constituía os peões, tidos como elementos subalternos que antes tropeavam gado ou índios nas Missões. (BEZZI, 1985).

A escravidão, no Brasil, tem início no século XVI, logo após o descobrimento e prolonga-se até o século XIX, quando a Lei Áurea (1888), decreta a abolição da escravatura. No Rio Grande do Sul a servidão estendeu-se do século XVII até o século XIX, onde o escravo gaúcho desempenhou tarefas importantes na construção do futuro Estado gaúcho, tanto no meio rural quanto no urbano.

A primeira atuação do escravo no Estado, no que se refere ao trabalho na economia sulina ocorreu nas estâncias de criação de gado. Com a multiplicação destas, a partir de 1773, o negro tornou-se indispensável para desenvolver as atividades agropastoris, principalmente em Pelotas, Vale do Jacuí, São Jerônimo e Triunfo. (MONTI, 1985).

Sabe-se que a presença mais expressiva do africano no Rio Grande do Sul ocorreu no momento em que se implantou a charqueada, pois tal atividade necessitava de mão-de-obra abundante, diferente do trabalho na estância. Entretanto, o escravo foi empregado em ambas as atividades, pois, segundo a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (1997, p 20)

Na área rural, dominada pelas estâncias criadoras de gado, igualmente em formação a partir do século XVIII, a presença negra nas lides específicas com o gado era, de fato, pouco significativa, embora não se possa afirmar que não existisse. Essas tarefas, realmente, não eram compatíveis com o trabalho servil, uma vez que os lucros da aristocracia estancieira provinham da criação extensiva do gado, dependendo de sua reprodução quase natural e não de exploração intensiva de grande quantidade de mão-de-obra. Entretanto, mesmo nas estâncias, as lides domésticas e os afazeres agrícolas complementares da pecuária eram predominantemente realizadas pelo braço negro. [...] Todavia, a partir das décadas finais do século XVIII, a mão-de-obra negra será introduzida massivamente no Rio Grande do Sul. Como fundamento do novo e mais importante setor da economia gaúcha que se estabelece a partir de então: a charqueada.

O escravo negro desempenhou diversas atividades na estância, como a derrubada da mata, abertura de estradas, preparo da terra, plantio e colheita. Sendo que, dentre os serviços prestados destaca-se sua grande contribuição à estruturação de desenvolvimento das charqueadas. (MAESTRI FILHO, 1993).

Portanto, a charqueada proporcionou as condições essenciais para a presença do negro no Estado. Tal situação pode ser comprovada através dos dados referentes à presença de escravos nas principais cidades onde a atividade

charqueadora se desenvolveu. Em 1814²¹ o Rio Grande do Sul tinha 29% de escravos, sendo que Pelotas abrangia cerca de 2.226 africanos e população branca em igual número, sendo que em 1833, o número de escravos duplicou. (MONTI, 1985).

A atividade charqueadora transformou o Rio Grande do Sul, principalmente a paisagem da porção sul, a qual baseou-se, a partir desse momento em grandes áreas produtoras de carne salgada, com inúmeros varais para secagem do produto, pois segundo Bento (1976) apud Monti (1985), em quinze anos de produtividade, as 33 charqueadas de Pelotas transformaram 5 milhões de rezes em charque.

As proporções assumidas por essa atividade aceleraram o desenvolvimento socioeconômico do território gaúcho, formando uma elite rural, pautada no proprietário, o patrão, que detinha o poder local. Conjuntamente com os demais proprietários compuseram um grupo de elite que passou a comandar as decisões políticas no território, principalmente, em relação aos seus interesses, ou seja, todos os aspectos que envolvessem a economia e o poder no campo, mais especificamente, na pecuária.

A riqueza gerada pela pecuária, sobretudo pelo charque, desenvolveu a sociedade gaúcha, no que se refere à intelectualidade das famílias mais abastadas²² e a estruturação dos núcleos mais urbanos, como Pelotas. E, na outra extremidade da pirâmide social encontravam-se os escravos, que constituíam uma parte da propriedade dos seus senhores, mas não possuía nenhum bem. Não tinham nem mesmo liberdade de expressão.

No contexto da inserção do negro no Rio Grande do Sul, uma visão mais tradicional do escravo gaúcho procura distingui-lo a partir de uma visão uma tanto equivocada, onde a presença negra seria em menor número e por isso pouco significativa. Além disso, algumas indagações referem-se a forma de tratamento, com escravos meio-livres, guerreiros e patrões-heróis. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE, 1997).

²¹ Relativo ao censo de 1814, a FEE (1981) especifica que a então Província possuía uma população de 70.656 habitantes, sendo que havia: 32.300 brancos, 20.611 escravos, 8.655 indígenas e 5.399 livres de todas as cores.

²² Sabe-se que, nesta fase da evolução socioespacial do Rio Grande do Sul, as famílias que detinham maior poder aquisitivo enviavam seus filhos para estudar na Europa, a fim de obter uma educação diferenciada da obtida no Brasil. Como voltavam mais educados, com modos de tratamento mais refinados, diferenciados dos desenvolvidos no Estado, surgiu a tradição de Pelotas como a terra dos gays. Portanto, destoavam do comportamento típico dos homens da época, tidos como mais rudes.

Ao reconstruir a inserção do escravo negro no Rio Grande do Sul procurou-se dimensionar sua presença efetiva e contribuição na formação do Estado mais próxima da realidade, baseada, sobretudo, em dados estatísticos e relatos oficiais. Dessa forma, desvinculando-se da visão romanceada do negro gaúcho “bem tratado” pelo patrão.

Pois, como ressalta a Secretaria de Educação de Porto Alegre (1997, p. 20) “[...] nada indica que o estancieiro gaúcho tenha sido um senhor diferente da aristocracia nordestina. A coerção e a violência são elementos necessários a ordem escravista, onde quer que ela se estabeleça”. Além disso, com a instalação das charqueadas, as péssimas condições do trabalho escravo evidenciam-se, considerado o “purgatório dos negros”, situação pior do que o grande latifúndio nordestino.

Em outro relato quanto ao tratamento do negro, mais especificamente, na casa da charqueada, Saint Hilaire descreve um menino escravo, cuja função era chamar os demais criados, como a “criatura mais triste do mundo, não sorri por nada e permanece imóvel, no canto da sala, como um objeto”. (ESTÂNCIAS E FAZENDAS, 2005).

A lida diária para a manutenção da charqueada e o contato direto com o sal desgastava muito o escravo. Como o charque tornou-se um produto compensador exigia-se, cada vez mais, produtividade no trabalho e, assim, aumentava a repressão. Como afirma Secretaria de Educação de Porto Alegre (1997, p. 21), conflito era uma constante entre o senhor e o escravo, originando várias formas de resistência ao sistema escravista, sendo que:

Fugas, justicamento de senhores e feitores, boicote à produção, reconstituição da identidade cultural agredida faziam parte, também no Rio Grande do Sul, do cotidiano de resistência negra ao mundo escravista, na cidade e no campo. Também as formas mais organizadas e coletivas de resistência e contra-ataque, como insurreições e quilombos, estiveram presentes e, pouco a pouco, vem sendo reconstituídas historicamente. Os grandes quilombos talvez não tenham ocorrido em larga escala no Rio Grande do Sul devido ao fato de que a fuga para países do Prata, no século XIX, especialmente, o Uruguai, onde havia sido extinta a escravidão, mostrava-se como possibilidade viável rumo a liberdade.

Os negros no Rio Grande do Sul não fizeram apenas o trabalho a que se destinavam, representaram formas de resistência a dominação do homem e da cultura. Não raramente, demonstraram seu valor a riqueza étnica a que pertenciam não se perdeu mediante a opressão que os mesmos sofriam.

Na concepção de Cardoso (1988, p. 277) nas formas de resistência “ [...] o escravo exprimia a qualidade fundamental de homem, negando, na prática a representação que dele se fazia como um ser apenas capaz de realizar a vontade e os interesses dos que socialmente eram seus contrários”.

As condições de inserção do africano no Rio Grande do Sul, como escravo, também pressupõe limitações no que se referem as suas manifestações culturais. Em geral, a repressão aos hábitos e costumes africanos acarretou transformações nos códigos culturais originais.

Destaca-se que, a referência ao escravo como *africano* é uma forma de denominação generalizada em virtude da proveniência da África. Entretanto, sabe-se que, os escravos foram buscados em várias tribos diferentes. De acordo com Maestri Filho (1993), tal situação constitui-se numa problemática, pois o autor ressalta que a forma de captura na África e o embarque em portos no litoral reuniram várias etnias, tornando a identificação de suas origens difícil, principalmente, porque os grupos provenientes de uma mesma localidade não, necessariamente, permaneceram unidos no Brasil, pois eram comercializados em feiras como “peças” e então seguiam para seu destino.

Alguns traços específicos, de determinadas tribos, perderam-se neste percurso, sobretudo, pela repressão aos costumes. No entanto, Cardoso (1977), diz que a música e a religião são os únicos setores da cultura africana que puderam manter a “alma negra”, ou seja, através destes códigos o negro pôde exprimir-se como tal e também manter formas de sociabilidade importantes no processo de reorganização de suas vidas.

A musicalidade e a religiosidade, como fatores de coesão sociais²³ permitiram ao escravo manter traços essenciais para a reprodução da sua cultura e perpetuá-los através de gerações.

A cultura negra tem seu expoente, no Brasil, na região nordeste, a qual abrigou os maiores contingentes de escravos no auge da economia açucareira. Tal expressividade evidencia-se até hoje perpetuada através dos rituais “afro”, com danças típicas e as crenças nos orixás, além da gastronomia, do vestuário típico, principalmente das baianas. A capoeira, inicialmente, tida como recurso de defesa,

²³ No capítulo 1, subitem 1.3.1, especifica teoricamente a questão destes códigos como fatores de coesão social.

perpetuou-se ao longo de tempo e difundiu-se no espaço, pois, atualmente, é amplamente praticada nas mais diversas partes do País.

Além disso, há que se destacar, também, a importância do trabalho realizado pelos africanos e seus descendentes no Rio Grande do Sul, tanto no meio econômico quanto no sócio-cultural, através da preservação de alguns códigos culturais essenciais para sua identificação e da agregação de novos elementos na cultura gaúcha ainda em formação.

Portanto, o negro contribuiu para a construção socioeconômica do Rio Grande do Sul, através do trabalho desenvolvido junto a estância e charqueada, além de diversificar culturalmente o “gaúcho”, pois participou ativamente da evolução histórica da Província até a formação do Estado gaúcho.

Segundo Maestri Filho (1993), o negro constituiu-se em um dos “ [...] pilares da sociedade gaúcha”. Essa afirmativa deve-se ao esforço desempenhado por essa etnia, mesmo que pelo trabalho escravo, como a efetiva instalação e estruturação das charqueadas para que se pudessem obter os produtos finais, ou seja, o couro e o charque. Portanto, teve papel crucial para a economia gaúcha que se estruturava.

Neste contexto, pode-se dizer que, a doação de sesmarias promoveu o povoamento do Continente do Rio Grande de São Pedro, principalmente do oeste (Campanha) e do sul (Pelotas), com portugueses, espanhóis e africanos. Tal situação deve-se a posição estratégica dessas áreas, por serem áreas fronteiriças com as possessões espanholas, além de marcarem a posse da terra pela ocupação efetiva e desenvolvimento de atividades econômicas. Tanto que, as estâncias foram doadas a ex-militares que já tinham como função a defesa das propriedades e do território português, além de desenvolverem a atividade pecuarista.

Embora a instalação das estâncias tenha contribuído para povoar, o Rio Grande continuava com núcleos isolados, caracterizado por pequenos povoados. Procurando sanar esta problemática, introduziu-se a colonização no sul do Brasil, com imigrantes açorianos.

Os açorianos vieram para o Rio Grande do Sul em 1752, com o objetivo de integrar o atual Rio Grande do Sul, ainda política e economicamente isolado e, neste desenvolver a agricultura, principalmente através do plantio do trigo, atividade a qual já estavam habituados. (HAESBAERT, 1988).

Na concepção de Rambo (2000, p. 415), a espacialização da colonização açoriana

[...] derramou-se ao longo de três linhas naturais: a Lagoa dos Patos, sobre Porto Alegre, até o Vale do Sinos; o Jacuí até Cachoeira e os pontos finais da navegação dos afluentes, os Vales do Piratini e do Camaquã, ocupando a Serra do Sudeste, e entrando na liça com os competidores espanhóis de campanha, desde o começo do século XIX, para se encontrar com os criadores de gado vindos através do corredor do Alto Pelotas, prorrompendo da Depressão Central e da Campanha, voltou-se para o norte, pela brecha do Uruguai, ocupando pastagens do planalto oeste e central.

Salienta-se que, através da imigração açoriana teve-se o alicerce de importantes povoados para configuração espacial do Rio Grande do Sul, como Rio Pardo, Passo do Fandango (Cachoeira do Sul), São José do Norte e Bom Jesus do Triunfo. (FEE, 1981). Além da futura capital gaúcha, Porto Alegre.

No que se refere à origem de Porto Alegre, Fortes (1981, p. 55) assinala que

Em 07 de novembro de 1747, foi criada a freguesia do Porto de Viamão e, com a chegada de casais açorianos em 1752, vindos de Laguna, foi erguida uma capela em homenagem a São Francisco. Em pouco tempo, o local passou a ser conhecido Porto dos Casais. Em 26 de março de 1772, a capela de São Francisco dos Casais foi elevada à categoria de freguesia, sendo desmembrada de Viamão. Assim, essa data é considerada como a fundação de Porto Alegre, nome pelo qual já era então chamado o local e, que ficou definitivamente adotado em 1773, sob a invocação de Nossa Senhora Madre de Deus.

Além da ocupação, via estâncias, a qual inseriu a atividade pecuarista teve início o processo colonizador, através de etnias diversas, primeiramente, com açorianos e, depois, com alemães, italianos, poloneses, judeus, dentre outros.

Desse modo, desenvolvia-se o Rio Grande do Sul, baseado nos povoados oriundos das estâncias e, também, em outros mais urbanos, o alicerce inicial dos grandes municípios que compõe o Estado gaúcho atualmente. (FIGURA 3). Fêz-se necessário, então, criar um Governo na Província, para gerir seu desenvolvimento e torná-la legítima. Assim, em 1760²⁴, instalou-se na vila de Rio Grande, atual município de Rio Grande, a primeira sede do Governo gaúcho. A transferência para Porto Alegre ocorreu em 1772, sendo que somente em 1809 tornou-se capital, com a criação da Capitania Geral. (FORTES, 1981).

²⁴ Neste ano, constituiu-se o Governo do Rio Grande de São Pedro subordinado, ainda, ao Rio de Janeiro, situação que perdurou até 1807. (FEE, 1981).



Figura 3 : Caminhos de penetração e povoamento do Rio Grande do Sul em 1751.

Fonte: Adaptado de THOMAS, 1976.

Org.: BRUM NETO, H, 2007.

Os açorianos constituíram-se na primeira tentativa de imigração em território gaúcho, através da inserção de casais, os quais deveriam desenvolver a agricultura (policultura), em lotes de terra, em média de 372 ha, baseados na mão-de-obra familiar. (THOMAS, 1976).

Os lotes de terra recebidos pelos açorianos foram três vezes maiores que os concedidos pelos alemães no início do século XIX e, seis vezes maiores se comparados aos lotes vendidos no fim do processo migratório.

Para Bezzi (1985, p. 19) a principal cultura desenvolvida pelos açorianos no Rio Grande do Sul foi o trigo, sendo que

Essa primeira lavoura de caráter mercantil sobreviveu no Rio Grande enquanto seus produtos, mormente o trigo, tiveram possibilidades de acesso ao mercado do centro do País. Relegada ao desamparo oficial, sofrendo a concorrência do trigo estrangeiro e tendo sua principal cultura assolada pela praga da "ferrugem", a lavoura dos açorianos foi praticamente condenada ao aniquilamento, desaparecendo com ela a primeira oportunidade de se consolidar a pequena propriedade no Estado.

O açoriano inseriu-se no Rio Grande do Sul para fixar-se e desenvolver a agricultura, além de efetivar o povoamento. Mas, representaram a inserção de novos costumes no Estado, agregando novas características culturais a cultura gaúcha em processo de construção.

Entretanto, apesar dos esforços para colonizar o Rio Grande do Sul, a tentativa de imigração açoriana fracassou, como enfatiza Haesbaert (1988, p. 34-35)

O fracasso da colonização açoriana, da "pequena" propriedade (os colonos recebiam pequenas "datas" de 272 ha cada uma) e da triticultura seria selado, contudo, pela hegemonia dos latifúndios e da pecuária, atividade bem menos suscetível às oscilações climáticas a que o trigo estava sujeito, e cujos detentores dispunham de efetivo poder de barganha dentro da política econômica colonial.

Contudo, os açorianos contribuíram significativamente para a evolução sócio-espacial do Estado, através da criação de povoados e da influência na formação étnica do Rio Grande do Sul, com seus valores e crenças que vieram a se somar na cultura gaúcha, ainda em formação.

Para Laytano (1984, p. 12), O Rio Grande do Sul até a inserção açoriana

Era uma civilização pastoril irmanada numa civilização militar. Para completar a rarefeita campanha, sem gente, importou-se uma massa civil e estática, surgindo um comportamento original. São casais que demandaram no arquipélago dos Açores. E foram 50% da população do Rio Grande do Sul. Até mais em determinada época [...] Assim, um Rio Grande do Sul de criadores de gado, militares e agricultores ilhéus açorianos formaram o contingente explicativo do caráter da gente do Rio Grande do Sul.

O gado solto, oriundo das Missões, serviu como atrativo para o português, mas a medida que as invernadas cederam lugar para as estâncias e depois as charqueadas, acelerou-se a evolução do espaço geográfico e a estruturação da cultura gaúcha.

Resgata-se novamente Laytano (1984, p. 13), quando o autor salienta que

A somática estancieiro, militar e açoriano alcança a explicação capital de como se pode pensar na origem do gaúcho. Ver-lhe seu folclore embebido na tríplice composição sociológica. O açoriano seria o poder moderador. Como o militar faria o papel de defensor e o estancieiro de poder econômico.

Entende-se o militar como defensor por ter desempenhado papel essencial na defesa do território e fixação de fronteiras. O estancieiro desempenhou papel de poder econômico pela instalação e desenvolvimento da estância da charqueada para criação de gado, cujo charque tornou-se, por longo período de tempo, o principal produto econômico do Rio Grande do Sul, responsável pela sua característica pastoril.

O autor se refere ao militar e ao estancieiro separadamente, embora há de se destacar que, muitas vezes, desempenhavam ambas funções. Sabe-se que, muitos militares vieram defender o território sulino e receberam sesmarias como recompensa. Tornaram-se estancieiros, principalmente, nas porções fronteiriças, exercendo dupla função: defesa e desenvolvimento econômico.

Já, o açoriano, considerou-se como poder mediador por inserir-se no Rio Grande do Sul com finalidade de colonizar. A atividade agrícola a que estavam destinados caracterizaram condições distintas dos militares e estancieiros no que se refere à estrutura socioeconômica e a conjuntura de fatores que permitiram sua inserção.

Salienta-se que, alguns acontecimentos geopolíticos ocasionaram novos arranjos espaciais no Rio Grande do Sul, principalmente nos ciclos de guerra. Neste sentido, Thomas (1976) afirma que a invasão espanhola de 1761 acarretou transformações no povoamento no que se refere a concentração da população em áreas já ocupadas (Viamão) e o estabelecimento de novas estâncias em regiões até então desabitadas.

As estâncias garantiam, então, a posse da terra à Coroa portuguesa, atraindo a população para a formação de núcleos urbanos. Tal situação, materializou-se praticamente em toda a metade sul do Rio Grande do Sul, com ênfase para a Campanha.

Desse modo, em 1776, já existiam oito freguesias no Rio Grande do Sul, cinco nas áreas de campo, como Viamão, Triunfo, Rio Pardo, Porto Alegre e Santo Amaro e três no litoral, especificamente São Pedro do Rio Grande, Conceição do Arroio e Mostardas. (THOMAS, 1976). Salienta-se que, Viamão, Rio Pardo e Porto

Alegre tem sua origem atrelada a colonização açoriana, enquanto que, Triunfo comporta portugueses e açorianos e São Pedro do Rio Grande somente portugueses. (FEE, 1981).

Os povoados gaúchos se constituíam, basicamente, de portugueses e açorianos, com exceção do noroeste, nas Missões e a Aldeia dos Anjos, atual Gravataí, que de acordo com Thomas (1976) foi fundada por 600 famílias de índios.

No que se refere às Missões implantadas nas terras gaúchas, destaca-se que a prosperidade missioneira ocasionou seu fim. Tal fato deve-se a posição das coroas ibéricas, que viam nas Missões uma ameaça ao seu domínio na América do Sul, pois a consideravam, segundo Bezzi (1985, p. 15)

Zona economicamente rica e constituindo ameaça política a segurança das monarquias ibéricas, a região dos Sete Povos foi colocada em pauta no Tratado de Madrid (1750), acertado entre Portugal e Espanha. Posteriormente, com a generalização do ambiente hostil à Companhia de Jesus, uma vez que ameaçava o absolutismo monárquico dos estados europeus, os jesuítas acabaram sendo expulsos de Portugal (1759), Espanha (1767) e América (1768), efetivando-se o confisco de suas propriedades.

Pouco mais de um século de ocupação em terras gaúchas e, após terem desenvolvido, pela primeira vez, atividades socioeconômicas pautadas no trabalho cooperativo do nativo, as Missões findaram seus trabalhos no noroeste do Rio Grande do Sul, restando alguns nativos dispersos.

De acordo com o censo de 1814, as Missões em 1801 possuíam uma população total de 7.951 habitantes, sendo que destes, 6.395 eram nativos, 824 eram brancos, 252 escravos, 77 livres e 400 recém-nascidos. (FEE, 1981). A denominação dos Sete Povos permaneceu a mesma, mesmo com o fim da atividade missioneira, situação que perdura até hoje.

Contudo, o nativo riograndense que até então se encontrava aldeado nas reduções já não cultuava apenas seus costumes originais, pois o contato com civilizações diferentes fez com que assimilassem outros códigos culturais e, assumissem um modo de vida distinto daquele vinculado as suas origens. Mesmo sem a infra-estrutura missioneira, os nativos oriundos desta levaram consigo os ensinamentos dados pelos jesuítas em sua tentativa de socializar os nativos.

No que se refere aos nativos que não se inseriram nas reduções, esses continuavam vagando livremente pelo Rio Grande do Sul, cultuando seus costumes típicos e, posteriormente, com o processo de ocupação deste território e a inserção

dos costumes do homem “branco”, entrariam em atrito devido aos interesses divergentes. Estes, dizem respeito à “posse” da terra, uma vez que os nativos sempre foram os únicos habitantes desta porção do território colonial, pois nem Portugal, nem Espanha haviam empreendido grandes esforços para povoá-lo. Neste sentido, ao longo do povoamento, viram-se cada vez mais recuados e impedidos de vagar pelas terras sulinas, além dos atritos em relação à cultura desenvolvida por ambos.

Considerando o fim do século XVIII, destaca-se, também, a produção de charque no Rio Grande do Sul, que em 1780 tornou-se a principal fonte de renda do Estado. Tal atividade promoveu o desenvolvimento de Pelotas e seus arredores, onde se instalaram as primeiras e as maiores charqueadas. (ROCHE, 1969).

Ressalta-se que, a pecuária riograndense, anterior a produção de charque, centrava-se na produção de couro para exportação e mueres para transporte nas Minas Gerais e São Paulo. O charque constituiu-se numa opção para alimentar a mão-de-obra, minimizando custos. A carne salgada conservava-se assim, durante longo tempo e servia para alimentar as tropas que levavam o gado (tropeiros) até o sudeste da colônia portuguesa, além do grande contingente de trabalhadores da atividade mineradora.

No que diz respeito ao surgimento e a importância da atividade charqueadora no Rio Grande do Sul, Haesbaert (1988, p. 34) enfatiza que

O fortalecimento da economia pecuarista deu-se no final do século XVIII, início do século XIX, com a introdução da atividade charqueadora (1780), fruto da incorporação do Extremo-Sul como economia subsidiária aos interesses mercantis do centro da Colônia: inicialmente fornecedora de couro para exportação e mueres para o transporte mas regiões de mineração, passava agora a alimentar sua força de trabalho com um produto primário de baixo custo. Ao lado desse fator fundamental, também condicionou a expansão da pecuária a base natural bastante favorável (pastagens e clima), principalmente com a introdução da atividade criatória nos campos “finos” do que hoje é o sudoeste gaúcho, cujas áreas de solos de origem vulcaniza favorecem o aparecimento de pastos naturais de melhor qualidade.

A atividade pecuária, via charqueadas, consolidou-se como base econômica do Rio Grande de São Pedro, originando uma aristocracia rural com pólo inicial centrado em Pelotas. Além disso, adicionou-se mais um item a gastronomia sulina, o carreteiro de charque, que constitui-se até a atualidade como um dos pratos típicos do gaúcho.

Nesse contexto, os riograndenses constituíam-se em fins do século XVIII da fusão de elementos de origem lusitana, somados a açorianos e índios, originando um tipo regional, o gaúcho em seu primeiro estágio evolutivo, pois agregou alguns códigos aos seus costumes mais primitivos.

Na concepção de Roche (1969) o riograndense típico caracterizava-se por ser mais ativo e enérgico, brancos, possuíam maior estatura se comparados aos habitantes de outras Capitâneas. Sua alimentação era baseada na carne (churrasco), farinha de mandioca e erva-mate. O açúcar e o sal eram inexistentes, sendo o único doce o cigarro “crioulo” (fumo enrolado em palha de milho). O autor descreve o tipo regional como um hábil cavaleiro, o qual montava com destreza e cuidava do animal, “[...] aparelhando-o melhor do que a si mesmo”. Referindo-se também a relação do gaúcho com o cavalo Montet (1896) apud Braz (2000) diz que “[...] não podeis julgar o gaúcho quando está a pé, é necessário vê-lo em seus rápidos cruzeiros pampeanos, que não conhecem outra maneira que o galope. Então, ele é verdadeiramente admirável”.

O vestuário típico do gaúcho era tido como modesto, caracterizava-se por calças com franjas, acima dos tornozelos, chiripá, camisa, lenço no pescoço e na cabeça, faca na cintura, calça dos grosseiros de couro cru e esporas. (ROCHE, 1969).

Neste contexto, tais descrições revelam que o “típico riograndense” foi sendo construído paulatinamente, acompanhando a evolução sócio-espacial sulina. Assumiu características singulares atreladas a vida campeira e a sua principal característica, a pecuária. A cultura gaúcha originou-se das relações entre a sociedade e a natureza e enfatiza o apego a terra, ao “pago²⁵” e aos valores e crenças cunhados nesta.

É um sentimento topofílico desenvolvido pelo homem do sul em relação ao seu espaço no decorrer do tempo e, evidencia-se, atualmente, nas canções gaúchas tradicionais, que exaltam este apego a terra em descrições das diversas porções do território gaúcho e da atividade campeira, exaltando o passado e o tipo regional com seus inúmeros costumes.

O tipo regional diferenciou-se dos demais devido, principalmente, ao isolamento no sul (sem atrativos para a elite colonial portuguesa) as condições

²⁵ É um termo regional para designar a terra do gaúcho. As coisas do pago referem-se aos aspectos que norteiam a cultura gaúcha de modo geral.

físico-naturais que exigiram hábitos diferenciados na alimentação e no vestuário, (com pratos mais calóricos e roupas mais adequadas ao frio do inverno e a atividade econômica que exerciam) e aos fatores históricos de inserção no contexto colonial, o qual ocorreu através de lutas pela posse da terra. Tal situação originou a figura do gaúcho como homem forte e viril, cuja bravura é expressa em versos na musicalidade e também nos contos ou “*causos*”.

Na concepção de Roche (1969) foi o tipo humano que se fixou entre fins do século XVII e início do século XIX que proporcionou originalidade ao Rio Grande do Sul, ou seja, o gaúcho.

Porém, tal caracterização refere-se ao gaúcho primitivo, cujo processo evolutivo encontra-se, ainda, em construção. À medida que, novas etnias se inseriram na Província do Rio Grande de São Pedro, outras influências se fizeram presentes na composição cultural do gaúcho no que se refere a seus códigos culturais.

Pode-se dizer, então, que o gaúcho originou-se dos hábitos nativos, portugueses, espanhóis, açorianos, mas também adquiriu traços do grande contingente de imigrantes, que no início do século XIX vieram compor o Rio Grande, principalmente os alemães e italianos, corrente migratória que obteve êxito na colonização do Estado gaúcho.

4 RIO GRANDE DO SUL: ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E CULTURAL- A COLONIZAÇÃO

4.1 As bases político-administrativas do processo migratório no Rio Grande do Sul: o imigrante torna-se um colono²⁶

No início do século XIX o Rio Grande do Sul foi elevado à condição de Capitania. Tal fato representou sua estruturação territorial-administrativa através da primeira divisão municipal, a qual se constituiu de quatro vilas que serviram como ponto de partida para a subdivisão que configura o Estado atualmente. Originaram-se os municípios de Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antonio da Patrulha, compostos por freguesias, capelas e povoados. (FEE, 1981).

A principal característica espacial destes primeiros municípios era a vasta extensão territorial, pois a Capitania foi dividida em apenas quatro vilas com população dispersa. Dessa forma, percebe-se que, apesar dos esforços para povoar as terras sulinas, estas continuavam, ainda, compostas por “vazios” demográficos, principalmente na metade norte, que constitui, na atualidade, o Planalto sul-riograndense. Esse compartimento geomorfológico se caracterizou como uma barreira natural a ser transposta pela corrente povoadora.

Procurando sanar esta problemática, o Governo Imperial promoveu o povoamento dessas áreas através de incentivos para a vinda de imigrantes para a Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande, a qual possuía grandes extensões de terras devolutas.

²⁶ As informações referentes às bases político-administrativas do processo de imigração no Brasil seguiram, basicamente, as colocações de Jean Roche (1969). O autor expõe, cronologicamente, a legislação brasileira para os imigrantes, desde o início do fluxo populacional até sua extinção, reconstituindo as ações da política brasileira, mediante a exposição das leis. No período que compreende desde o Império até a República. Salienta-se que, outros autores também abordam essa temática, mas sempre se referindo a obra de Roche, principalmente, por tratar-se de uma obra completa no que diz respeito a esse assunto, englobando o período mais significativo da colonização. Dessa forma, teve-se como fonte de referência, basicamente, Roche (1969) para a organização da matriz teórica desse subitem.

Pode-se dizer que, no Brasil, o território gaúcho era o “estado” mais favorável à colonização. Tal situação resulta das suas características físicas, ou seja, das condições naturais do território gaúcho, como estar fora da zona equatorial, ter estações bem definidas, com verão quente e inverno frio. Salienta-se também a abundância de recursos hídricos. Assim, na Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande a colonização poderia se estender por diversas áreas e, o imigrante não teria dificuldades de adaptação, devido às semelhanças físicas com sua terra natal. (DÉNIS, 1951).

Os imigrantes representaram para a Capitania Geral de São Pedro sua efetiva ocupação, principalmente, na porção norte e nordeste, até então relegada pelo latifúndio pastoril, que prevaleceu nos campos da Campanha, estendendo-se até Pelotas.

O processo migratório Europa-Brasil inseriu o País e, mais especificamente, o Rio Grande do Sul, nos grandes fluxos populacionais (inserção de etnias), os quais passam a ser compostos por um mosaico étno-cultural, fruto da diversidade.

A necessidade de “abrir as fronteiras” para estrangeiros surgiu da iminência da abolição da escravatura no Brasil, a qual exigia a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado. Além de servir aos interesses da Coroa em povoar áreas desabitadas. No primeiro caso insere-se São Paulo²⁷ e, no segundo, o Rio Grande do Sul. Conforme enfatiza Giron (1992), imigrantismo e abolicionismo são aspectos da mesma questão, uma vez que, ambas referem-se à problemática da mão-de-obra.

Seguindo essa linha de pensamento, Pesavento (1992, p. 157), destaca que

Para um País de imigração como Brasil, o fenômeno se vincula ao momento fundamental em que se dá no âmbito nacional, a transição das relações escravistas para as relações assalariadas. Trata-se da internalização do capitalismo no Brasil, quando historicamente, o capital passa a apropriar-se da produção em nível mundial. Fundamentalmente, o imigrante estrangeiro destinou-se a fornecer força de trabalho em substituição ao braço escravo nas lavouras de café.

²⁷ Também Caio Prado Júnior (1970), considera que o termo imigração é mais usual para designar a atividade assalariada junto a grande lavoura, ou seja, os imigrantes tornaram-se um grande contingente de trabalhadores aptos a resolverem o problema da mão-de-obra nas lavouras de café paulistas. Desse modo, os imigrantes que se destinavam ao Rio Grande do Sul tinham como objetivo formar colônias agrícolas de acordo com a legislação e, portanto, colonos. Enquanto que, o imigrantes destinados a São Paulo foram, na verdade, contratados para o trabalho assalariado, dispondo apenas de um pequena parcela de terra para cultivar (subsistência).

Houve um controle por parte do Governo Imperial, inicialmente, sobre a questão migratória, regulamentando-a via legislação específica. Na concepção de Roche (1969), foi um processo de colonização dirigida ou, nas palavras de Seyferth (1988), foi uma colonização concebida e dirigida pelo Governo.

O controle dessa questão abarcou do recrutamento até a instalação definitiva em lotes já pré-determinados. As políticas públicas que orientaram a entrada de imigrantes no País refletiram os acontecimentos mais significativos para a história do Brasil Colônia e da Capitania Geral de São Pedro, ora incentivando, ora suprimindo direitos e, tiveram início no Império estendendo-se até a fase republicana.

Nesse sentido, Roche (1969), dividiu a colonização em duas fases, com cinco períodos ao todo. A primeira fase teve início em 1824 estendendo-se até a queda do Império (1889), e subdividiu-se em três períodos: (a) primeiro (1824-1848), estabeleceu a legislação inicial para a inserção dos imigrantes; (b) segundo (1848-1874), caracterizou-se por ser uma colonização provincial; (c) terceiro (1874-1889), representa o colapso da colonização, devido ao descaso do Governo Local em relação aos imigrantes. (Quadro 1).

A segunda fase, sob domínio da República, ocorreu a partir de 1889 e contemplou os dois períodos seguintes aos da primeira fase: (d) quarto (1890-1914), também denominado de segunda colonização provincial e (e) quinto (a partir de 1914), caracterizado pela liquidação da imigração. (Quadro 2).

Conforme salienta Seyferth (1988), a colonização quanto aos seus objetivos foi concebida e dirigida pelo Governo, cujo interesse era implantar um regime de pequenas propriedades agrícolas, produtoras de alimentos, em áreas não ocupadas pela grande propriedade”.

O caráter da colonização no Rio Grande do Sul, além da ocupação dos vazios espaciais, centrava-se em contrapor as grandes áreas criadoras de gado via implantação da atividade agrícola em pequenos lotes de terra. Portanto, ser imigrante no Rio Grande do Sul implicou em ser colono. Deve-se a essa relação o uso comum, quase como sinônimo das palavras imigração/colonização para o território gaúcho.

Segundo essa linha de pensamento de Roche (1969, p. 03), salienta que “[...] o emprego da palavra colonização pelos brasileiros não provém, pois, de uma confusão, mas de uma subordinação do imigrante à colonização, que é o fim dela”.

A palavra colonização teve vários significados entre os séculos XIX e XX, mas sempre atrelada a agricultura, pois essa era o fim primordial do processo de colonização. No século XIX, colonizar consistia em introduzir com novos habitantes, a mão-de-obra inexistente no lugar para fins agrícolas. Já, no século XX, procurando inovar a definição jurídica do imigrante, a legislação estabelece como critério a intenção do estrangeiro em se estabelecer num ponto do território e exercer uma profissão, de preferência agrícola. Os colonos foram os primeiros agricultores e artesãos rurais, ou seja, homens ligados à terra que exploravam, segundo a legislação. (ROCHE, 1969).

Para Seyferth (1988), os imigrantes assimilaram a identidade colonial, tornando-se imigrantes/colonos. Não havia controle sobre o processo migratório, pois já encontraram tudo pré-determinado pela legislação: o local de destino, a função e as obrigações a serem cumpridas, ou seja, privilegiava-se a implantação e o desenvolvimento da atividade agrícola.

A correlação entre imigração e colonização deve-se ao fato de que a primeira resolverá o problema da mão-de-obra e a segunda contrapõe a pequena propriedade ao latifúndio, permitindo uma vigilância contínua e um isolamento que garantiriam a segurança nacional. (GIRON, 1992).

Etimologicamente, colonizar é transformar em colônia, habitar como colonos. (AURÉLIO, 1986). Ou, promover a colonização. Migrar para um território e nele se estabelecer como seus primeiros ou principais habitantes. (MICHAELIS, 1998).

FASES DA COLONIZAÇÃO	PERÍODO DA COLONIZAÇÃO
1ª Fase (1824-1889)	(a) 1824-1848: legislação inicial da imigração; (b) 1848-1874: colonização provincial; (c) 1874-1889: colapso da colonização (descaso do Governo local).
2ª Fase (a partir de 1889)	(d) 1889-1914: segunda colonização provincial; (e) a partir de 1914: liquidação da imigração.

Quadro 2: Fases da colonização segundo Roche, 1969.

Fonte: Roche, 1969.

Org.: BRUM NETO, 2007.

A colonização seguiu um critério específico que organizou seu caminho na busca dos imigrantes, ou seja, “quem seriam” os mesmos. O fracasso da tentativa

com os imigrantes açorianos fez com que o Governo Imperial buscasse candidatos, não portugueses, mas ainda na Europa²⁸, devido à situação conflitante instalada nesse continente, em virtude dos inúmeros conflitos por unificações (reivindicação de nacionalidades) e do excedente populacional.

Nesse sentido, Pesavento (1992, p. 156), afirma a relação entre o processo migratório e o capitalismo, quando considera a imigração como um

Fenômeno iniciado no século XIX correspondeu, para os países de emigração, a um estágio de expansão do capital que trouxe, entre outros efeitos, a expulsão do camponês da terra e a destruição do pequeno artesanato, contrapartida da concentração dos meios produtivos. Formou-se assim, em determinadas nações, um excedente populacional que, sem terra e sem trabalho, convertia-se num foco de tensão social. Para o governo de tais países, tornou-se uma necessidade o envio destas populações para o exterior. Isto tanto implicava um desafogo para o Estado, que não conseguia absorver, no processo industrial em desenvolvimento, toda esta mão-de-obra excedente, quanto implicava uma perspectiva de retorno de capitais, pela formação de núcleos nacionais no exterior, que se ligariam por relações comerciais à pátria de origem.

Tendo em vista os acontecimentos em escala mundial, com o advento do capitalismo, acelerando a reorganização do espaço e das relações de produção, altamente excludente, teve início um período de grandes mobilidades populacionais no Globo. Do ponto de vista cultural, pode-se dizer que houve uma transposição de culturas no espaço, em grande escala, principalmente ao se considerar os fluxos Europa-América.

Na concepção de Waibel (1949), apud Bernardes (1997), era necessário encontrar um novo tipo de colonos, pequenos proprietários livres que cultivassem as terras de mata e que não tivessem interessados no trabalho escravo e na criação de gado.

Desse modo, a fome, a miséria e as guerras “construíram” o candidato a colono na Europa, nem sempre agricultor, como exigia a legislação. Inicialmente, foram aliciados na Alemanha, depois na Itália e, em outras nações em menor número. Com foco definido, o Governo contratou agentes diretos para o recrutamento nos países de origem dos imigrantes, oferecendo inúmeras vantagens, com intuito de tornar o Brasil uma terra repleta de “atrativos”. Para uma população

²⁸ De maneira geral, a Europa forneceu grandes contingentes populacionais para o Brasil. Inicialmente, por ser uma colônia portuguesa, teve nessa etnia uma grande contribuição para a sua formação sociocultural, além dos espanhóis, vizinhos/rivais ao mesmo tempo, constituíram significativa inserção cultural em terras brasileiras. E, por fim, a grande massa de imigrantes, sobretudo, alemães e italianos que vieram, para o Brasil com objetivo estabelecido de colonizá-lo.

carente e sem muita expectativa de melhoria nas condições de vida, o Brasil tornou “a terra prometida”.

Para Giron (1992, p. 49), “A emigração servirá para aliviar as tensões internas causadas pelas estruturas econômicas rígidas, pela ausência de capitais e pela manutenção das mesmas relações de produção”.

Para efetivar a imigração e solucionar o problema da mão-de-obra livre, o Governo Imperial organizou a empresa para a importação de colonos europeus. Inicialmente, essa tarefa destinava-se às empresas particulares, posteriormente, no período em que se intensificou a imigração, tornou-se indispensável o financiamento e os subsídios governamentais. (GIRON, 1992).

As concessões visavam atrair mais facilmente os imigrantes, propondo-lhes naturalização, liberdade religiosa, propriedade de 77 ha/família, animais para a criação (eqüinos e bovinos), ajuda em moeda corrente por um ano, isenção de impostos e prestação de serviços por dez anos. Paralelamente aos benefícios concedidos, o Governo impôs a condição de inalienabilidade de suas terras por dez anos. (ROCHE, 1969).

A perspectiva de melhores condições devida atraiu muitos imigrantes, principalmente, em virtude da possibilidade de serem proprietários, já que muitos foram expulsos das suas terras devido aos conflitos ocorridos em sua terra natal. Entretanto, nem sempre as promessas foram cumpridas. Tal fato originou contradições entre a legislação brasileira e as promessas feitas aos estrangeiros pelos agentes da imigração.

A propaganda dos agentes, no exterior, muitas vezes, mascarava as reais condições dos imigrantes no Brasil. Esses, por sua vez, enfrentavam problemas na instalação, demarcação dos lotes, ou com a demora de expedição dos títulos de propriedade, dívidas coloniais. e excessivo número de imigrantes numa mesma colônia, às vezes maior do que o próprio número de lotes. Essas dificuldades contribuíram para dificultar a vinda dos imigrantes, incentivados a serem colonos. (ROCHE, 1969).

Ressalta-se que, a Constituição do Império era contrária a concessão imediata da nacionalidade brasileira aos imigrantes. Além disso, estabelecia a religião Católica como a oficial do Estado. Destaca-se que, em 1827, essas duas cláusulas foram retiradas do contrato que regia as leis da imigração, além de suprimir a ajuda financeira aos colonos a partir de 1830. (ROCHE, 1969).

O início do processo colonizador já apresentava alguns problemas, pois nem todos os imigrantes receberam os mesmos benefícios. Como salienta Roche (1969), aos primeiros lotes de imigrantes foram concedidas terras sem atraso, enquanto os demais encontraram dificuldades para se instalar. Essas centravam-se, primeiramente, na espera por um lote, que às vezes durava meses, depois tinham que aprender a usar os materiais e, por fim, a desmatar e cultivar suas terras.

Destaca-se que, nem todos os imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul eram agricultores, como exigia a legislação brasileira. A vocação agrícola afirmada por muitos “colonos” era a possibilidade de fugir das dificuldades em seus países de origem e reconstruir a vida na “terra prometida”: a América.

Além das dificuldades práticas, encontradas no cotidiano dos imigrantes em solo brasileiro somaram-se os problemas oriundos do campo político. Desse modo, a colonização foi, praticamente, suspensa nesse momento histórico da Colônia brasileira com a iminência de uma revolução no sul. Para Roche (1969, p. 99), “[...] as crises políticas que sobrevieram no Rio de Janeiro e, depois no Rio Grande do Sul paralisaram a colonização a partir de 1830 [...] a Lei do Orçamento, de 15 de dezembro de 1830, suprimia todos os créditos para a colonização estrangeira”.

Nesse contexto, resgata-se a concepção de Lando; Barros (1992, p. 28)

Ao ser posta em execução esta lei, o Governo devia grande soma aos imigrantes, além de instrumentos de trabalho e animais, prometidos quando da sua chegada à colônia. Além disso, o trabalho de demarcação de terras (que se iniciara para por fim ao descontentamento dos colonos) teve de ser interrompido, em consequência da referida lei, que impedia a Província de realizar qualquer empreendimento em prol da imigração.

A impossibilidade do colono de naturalizar-se e, assim, adquirir direitos relativos à vida comunitária e política constituiu-se em um entrave para a imigração, a qual teve na Lei de 23 de Outubro de 1832 uma solução. Nesse sentido, Roche (1969), salienta que a promulgação da referida Lei dispôs sobre a naturalização para os imigrantes que já estavam no país a quatro anos, como proprietários de terras ou exercendo outra função útil. Essa lei exigia comprovação de idade, de residência, de propriedade e o pagamento de uma taxa para que o colono pudesse se naturalizar.

A legislação brasileira evidenciou a oposição à política imperial de colonização. A idéia inicial, do imigrante como solução, tornando-se colono, para desenvolver a agricultura e efetivar a mão-de-obra livre e branca, não necessariamente, agradou a todos os setores que detinham o poder no Brasil.

O Ato Adicional de 12 de Agosto 1834 transferiu para as províncias a competência sobre a colonização. No entanto, a contradição reside no fato das províncias não possuírem patrimônio próprio e, por conseqüência, não poderia fundar colônias agrícolas. (ROCHE, 1969).

Tal situação demonstra as contradições da legislação e a falta de organização de políticas migratórias por parte do Estado. Houve um desinteresse do legislador em amparar legalmente o imigrante, pois a cada nova lei, as exigências se tornavam maiores e os direitos cada vez menores.

Para a Capitania, elevada em 1824 a condição de Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, particularmente, o Ato Adicional veio acompanhado da iminência da Revolução Farroupilha (1835-1845), que de certa forma, paralisou a questão da colonização por dez anos.

A Guerra dos Farrapos interrompeu o fluxo imigratório em 1830 e este só foi retomado com mais intensidade a partir de 1845. (SEYFERTH, 1988). O movimento revolucionário, além de inviabilizar a imigração, em virtude dos conflitos, dificultou os serviços de estatística, devido à incerteza administrativa das terras gaúchas, pertencentes ora ao Império, ora aos revolucionários. (FEE, 1981).

Os imigrantes que já se encontravam assentados em solo gaúcho, sobretudo alemães, viram-se em meio do conflito deflagrado entre os farrapos e os imperialistas. A situação de guerra foi um dos principais motivos que os trouxeram para o Brasil, sendo que, naquele momento, passaram a vivenciar a mesma situação de seu país de origem.

Ao findar a Revolução Farroupilha, o processo migratório inseriu-se no segundo período da primeira fase (1848-1874), ficando a cargo da colonização provincial. Desse modo, Roche (1969, p. 101) enfatiza que “A colonização regeu-se por duas séries de leis votadas pela Assembléia Geral e pela Assembléia Provincial”. (Quadro 1).

A Lei Geral de 28 de Outubro de 1848 estabeleceu que cada província recebesse do Império 36 léguas quadradas de terras devolutas, exclusivamente reservadas a colonização. O trabalho escravo não era permitido nas mesmas e, a exploração das terras deveria ocorrer no máximo em cinco anos, a fim de que os colonos se tornarem proprietários. (ROCHE, 1969).

Essa Lei procurou de certa forma, transpor os obstáculos à colonização e acabar com as contradições da legislação²⁹, pois permitiu a criação de colônias provinciais e regeu o domínio territorial da Província até a Proclamação da República.

Com intuito de regulamentar a aquisição de terras devolutas, a Lei de 18 de setembro de 1850 estabelece que o único título válido fosse à compra e não mais a concessão de terra. Nesse sentido, Giron (1992, p. 53), diz que

A terra, que antes de 1850 era símbolo de status social, após a Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850, passa a ser tratada como mercadoria, e, como tal, será transacionada. Esta Lei dispõe sobre o aproveitamento das terras devolutas do Império, fixando as diretrizes, tanto para a legalização das sesmarias já existentes, como para a estruturação das colônias para nacionais e estrangeiros. A partir de sua promulgação, as terras só poderão ser adquiridas mediante a compra. Ao mesmo tempo em que fixa a forma do pagamento das terras cria a Repartição Geral das terras. Esta seria a responsável pela formação e administração das colônias, venda das terras e legalização das mesmas.

Essa Lei constituiu-se num marco divisor para os imigrantes, pois os colonos que vieram para a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul antes de 1850 tiveram a oportunidade de receber os lotes via concessão. Neste caso, era determinado um prazo para a exploração do mesmo, mas não era cobrado um preço pela terra, apenas deveriam torná-la produtiva, via agricultura. Já, os imigrantes que vieram após 1850, além das obrigações anteriores, como ter que desbravar e explorar os lotes, a Lei Geral de 1850 imbuíu a obrigação de torná-la produtiva e lucrativa, para que se pudesse pagar pela mesma, sob o risco de perdê-la.

Através dessa Lei houve um grande número de colônias particulares fundadas devido a sua interpretação especiosa. As exigências para a legitimação da posse da terra eram poucas e as legitimações de complacência permitiram a apropriação de milhares de hectares. (ROCHE, 1969).

No que se refere ao processo de colonização regido pela Província, Roche (1969, p. 102) salienta que

No momento em que a Província tomou a colonização sobre si, julgou-se necessário favorecê-la, pois a escravatura passava por uma crise e a agricultura suscitava grandes esperanças. A Província sente, pois, a necessidade de dar a colonização ampla base regulamentar.

²⁹ A contradição refere-se ao Ato Adicional de 12 de Agosto de 1834, que tornou a competência da colonização a cargo da província, sendo que essa não possuía patrimônio próprio. Pois as terras eram de propriedade do Império.

Neste sentido, o autor enfatiza a criação de duas leis. A primeira refere-se à Lei Provincial de 04 de Dezembro de 1851: que regulamentou o cadastramento dos lotes de 48 ha, em todos os núcleos que foram estabelecidos em terras concedidas pela Lei de 1848, e a distribuição gratuita de lotes aos colonos, além de instrumentos e sementes. Também previa a indenização pela viagem e ajuda durante a instalação. (ROCHE, 1969).

Salienta-se que, as vantagens concedidas pela Lei de 1851 visavam, sobretudo, tornar a imigração atraente e por isso concedeu tantas vantagens, principalmente, no que se refere à aquisição do lote por concessão, contrariando a Lei de 1850. No entanto, os subsídios não puderam ser mantidos, pois se tornaram muitos onerosos para o orçamento provincial. Como consequência teve-se a promulgação de outra lei, visando reger a imigração de modo que a mesma fosse viável para a Província.

Tem-se, assim, a Lei provincial de 1854: considerada a verdadeira carta da colonização do Rio Grande do Sul. Essa Lei estabeleceu que as terras não fossem mais doadas e sim vendidas aos colonos, a vista ou a prazo, de cinco anos. Para o pagamento do lote foi fixado um preço mínimo, com a primeira prestação ao final do terceiro ano. O título de propriedade seria concedido mediante a exploração do lote mais o pagamento. Os colonos residiriam no lote e cultivá-lo no prazo máximo de dois anos, sob pena do mesmo voltar para o domínio provincial. (ROCHE, 1969).

Além disso, essa Lei também regulamentou a forma de demarcação das colônias, através do estabelecimento das medidas básicas, como léguas, travessões e lotes, garantindo a infra-estrutura para a vinda dos colonos. (GIRON, 1992). Salienta-se que a demarcação constituiu-se, até esse momento, numa das problemáticas encontradas na fundação das colônias, pois houve alguns processos entre os colonos devido aos limites dos lotes, ou a legitimidade da propriedade. Em alguns casos o Governo colonizava terras de domínio privado e, particulares vendiam glebas pertencentes ao Estado, o que era mais freqüente. Tal situação constituiu-se numa forma de usurpação de terras públicas. (DENIS, 1951).

Enquanto a Lei de 1851 favorecia o colono, oferecendo-lhe inúmeras vantagens, a Lei de 1854 estabeleceu regulamentações que sobrecarregavam os colonos de obrigações e, sobretudo, de dívidas. A primeira delas refere-se, novamente, ao pagamento do lote e implicava em inúmeras outras, em virtude da necessidade de produzir e obter rendimentos para pagar as prestações.

Com o decreto nº. 3787, de 19 de janeiro de 1867, a competência sobre a fundação, distribuição e venda de lotes das colônias passou para a Província. E, também, questões referentes ao registro, à recepção, ao transporte, ao alojamento e a distribuição dos imigrantes em solo gaúcho. (DENIS, 1951).

As regulamentações que ora concediam vantagens e ora as suprimiam refletem, exclusivamente, os interesses dos Governos Imperial e Provincial pela colonização, sem considerar os interesses dos imigrantes. Esses, por sua vez, eram regidos por legislações diferentes de acordo com a sua data de inserção no Rio Grande do Sul.

Para Roche (1969), este segundo período da colonização é considerado o mais lento devido a uma série de fatores no que se refere as políticas de colonização, como a legislação contraditória, a propaganda do Brasil no exterior e a pressão da imprensa estrangeira quanto ao tratamento dos imigrantes.

As denúncias referentes às condições de vida dos imigrantes em solo brasileiro devem-se, em grande parte, aos viajantes que passaram pela Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, como salienta Denis (1951, p. 236):

Os viajantes alemães que visitaram as colônias em meados do século retrataram tão tragicamente sua miséria que o público europeu se impressionou, o que culminou com a proibição da imigração teuta para o Brasil. Porém, um aspecto parece em contradição com o pessimismo: a extraordinária capacidade de expansão que, desde os primeiros anos, as populações coloniais demonstraram.

Mesmo enfrentando as dificuldades de adaptação à nova terra, imposta pela legislação que os regeu, o processo de migração contribuía, cada vez mais, para o crescimento populacional e o desenvolvimento socioeconômico e cultural do espaço riograndense.

As colônias prosperaram, acarretando a expansão das terras colonizadas, não só por necessidade, mas também, por especulação. À medida que recuava a floresta para a formação dos lotes, os mesmos valorizavam-se cada vez mais, aumentando a procura de “espaços vazios” para implantar colônias agrícolas. (DENIS, 1951).

Pode-se dizer então que, a imigração/colonização no sul do Brasil tornou-se um “negócio” rentável. Com isso, as políticas migratórias voltaram-se, sobretudo, para expandir a agricultura em pequenas propriedades e efetivamente povoar a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, principalmente, na porção centro-

norte, que experimentou uma valorização do preço das terras propícias a serem colonizadas.

Essa porção da Província, até então, preterida pelos outros contingentes populacionais que a ocuparam, passou a ser o foco de interesse para a colonização. Nem mesmo o difícil acesso à chamada “zona de mata” impediu os imigrantes de colonizá-la e expandir os núcleos habitacionais, até mesmo porque não tiveram opção de escolha, pois essa foi a área destinada às colônias.

Os fluxos migratórios mantiveram-se contínuos até a chegada do terceiro período da colonização (1874-1889), o qual foi caracterizado pelo desinteresse do Governo local pelo processo migratório. Os recursos destinados à colonização foram diminuindo progressivamente e a Assembléia Provincial tornava-os cada vez mais escassos. Havia conflitos na Assembléia, principalmente entre os representantes da Campanha (pecuaristas) e os representantes dos colonos. Paralelamente, outras causas interferiram na diminuição da imigração, como o súbito interesse do Governo alemão em promover a emigração para o Brasil, após tantas críticas ao tratamento do alemão em solo brasileiro. (ROCHE, 1969).

Tal situação resultou da formação do Estado alemão, uma vez que, delineava-se o Império da Alemanha. Como a imigração, inicialmente, constituiu-se através de fluxos vindos essencialmente da Alemanha, com núcleos de grande unidade de gênero de vida, tanto o Governo como a opinião pública da Província ficaram temerosos quanto a homogeneidade de povoamento e receou-se criar no Rio Grande do Sul uma Pequena Alemanha.

Para Seyferth (1988), no contexto migratório brasileiro, o alemão concentrou-se em áreas essencialmente homogêneas e compactas, como até então nenhuma etnia o tinha feito. A exceção vai constituir-se com a chegada dos italianos no Rio Grande do Sul a partir de 1875. Essa afirmação corrobora as preocupações do Governo e diminui a migração Alemanha-Brasil.

Tal situação acarretou a fundação de diversas colônias particulares, uma vez que, o Governo autorizou a venda de terras públicas para quem se comprometesse a colonizá-las. Como consequência houve uma grande especulação sobre as terras públicas e a apropriação de imensas áreas, sendo que os compradores revendiam suas terras por até quatro vezes mais que o valor pago. (ROCHE, 1969).

Com o decreto nº. 6129, de 23 de fevereiro de 1876, houve a criação da Inspetoria Geral das Terras, que substituiu a Repartição, criada em 1850. A partir

desse decreto, tornou-se possível a importação sistemática de colonos europeus para a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.

A falta de interesse pela colonização, por parte do Governo, experimentou uma reviravolta, em 1885, devido à iminência da abolição da escravidão no Brasil. Nesse contexto, Roche (1969, p. 116) afirma que

Em face das modificações realizadas nas condições de trabalho agrícola pelas campanhas abolicionistas e pelas primeiras séries de alforrias, o Ministério da Agricultura julgou que a colonização devia ser incrementada através de um serviço regular de propaganda, da ajuda nos transportes dos imigrantes da Europa até o lugar de destino e da reorganização do serviço de cadastragem e de venda das terras. Isto foi objeto da Lei de 28 de Setembro de 1885. O número de imigrantes recebidos pelo Brasil subiu de 112.000, entre 1878 e 1883, para 222.607, entre 1886 e 1888.

O imigrante passou a ser considerado pelo Governo como substituto da mão-de-obra escrava que aos poucos findava no Brasil. Os candidatos a colonos eram, geralmente, pobres em seus países de origem e tornavam-se agricultores natos, embora nem sempre o fossem, na tentativa de melhores condições de vida.

A abolição da escravatura representou para o colono a receptividade do Governo com a imigração, em virtude do seu objetivo central, ou seja, a necessidade de braços para desenvolver a agricultura. Porém, nem sempre as condições de inserção eram semelhantes. No Rio Grande do Sul, os imigrantes tornaram-se, em sua maior parte, pequenos agricultores, pois receberam lotes de terra para cultivar. Enquanto que, em São Paulo, substituíram diretamente a mão-de-obra escrava nas fazendas de café, como assalariados.

Seguindo essa linha de pensamento, Giron (1992), afirma que o termo colonização se aplica melhor ao Rio Grande do Sul e o termo imigração para São Paulo. Ambas as terminações referem-se à introdução de mão-de-obra livre no Brasil, porém, seguiram duas direções, a primeira ao pequeno proprietário e a segunda ao empregado assalariado.

Com o novo impulso experimentado pela imigração, teve início a segunda fase da colonização (1890-1914), ou o quarto período, também denominada de segunda colonização Provincial. (ROCHE, 1969). Neste período, o Governo do Estado, tendo recebido atribuições mais amplas, desenvolveu as colônias antes fundadas pelo Governo Imperial e criou novas. Desse modo, importantes decisões foram tomadas para regulamentar a questão imigratória, como enfatiza Roche (1969, p. 119)

O Presidente do Estado, sentindo a necessidade de dar base mais geral à regulamentação das terras públicas, promulga a Lei de 1899, seguida do regulamento de 1900. Esses textos trazem uma solução justa a questão das terras e interessam diretamente a colonização. A Lei de 1899 não revoga a de 1950, mas a completa e corrige. Define o conceito de terras públicas devolutas (as que não tem uso público nem são apropriadas por título legítimo). Protege a posse de boa fé anterior a 1889, o que tranqüiliza os terceiros adquirintes. Fixa um prazo irrevogável, de dois anos para a entrada de pedidos de legitimação, evitando, assim, qualquer reivindicação posterior oriunda da especulação, e isso traz sossego aos colonos que haviam comprado terras a particulares. Limitava a superfície legítima a 25 ha em zona de campo, indicava as grandes regras da cadastragem e da venda das terras, cujas modalidades pormenorizadas, constam do Regulamento de 1900, que mostrava como a questão das terras estava ligada a da colonização. Amplia também, a proteção das florestas contra a devastação e organizou o primeiro Código Florestal do Rio Grande do Sul.

Nesse período a imigração obteve grande êxito e passou a ser regida mais rigorosamente, sobretudo, em relação ao pagamento do lote e ao título de propriedade. Algumas medidas foram adotadas, como a alteração nos prazos para o pagamento das dívidas, que vinculava o imigrante a terra para poder quitá-la, tornando-o cada vez mais um colono. No início do processo colonizador esse prazo era de cinco anos, com o decorrer do tempo, passaram a ser de dois anos, obrigando o imigrante a tornar seu lote produtivo num tempo menor, e com isso atingir mais rapidamente a meta da colonização, ou seja, colonizar as terras riograndenses via agricultura.

A constituição de 1889 concedeu a propriedade das terras públicas aos Estados, mas deixava ao Governo Federal certa competência em relação a agricultura e a colonização. Em decorrência, ocorreram algumas dificuldades, pois a transmissão das colônias fundadas na antiga Província pelo Governo Imperial foi lenta, prejudicando o desenvolvimento desse processo, assim como o interesse dos colonos. (ROCHE, 1969).

Em 1895 a Lei Orçamentária transferiu para os Estados o serviço de colonização (abriu crédito para o Rio Grande do Sul, como auxílio à imigração européia). No entanto, essa foi insuficiente, tornando o serviço oneroso para o Estado. O Governo Federal pagava a viagem até Porto Alegre e, as demais despesas (instalação) eram subsidiadas pelo Estado. (ROCHE, 1969).

Cabe ressaltar que, a construção da legislação para o imigrante até a Proclamação da República fez-se com base nos imigrantes alemães, predominantes

no processo colonizador até esse momento. Tal fato gerou dúvidas e receios no Governo brasileiro devido a formação do Império alemão, no que se refere as suas pretensões expansionistas.

Dessa forma, a alternativa encontrada pelo Governo para solucionar esta problemática, consistiu em diversificar a inserção étnica. Inicialmente, com italianos, ainda na Serra Gaúcha e, depois com outros povos, formando as chamadas Colônias Mistas no norte do Estado. Portanto, as ações governamentais passaram a incentivar a imigração com italianos, poloneses, russos, judeus, holandeses, dentre outros. O que acarretou um significativo aumento da população gaúcha.

As colônias particulares também contribuíram para a expansão da população no espaço gaúcho. Essas se desenvolveram nos últimos intervalos livres entre as antigas colônias alemãs e as primeiras italianas, principalmente nos vales do Caí, Taquari, Rio Pardo e seus afluentes. (ROCHE, 1969).

Salienta-se que as colônias particulares apresentaram características diferentes das colônias oficiais, pois, geralmente, eram fundadas por particulares. Não desenvolvendo satisfatoriamente os meios de comunicação, acarretando maior isolamento se comparada a outros núcleos. A homogeneidade étnica também foi maior, à medida que agrupavam de acordo com a origem étnica e a religião, denominada por “confissão”.

Ao iniciar o quinto período, na segunda fase (a partir de 1914), houve a diminuição significativa da colonização. Na concepção de Roche (1969), este período se estende entre as duas guerras mundiais, onde Brasil e Alemanha encontravam-se em lados opostos. Os colonos viram-se dependentes de um Estado e, fiéis espiritualmente a uma Nação, a qual já não faziam parte. Neste período, o Governo Federal assegurou para si a competência em matéria de imigração e a predominância no que se refere à colonização.

Os acontecimentos em escala mundial ocasionaram a suspensão dos fluxos migratórios via colonização, devido às animosidades deflagradas, principalmente, pela Alemanha e Itália, nas duas Guerras Mundiais. Considerando que estes países forneceram grandes contingentes populacionais para o Brasil, tal situação já era esperada, mesmo porque, no Rio Grande do Sul, os imigrantes preencheram efetivamente os vazios demográficos através da instalação de colônias na porção norte.

A baixa procura de estrangeiros pelo Brasil não exigiu muito da administração, ficando a legislação sem as constantes mudanças que experimentou desde o início do processo colonizador. Portanto, foi com base nas regulamentações expostas que a legislação brasileira, inicialmente, sob tutela do Império e, depois da Província, administrou o processo migratório. Os imigrantes/colonos foram direcionados quanto às ações e o local a colonizar ao longo de todo o período migratório, com transformações especificamente em alguns itens, como a concessão ou o pagamento do lote, o título de propriedade e a nacionalização.

O fato de se implantar colônias agrícolas no Rio Grande do Sul e, essas terem prosperado deve-se a alguns fatores históricos que configuraram a organização do espaço produtivo gaúcho. Inicialmente, pode-se considerar que, no sul, as colônias situaram-se distantes das estâncias pecuaristas que detinham o poder e, portanto, não assimilaram sua influência na totalidade. Além de que, no sul, a grande propriedade tinha como principal produto a pecuária bovina de corte, em caráter extensivo. O que a tornava isenta da necessidade de grandes contingentes de mão-de-obra como nas lavouras cafeeiras de São Paulo, ou mesmo, da possibilidade dos latifundiários considerarem os imigrantes como prováveis concorrentes num futuro próximo. (LANDO; BARROS, 1992).

Mais do que um colono/agricultor, o imigrante constituiu um dos pilares da sociedade gaúcha, contribuindo significativamente para a sua construção cultural. A intenção do Governo Imperial e, depois Local em incrementar a população e a economia sulina foram além das expectativas, pois, a combinação das etnias que vieram para o Estado acabaram por construir um tipo regional bem característico: o gaúcho, que, combina os “traços” dos nativos, portugueses, espanhóis, africanos, alemães e italianos.

4.2 A imigração alemã no Rio Grande do Sul

A trajetória sócio-cultural do espaço riograndense definiu-se em virtude da política populacional estabelecida de acordo com os interesses dos Governos Imperial e Provincial. O constante litígio sobre as terras sulinas entre as Coroas Ibéricas permitiu a inserção de portugueses e espanhóis no território gaúcho, juntamente com africanos e açorianos, além dos nativos que já habitavam a terra.

As tentativas de povoar o sul, mesmo que de forma incipiente, fizeram com que, em 1809, a Capitania Geral de São Pedro fosse dividida em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Foi a primeira divisão administrativa realizada no Estado. (THOMAS, 1976). (Quadro 3).

Os quatro municípios iniciais estabelecidos em 1809 desenvolveram-se do ponto de vista socioeconômico, acarretando em 1922 a criação de dois novos municípios, que de acordo com a FEE (1981), constituíram São João da Cachoeira e São Luiz da Leal Bragança, sendo esse último não efetivado. A partir de 1822, somou-se a estes a Província das Missões, composta pelos Sete Povos das Missões. (Quadro 4).

Observa-se que, a maior concentração de freguesias, capelas e povoados encontram-se em Rio Grande e Rio Pardo, municípios que abrangeram a totalidade territorial que compõe atualmente a metade sul do território gaúcho. Esse fato deve-se a implantação das estâncias e das charqueadas terem ocorrido nesta porção do território gaúcho fazendo com que o mesmo se desenvolvesse em termos socioeconômicos.

No entanto, os municípios de Porto Alegre e Santo Antônio da Patrulha permaneceram, basicamente, apenas como freguesias, e apresentavam uma população esparsa. Tal fato deve-se a localização dos mesmos, uma vez que esses se encontravam distantes das estâncias e charqueadas, as quais serviam como “centros de atração” para a população, em virtude do desenvolvimento da atividade pecuarista. Além disso, Santo Antônio da Patrulha, por estar mais distante ainda que Porto Alegre das principais áreas de povoamento encontrava-se, praticamente isolado, em virtude do escasso povoamento do nordeste gaúcho as vésperas da colonização.

Municípios iniciais	Freguesias	Capelas	Povoados
Porto Alegre Sede: Nossa Senhora Madre de Deus	-Nossa Senhora da Conceição de Viamão -Bom Jesus do Triunfo -Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia.	–	–
Rio Grande Sede: Rio Grande de São Pedro	-Nossa Senhora da Conceição do Estreito -São Luís de Mostardas	-Nossa Senhora do Cerrito de Canguçu -Nossa Senhora da Conceição de Piratini -Nossa Senhora da Conceição de Jaguarão	-São José do Norte -Santa Vitória do Palmar de Lemos -São João Batista do Erval São Francisco de Paula (atual Pelotas)
Rio Pardo Sede: Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo	-Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira Amaro -Santo Amaro -São José de Taquari	-Santa Bárbara da Encruzilhada -Nossa Senhora da Assunção de Caçapava -Santa Maria da Boca do Monte	-Nossa Senhora do Rosário de São Gabriel -Sete Povos das Missões
Santo Antônio da Patrulha Sede: Santo Antônio da Patrulha	Nossa Senhora da Conceição do Arroio -Nossa Senhora de Oliveira da Vacaria	–	-Santa Cristina do Pinhal

Quadro 3: Divisão político-administrativa da Capitania Geral de São Pedro em 1809.

Fonte: FEE, 1981.

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

Municípios	Povoados
Porto Alegre Cidade de Porto Alegre	Viamão, Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, Santa Ana do Rio dos Sinos, Triunfo, Dores do Camaquã, São João Batista de Camaquã.
Rio Pardo Vila do Rio Pardo	Taquari, Santo Amaro, Cruz Alta, Encruzilhada.
Rio Grande Vila do Rio Grande de São Pedro	São José do Norte, Mostardas, Estreito de Canguçu, Piratini, Pelotas, Jaguarão, Arroio Grande, Erval.
Santo Antônio da Patrulha Vila de Santo Antônio da Patrulha	Conceição do Arroio, Vacaria, Torres, São Francisco de Paula de Cima da Serra.
Cachoeira Vila de Cachoeira	Alegrete, Bagé, Caçapava, Dom Pedrito, São Vicente, São Gabriel, Lavras, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento.
Província das Missões	São Luis Gonzaga, São Borja, São Nicolau, São João, São Lourenço, São Miguel, Santo Ângelo.

Quadro 4: Divisão político-administrativa da Capitania Geral de São Pedro em 1822.

Fonte: FEE, 1981.

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

Tendo em vista a configuração sócio-espacial da Província do Rio Grande de São Pedro, no século XIX, o Governo Imperial definiu, via políticas públicas, a introdução de imigrantes na porção centro-norte. De acordo com Mulhall (1974), privilegiaram-se imigrantes brancos e não portugueses, devido ao fracasso da tentativa com os imigrantes açorianos.

Essa iniciativa representou mais do que a simples colonização do Rio Grande do Sul, uma vez que o diversificou étno e culturalmente, através de códigos culturais desconhecidos até então no sul do Brasil. Definido o foco central do processo migratório, buscaram-se, então, os candidatos a colonos que se enquadrassem nas exigências do Governo. Como ressalta Bernardes (1997, p. 56)

Onde poderia ser encontrado esse tipo de colono? Na Europa, naturalmente, e especialmente, na Europa central, onde soldados desengajados do exército de Napoleão e camponeses pobres oprimidos estavam prontos a emigrar para qualquer país do mundo.

A situação conflitante enfrentada pela Alemanha³⁰, dividida em diversos estados, moldou o candidato a colono para povoar as terras riograndenses. Para Roche (1969), as dificuldades enfrentadas pelos colonos alemães fizeram com que os mesmos deixassem sua pátria-mãe em busca de melhores condições de vida na América.

Pode-se dizer, então que, o fluxo populacional Alemanha-Brasil atendeu aos interesses de ambos, à medida que, na Alemanha havia um grande contingente humano, assolado pela miséria e expulso de suas terras pelas guerras. Enquanto que, no Brasil, grandes extensões de terra ainda permaneciam inexploradas, prontas a serem povoadas.

Desse modo, efetivou-se a imigração na Província do Rio Grande de São Pedro com a chegada dos primeiros colonos de origem alemã. Como a legislação exigiu que o imigrante fosse um colono, Roche (1969), salienta que, em sua maior parte os colonos vinham das zonas rurais. Destaca-se que, a situação em que se encontrava a Alemanha, também fez com que migrassem alemães oriundos das cidades. Esses tiveram maior dificuldade de adaptação ao campo e, logo desejavam ir para a cidade exercer as mais diversas profissões;

Ainda referindo-se a origem dos imigrantes alemães, Roche (1969, p. 158), especifica que

Os imigrantes de origem rural, por sua vez, partiram de regiões muito diversas. Os primeiros que se fixaram eram de Holstein, de Hanover, de Mecklembourg. Seguiram-nos, logo depois, camponeses originários de Hunsruck, estes últimos em maior número, “assimilaram” os que procediam de Saxe, de Württemberg ou de outras regiões. Os Vestaflianos concentraram-se, a partir de 1868, de preferência em Estrela, os pomerianos, em Santa Cruz ou São Lourenço, os naturais de Schwaben, mais tarde em Panambi. Física e mentalmente, os imigrantes rurais apresentavam grande variedade de traços: os renanianos eram considerados mais inteligentes, os pomerianos mais trabalhadores. No conjunto, houve preponderância da Alemanha Ocidental sobre a Oriental,

³⁰ O termo "Alemanha" deriva do francês *Allemagne* — terra dos alamanos — em referência ao povo bárbaro de nome homônimo, que vivia na atual região fronteira entre a França e a Alemanha, o qual cruzou o Rio Reno e invadiu a Gália Romana durante o século V. O país também é conhecido pelo gentílico *Germânia*, que deriva do latim *Germania* — terra dos germanos (em inglês: *Germany* ou em italiano: *Germania*). Durante a maior parte da sua história, a área atual da Alemanha foi o território de vários reinos, das quais a maioria pertenciam ao Sacro Império Romano Germânico. Foi só a partir de 1871 com a República de Weimar e partir de 1933 com o Terceiro Reich, que o país tornou-se uma nação unificada durante 74 anos. Após o término da Segunda Guerra Mundial a Alemanha foi dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental, sendo reunificada em 3 de outubro de 1990. (WIQUIPÉDIA, 2007).

mas convém não esquecer a contribuição da Alemanha Meridional, que forneceu a minoria católica: as diferenças de caracteres juntaram-se as das religiões.

Desde o início do processo colonizador houve grande heterogeneidade dos elementos humanos, mas os menores grupos fundiram-se em grupos majoritários, aglutinados de acordo com a origem, dialeto e religião. (ROCHE, 1969).

Como haviam áreas pré-destinadas para a implantação das colônias, nas terras devolutas, o imigrante não optou pela sua localização. Cabe enfatizar que, a forma como se realizou a colonização na Província, com predomínio inicial de alemães, com inserção em porções do espaço contínuas, fez com que houvesse certa homogeneidade do ponto de vista cultural.

Assim, especifica-se que, a denominação colônias alemãs serviu para designar, conforme Roche (1969, p. 158), “[...] uma série de áreas que se sobressaem do resto do Rio Grande pela precisão dos seus limites dentro dos quais os homens adotaram ou conservaram um gênero de vida característico”.

Essa homogeneidade cultural no espaço proporcionou a formação ou individualização da região cultural alemã no Rio Grande do Sul. Tal situação constituiu-se em consequência das condições oferecidas ao imigrante alemão, principalmente, a permanência em comunidades relativamente próximas, possibilitando a manutenção cultural devido a pouca influência externa das demais culturas existentes no entorno das colônias. Obviamente que, os contatos entre as diferentes culturas que construíram o Rio Grande do Sul ocorreram e, de certa forma, houve influência mútua.

Sabe-se que, a primeira colônia alemã implantada na Província do Rio Grande de São Pedro foi à de São Leopoldo, na antiga Real Fitoria de Linho e Cânhamo, composta por nove famílias, num total de 39 imigrantes. (BERNARDES, 1997).

No que se refere à colônia de São Leopoldo, Thomas (1976, p. 21-22), salienta que

Apesar das dificuldades iniciais o progresso da nova colônia foi sensível, transformando-se na “célula mater” da colonização germânica no sul do País. Contava inicialmente com 126 habitantes e seu crescimento demográfico foi enorme, pois seis anos após sua fundação, já viviam em São Leopoldo 4.856 pessoas. (...) Com aumento da população em São Leopoldo, o povoamento foi se expandindo através das matas e nelas abrindo clareiras onde florescia os futuros núcleos urbanos (...) Já em 1825, junto às atividades agrícolas, surgiam em São Leopoldo os primeiros

estabelecimentos industriais, principalmente, os curtumes, que ainda hoje são uma das maiores fontes de renda do mesmo município.

A partir de São Leopoldo outras colônias foram fundadas nas áreas próximas, pois facilitava a comunicação e a comercialização da produção. Na implantação das colônias alemãs teve-se o cuidado de situá-las à beira dos rios, pois utilizavam esse como forma de transporte. A quase inexistência de estradas fez com que os rios se tornassem verdadeiras estradas fluviais. (ROCHE, 1969).

Nos treze anos que se seguiram após a última divisão municipal, em 1822, até a iminência da Revolução Farroupilha, o Rio Grande do Sul contava com 14 municípios, fruto do desdobramento dos já existentes. Estes, por sua vez, originaram outros, de maneira a facilitar o início da ação administrativa da Província e uma melhor distribuição da população crescente. (FEE, 1981). (Quadro 5).

Com o fim das animosidades entre os imperialistas e os farrapos, a Província retomou seu crescimento. Dessa forma, encontrava-se em processo de expansão populacional na porção centro-norte, via colonização. Praticamente, não havia nada além da mata, com raríssimos caminhos. Conforme Roche (1969) ao colono era simplesmente indicada sua concessão por um funcionário que o acompanhava até o lote, fornecendo-lhe algumas ferramentas para que o mesmo pudesse desbravar a mata, como foice, facão, machado, serra e enxadão.

Portanto, o trabalho de estruturação do lote ficava por conta do imigrante, devendo torná-lo produtivo para sua subsistência. Ao se instalar no lote o trabalho era imediato, pois a primeira iniciativa era abrir uma clareira na mata e construir a choupana, tida como a habitação primitiva. Após, iniciavam o plantio de culturas básicas como: batata-inglesa, feijão, para depois semear o milho, produto chave da economia pioneira. O avanço sobre a mata ocorreu de acordo com as necessidades, mas de maneira lenta, uma vez que o desmatamento era um trabalho árduo. A madeira obtida com o desmatamento foi a matéria-prima utilizada na construção das casas. Em geral, houve a necessidade de trabalho em equipe para realizar o trabalho pioneiro. Utilizava-se, também, dos fragmentos de rocha para construir a base da casa e muros. (ROCHE, 1969).

Municípios	Povoados
Porto Alegre	Barra do Ribeiro, Pedras Brancas (Guaíba), São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Novo Hamburgo, Viamão, Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, Triunfo, Dolores do Camaquã (hoje Vila de Vasconcelos), São João Batista de Camaquã.
Rio Pardo	Vila do Rio Pardo e Encruzilhada.
Rio Grande	Vila do Rio Grande de São Pedro e Santa Vitória do Palmar
Alegrete	Vila do Alegrete, Quaraí, Rosário, Santana do Livramento
Caçapava	Vila de Caçapava, Santo Antônio das Lavras, São Sepé
Cachoeira	Vila de Cachoeira, Bagé, Dom Pedrito, São Vicente (General Vargas), São Gabriel, Santa Maria, São Gabriel
Cruz Alta	Vila de Cruz Alta, Palmeira, Passo Fundo, Santo Ângelo, São Martinho, Soledade.
Jaguarão	Vila de Jaguarão, Arroio Grande, Erval
Pelotas	Vila de Pelotas, Vila de Piratini, Canguçu
Santo Antônio da Patrulha Vila de Santo Antônio da Patrulha	Conceição do Arroio, Vacaria, Torres, São Francisco de Paula de Cima da Serra.
São Borja	Vila de São Borja, Itaqui, São Francisco de Assis, São Luis Gonzaga
São José do Norte	Vila de São José do Norte, Estreito, Mostardas
Triunfo	Vila do Triunfo, São João do Montenegro, São Jerônimo, Taquari, Santo Amaro

Quadro 5: Divisão político-administrativa da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1835.

Fonte: FEE, 1981.

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

A partir do trabalho realizado por cada família em seu lote, o colono alemão modificou a paisagem na borda do Planalto da Bacia do Paraná, com traços típicos da sua cultura expressos através dos seus códigos culturais.

Conforme Roche (1969), os sinais reveladores da origem dos colonos são a casa, o “habitat” rural e a povoação. A casa experimentou transformações no decorrer do tempo, apresentando cinco fases de acordo com os materiais utilizados

e a forma. A primeira casa era a choupana. Constituiu-se na forma habitacional mais primitiva devido às condições impostas no momento da inserção do imigrante no lote ainda inexplorado. Era composta por uma cobertura de ramos sobre uma viga sustentada por dois postes fixados no solo. Porém, não protegiam contra a chuva, o frio e o vento.

Posteriormente, utilizando-se da mata os imigrantes construíram uma choupana mais sólida, um rancho de pau-a-pique. Resultou numa cabana de paredes de taipa e cobertura de palha, com cerca de vinte metros quadrados no máximo, muito comum na América do Sul. No decorrer do tempo transformaram-se em galpões ou celeiros, que representaram a adaptação às condições do meio, ou seja, abundância de madeira e barro e ausência de tijolos. Mas, foi uma fase breve. (ROCHE, 1969).

A segunda fase teve como marco estrutural a casa em estilo enxaimel. Foi construída quando os colonos alemães atingiram determinado grau de prosperidade, pois era ampla, sólida, com parede de taipa e, depois de pedra ou tijolo. O telhado era de madeira, telha ou zinco. (ROCHE, 1969).

A terceira fase caracteriza-se pela casa de tijolo, a partir de 1870. Seguida pela casa de madeira (quarta fase) e estandardizado (quinta fase). No que se refere ao habitat rural, os colonos evitaram as terras pantanosas e os escarpamentos, aproximando-se, às vezes, de um riacho. Para minimizar o isolamento, multiplicaram os pontos de encontro, como capelas, escolas, lojas e salão de festas. (ROCHE, 1969).

Os imigrantes construíam, paralelamente, o Rio Grande do Sul e a si mesmos no lote, na família, na colônia, enfim, estruturando uma sociedade. Das pequenas vilas- pontos de encontro- originaram-se as cidades. Além da significativa contribuição a economia riograndense, via agricultura familiar. O bordão “colonial”, que reporta aos produtos da colônia é, atualmente, a marca registrada das mesmas, com apelo comercial significativo devido a sua procura.

No que diz respeito a comunicação entre os colonos e, também, com as demais localidades, Roche (1969), salienta que, se realizava através de animais de carga até a construção das estradas, geralmente, a mula. No momento em que se estruturaram as estradas as carroças tornaram-se mais freqüentes.

É importante ressaltar a presença de uma estrutura tipicamente colonial impregnada nas relações socioeconômicas estabelecidas pelos imigrantes, pois, a

falta de recursos financeiros fez com que os mesmos aprendessem a utilizar os materiais disponíveis para realizar o trabalho, a “lida” diária. Associaram a necessidade de adaptação com os ensinamentos típicos da cultura alemã. Originou-se, dessa forma, novos instrumentos e hábitos na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.

Nesse sentido, conforme (Roche, 1969, p. 58), foi introduzida nas terras gaúchas a carroça colonial “de quatro rodas e de taipa (...) é maior que a carroça gaúcha. Mas pode transportar apenas 25 sacos, isto é, 1500 kg no máximo”.

Se considerarmos que, no início da colonização, o transporte dos produtos a serem comercializados era realizado através de mulas, a inserção da carroça representou um grande avanço para o comércio local. Mesmo em uma viagem até Porto Alegre, por exemplo.

Ressalta-se a agregação de valor ao produto com o transporte, pois, de acordo com a distância percorrida variava o preço, assim como é ainda hoje. A estruturação das primeiras rodovias ocorreu logo após a pacificação da Província, com intuito de melhorar a comunicação nas colônias e entre a Depressão e o Planalto. Salienta-se que, as estradas eram apenas cortes na mata, de 5 a 6 metros de largura, conservados pelo pisoteio das mulas e, depois pela passagem das carroças. (ROCHE, 1969).

Portanto, eram bastante precários, verdadeiros caminhos abertos na mata para possibilitar a comunicação entre os focos de povoamento e colonização existentes. Se considerarmos as dificuldades impostas pela mata, pela declividade em alguns trechos e pelas condições do tempo, principalmente, em períodos de chuva, pode-se inferir que as viagens constituíam-se numa tarefa difícil de ser realizada. Assim, a falta de conservação das estradas era uma problemática enfrentada pelos imigrantes que necessitavam de transporte.

Outra forma de transporte utilizada pelos imigrantes foi a navegação fluvial, principalmente nos rios Jacuí, Caí, Sinos e Taquari. (ROCHE, 1969). Embora não houvessem portos muitos estruturados no interior gaúcho, os relatos a respeito das formas de transporte no início da imigração revelam que os cursos d’água existentes serviram para a locomoção dos imigrantes, com ênfase, inclusive, para a instalação nas colônias. Tanto que, as novas colônias que foram sendo instaladas, depois de São Leopoldo, geralmente, situavam-se na beira dos rios, pois facilitava o

abastecimento de água para as famílias e para a lavoura e servia como “estrada”, via fluvial, para transporte e escoamento da produção. (BRUM NETO, 2004).

Assim, ao longo do tempo, formaram-se algumas colônias, com destaque para Três Forquilhas e São Pedro, em 1826. (THOMAS, 1976). Para Rambo (2000, p.415), “as vias de ocupação do Rio Grande do Sul sempre obedeceram às condições fisiográficas, assim também, como sua ocupação”.

O trem trouxe prosperidade para o comércio e, mais tarde, da indústria, considerando, também, a expansão urbana. Influenciou, sobretudo, o crescimento da exportação agrícola e, por conseqüência, a prosperidade local. No entanto, não favoreceu todas as colônias, pois à medida que essas se afastavam do rio ou da linha férrea, maior era a dificuldade de transporte. Em compensação, nos locais onde a ferrovia passava, houve a valorização do preço da terra. Com isso, as colônias mais afastadas de Porto Alegre conseguiram, de certa forma, compensar essa distância. (ROCHE, 1969).

Roche (1969, p. 70), analisando os meios de transporte da época diz que a utilização do caminhão revigorou as estradas e, principalmente, as condições de vida dos habitantes das terras gaúchas, assim

O caminhão foi o instrumento de verdadeira revolução econômica nas colônias: a produção aumenta, pois pode-se escoar facilmente. A flexibilização de sua utilização e a prática do porta a porta favorece o produtor, isto é, o colono. O caminhão vem tomar em sua casa os porcos e os conduz ao matadouro ou a fábrica de banha ou ao frigorífico (...) o caminhão aumentou a venda e a qualidade das remessas. Permitiu obter melhores preços de venda, reduzindo ao mínimo a incidência da distancia. Tornou mais prósperas todas as colônias.

A utilização dos caminhos, das hidrovias, das ferrovias e das rodovias sulina revela a evolução da infra-estrutura dos transportes gaúchos e o fortalecimento da sua economia, pautada na agropecuária. As relações comerciais foram beneficiadas de forma direta pela evolução dos transportes, tornando os núcleos populacionais cada vez mais prósperos.

Os aspectos físico-naturais desempenharam importante papel no povoamento e colonização das terras riograndenses. Os primeiros povos a se inserirem no Rio Grande do Sul, os portugueses e espanhóis, estabeleceram-se nas unidades de relevo que ofereciam maiores facilidades para sua instalação, por serem mais planas, como a Depressão Periférica da Bacia do Paraná, a Planície Litorânea e o

Escudo sul-rio-grandense, além do fator estratégico para ocupação e defesa do território.

No momento em que os imigrantes adentraram no território gaúcho, essas áreas já estavam, praticamente, ocupadas. Restando apenas, algumas porções mais planas da Depressão, sendo que, alguns se expandiram em direção ao Rebordo do Planalto.

Seguindo a lógica da facilidade de locomoção nas áreas planas, a primeira unidade fisiográfica do Rio Grande do Sul a compreender a expansão das colônias alemãs foi a Depressão. Os imigrantes expandiram-se, então, pelos vales da Encosta da Serra em direção oeste, mas sem ultrapassar os 600 metros de altitude. (THOMAS, 1976).

A partir desse surto de expansão originaram-se núcleos como Santa Cruz do Sul e Santo Ângelo (atual Agudo), além de algumas “ilhas” que prolongaram até Santa Maria a colonização germânica. A essas seguiram Candelária (1860), Cerro Branco (1870) e Sinimbu (1878). (THOMAS, 1976).

Os núcleos populacionais fundados pelos alemães apresentaram rápido desenvolvimento na função agrícola a que lhes foi atribuída. Além disso, contribuíram significativamente para o aumento populacional, não só com vinda direta de imigrantes, mas também, com os descendentes. O trabalho na lavoura, em geral, exigia muitos braços e, por conseqüência, as famílias eram numerosas.

No momento em que as áreas mais próximas a Porto Alegre e a Depressão foram povoadas, houve a necessidade de expandir a colonização para o norte, até então desocupado, como ressalta Brum Neto (2004, p. 37)

Já, no final do século XIX, as terras baixas da Depressão encontravam-se efetivamente ocupadas, assim como a Serra pelos italianos (que chegaram na década de 70). Além disso, ressalta-se o rápido desenvolvimento dos núcleos coloniais já existentes que, neste momento, não eram suficientes para absorver os novos imigrantes e os descendentes dos primeiros colonos. Por iniciativa do Governo do Estado, foram fundados novos núcleos oficiais- as chamadas colônias novas- em locais mais distantes, no norte e noroeste do Rio Grande do Sul. Considera-se, então, que estes novos núcleos trouxeram importante contribuição ao povoamento de várias regiões do Estado, bem como a sua economia agrária.

A expansão para o norte teve como meta preencher as últimas áreas do Rio Grande do Sul ainda desocupadas e aptas a desenvolver uma atividade econômica. No entanto, há de se destacar que, essas colônias não tiveram homogeneidade do ponto de vista étno-cultural. Desse modo, destinados imigrantes de várias

nacionalidades para as Novas Colônias, em virtude do sentimento nacionalista que florescia na Alemanha. Temia-se formar no Rio Grande do Sul uma pequena Alemanha, devido à homogeneidade das velhas colônias alemãs no sul do Brasil.

Com a primeira Guerra Mundial, a partir de 1914 houve a estagnação da imigração, uma vez que a Europa era o palco do conflito que envolveu os países de origem dos imigrantes. Referindo-se ao período de retrocesso da imigração Europa-Brasil, Roche (1969, p. 131), salienta que

[...] este período se estende entre as duas guerras mundiais ao curso das quais Brasil e Alemanha lutaram em campos opostos. Então, novos problemas culturais e cívicos apresentaram-se aos colonos, solicitados pela dependência a um Estado e pela fidelidade espiritual a uma nação, assim como, a administração riograndense, preocupada em integrá-los na comunidade brasileira.

Também, durante o período da Primeira Guerra Mundial, os imigrantes já instalados no Rio Grande do Sul enfrentaram certa desconfiança, devido a sua origem étnica. Houveram algumas proibições quanto a manifestação da cultura alemã em solo brasileiro, principalmente, em relação a língua alemã.

Tal situação reflete-se no contingente de imigrantes a adentrarem no Rio Grande do Sul durante todo o processo migratório Alemanha-Brasil. Entre os anos de 1824 e 1914 vieram cerca de 48.000 alemães para o Estado, 64,3% dos quais entre 1824 e 1889, 35,7% entre 1889 e 1914. Se considerarmos o período que compreende os anos de 1824 a 1870, o número de imigrantes representou 93,5% da imigração. No entanto, a imigração começou a diminuir significativamente entre 1889 e 1914 e correspondia em torno de 15%. A partir de 1876 o Estado passou a receber, sobretudo, imigrantes italianos e, também, de outras nacionalidades. (ROCHE, 1969).

Na Segunda Guerra Mundial o fluxo migratório foi praticamente suspenso, mas os alemães e seus descendentes já haviam deixado sua “marca” nas terras riograndenses. Contribuíram para a construção econômica, cultural e sobretudo, da população gaúcha, constituindo uma parcela significativa desta, com características peculiares.

De acordo com os recenseamentos, pôde-se observar a importância na evolução demográfica do Estado, como afirma Roche (1969, p. 162)

[...] a influência da imigração alemã continuou a fazer-se sentir mesmo após seu afrouxamento, pois os imigrantes, graças a alta natalidade das

famílias que fundaram, contribuíram para o impulso demográfico que elevou a população total do Rio Grande do Sul de 106.196 habitantes, em 1822, para 4.161.821, em 1950.

O autor salienta, ainda que, as altas taxas de natalidade da população alemã devem-se ao trabalho desenvolvido, o qual exigia mão-de-obra abundante para desbravar a floresta e a fertilidade natural da terra, capaz de alimentar uma população numerosa.

A imigração alemã representou para o Rio Grande do Sul a “imigração que deu certo”. Os primeiros colonos germânicos foram pioneiros em matéria de colonização, tornando-se os agricultores que a legislação exigia. Mesmo diante das dificuldades iniciais desenvolvidos, em sua maior parte, os lotes de terra que lhes eram destinados. Os que não se adaptaram a vida rural foram para as cidades, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, segundo Roche (1969) pode-se dizer que a história econômica do Rio Grande do Sul se divide em dois períodos, o primeiro tem início em 1715, com a formação das primeiras estâncias e o outro em 1824, com a fundação da primeira colônia alemã. Com efeito, é a colonização alemã que o Rio Grande do Sul deve o ressurgimento de sua agricultura.

Destacando os produtos da agricultura alemã, Roche (1969), os dividiu em dois grupos: (a) os de especialidade da colônia, como a cana-de-açúcar e o fumo, tidos como produtos industriais, sendo que este grupo ainda compreende a batata-inglesa, o feijão preto, a soja, o milho e a mandioca, destinados a subsistência, mas ainda de especialidade da colônia e, (b) os produtos que desempenharam papel secundário, como trigo, centeio, cevada, aveia, vinha e arroz.

Roche, por ter dedicado sua obra a colonização alemã no Rio Grande do Sul, ressalta o trabalho pioneiro realizado pelos colonos em terras riograndenses, enaltecendo as ações cujo sucesso resultou na efetiva implantação da agricultura. Hoje, constitui-se como uma das principais atividades econômicas do Rio Grande do Sul.

Desse modo, o autor salienta que de 1824-1875, a agricultura foi à atividade exclusiva do colono alemão. Já que, no centro-sul da Província predominava a atividade pecuária e, os italianos, que também viriam para o Estado com objetivo de continuar a colonização, só chegariam mais expressivamente a partir de 1875.

As culturas industriais desenvolvidas pelos alemães têm na cana-de-açúcar o produto, cujo cultivo foi imediato. Teve sua produção favorecida pela Revolução Farroupilha (1835-45), que prejudicou as importações provenientes do nordeste, aumentando a procura local de açúcar e melaço. Tendo ocupado grandes áreas das colônias, a cana-de-açúcar forneceu açúcar bruto e melaço. Mas, também, foi utilizada na alimentação do gado e para fabricar aguardente. (ROCHE, 1969).

Outro produto de especialidade da colônia, com finalidade industrial é o fumo, também cultivado desde a chegada dos colonos. Tornou-se um produto tradicional da agricultura desenvolvida nas colônias de origem germânica no Rio Grande do Sul, sendo bastante significativo até a atualidade. (ROCHE, 1969).

O fumo tem sua relevância como principal produto econômico, hoje, no pólo fumageiro de Santa Cruz do Sul, mantendo algumas características iniciais da sua inserção no Estado, principalmente por ser cultivado em pequenas propriedades de origem alemã. (BEZZI et al, 2006).

A implantação e permanência do fumo em solo riograndense só foi possível devido as condições favoráveis a economia colonial (antiga) e a atual, uma vez que é um produto altamente compensador do ponto de vista financeiro. Além de necessitar emprego de adubo e rotação racional de culturas. (ROCHE, 1969).

Quanto às culturas de subsistência das colônias alemãs, mas consideradas de especialidade tem-se a batata-inglesa. Foi cultivada já no início da colonização, com intenso uso pelos teuto-brasileiros, o que lhes conferiu o apelido de “alemão batata”. (ROCHE, 1969).

Pode-se considerar a batata-inglesa “um produto riograndense no Brasil e alemão no Rio Grande do Sul, uma vez que as colônias teuto-brasileiras forneceram, em 1950, 83% da colheita riograndense...” segundo Roche (1969, p. 252). Pode-se dizer que, a batata-inglesa assumiu sua importância com a vinda dos alemães, tornando o Rio Grande do Sul, em 1940, o maior produtor dessa cultura no Brasil.

Outro produto de subsistência da colônia é o feijão-preto. No entanto, esse produto já era conhecido, pois foi, inicialmente, cultivado pelos índios. Junto com a fava, o milho e a mandioca, formavam a base da alimentação aborígine. (ROCHE, 1969).

Mas, foi uma cultura valorizada pelos colonos, uma vez que “Durante quase três quartos de século, constituiu uma das principais fontes de renda dos colonos”. (ROCHE, 1969, p. 254).

O feijão teve destaque nas duas guerras mundiais quando houve um estímulo à produção, posteriormente, a procura voltou a decrescer. (ROCHE, 1969). Há de se ressaltar que, o feijão constitui-se, na atualidade, como um dos principais elementos da culinária brasileira de um modo geral. Seja na famosa feijoada ou no simples feijão com arroz, já comprovadamente, de alto teor nutricional. Tendo se afirmado como tradicional prato da gastronomia nacional.

A soja foi cultivada um pouco mais tarde se comparada aos produtos anteriores, tem como marco a primeira Guerra Mundial. A finalidade inicial era a alimentação do gado, rebanho suíno e aves. E, somente após foi comercializada e exportada. (ROCHE, 1969).

Cabe ressaltar que, a soja tornou-se popular nas colônias, tanto alemã, como nas mistas, sendo responsável pela característica econômica da porção nortenoeste, juntamente, com o trigo, formando o binômio trigo-soja, no auge do processo de modernização da agricultura. (BEZZI et al, 2006).

Considerada uma das principais culturas do colono alemão, o milho foi cultivado desde o início da colonização, usado tanto para consumo humano quanto para alimentar os animais. Com caráter de subsistência, raramente era comercializado. (ROCHE, 1969).

A utilidade da planta reside, basicamente, nas várias finalidades a que se destinava como afirma Roche (1969, p.2 56)

Nada se perde da própria planta: a parte lenhosa, que resta depois da debulha da espiga serve para fazer fogo, as folhas secas dão a forragem e a palha, as mais finas, as que estão em volta da espiga, são utilizadas para encher os colchões e até para enrolar os cigarros à moda gaúcha, quanto às folhas grossas e aos caules, são enterrados para proteger o solo contra a erosão.

Já, em fins do século XIX, nas colônias do oeste do Estado gaúcho, o milho passou a ser utilizado para produção de banha. O milho transformado em gordura rendia três vezes mais que o milho vendido em grãos, e por isso, chamado de “ouro branco”. (ROCHE, 1969).

A importância desse produto traduz-se em números quando Roche (1969, p.256) ressaltava que o milho “em 1950 era no Rio Grande do Sul o primeiro produto quanto a área cultivada e, quanto ao volume da produção e ao valor, o segundo”.

O cultivo do milho expandiu-se pelo Estado, permanecendo como um dos principais produtos em área plantada até hoje. É encontrado em, praticamente, todo

Rio Grande do Sul, das antigas colônias alemãs, italianas e mistas, até as mais tradicionais áreas de pecuária gaúcha, com ênfase para as proximidades de Pelotas. (BEZZI et al, 2006). Tanto que, é festejado em festas nacionais e municipais de origem alemã.

A mandioca é outro produto de subsistência de especialidade da colônia citado por Roche (1969). De origem americana, também, foi cultivada pelos índios, sendo um produto já conhecido pelos gaúchos. Com a colonização e, a conseqüente, adoção da mandioca à culinária dos imigrantes houve a expansão do comércio desse produto, pois já era amplamente consumido pelos luso-brasileiros. Assim como se destinava, também, a alimentação dos animais, mais especificamente, os porcos e o gado. Era consumida sob a forma de farinha ou os tubérculos, assados ou cozidos.

Dentre os produtos classificados como secundários têm-se, inicialmente, o trigo. O qual se destinava a satisfazer as necessidades domésticas, para fazer o pão branco. Porém, esse cultivo declinou cedo, pois não era lucrativo o suficiente para atrair os agricultores, embora o Governo incentivasse a produção tritícola.

As colônias alemãs produziram pouco trigo no Rio Grande do Sul, portanto, essa cultura não teve muita importância nessa fase da colonização, principalmente, porque o milho foi a cultura utilizada pelos colonos para fazer o pão. (ROCHE, 1969).

O centeio, assim como o trigo não obteve sucesso nas lavouras alemãs. Sendo que, no início do processo colonizador até associou-se ao trigo como matéria-prima para fazer o pão alemão ou pão misto, na qual se misturavam os produtos em partes iguais. O fracasso do trigo deve-se a uma série de colheitas mal sucedidas. (ROCHE, 1969).

Por outro lado, a cevada obteve maior êxito devido a sua utilização por cervejarias. Assim como os demais cereais houve incentivo do Governo, como por exemplo, o fornecimento de sementes. Porém, a produção não obteve crescimento significativo, sendo que, as colônias italianas, implantadas a partir de 1875 viriam a suplantam a produção de cevada das alemãs. (ROCHE, 1969).

A aveia e o painço seguiram pelo mesmo caminho que os cereais mencionados anteriormente, como enfatiza Roche (1969, p. 247)

As colônias alemãs, no que concerne a esses cereais, não forneceram a parcela que se podia esperar de sua superfície explorada e de sua

atividade agrícola, visto que, sendo a maior parte dessas culturas praticadas comumente na Europa, os colonos poderiam ter-lhes sido fiéis.

No entanto, no Rio Grande do Sul não se tornaram populares, pois a sua produção continua até hoje, pouco significativa. Atualmente, podem ser encontrados na Serra Gaúcha, principalmente, a aveia e o centeio, mas não como principal produto econômico. (BEZZI et al, 2006).

Das culturas secundárias desenvolvidas pelos colonos, o arroz alcançou grande popularidade. Inicialmente ligado à agricultura alemã, a lavoura orizícola expandiu-se pelo Estado, com ênfase para as tradicionais áreas da pecuária gaúcha.

Destaca-se que, o arroz seco constitui a primeira forma de produção de arroz, mas sempre em quantidades inferiores as necessidades do mercado riograndense. Somente entre 1890-1900 tentou-se a primeira cultura do arroz irrigado em Taquara e Santa Cruz do Sul. (ROCHE, 1969). Hoje, o arroz irrigado constitui-se numa das principais culturas da agricultura gaúcha, tendo como espaço de referência a metade sul do Rio Grande do Sul.

A vinha, na concepção de Roche (1969, p. 247):

[...] denuncia hoje, um povoamento de origem italiana na zona em que é cultivada. Ora, os italianos haviam falhado nas primeiras tentativas, e foram os colonos alemães no Vale do Caí que lhe forneceram as plantas e ensinaram sua técnica, pois após a fundação de São Leopoldo, tinham cultivado a vinha e produzido vinho.

A associação da vinha ao italiano deve-se, basicamente, ao sucesso dessa cultura entre essa etnia, constituindo-se, numa “marca” responsável pela identificação dos italianos no Rio Grande do Sul. Além disso, a vinha não foi desenvolvida em larga escala pelos alemães.

No início da colonização, os imigrantes alemães trouxeram produtos de subsistência, onde se sobressaíram a ervilha, lentilha e a fava. Sendo que, com o passar do tempo deixaram de ser de exclusividade dos alemães, passando a ser cultivado por outras etnias. (ROCHE, 1969).

A diversidade da agricultura colonial é ressaltada por Roche (1969, p. 250), quando diz que “[...] um dos principais aspectos da agricultura alemã no Rio Grande do Sul foi a variedade das culturas tentadas”. Além disso, o autor destaca, ainda, que a agricultura dos colonos compôs-se de plantas têxteis, oleaginosas e produtos

diversos, com destaque para o algodão, amendoim, linho, rícino, abóbora, girassol, tungue, pímetro e culturas cítricas.

A diversidade ainda é a marca das antigas colônias, a Serra Gaúcha continua tendo sua produção atrelada a diversos produtos agrícolas como o milho, a mandioca, a uva, a maçã e os cítricos em geral.

Deve-se a necessidade de subsistência das famílias aliada a necessidade de comercializar os produtos oriundos das pequenas propriedades. Também destaca-se como fator importante para tal fato a pequena extensão das terras recebidas pelos colonos, nas quais deveriam obter produtos que lhes possibilitassem o sustento. Se investissem em apenas um produto, as pequenas propriedades não conseguiriam competir com as grandes propriedades, devido ao volume da produção obtida por essas.

Dessa forma, o colono optou por produzir vários produtos ligados a agricultura, tanto da lavoura permanente (frutas) quanto da temporária (milho, mandioca, batata-inglesa, fumo). Além de hortifrutigranjeiros e os produtos beneficiados via pecuária nas pequenas propriedades, como os embutidos (salsichão, torresmo, murcilha, banha) e outros como ovos de galinha. Tais produtos, geralmente, tinham como destino às feiras locais e garantiam o retorno rápido.

No cultivo desses produtos os colonos empregaram o sistema de rotação de culturas como principal técnica agrícola, tornando esse sistema característica da imigração. Para por em prática a atividade a que eram destinados os colonos usaram a técnica primitiva de origem local- a queimada- ao invés dos métodos agrícolas europeus. (ROCHE, 1969).

Sendo que, aprenderam com os primeiros ocupantes, os nativos riograndenses, as seguintes etapas: (a) derrubada: consiste em cortar a capoeira, abandonada no solo para secar; (b) queimada: consiste em atear na própria clareira; (c) plantação (das sementeiras): etapa em que depositavam o grão na camada de cinzas ou a pouca profundidade do solo; (d) capina: consiste na preparação da terra. (ROCHE, 1969).

O colono cultivou em todas as estações e, de acordo com a cultura praticada e a fertilidade do solo, o terreno oferecerá uma, duas ou três colheitas, obtidas pelo mesmo processo. Porém, o rendimento era baixo, havendo necessidade de formar outra capoeira, enquanto a primeira se reconstruía. (ROCHE, 1969).

No que diz respeito aos efeitos da queimada, Roche (1969, p. 295) salienta que

A queimada anula, em algumas horas, os principais fertilizantes acumulados durante séculos no humo: os sais minerais, os microorganismos ficam destruídos. Perde-se o azoto da folhagem e da erva. Na terra calcinada resta apenas uma tênue camada de cinza, cuja escassa contribuição em potássio não compensa de forma alguma, as perdas causadas pelo fogo.

A técnica rudimentar se manteve por muito tempo, embora campanhas para utilização de adubo tenham sido feitas. O adubo era considerado muito caro e o adubo verde e o estrume eram pouco usados. (ROCHE, 1969).

Referindo-se a técnica agrícola utilizada pelos colonos, Roche (1969, p.289) diz que "... a utilização do arado não indica, de forma alguma, um progresso da técnica, pois permaneceu associada a queimada". O que permaneceu foi uma rotação de terras melhorada, na qual houve a exploração mais racional do solo, que permitiu a reconstituição parcial da fertilidade. Foi obtida através da rotação de culturas combinada com o emprego de estrume.

As técnicas agrícolas mais aprimoradas, como a irrigação e a mecanização encontraram alguns obstáculos para se inserir nas colônias, principalmente, no que diz respeito aos custos e ao relevo mais acidentado para o uso de maquinário. A mecanização é alta no Rio Grande do Sul, mas onerosa, sendo mais viável em grandes explorações. Enquanto a irrigação encontrou mais facilidades devido à abundância de recursos hídricos. (ROCHE, 1969).

Sintetizando a agricultura colonial, Roche (1969, p. 319) ressalta que

A agricultura dos colonos alemães teve caráter essencialmente pioneiro. Depois de ter feito recuar a floresta, esgotou o solo, obrigando os colonos das gerações seguintes a emigrar para as novas zonas a desbravar ou, mais recentemente, para os centros urbanos.

De certa forma, o pioneirismo da colonização alemã fez com que os imigrantes explorassem a terra de forma intensa, procurando obter a produção que lhes permitissem, sobretudo, pagar as dívidas atreladas a sua inserção no lote. Sendo que esta exploração nem sempre ocorreu de forma racional, acarretando o esgotamento do solo e sua, conseqüente inutilização, até que restabelecesse as propriedades naturais que permitem o desenvolvimento da agricultura. Com isso, novas áreas foram sendo alvos da colonização, principalmente no norte.

Em síntese, a presença dos alemães no Rio Grande do sul representou a implantação e desenvolvimento da agricultura, com sucesso, nas terras gaúchas. Partiram do “nada”, pois abandonaram sua pátria, familiares e toda a miséria e dificuldades para reconstruírem a vida no Rio Grande do Sul. Da floresta delinear-se pequenos lotes de terra, nos quais, semearam uma nova atividade econômica que, posteriormente, viria a se firmar como uma das mais importantes para o Estado.

Desenvolveram os lotes, os pequenos núcleos populacionais que formavam as cidades e tudo mais que essas estruturas abarcavam. Formava-se uma sociedade no Rio Grande do sul, diferente daquela oriunda das áreas de pecuária. Aliás, a pecuária, para o colono, representou uma atividade secundária, através da qual retiravam os produtos necessários para sua subsistência, comercializando apenas o excedente.

Ressalta-se que, a pequena extensão das propriedades fez com que o isolamento humano fosse menor, além das necessidades comerciais terem contribuído para minimizar essa problemática.

Dessa forma, os imigrantes transformaram a paisagem gaúcha, impondo-lhe suas características reveladoras, via códigos culturais específicos. A casa, a língua, as festas, a música, a religiosidade, os pequenos jardins no entorno da casa são alguns dos sinais típicos visíveis na paisagem dos gaúchos alemães.

4.3 Os italianos no Rio Grande do Sul

O processo migratório Europa-Brasil tornou-se uma alternativa eficaz para colonizar o País e, sobretudo, o Rio Grande do Sul, porção meridional do território nacional. Essa detinha vastas extensões de terras a serem ocupadas, embora já houvessem se inserido imigrantes alemães a partir de 1824. O progresso obtido com a chegada dos alemães foi notório na Província do Rio Grande de São Pedro³¹.

³¹ De 1807 a 1824 o Rio Grande do Sul foi elevado a Capitania Geral de São Pedro. E, de 1824 a 1889, constituiu a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. (FEE, 1981).

Houve um significativo crescimento da população e desenvolvimento da atividade agrícola, além da pecuária já implantada na porção centro-sul.

Dessa forma, o número de municípios crescia naturalmente, aumentando a cada nova divisão administrativa. Os quatro municípios iniciais criados em 1809, tornaram-se cinco em 1822, as vésperas da inserção alemã na então Capitania Geral de São Pedro, mais a Província das Missões. Quando se iniciou a Revolução Farroupilha, em 1835, o território riograndense estava dividido em catorze municípios, sendo que, na década anterior a imigração italiana, em 1860, os municípios existentes na Província já somavam vinte e oito. (FEE, 1985). (Quadro 6).

Pode-se observar que, os municípios criados até 1860 já apresentavam inúmeras vilas e povoados que, posteriormente, se tornariam sedes municipais. O surto de expansão socioeconômico experimentado até então, apresentou significativo aumento, à medida que novos contingentes populacionais adentravam a Província.

No entanto, a homogeneidade das colônias fundadas, essencialmente, com imigrantes de origem alemã e a necessidade de aumentar a expansão da agricultura em pequena propriedade, fizeram com que o Governo Imperial criasse uma série de colônias sul-rio-grandenses a serem ocupadas pelos imigrantes italianos. (THOMAS, 1976).

Para tanto, entre 1870 e 1872, o Governo Imperial decidiu povoar outras áreas da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul para intensificar a produção nacional e executar o princípio de ocupação do solo. (GOBBATO, 2002).

Dessa forma, prosseguiu o processo migratório, onde os italianos passaram a suplantam os alemães em número. A finalidade a que se destinaram era idêntica a dos alemães, ou seja, desenvolver os lotes através de atividades agrícolas, como exigia a legislação³².

A Itália como fornecedora de imigrantes para o Brasil teve, assim como na Alemanha, uma situação conturbada na qual predominava a miséria, a fome e os conflitos, que expulsavam a população rural do campo, aumentando a pobreza da população. (GARDELIN, 2002).

³² Reveja sobre a legislação do processo migratório no Capítulo 2, item 2.2.

Municípios	Povoados
Porto Alegre	Porto Alegre (capital), Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia (Gravataí), Pedras Brancas (Guaíba), Barra (Barra do Ribeiro), São Sebastião do Caí, Viamão, Santa Cristina do Pinhal
Alegrete	Rosário, São João Batista do Quaraí
Bagé	Dom Pedrito
Cachoeira	Cidade de Cachoeira
Caçapava	Vila de Caçapava, Santo Antonio das Lavras, São Sepé
Canguçu	Vila de Canguçu, Cerrito (Freire)
Conceição do Arroio	Vila da Conceição do Arroio (Osório), São Domingos das Torres (Torres)
Cruz Alta	Campo Novo, Santo Ângelo, São Marinho, Vilha (Palmeira das Missões)
Dores do Camaquã	Vila de Dores do Camaquã (hoje Vasconcelos), São João Batista do Camaquã
Encruzilhada	Vila de Encruzilhada
Itaqui	Vila de Itaqui, São Francisco de Assis, Santiago do Boqueirão
Jaguarão	Cidade de Jaguarão, Arroio Grande, São João Batista do Erval, Santa Isabel dos Canutos (anta Isabel do Sul).
Passo Fundo	Vila de Passo Fundo, Nonoai, Soledade
Pelotas	Cidade de Pelotas
Piratini	Vila de Piratini, Cacimbinhas (Pinheiro Machado)
Rio Grande	Cidade de Rio Grande, Santa Vitória do Palmar
Rio Pardo	Cidade de Rio Pardo, Santa Cruz do Sul
Santa Maria	Vila de Santa Maria, Rincão de São Pedro
Santana do Livramento	Vila de Santana do Livramento
Santo Antonio da Patrulha	Vila de Santo Antonio da Patrulha, São Francisco de Paula de Cima da Serra, Taquara, Vacaria, Lagoa Vermelha
São Borja	Vila de São Borja, São Luis Gonzaga
São Gabriel	Cidade de São Gabriel, São Vicente (General Vargas)
São Jerônimo	Vila de São Jerônimo

São José do Norte	Vila de São José do Norte, Estreito, Mostardas
São Leopoldo	Vila de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapiranga, São José do Hortêncio
Taquari	Vila de Taquari, Estrela, Arroio do Meio, Santo Inácio (Lajeado)
Triunfo	Vila de Triunfo, São João do Montenegro, Santo Amaro, São Sebastião Mártir (Venâncio Aires)
Uruguaiana	Vila de Uruguaiana.

Quadro 6: Divisão político-administrativa da Província da Capitania Geral de São Pedro em 1860
 Fonte: FEE, 1981.
 Org.: BRUM NETO, H.

A migração Itália-Brasil relaciona-se a alguns fatores primordiais que possibilitaram originar os fluxos populacionais entre esses dois países, como afirma Giron (1992, p. 65)

A conjuntura da Europa Ocidental, no último quartel do século XIX, reestruturou-se, as transformações socioeconômicas e políticas apresentavam condições propícias para a migração da população carente, alijada do progresso da “Idade do Ouro” do continente. A situação apresentava-se mais propícia ao movimento internacional da força de trabalho nas regiões onde a miséria e a falta de um mercado de trabalho, que pudesse assimilar a mão-de-obra excedente, somavam-se a instabilidade política. Este era o caso da Itália. O movimento emigratório vai propiciar, por outro lado, uma movimentação de capitais apreciável. A emigração passa a ser um fenômeno desejável, tanto para acalmar os grupos políticos antagonísticos, como para desafogar o País da pressão social, criada pelo crescimento demográfico e pela capacidade de absorção, pelo mercado, da mão-de-obra disponível.

Diante dessa situação, a propaganda dos agentes incentivando a migração da Europa para a América, com promessas de melhores condições de vida aumentou o interesse dos italianos em emigrar da Itália. O Brasil e, particularmente, a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul apresentavam situação oposta à encontrada na Itália. Destaca-se a disponibilidade de terras, a necessidade de mão-de-obra, o desenvolvimento da agricultura e os incentivos políticos e econômicos do Governo Imperial. Nesse sentido, Giron (1992, p. 65) constata que “[...] um fluxo ligando o condicionamento emigratório da Itália e a necessidade de imigrantes no Brasil serviria aos interesses socioeconômicos dos dois países. O ônus da imigração ficou com este e os lucros da emigração com aquela”.

O Brasil necessitava de contingentes populacionais para ocupar os “vazios” demográficos, enquanto isso, na Itália, havia um excedente populacional pronto para

emigrar em busca de melhores condições de vida. Tal situação representou a expulsão da porção mais carente da população italiana. Desse modo, o “problema” italiano, ou seja, o excesso populacional tornou-se a solução para a ocupação do território brasileiro.

Tendo como base os problemas políticos, econômicos e sociais na Itália, as principais localidades italianas que cederam imigrantes centraram-se, sobretudo, no norte, onde a crise era maior. Com destaque para a região como o Vale do Pó, principalmente, nas províncias de Vêneto, Bellum, Treviso, Piemonte e Toscana. (GARDELIN, 2002).

Na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, os imigrantes ocuparam a Serra Gaúcha, porção do território situada no Planalto da Bacia do Paraná e no seu Rebordo. Referindo-se a essa porção do território gaúcho, Gobbato (2002), diz que a mesma foi escolhida por ser de propriedade do Governo e mais próxima de Porto Alegre. A proximidade com a capital facilitaria o deslocamento até as colônias e a comercialização da produção.

Conforme salienta Giron (1992, p. 61), “[...] em 1872 a população da Província possuía 5/6 concentrados na Depressão e no Litoral e apenas 1/6 na Encosta Inferior do planalto”. Sabe-se que, as áreas mais planas foram povoadas inicialmente, pelos portugueses, espanhóis, africanos e açorianos. Os alemães expandiram-se pelos vales da Depressão até as encostas inferiores da Serra Geral, não adentrando as maiores altitudes. Coube aos italianos, então, a colonização da Encosta Superior da Serra.

Relativo ao acesso dos imigrantes italianos a esses compartimentos geomorfológicos, Thomas (1976, p. 22), salienta que “[...] encontraram maiores dificuldades do que os alemães. Isto foi provocado pelo penoso acesso aos seus lotes devido ao terreno acidentado”. Tal dificuldade deve-se a necessidade de transpor o Rebordo do Planalto da Bacia do Paraná, cujos desníveis são característicos.

Esses compartimentos geomorfológicos representaram uma verdadeira “barreira natural” ao povoamento das terras altas do Planalto, pelos povos que integravam a Província do Rio Grande de São Pedro até a inserção italiana, que representou a efetiva ocupação da porção nordeste do território gaúcho.

A paisagem colonial do nordeste gaúcho é enfatizada por Giron (1992, p. 61), quando a autora diz que

A região colonial, situada na encosta superior do planalto, entre os vales do rio Caí e do rio das Antas, limitava-se ao norte com os Campos de Cima da Serra, ao sul com as colônias alemãs, isto é, do vale do rio das Antas ao do Caí. A região serve como divisor de águas dos afluentes da Bacia Central e dos da Bacia do Rio Uruguai. As altitudes variam de 600 a 900 metros, sendo que, em altitudes superiores a 300 metros, existia densa floresta de pinhais, enquanto ao longo das margens escarpadas dos vales da garganta dos rios do Planalto, existiam mata de galeria. A existência destas impediu a tomada dos agricultores dos vales e dos pastores das pradarias, reservando a região para outros tipos de povoadores.

Seguindo essa linha de pensamento, Roche (1969), salienta que as colônias italianas se estabeleceram na borda superior da Serra, onde o solo estava exposto à erosão mais intensa devido a umidade. Situação que submetia a produção agrícola a condições mais severas que as experimentadas pelas colônias teuto-brasileiras.

Mesmo assim, foram fundadas as três primeiras colônias italianas na Província, em 1874: Caxias, Conde D'eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves). A estrutura dos núcleos ocorreu com base na origem de seus habitantes e, também, pelo dialeto que falavam. (GARDELIN, 2002).

Teve início, então, a inserção “em massa” de uma etnia essencial para a formação do Rio Grande do Sul, a italiana. Um povo trabalhador, que trouxe, além do passado de miséria para contar, muita vontade de melhorar suas condições de vida através do trabalho, ou seja, vieram para “fazer a América”. Nem mesmo as dificuldades impostas pelo ambiente natural foram empecilhos para a reconstrução das suas vidas na nova terra. Atualmente, a chamada “Serra Gaúcha” é uma das porções do Estado mais desenvolvida em termos econômicos, alicerçadas pelas atividades ditas “coloniais”, com destaque para a produção de uva, vinho e o turismo. Além disso, a “região colonial antiga” do Rio Grande do Sul compreende o segundo maior parque industrial do Estado, tendo como pólo Caxias do Sul, uma das três primeiras colônias italianas instaladas em solo gaúcho.

Referindo-se a ocupação da Serra gaúcha, Roche (1969, p. 51) enfatiza

A floresta de araucária, que se estende entre Caxias e Marcelino Ramos, isto é, entre o vale superior do Caí e do Pelotas, na zona setentrional do Planalto, foi explorada antes por lenhadores, depois por colonos de origem italiana, que partiram das colônias estabelecidas desde 1874 na parte superior da borda da Serra, entre os vales dos rios Caí e Taquari-Antas.

Os italianos colonizaram as áreas até então preteridas, inicialmente, pelos portugueses e açorianos e, posteriormente, pelos alemães. Efetivaram o povoamento da Serra, caracterizado pela declividade acentuada e de difícil acesso.

A conjuntura de fatores que organizaram essa porção do espaço gaúcho proporcionou a construção de uma paisagem típica, na qual os códigos culturais italianos materializaram-se no espaço, impressos como uma “marca”, ou seja, são visíveis no espaço.

O êxito obtido pelas primeiras colônias italianas fez com que logo surgissem outras, como Silveira Martins, Alfredo Chaves (Veranópolis), Antônio Prado, Guaporé e Vila Nova. (THOMAS, 1976).

Destaca-se a fundação da colônia de Silveira Martins (1889), na porção central da Província, composta por vários núcleos que originaram os atuais sete municípios que a compõe. A partir de Silveira Martins, núcleo inicial, denominado inicialmente de *Cittá Bianca*, surgiram mais seis povoados: Núcleo do Norte (denominado também de Nova Udine e, atualmente, Ivorá), Nova Palma, Dona Francisca, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno e Pinhal Grande. Ressalta-se que, esses núcleos da colonização italiana no centro do Rio Grande do Sul, constitui-se, hoje, a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

A prosperidade dos primeiros núcleos coloniais originou as vilas e, depois, as cidades, onde o imigrante italiano atuou como agente modelador da paisagem, tornando-a uma forte expressão da sua cultura, tanto na zona rural quanto na urbana. (BRUM NETO, 2004).

Mesmo longe da “Serra Gaúcha”, a Quarta Colônia guardou os traços comuns a cultura italiana, além da colonização em áreas mais declivosas, pois abrange tanto o Rebordo como o Planalto da Bacia do Paraná. Em geral, as sedes municipais foram instaladas em vales, entre as montanhas, com uma paisagem típica semelhante àquelas encontradas na tradicional região colonial italiana do Rio Grande do Sul.

Além disso, destaca-se que, a formação de um núcleo colonial no centro do Estado facilitou a propagação da cultura italiana nas proximidades, bem como sua integração com as demais etnias que já estavam instaladas nessa porção do espaço gaúcho. A partir da Quarta Colônia vários municípios próximos receberam imigrantes ou mesmo seus descendentes, como Jaguarí, Restinga Seca, Santa Maria, São Sepé, Caçapava do Sul, dentre outros.

A partir da inserção italiana no Rio Grande do Sul, vários costumes até então desconhecidos passaram a fazer parte do cotidiano dos gaúchos. Novas formas de organização do espaço via costumes típicos, materializaram-se no espaço e

tornaram-se conhecidos dos demais povos que já habitavam o território gaúcho. Dentre alguns costumes, Gardelin (2002), salienta as particularidades quanto à organização da casa italiana. As casas, geralmente, eram construídas com tábuas verticais sob alicerces de basalto, que servia de porão, que era utilizado como adega, atestando a importância da vinha para o italiano. Entretanto, o autor diz que, inicialmente, a casa era mais rudimentar, em virtude das próprias condições a que o colono estava submetido. Chegou ao Brasil, praticamente, sem condições econômicas, pois fugira da miséria na Itália. No território gaúcho recebeu somente as ferramentas necessárias para exploração do lote e algumas instruções quanto ao uso dessas ferramentas e a exploração inicial do lote.

Destaca-se que, a casa colonial “típica” somente pode ser materializada quando o imigrante teve condições socioeconômicas para realizar a construção da mesma. Tanto que, na colônia de Silveira Martins, a denominação inicial foi *Cittá Bianca*, devido à precariedade das instalações iniciais a que os imigrantes estavam submetidos, em cabanas cobertas por lençóis brancos.

Assim como o alemão, o italiano teve que se adaptar às condições iniciais da formação das colônias, ou seja, tudo deveria ser construído, pois a única coisa que existia era a mata. Com uma ressalva, o italiano, diferente do alemão, recebeu lotes de terra em terreno mais declivoso e, portanto, mais difícil de ser colonizado, ou seja, cultivado.

No momento da instalação no lote, obviamente, a primeira atitude foi construir um “abrigo”, ou seja, uma forma mais primitiva de habitação até que tivessem condições de melhorá-la. Nesse sentido, Gardelin (2002), descreve a casa inicial como sendo de bambu, com apenas quatro paredes, sem divisão interna, coberta com tábuas. Posteriormente, é que utilizou-se telhas para a cobertura.

A casa em estilo colonial italiano possuía características singulares, com destaque para a cozinha, que era separada do restante da casa, uma vez que, constituía a “casa de comer”. Essa parte da casa italiana destinava-se a atividades como cozinhar, tomar banho, lavar roupas, orar e para reuniões. A outra construção, separada da cozinha, constituía a residência. (GARDELIN, 2002).

Considerando-se as atividades diárias do colono italiano em virtude do trabalho a ser realizado, infere-se que, a casa de comer era ocupada na maior parte do tempo, devido às atividades realizadas na mesma. Tal fato demonstra a

importância da cozinha para essa etnia, geralmente, compondo a maior peça da casa.

Ressalta-se que, a atividade agrícola ocupava grande parte do tempo do imigrante italiano, que já se dedicava à agricultura em seu país de origem. Com o sucesso da colonização, deram continuidade a essa atividade, tendo como principais culturas a vinha, o trigo, o milho e o arroz. Além desses produtos, cultivavam a mandioca e o feijão para subsistência, sendo que a atividade agrícola era desenvolvida por toda a família. Praticavam, também, o sistema de rotação de culturas, visando manter a fertilidade do solo. (GARDELIN, 2002).

A videira acompanhou o colono italiano desde a sua chegada ao Sul do Brasil e passou a ser cultivada em território gaúcho, assim como o faziam em sua terra de origem. Tal cultura tornou-se um marco referencial da etnia italiana no Rio Grande do Sul, capaz de identificá-los mediante uma atividade específica. Com a implantação e o desenvolvimento da indústria do vinho no Estado, a uva tornou-se a marca característica das colônias ítalo-brasileiras. Os primeiros parreirais foram implantados nas proximidades das residências, facilitando, o acesso às mesmas, situação que permanece ainda hoje e pode ser observada, principalmente, no vale dos vinhedos, na Serra Gaúcha.

A produção de vinho artesanal, requeria que a uva fosse esmagada com os pés, em caixas denominadas “largar” (mais largas na parte superior e estreitas na parte inferior, onde apresentavam orifícios para que saísse o líquido). O vinho da colônia, não possuía mistura de outras substâncias e, nem de álcool³³, sendo presença constante na mesa do imigrante italiano. (GARDELIN, 2002).

A materialização da atividade vitivinícola praticada pelos colonos italianos é enfatizada por Denis (1951, p. 237), quando afirma que “[...] é no planalto interior que se estendem os vinhedos. Nos vales, dispersos nos campos, vêem-se casas brancas e um povoado semelhante a uma aldeia européia”.

Vivenciando uma nova realidade, os colonos tiveram que se adaptar ao meio, devido às condições de tempo específicas impostas pela posição geográfica e, também, pelo relevo onde estava assentada sua colônia. Tendo como base a sazonalidade, costumavam podar as videiras em agosto, para que a brotação ocorresse somente na primavera, pois a ocorrência de geadas durante o inverno

³³ Com alto teor alcoólico, o imigrante italiano produzia a “graspa”, aguardente feita a partir da casca da uva e, muito consumida durante as festividades típicas da colônia.

poderia queimar os brotos, o que viria a prejudicar a safra de uva. (GARDELIN, 2002).

A uva tornou-se um dos produtos característicos dos colonos, ocupando grandes extensões de terras nos núcleos formados pelos imigrantes italianos. Mas a agricultura desenvolvida na Serra Gaúcha também primou pela diversificação, através dos cultivos para a subsistência e para a comercialização do excedente em feiras livres nas proximidades da colônia, que gerava a renda para o pequeno agricultor ao longo do ano.

Com o desenvolvimento e organização dos lotes, os imigrantes puderam retomar as práticas cotidianas mais comuns da sua cultura, com algumas alterações nos seus hábitos. A transposição no espaço via migração pressupõe a readaptação ao novo meio³⁴. Desse modo, destaca-se a culinária italiana, código cultural que também teve que adaptar-se a nova realidade, pois nem sempre os ingredientes utilizados na Itália eram encontrados no Brasil, acarretando a readaptação de alguns pratos típicos.

De acordo com Gardelin (2000), a gastronomia italiana tem como destaque os pães, as massas e a polenta. A polenta chamada de colonial, conhecida no Rio Grande do Sul, não era a mesma consumida em seu país de origem. Embora, na Itália houvesse comidas à base de milho, eram diferentes da *nostra* polenta. O que os imigrantes conheciam era a “*mosa*”, uma mistura de farinha de milho, água, sal e leite, de consistência mais mole, à qual se acrescentava queijo ralado. Além disso, era muito conhecida na península itálica a canjica, preparada com milho quebrado e descascado no pilão, cozido com leite, onde acrescentavam sal ou açúcar, ou ambos.

Pode-se constatar que, houve um esforço por parte do imigrante em adaptar-se a nova realidade, através da miscigenação entre os costumes de sua origem e, os que adotaram em função das dificuldades que se apresentavam, bem como os obstáculos que tinham que transpor para realizarem efetivamente a colonização em terras gaúchas. (BRUM NETO, 2004).

Outro código importante a ser considerado a respeito da cultura italiana é a religiosidade. A igreja Católica pode ser considerada um marco na paisagem, como um pólo de atração populacional, uma vez que, era nas celebrações que a

³⁴ Veja mais sobre a adaptação do imigrante no Capítulo 1, item 1.3.1.

comunidade se reunia. Tal situação confirma a religiosidade como um fator de coesão social.

Nos pequenos núcleos populacionais havia sempre a capela, uma vez que, cada vila centralizava-se em uma igreja. Através da religiosidade a população rural concentrava-se em um local determinado em função da localização do templo, denunciando a intensidade da fé do imigrante. Outro fato que expressa a fé do colono italiano é o nome dado aos filhos no batismo, principalmente, as mulheres, tendo-se como exemplo o uso comum de nomes como Maria, Medianeira, Salete e Lourdes, dentre outros. Além disso, as casas coloniais, em sua maioria, possuíam um lugar especial para o oratório. Nesse eram colocadas as flores e as velas em homenagem ao santo de devoção, ao qual os imigrantes depositavam a sua fé e os pedidos de proteção e prosperidade.

A chegada dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul trouxe, além de costumes distintos, o contingente populacional para compor a população riograndense em número e força de trabalho para desenvolver a atividade agrícola.

No que se diz respeito à questão imigratória, a FEE (1981, p. 45.), salienta que:

Muito contribuiu para o surto de expansão que caracterizou os últimos anos do Período Imperial a vinda dos imigrantes italianos, os quais, tal como haviam feito os alemães em 1824, fundaram vasta zona colonial na região nordeste rio-grandense estabelecendo-se como agricultores, em sua maioria. Diversas indústrias foram instaladas, ampliando o incipiente parque do Estado. Tecidos, artefatos de metal, tecelagem de lã, artigos de couro, vinhos e muitos outros foram os produtos dessa fase de dinamismo que forjaram as bases econômicas rio-grandenses. A essa atividade não poderia deixar de corresponder grande atenção do Governo, no setor administrativo, no sentido de adequar a máquina estatal às necessidades da economia regional. Assim ao findar o Período Imperial, contava o Estado com 61 municípios.

Considerando a última contagem realizada pelo Governo da Província, em 1860, foram criados 33 municípios até 1889. A expansão populacional foi bastante expressiva nesse curto período de tempo, principalmente, pela inserção de imigrantes nas terras riograndenses, os quais permitiram o surto de expansão populacional no espaço gaúcho. Os pequenos núcleos populacionais que se originaram juntos as colônias agrícolas logo evoluíram, transformando-se em pequenas vilas e, posteriormente, em municípios. Em menos de um século o Rio Grande do Sul multiplicou significativamente o número de municípios, pois em 1809 eram apenas quatro e em 1889 já contava com 61 municípios. (Quadro 7).

Municípios	Povoados e Vilas
Porto Alegre	Cidade de Porto Alegre, Pedras Brancas (Guaíba), Barra (Barra do Ribeiro)
Alegrete	Cidade de Alegrete
Arroio Grande	Vila de Arroio Grande
Bagé	Cidade de Bagé
Caçapava	Cidade de Caçapava
Cachoeira	Cidade de Cachoeira, Colônia de Santo Ângelo (Agudo)
Cacimbinhas	Vila de Cacimbinhas (Pinheiro Machado)
Canguçu	Vila de Canguçu, Cerrito (Freire)
Conceição do Arroio	Vila de Conceição do Arroio
Cruz Alta	Cidade de Cruz Alta, Tupaceretã (Tupanciretã)
Dom Pedrito	Cidade de Dom Pedrito
Dores de Camaquã	Vila de Dores de Camaquã (Vasconcelos)
Encruzilhada	Vila de Encruzilhada
Erval	Vila de Erval
Santo Antônio da Estrela	Vila de Santo Antônio da Estrela (Estrela), Santo Inácio (Lajeado), Arroio do Meio, Encantado, Roca Sales
Itaqui	Cidade de Itaqui
Jaguarão	Cidade de Jaguarão
Lagoa Vermelha	Cidade de Lagoa Vermelha, Alfredo Chaves (Veranópolis), Antonio Prado
Lavras	Vila de Santo Antônio das Lavras
Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí	Vila de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí
Palmeira	Vila de Palmeira, Campo Novo
Passo Fundo	Vila de Passo Fundo, Carazinho, Nonoai, Não-Me-Toque
Pelotas	Cidade de Pelotas
Piratini	Vila de Piratini
Rio Grande	Cidade de Rio Grande
Rio Pardo	Cidade de Rio Pardo, Germânia (Candelária)
Rosário	Vila de Rosário (Rosário do Sul)
Santa Cristina do Pinhal	Vila de Santa Cristina do Pinhal
Santa Cruz	Vila de Santa Cruz
Santa Isabel dos Canudos	Vila de Santa Isabel dos Canudos
Santa Maria	Cidade de São Pedro

Santa Vitória do Palmar	Cidade de Santa Vitória do Palmar
Santiago do Boqueirão	Vila de Santiago do Boqueirão
Santo Amaro	Vila de Santo Amaro, Margem do Taquari (General Câmara), São Sebastião Mártir (Venâncio Aires)
Santo Ângelo	Vila de Santo Ângelo
Santo Antonio da Patrulha	Vila de Santo Antonio da Patrulha
São Borja	Cidade de São Borja
São Francisco de Assis	Vila de São Francisco de Assis
São João Batista de Camaquã	Vila de São João Batista de Camaquã
São João Batista de Quaraí	Vila de São João Batista de Quaraí
São Gabriel	Cidade de São Gabriel
São Jerônimo	Cidade de São Jerônimo, Vila de Bento Gonçalves, Vila de Garibaldi
São João do Montenegro	
São José do Norte	Vila de São José do Norte, Estreito, Mostardas
São Leopoldo	Cidade de São Leopoldo, Dois Irmãos, Novo Hamburgo, Sapiranga
São João da Reserva	Vila de São João da Reserva (atual São Lourenço do Sul)
São Luiz Gonzaga	Vila de São Luiz Gonzaga
São Martinho	Vila de São Martinho, Vila Rica (Júlio de Castilhos)
São Sebastião do Caí	Vila de São Sebastião do Caí, Santa Tereza de Caxias (Caxias o Sul), Nova Vicenza (Farroupilha), Nova Trento (Flores da Cunha), Nova Petrópolis
São Sepé	Vila de São Sepé
São Vicente	Vila de São Vicente
Soledade	Vila de Soledade, Sobradinho
Santana do Livramento	Cidade de Santana do Livramento
São Francisco de Paula	Vila de São Francisco de Paula
Taquara	Vila de Taquara
Taquari	Vila de Taquari
Torres	Vila de Torres
Triunfo	Vila de Triunfo
Uruguaiana	Cidade de Uruguaiana
Vacaria	Vila de Vacaria, Bom Jesus
Viamão	Vila de Viamão

Quadro 7: Divisão político-administrativa da Província da Capitania Geral de São Pedro em 1889

Fonte: FEE, 1981.

Org.: BRUM NETO, H.

Neste contexto, pode-se dizer que o processo imigratório no Rio Grande do Sul serviu para desenvolver a agricultura, mas também para disseminar a corrente povoadora e preencher os “vazios” demográficos. A imigração até este momento primou pelas etnias alemã e italiana, que formaram colônias específicas culturalmente. Tal situação possibilitou a formação de regiões culturais, ou seja, a presença de uma etnia em uma base espacial contínua, dotando-a de características específicas, materializadas no espaço.

A formação de regiões culturais somente foi possível devido a inserção em “massa” de imigrantes/colonos alemães e italianos no Estado, aliado a possibilidade de permanecerem unidos em colônias sobre uma mesma base espacial. A convivência em grupos sociais com a mesma cultura tornou-se essencial para a manutenção das tradições e costumes. Salienta-se que, os códigos culturais, tanto materiais como imateriais dessas etnias passaram a evoluir de forma distinta dos compatriotas que permaneceram em seus países de origem, mas mantêm alguns traços em comum, devido à bagagem “cultural”, ou seja, a herança cultural comum que trouxeram da terra natal.

4.4. As Colônias Novas

A colonização no Rio Grande do Sul obteve o êxito esperado, tanto para a implantação das colônias agrícolas como para povoar as áreas até então desabitadas. Desse modo, formaram-se várias colônias agrícolas, de origem alemã e italiana, nas áreas mais planas da Depressão Central, próximas a Porto Alegre e no Rebordo e Planalto da Bacia do Paraná, essa mais difícil de ser habitada devido aos desníveis topográficos.

No período que corresponde 1824 a 1875, a inserção étnica esteve alicerçada, basicamente, nos imigrantes alemães, sendo que a partir de 1875, houve a introdução “em massa” de imigrantes italianos no território gaúcho, os quais ocuparam efetivamente a porção nordeste do Estado.

Com o sucesso obtido pelos primeiros núcleos coloniais tornou-se necessário a conquista de novas terras, ampliando as áreas coloniais do Rio Grande do Sul e expandindo a corrente povoadora, com a fundação de novos núcleos coloniais. A partir de migrações internas, abriram-se novas frentes colonizadoras, povoadas, sobretudo, por descendentes dos primeiros imigrantes, mais do que por novos colonos.

Nessa perspectiva, além dos descendentes de alemães e italianos que já se situavam em solo gaúcho, outros contingentes populacionais adentraram no Estado, de novos grupos de italianos e alemães a outras culturas, como poloneses, judeus, russos, japoneses, sírios libaneses e holandeses, que embora em menor proporção, também vieram para o Rio Grande do Sul reconstruir suas vidas. O trabalho realizado na tentativa de se adequar a nova realidade fez com que deixassem a sua “marca” na paisagem gaúcha, tornando-se, parte integrante do “povo” gaúcho.

Com o povoamento da metade sul por portugueses, espanhóis, africanos e açorianos, somado a colonização da porção centro leste e nordeste por imigrantes alemães e italianos, restou, ainda, a porção norte do Rio Grande do Sul a ser povoada. O Planalto da Bacia do Paraná compreendeu, então, a última parte do território gaúcho a ser colonizada, por iniciativa governamental, mas também, por particulares. Foi nessa porção do Estado que foram fundadas as “colônias novas” ou

“colônias mistas”, cuja principal característica deve-se a diversidade étnica dos seus componentes.

Entre os imigrantes que fundaram as novas colônias no norte do Estado, salienta-se a presença dos poloneses. Embora tenham vindo em menores contingentes populacionais se comparados aos alemães e italianos, a entrada dos poloneses no território riograndense foi suficiente para formar vários núcleos coloniais. Estes, por sua vez, originaram municípios, cuja principal etnia formadora descende dos pioneiros poloneses, formando as “ilhas” culturais polonesas.

Na concepção de Siekierski (1987, p. 13), os poloneses

[...] em sua maioria, são descendentes de tribos eslavas que se fixaram há mais de mil anos às margens dos rios Vístula e Warta, na região da atual Polônia. O nome “Polônia” também é originado da expressão eslava “Polano”, que significa: planície ou campo. Devido a uma série de acontecimentos no País de origem, muitos poloneses resolveram procurar uma nova pátria. O Brasil foi destinado a muitos.

Assim como as demais etnias que se tornaram imigrantes no Rio Grande do Sul, os poloneses também fugiram da opressão e dos conflitos em sua terra natal. Para Racoski (2006), o Estado polonês não existia quando teve início o fluxo migratório Polônia-Brasil, restava apenas a tentativa de manter a identidade étnica.

Tal fato deve-se a situação conflitante enfrentada pela Polônia entre 1795 e 1918, quando essa permaneceu dividida entre a Áustria, a Rússia e a Prússia e perdeu o status de Estado livre. Desse modo, os poloneses tiveram suprimidos direitos básicos, como a nacionalidade, pois passaram a pertencer aos países dominantes, a liberdade de expressão através da língua polonesa e da religião católica (os russos eram ortodoxos), censura da imprensa e perda das terras em virtude dos conflitos. (SIEKIERSKI, 1987; RACOSKI, 2006).

Diante dos fatos expostos torna-se evidente os motivos que levaram os poloneses a emigrarem de sua pátria na busca de reconquistar o direito de serem poloneses, mesmo que em outro espaço do Globo. Os poloneses adentraram o Rio Grande do Sul com o objetivo a que lhes foi destinado, o de serem colonos no norte gaúcho, assim como as demais correntes povoadoras que já haviam se instalado nessa porção do espaço brasileiro.

A questão da identidade é fundamental para a manutenção da cultura de um grupo social. Poder se expressar através das próprias crenças e não a partir de costumes impostos constituiu um dos fatores que possibilitaram a manutenção da

cultura dos imigrantes no Brasil, não só da polonesa, mas também das demais etnias que se enquadraram nessa situação. A liberdade de expressão, as promessas de melhoria das condições de vida e a esperança de uma “vida nova”, sem opressão, fizeram com que os poloneses se tornassem colonos na Província do Rio Grande de São Pedro, superando as dificuldades iniciais de instalação nos lotes.

Considerando os fatores que ocasionaram o processo migratório Polônia-Brasil, o início da imigração data de 1871 e vai até a Segunda Guerra Mundial. Na qual os três estados do sul foram os principais destinos. Na Província do Rio Grande de São Pedro, os poloneses se inseriram como colonos em 1875, por iniciativa dos Governos Imperial e Provincial. (STAWINSKI, 1999).

O ponto de referência na chegada era Porto Alegre e depois se destinavam para locais intermediários, como a colônia italiana de Silveira Martins, no centro da Província. A partir dessa, rumavam a pé para a colônia de destino. (SIEKIERSKI, 1987). De Silveira Martins, os colonos poloneses transpuseram o obstáculo imposto pela declividade acentuada do Rebordo do Planalto da Bacia do Paraná e, rumaram para o norte, pelo Planalto até o destino que lhes foi assegurado.

As colônias polonesas originaram alguns núcleos populacionais no Rio Grande do Sul que, posteriormente, se tornaram municípios, como Dom Feliciano (1857), São Marcos (1885), Mariana Pimentel (1888), Ijuí (1890), Guarani das Missões (1891) e Erechim (1908). (GRITTI, 2004). Além desses, outros municípios como Áurea, Candido Godói, Carlos Gomes e Centenário. (FEE, 1981).

Já na colônia, as condições precárias das primeiras instalações não foram diferentes das encontradas pelos primeiros imigrantes alemães (1824) e italianos (1875). Tiveram que construir tudo, desmatar para abrir a clareira e improvisar um “abrigo” inicial para “sobreviver”. Além disso, Gritti (2004) salienta que, os colonos enfrentaram outros problemas, referentes à questão das terras, como o tamanho do lote e as péssimas condições iniciais de instalação. O isolamento em virtude da língua e dos costumes distintos dos demais grupos sociais que já ocupavam o Rio Grande do Sul também se constituiu numa problemática a ser transposta pelos colonos poloneses.

Nos primeiros anos após a instalação das colônias o progresso foi lento. Após a construção das casas, os colonos trataram logo de produzir. Para tanto, derrubaram a mata para semear a lavoura, obtendo dessa uma produção apenas de subsistência. Sendo que a roça situava-se próxima a casa, pois necessitava de

proteção contra a invasão de animais nativos. Posteriormente, com colheitas consecutivas e, já com maior experiência na nova terra, o colono pode implantar de forma mais eficiente a policultura, com o milho, arroz, centeio, mandioca, cana-de-açúcar, erva-mate, além da obtenção de mel, ovos e banha. Assim, podendo comercializar a produção e obter lucro. (SIEKIERSKI, 1987)

À medida que se estruturava a colônia, os imigrantes poloneses construíram, além de suas casas, as igrejas para celebrarem a fé Católica, que na Polônia lhes foi proibida, as escolas, para instrução das crianças e as associações para as festividades. As aulas eram ministradas em português e polonês devido à falta de domínio da língua oficial do Brasil por parte dos alunos.

A estruturação das colônias imprimiu na paisagem a marca da cultura polonesa, através dos traços típicos das casas, da vestimenta, da culinária, da fala, das lendas, da religiosidade, dentre outros códigos culturais que ainda hoje são cultivados nos municípios cuja origem está atrelada à inserção da cultura polonesa no Rio Grande do Sul.

No contexto migratório que configurou o espaço e a sociedade riograndense tem-se a imigração libanesa, em 1880, com a chegada ao Estado dos primeiros imigrantes. Em torno de 300 pessoas, suas origens remetiam a Djourne, Chiká, Barsa e Anfi. O fato de não representarem um grande contingente populacional fez com que fossem destinados a cidades já estruturadas como: Santa Maria, Cachoeira do Sul, Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Soledade, São Gabriel, Erechim, Vacaria, Carazinho, Lagoa Vermelha, Getúlio Vargas, São Borja e Uruguaiana. (MORALES, 2004).

Não constituiu, de fato, como regia a legislação, um processo de colonização, pois devido à vocação e ao trabalho realizado em sua terra natal, na Província do Rio Grande de São Pedro, os imigrantes desenvolveram atividades relacionadas ao comércio, principalmente, de roupas, tecidos e armarinhos³⁵.

³⁵ Em virtude da vocação comercial dos libaneses, as suas lojas foram denominadas de “lojas de turco”, na qual se encontra, praticamente todo tipo de artigos para o comércio. No entanto, há de se ressaltar que, tal denominação constitui-se numa ofensa para essa etnia, uma vez que, os turcos, muitas vezes, estiveram envolvidos em conflitos com os libaneses, constituindo uma relação bastante conturbada. Portanto, pode-se dizer que a designação “loja de turco” é oriunda do senso comum, mas sem qualquer conhecimento da realidade e do histórico das relações entre essas duas etnias.

A vocação comercial dos libaneses permaneceu até a atualidade, tanto que, nas cidades onde se fazem presentes, são encontradas várias casas de comércio pertencentes a essa etnia, principalmente, em Santa Maria.

A atividade econômica a que se destinaram, fez com que houvesse a necessidade de convivência com outras culturas, portanto, não formando colônias. Mas, mesmo tendo que se integrar a população das cidades a que foram destinados, a cultura de origem ainda se faz presente para os descendentes dos libaneses. A preservação dos costumes típicos é bastante visível através da vestimenta das mulheres, muitas das quais ainda conservam hábitos típicos como o uso de uma espécie de “manta” ou “véu” cobrindo a cabeça e a mínima exposição do corpo, em sinal de respeito aos costumes e a religião.

Outro aspecto da cultura libanesa é a língua árabe, ainda falada entre os membros desse grupo social como uma forma de manter esse código cultural. Além da fala, também, realizam festividades em comemoração a sua etnia de origem, como a noite árabe em Santa Maria, na qual são resgatados e expostos os costumes e as tradições da cultura libanesa, com vestimenta, música, culinária típica.

Os grupos menores no que se refere ao número de pessoas, como os libaneses, têm na cultura um elo social que confere união ao grupo mediante um sistema simbólico de códigos culturais que os diferencia dos demais grupos sociais que compõem as cidades de maior porte. A pluralidade de costumes não impede a manifestação cultural, uma vez que, o grupo procura preservar suas tradições e as manifesta de acordo com determinados rituais que lhes são importantes. Tal situação ocorre em virtude da cultura constituir a essência de um grupo social que partilha as mesmas crenças e valores e, faz com que essas não desapareçam diante da mistura de costumes que abrange as maiores cidades.

Além dos libaneses, os judeus também se inseriram no Rio Grande do Sul com o objetivo de se tornarem colonos. No entanto, Cohen (1992), salienta que a migração judaica apresenta certas peculiaridades que não permitem sua ligação com processos comuns de migração. Desse modo, a autora afirma que os motivos que ocasionaram a migração devem considerar dois ramos judaicos, os quais compreendem o judeu *achquenazin* e o judeu *sefaradita*.

O judeu *achquenazin*³⁶, de origem eslava e germânica, buscou refúgio na Polônia, sendo que, quando essa foi dominada pela Áustria, Rússia e Alemanha, o maior contingente de judeus teve que migrar para a Rússia, mais especificamente, para as regiões anexas como Polônia, Bielo-Rússia, Ucrânia e Lituânia, nas quais lhes foram impostas várias restrições. Situação que vai se exacerbar entre 1925 e 1939 com a ascensão do nazismo na Alemanha. Também o judeu *sefaradita*, de origem latina, estabelecido após sua expulsão da Espanha, na Itália, África, Turquia, Grécia, Iugoslávia meridional e Bulgária, sofre pressões nesse período. (COHEN, 1992).

A inserção dos judeus no Rio Grande do Sul ocorreu a partir do início do século XX, com fundação das colônias Philipson (1904) e Quatro Irmãos (1911). E, teve na Jewish Colonization Association³⁷ (ICA), fundada em 1891, a empresa responsável pela vinda e instalação dos judeus no Brasil. A localização das colônias judaicas no Rio Grande do Sul teve em comum alguns aspectos como, a localização em áreas com maiores altitudes, situadas no Planalto da Bacia do Paraná, estar nas proximidades das vias férreas e, o controle das atividades pela ICA. (COHEN, 1992).

Os primeiros colonos judeus, em torno de 37 famílias, totalizando 267 pessoas chegaram em 1904 a localidade de Pinhal, no então município de Santa Maria³⁸. Esses imigrantes eram oriundos da Rússia, particularmente da Bessarábia. (COHEN, 1992). Para iniciar a vida na colônia os imigrantes judeus receberam em média um lote de 25 ha, os instrumentos necessários para trabalhar, alguns animais como gado bovino e uma ajuda em dinheiro, além da casa. (GRITTI, 1992).

As casas prometidas em Philipson não estavam construídas no momento da chegada dos imigrantes, como havia sido prometido. Como salienta Santos (2006), os colonos tiveram que habitar, inicialmente, um galpão e trabalhar de forma cooperativa para obterem suas próprias casas.

As necessidades de estruturação das colônias implantadas nas terras gaúchas não foram enfrentadas somente pelos judeus. Como visto anteriormente tanto alemães e italianos como poloneses, também encontraram obstáculos referentes a falta de infra-estrutura, dificuldades econômicas, de comunicação, de

³⁶ Do hebraico *Achquenaz*, significa Alemanha.

³⁷ *Yedishe Kolonizatsye Gezelshaft*.

³⁸ Atualmente essa localidade integra o município de Itaara, emancipado de Santa Maria em 1995. (IBGE, 1997).

transporte e, sobretudo com a legislação vigente, que transformava-se constantemente.

De maneira geral, as colônias riograndenses, independente da etnia formadora foram construídas mediante o trabalho árduo dos imigrantes, que sempre recebiam um lote de terras para cultivar, apenas demarcado, repleto de mata, da qual tiravam a madeira necessária para construir a habitação inicial e obtinham o espaço para logo iniciar o cultivo dos produtos agrícolas.

Para os judeus, mesmo perto de cidades como Santa Maria e Erechim, tiveram dificuldades quanto a estruturação das casas e a precariedade das estradas de acesso a colônia, como salienta Eizirik (1984) quando relata que as casas de Philipson foram construídas com barro amassado, cujo telhado era de palha trançada e o chão de terra batida, sem assoalho. O autor salienta ainda que existiam poucas casas de material, com assoalho de madeira e telhas de zinco.

A imigração judaica no Rio Grande do Sul, até mesmo por ser organizada por uma empresa particular, obteve maior ajuda no momento da instalação das famílias na colônia. A ICA exercia um controle maior sobre as atividades realizadas pelos judeus, mas também os assessorava melhor. Obviamente que, nas colônias alemãs e italianas, justamente por serem maiores em número e extensão e, também, por serem organizadas pela iniciativa governamental, o controle rigoroso e a assessoria das atividades era mais difícil de ser exercido.

Para Santos (2006), os subsídios fornecidos aos colonos judeus permitiam que a cada colônia fosse doada uma carroça, uma junta de bois, um cavalo, uma ou duas vacas, de acordo com o número de pessoas residentes. Também era fornecido um arado bastante primitivo, enxada, pá e rastelo. Entretanto, toda a ajuda deveria ser paga num prazo de até vinte anos.

Outro empreendimento da ICA em território riograndense, foi a compra da fazenda Quatro Irmãos, com 98.850 ha, nos atuais municípios de Getúlio Vargas e Erechim. A exploração madeireira foi por muitos anos a principal atividade realizada nessa colônia. A origem do nome dessa colônia judaica deve-se a propriedade da terra em que foi implantada, pois pertencia a quatro irmãos da família Santos Pacheco. Entre 1911 e 1912 se inseriram os primeiros judeus vindos de províncias da Argentina, concomitantemente, chegavam também, imigrantes provenientes da Bessarábia na Rússia, perfazendo um contingente de 40 famílias de colonizadores judeus. Em 1913, pouco antes do início da primeira guerra mundial aportou outro

contingente de 150 famílias também vindas de países do império Russo, culminando em 1914 com um total de aproximadamente 450 famílias. (FIALCOFF, 2007).

O desenvolvimento de Quatro Irmãos ocorreu, principalmente, devido a abundância da araucária, que permitiu a exploração de madeira, bem como a criação de fábricas de celulose, azeite, além de cinemas e hotéis, transformando-a em uma cidade com atrativos na área de lazer e comércio. No decorrer do tempo juntaram-se aos colonizadores judeus os imigrantes vindos da Itália, Alemanha e da Polônia, e também de outros lugares da Europa, em menor número, bem como os descendentes da etnia afro-brasileira. (FIALCOFF, 2007).

A exploração intensiva de madeira acarretou o fim dessa atividade pela falta da matéria prima. Desse modo, a ICA encerrou suas atividades, culminando com a desativação do terminal ferroviário, das serrarias e fábricas. Tal situação acelerou o abandono da cidade, uma vez que a população residente emigrou em procura de emprego em outros locais, acarretando significativas transformações socioespaciais na colônia de Quatro Irmãos³⁹, que foi reduzida a condição de distrito de Erechim devido à precariedade da infra-estrutura existente. (FIALCOFF, 2007).

De modo geral, os judeus valorizavam questões referentes a educação dos filhos, pois acreditavam que essa constituía o único bem que não lhes poderia ser tirado. Salienta-se que, a primeira integração entre a comunidade judaica e os brasileiros ocorreu através da educação, quando os imigrantes fundaram uma escola na Colônia de Philippson, cujo ensino era ministrado em português, para e acolher também os brasileiros, filhos dos colonos e trabalhadores das imediações da colônia. Nos anos 20 têm início os fluxos que direcionaram os imigrantes judeus para as cidades maiores em busca de melhores condições de estudo para os filhos. Tal situação fez com que os judeus se instalassem em municípios como: Santa Maria, Erechim, Passo Fundo e Porto Alegre, nessa cidade concentrando-se no bairro Bom Fim. A principal ocupação dos imigrantes judeus passou a ser, então, comércio. (FIALCOFF, 2007).

Salienta-se alguns aspectos da imigração judaica no Rio Grande do Sul, como a predominância de judeus *achquenazin*, que em geral não eram agricultores de origem, pois sua origem estava atrelada à pequena classe média urbana, acarretando a fuga do campo para as cidades. (COHEN, 1992). Os judeus não

³⁹ Quatro Irmãos foi elevado a categoria de município em 2001. (FAMURS, 2007).

provinham apenas das áreas rurais, pois imigrantes com tendência mais urbana também vieram para o Estado. Nesta perspectiva, destaca-se a cidade de Porto Alegre, onde foram instalados estes imigrantes, principalmente no bairro do Bom Fim, durante o período de 1920 a 1940. (GRITTI, 1992).

Desse modo, os judeus que vieram para o Rio Grande do Sul nem sempre tinham a vocação agrícola, tanto que, mesmo antes do desmembramento das colônias, muitos rumaram para centros urbanos maiores para desenvolverem as atividades que exerciam em seus países de origem, onde trabalhavam no comércio, no artesanato e na indústria.

A cidade de Santa Maria recebeu os judeus vindos de Philipson, dos primeiros a desistirem da vida no campo até o desmembramento da colônia. Tal situação também ocorreu em Erechim e Passo Fundo devido à proximidade com a colônia Quatro Irmãos. De acordo com Scliar (1990), o Rio Grande do Sul também recebeu outros imigrantes judeus, mas com tendência urbana, em municípios como Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande e Uruguaiana, além de Porto Alegre, Santa Maria, Erechim.

Sabe-se que anterior a iniciativa da ICA, outros judeus já haviam se instalado no território gaúcho, principalmente, em virtude do histórico de perseguição étnico-cultural e política imposta a esse grupo social. Mas foi através da fundação das colônias Philipson e Quatro Irmãos que houve a entrada mais significativa em número e, o conhecimento mais específico da cultura judaica.

No entanto, vários fatores, dentre os quais as Revoluções de 1923 e de 1930, a legislação e a Segunda Guerra Mundial provocaram crises nesses núcleos coloniais. (COHEN, 1992). As dificuldades estenderam-se para qualquer tipo de imigrantes, uma vez que a questão migratória ficou bastante restrita no Brasil. Para tanto considera-se um conjunto de acontecimentos em escala global que afetaram vários países de formas distintas, como conflitos, militarismos e regimes ditatoriais que culminaram em restrições e perseguições de cunho étnico-cultural, religioso, político e econômico.

A situação que os habitantes de Philipson vivenciavam levou-os a migrarem para o ambiente urbano, principalmente, em virtude das vantagens que a cidade oferecia em contraposição ao ambiente rural. Assim, a colônia judaica instalada no centro do Estado foi, paulatinamente, sendo “abandonada” pelos imigrantes que a fundaram. Reflexo da disso foi o fechamento do escritório da ICA em 1826,

representando a retirada do administrador da colônia mantido pela empresa para auxiliar os imigrantes. (SANTOS, 2006).

A bibliografia referente a questão da imigração judaica em Philipson não afirma um data exata para o fim das atividades na colônia, mas indica que após a retirada do escritório da ICA, a atividade agropecuária não tardou a findar nesta. A tentativa de colonização com judeus no Rio Grande do Sul não atingiu os objetivos propostos devido ao fracasso das colônias implantadas, primeiro em Philipson e depois em Quatro Irmãos.

Mas o fluxo de imigrantes judeus para Santa Maria materializou nesse município a “marca” da cultura judaica através de alguns códigos culturais, como a religiosidade, através da inauguração de uma sinagoga e, também, da construção do Cemitério Israelita. Por mais que seus descendentes não estejam mais vivendo em um espaço contínuo, procuram manter as tradições e os costumes, através de encontros, seja para orar, seja para celebrar as festividades típicas da sua cultura.

O processo migratório que configurou o Rio Grande do Sul apresentou algumas peculiaridades, como contato entre as culturas ocidental e a oriental, mediante a inserção de imigrantes japoneses em nas terras gaúchas. A introdução dessa etnia no Estado ocorreu a partir de 1956 com auxílio do Governo japonês, visando à fixação desses imigrantes no Estado. No início da década de 1970, em terras compradas pelo órgão responsável pelo processo de emigração no Japão, foi criado o núcleo de Ivoti. Mas, outros municípios também receberam imigrantes japoneses, como Santa Maria e Porto Alegre, onde se integraram ao cotidiano das etnias que já os compunham. (FAMURS, 2007).

Num Estado onde a pecuária exercia forte influência, no que diz respeito à alimentação do gaúcho, os japoneses contribuíram, ao introduzir o hábito do consumo diário de hortigranjeiros, bem como a inserção de novas técnicas para o seu cultivo.

A presença japonesa no Rio Grande do Sul efetivou-se em municípios como Ivoti, São Leopoldo, Gravataí, Itapoá, Viamão, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Itati, Ijuí, Bagé, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Carazinho e Passo Fundo, onde procuram manter as tradições inerentes a sua cultura, principalmente através de sociedades culturais. As atividades desenvolvidas pelos descendentes de imigrantes japoneses variam de acordo com a sua localização, mas em geral, é agrícola, com ênfase para o cultivo de flores e hortifrutigranjeiros. (GAUDIOSO, 2007).

Assim como os demais povos que vieram para o Rio Grande do Sul, os japoneses procuraram preservar seus códigos culturais, apesar de terem formado pequenos grupos sociais. A transposição da cultura nipônica no espaço, materializando-se no território gaúcho agregou “valor” a diversidade cultural existente no mesmo, através da popularização de alguns códigos culturais atrelados, principalmente a gastronomia, ao artesanato e a lutas orientais.

A presença japonesa no estado gaúcho se materializa nas formas típicas, como a arquitetura, além de incluir no mosaico étno-cultural gaúcho nomes diferenciados, que revelam o pertencimento a essa matriz cultural. De forma diferenciada, o japonês possui um tipo físico característico dos orientais, com ênfase para os “olhos puxados” que permitem sua identificação, distintamente de outras etnias, onde os traços físicos não se expressam de forma significativa. Não se trata de uma abordagem racial, pois os estudos culturais têm como foco central a cultura, mediada por aspectos materiais e imateriais de um determinado grupo social. Entretanto, destaca-se que a característica física é marcante para o japonês, uma vez que, o torna singular e representa as distintas faces que configuram os aspectos socioculturais do povo gaúcho.

Nesse contexto, pode-se dizer que nas “colônias velhas”, o motivo que ocasionou a vinda dos imigrantes para o Rio Grande do Sul esteve atrelado, basicamente, na fuga dos conflitos em seus países de origem e, conseqüentemente, da fome, da miséria e das perseguições étno-raciais e religiosas. Diferentemente dos alemães e italianos instalados no nordeste do Estado, os imigrantes das colônias fundadas no norte não formaram, necessariamente, uma região cultural específica. Até mesmo porque sua inserção em território gaúcho ocorreu em menor número e as colônias fundadas compreenderam etnias diversas, com exceção em alguns municípios nos quais se primou por uma só etnia, como é o caso dos poloneses, que formaram ilhas culturais no Estado gaúcho.

A diversidade étnica é salientada por Thomas (1976, p. 23) quando diz que

Em 1890 inicia-se a construção da ferrovia ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, que muito contribuiu para a expansão colonizadora, principalmente da região do Médio Alto Uruguai, até então quase toda despovoada. Para ali se dirigiram imigrantes de várias nacionalidades e seus descendentes, originando a formação de colônias etnicamente heterogêneas, embora em algumas delas tivesse predominado determinada etnia, como ocorreu em Santa Rosa (alemã), Cerro Azul (atual Cerro Largo-alemã), Panambi (alemã), Santiago e Santa Bárbara (italiana).

De modo geral, as Novas Colônias implantadas na porção norte do Rio Grande do Sul primaram pela diversificação étnica, associando em um mesmo núcleo, sobretudo, imigrantes alemães, italianos e poloneses. Sendo que os judeus constituíram-se em um caso a parte, pois formaram colônias agrícolas heterogêneas e pequenas em número e extensão territorial se comparada às demais. Com o fracasso dessas colônias, rumaram para grandes centros urbanos para exercerem atividades relacionadas ao comércio e a indústria.

Além do aspecto populacional e econômico obtido com a colonização, outros aspectos referentes a infra-estrutura, como a construção de vias (rodoviárias e ferroviárias), trouxeram benefícios para o Rio Grande do Sul. A colonização do norte permitiu aumentar significativamente a implementação da agricultura, um dos objetivos a serem atingidos com a inserção de imigrantes no Estado.

Num primeiro momento, a agricultura colonial baseou-se em produtos de subsistência, com a comercialização apenas do excedente. A diversidade da produção colonial, em geral, está atrelada ao trabalho realizado na pequena propriedade rural, a qual necessita obter produtos para a comercialização em curtos períodos de tempo devido à pequena extensão do lote de terras. Situação distinta da encontrada na grande propriedade, a qual permite a obtenção de lucro com uma ou duas safras por ano, concentradas geralmente em um produto principal, devido ao volume de produção alcançado com a lavoura.

De modo geral, a pequena propriedade colonial produziu, inicialmente, o milho, um dos principais produtos da economia colonial, para alimentação da família e dos animais. Também produziu a batata, o feijão, o fumo, hortaliças e, na pecuária, suínos, aves e gado leiteiro. Sendo que, à medida que o colono estruturou seu lote foram plantados pomares voltados a produção de frutas, sobretudo cítricos. Pelo rol de produtos da economia colonial, pode-se dizer que, o destino final para a comercialização dos mesmos eram as feiras, em cidades próximas as colônias.

Salienta-se que, a economia das pequenas propriedades do norte gaúcho não permaneceu essencialmente colonial, sendo que sua especialização ocorreu mediante o processo de modernização da agricultura, o qual modificou o modo de produção da pequena propriedade familiar, tornando mais competitiva no mercado. Tal situação deve-se ao investimento em maquinário e insumos, além da assistência técnica fornecida pelas grandes empresas responsáveis pela compra da produção.

Atualmente, o norte do Rio Grande do Sul tem como principais produtos a soja, o trigo e o milho, com a setorização via pecuária. Sendo que, na porção norte-oeste predomina a pecuária extensiva, em municípios com grande extensão territorial, um resquício da atividade missioneira e estancieira no Estado. Já, na porção norte-leste, há o predomínio da avicultura, em municípios pequenos no que se refere a sua extensão, fruto da implantação das pequenas propriedades, as quais formaram vários núcleos populacionais, que originaram diversos pequenos municípios. (BEZZI et al, 2006).

Além do desenvolvimento econômico, a criação de novos núcleos, representou a integração da região norte do Estado, principalmente com a fundação das colônias de Ijuí (alemães, poloneses, italianos e austríacos), Cruz Alta (alemães, russos, italianos e poloneses), Sobradinho (alemães e italianos), Erechim (alemães, italianos e poloneses), Iraí e Carazinho (alemães, italianos e poloneses), tipicamente heterogêneas. (Thomas, 1976).

Seguindo na mesma linha de pensamento que manteve durante o auge da vinda de italianos e alemães para o Brasil, o Governo primou por imigrantes de origem rural, geralmente pequenos agricultores, que viessem para o Estado com intuito de constituírem sua comunidade e, desenvolverem seu lote através do trabalho agrícola. Por estarem situadas no Planalto, as novas áreas a serem povoadas tiveram como atrativo a fertilidade natural do solo, que lhes propiciou desenvolver plenamente a agricultura, resultando no sucesso desta fase do processo de colonização. (BRUM NETO, 2004).

O isolamento das colônias foi atenuado à medida que os núcleos de desenvolviam e as relações entre os mesmos se intensificavam. Houve, então, a melhoria nas estradas, com a abertura de novos “caminhos”, a construção de estradas de ferro e, principalmente, com a expansão mercado consumidor, atingindo até mesmo Porto Alegre, onde o abastecimento dava-se exclusivamente pelas colônias. (Denis, 1951).

Salienta-se que, as colônias do Rio Grande do Sul não permaneceram essencialmente rurais. A formação de pequenos núcleos populacionais que serviam de pólos atrativos das colônias ao redor aumentava significativamente devido ao surgimento da capela, do armazém, onde era comercializado, praticamente, todo o tipo de produtos e de algumas casas, uma vez que, juntamente com agricultores

vieram, também, imigrantes com tendência mais urbana e que não se adaptaram a vida no campo.

Esses imigrantes eram originários das cidades européias, mas que aceitaram vir para o Brasil e, tornarem-se agricultores, porém, sua vocação não era rural. Isto se deve ao fato de apresentarem maiores dificuldades de fixarem-se a terra e torná-la produtiva, pois lhes faltava à técnica e o apego à vida no campo. Neste contexto, inicia-se a atividade comercial e industrial no Rio Grande do Sul, principalmente nos pequenos centros, onde se concentravam os produtos coloniais destinados a Porto Alegre. Infere-se, desta forma, que os grandes estabelecimentos industriais de hoje, tiveram sua origem em primitivos artesanatos coloniais. (BRUM NETO, 2004).

A atividade industrial e comercial é ressaltada por Denis (1951, p. 239), quando diz que

Fabricam-se calçados e malas (couro e madeira). A matéria –prima (peles) vêm do sul do Rio Grande do Sul, principalmente dos grandes matadouros de Bagé e Pelotas. Antes, por falta de mão-de-obra, essas peles eram exportadas para a indústria estrangeira. A mão-de-obra colonial fez surgir um importante centro industrial que exporta para todo o Brasil os seus produtos manufaturados.

O aproveitamento do couro das estâncias situadas no sudoeste e sul marca a relação comercial mais intensa entre os imigrantes e os grandes proprietários, contribuindo para a incrementação da economia gaúcha através do beneficiamento de um dos produtos da pecuária riograndense, o couro. Salienta-se que, foi essa relação que possibilitou o desenvolvimento da tradicional atividade coureiro-calçadista no Rio Grande do Sul, com mais ênfase para as colônias alemãs do vale dos Sinos. Mas a produção nortista também foi responsável por alimentar a indústria, sobretudo, a indústria de rações e os abatedouros de suínos e aves. Desenvolveram-se, então, os frigoríficos para beneficiar a produção obtida nas colônias.

De modo geral, os colonos que implantaram e desenvolveram a pequena propriedade no Rio Grande do Sul diversificaram as atividades econômicas e estruturaram o espaço produtivo gaúcho em regiões de acordo com o principal produto agropecuário. (BEZZI et al, 2006).

Além do que pretendia o Governo, os colonos consolidaram a formação do Rio Grande do Sul como Estado, não só do ponto de vista econômico, mas também através da formação de uma sociedade formada por costumes diversos, capaz de

manter os laços com a sua origem étnica e, ao mesmo tempo sentir-se parte integrante de um todo maior, o estado do Rio Grande do Sul.

Tal fato deve-se a integração com a terra que os acolheu e a construção do “povo” gaúcho, que não pode ser demonstrado apenas através de um estereotipo, considerando apenas o gaúcho primitivo. Como ressalta Thomas (1976, p. 23)

Com a colonização européia completou-se a ocupação do Rio Grande, que se caracterizou pela presença dos luso-brasileiros nas áreas de campos, entregues à atividade pastoril, e a do imigrante europeu, na zona de matas, com a implantação da pequena propriedade.

Do sul pecuarista, o português, o espanhol, o africano e o açoriano preencheram aquele espaço dotando-o de características singulares, cuja paisagem, tem na estância e nas cidades mais antigas, com casas em estilo colonial português uma das suas principais identificações. Assim como, o centro-leste, o nordeste e o norte do Estado primam pela paisagem tipicamente colonial, moldada pelas culturas alemãs e italianas, dentre outras. Onde a fala é dotada de um português com ênfase na letra “erre”, às vezes num tom mais alto e cantado, em pequenas cidades que até parecem às pequenas vilas européias.

As diversas culturas que formaram o Rio Grande do Sul preencheram o seu espaço, tornando característico e, originando inúmeras paisagens dotadas de significados, cujos códigos culturais sobressaem-se ao se materializarem no espaço. Considerando uma cultura específica e sua inserção no espaço gaúcho, formou-se recortes espaciais distintos do ponto de vista cultural. Essa diferenciação ocorreu devido à diferença dos costumes e das crenças que orientam as ações do grupo e o identificam, além de alguns aspectos que são responsáveis pela sua contigüidade no espaço e pela manutenção da cultura, como uma herança em constante evolução.

Do ponto de vista do regionalismo, o Rio Grande do Sul é um dos Estados dos estados brasileiros onde esse fenômeno intensificou-se através do tipo regional, centrado na figura do gaúcho. No entanto, mesmo diante dessa generalização em torno do “gaúcho”, como o habitante típico do extremo sul do Brasil, há de se ressaltar a heterogeneidade etno-cultural responsável pela “construção desse tipo regional”, via processos e ocupação e colonização.

Considerando o Estado como um todo, as diferenças regionais, tendo como base a cultura, formaram regiões culturais e, numa escala menor, ilhas culturais. As

regiões culturais que compõe o território gaúcho, de certa forma, demonstram a manifestação de um “regionalismo interno”, que caracteriza e identifica porções do espaço riograndense no qual a manifestação cultural cria identificações e limites/fronteiras, responsáveis pelos recortes espaciais que originaram cinco regiões culturais no Rio Grande do Sul⁴⁰.

⁴⁰ Ver as regiões culturais do Rio Grande do Sul no capítulo 4.

5. AS REGIÕES CULTURAIS DO RIO GRANDE DO SUL

A cultura como mediadora das relações sociedade-natureza confere heterogeneidade ao espaço, tornando-o diferenciado através sistemas simbólicos que se materializam na paisagem via códigos culturais, tornando-a repleta de significados inerentes a um grupo social. Considerando a herança cultural mediada pela descendência e as relações que se estabelecem entre cultura-códigos-identidade, essa proposta de regionalização recortou o Rio Grande do Sul em 4 regiões culturais de acordo com a principal etnia formadora dos municípios que o compõem:

- Região cultural 1: individualizada em função da presença das etnias nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana;
- Região cultural 2: estabelecida em virtude da presença alemã;
- Região cultural 3: individualizada pela etnia italiana;
- Região cultural 4: estabelecida pela presença de etnias mistas.

Além das regiões culturais, individualizaram-se, também, ilhas culturais no território gaúcho, em virtude da presença de uma unidade territorial com origem étnica distinta das que situam-se no seu entorno. Desse modo, tem-se:

- Ilha cultural alemã;
- Ilha cultural italiana;
- Ilha cultural mista;
- Ilha cultural polonesa.

As regiões e ilhas culturais demonstram a diversidade étnica que compõem o Rio Grande do Sul e as particularidades intrínsecas ao contexto regional. Considera-se cada grupo social em particular e, também, a sua representatividade para a composição da cultura gaúcha, entendida como um mosaico etno-cultural, oriundo da relação entre todas as culturas que se inseriram no espaço riograndense para formar o povo gaúcho.

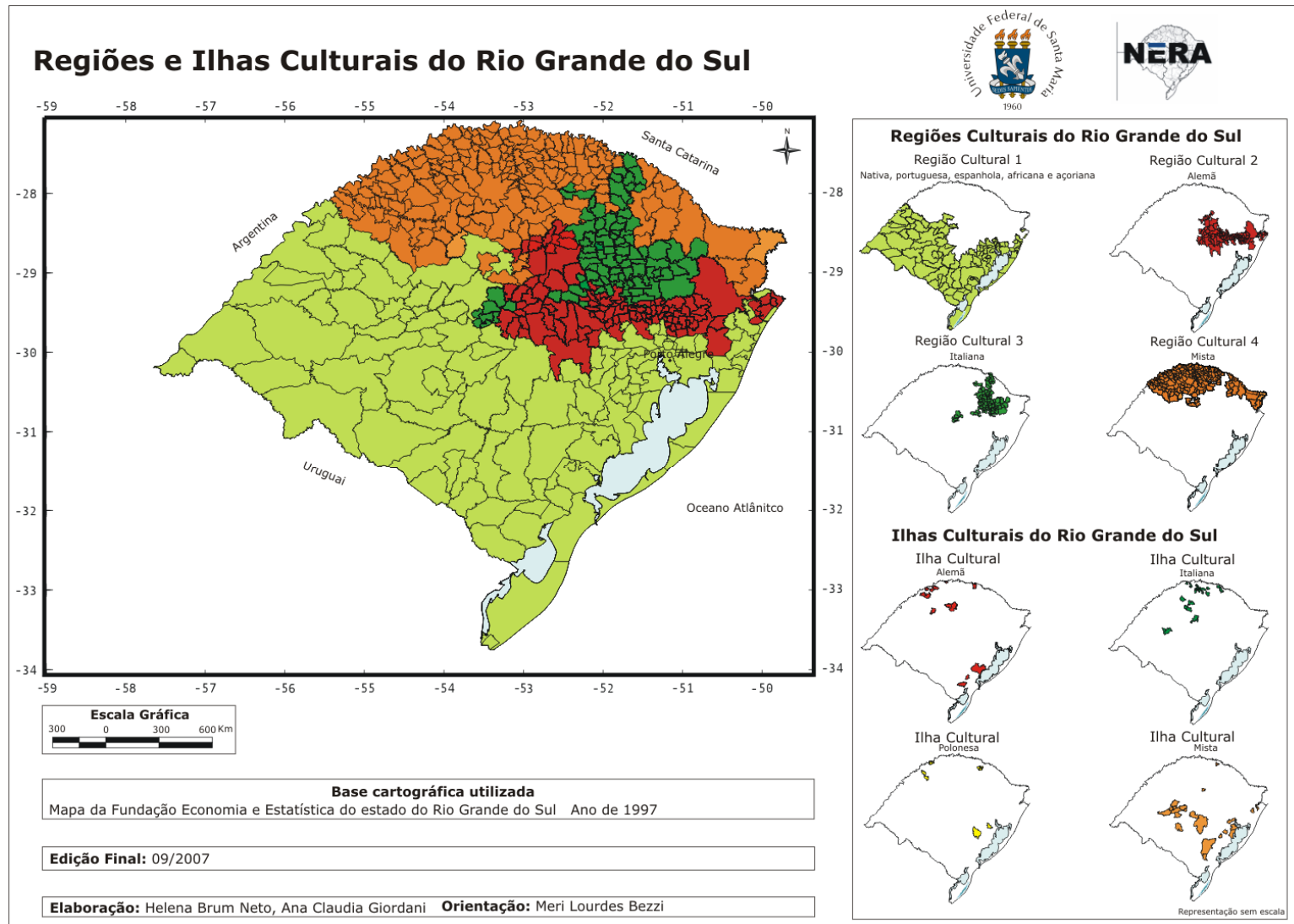


Figura 4: As regiões culturais do Rio Grande do Sul.
 Fonte: FEE, 1997.
 Org.: BRUM NETO, H.; GIORDANI, A. C., 2007.

5.1 Região Cultural 1: nativos, portugueses, espanhóis, africanos e açorianos

A região cultural 1 individualizou-se em virtude da presença das primeiras etnias que contribuíram significativamente para a formação socioespacial e cultural do Rio Grande do Sul. (Quadro 8). (Figura 4). De acordo com a cronologia da inserção étnica nas terras riograndenses tem-se como principais formadores dessa região cultural: os *portugueses e espanhóis* povoadores que estabeleceram as “fronteiras” e delimitaram o oeste do Rio Grande do Sul após diversas disputas pela posse da terra, tornando-o brasileiro por direito, mas muito próximo dos *hermanos* pela história em comum.

Os africanos e os açorianos também são integrantes da região cultural 1. Os primeiros, mesmo inseridos pela mazela da escravidão, consolidaram a primeira atividade econômica gaúcha, responsável pela característica pecuarista do Estado, além de importantes contribuições culturais e de exemplo da manutenção dos códigos mediante repressão. Já, os *açorianos*, são considerados os primeiros povos designados a serem colonos no Rio Grande do Sul, de acordo com a concepção de colonização imposta pela legislação brasileira da época.

Essas etnias, em maior ou menor número, fazem parte do mosaico etno-cultural que estruturou a sociedade riograndense, com suas crenças e tradições. Ao preservarem as particularidades culturais, via manutenção dos códigos que lhes são próprios, cada grupo social, identifica as suas “raízes”, como forma de reverenciar o trabalho pioneiro daqueles que vieram para o Rio Grande do Sul reconstruir suas vidas, trazendo consigo a esperança de prosperidade e as peculiaridades da cultura “mãe” a qual pertenciam.

A matriz cultural que cada etnia trouxe consigo, como uma herança, contribuiu para que o Estado gaúcho se tornasse “rico” do ponto de vista cultural. Pode-se dizer que há certa homogeneidade no que se refere à questão do gaúcho, como tipo regional, mas as particularidades regionais são facilmente perceptíveis quando se tem conhecimento da extensão espacial e da distribuição da descendência das etnias formadoras do povo gaúcho.

Região Cultural	Origem étnica	Municípios
Região Cultural 1	nativa portuguesa, espanhola africana açoriana	Aceguá, Alegrete, Alvorada, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio do Sal, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Bagé, Barra do Quaraí, Barracão, Bossoroca, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeirinha, Camaquã, Candiota, Canoas, Capão da Canoa, Capão do Cipó, Capão do Leão, Capela de Santana, Capivari do Sul, Charqueadas, Chuí, Cidreira, Cruz Alta, Dom Pedrito, Dois Irmãos das Missões, Encruzilhada do Sul, Estância Velha, Esteio, Estrela Velha, Formigueiro, Garruchos, General Câmara, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Herval, Hulha Negra, Itacurubi, Imbé, Itaqui, Jaguarão, Júlio de Castilhos, Lavras do Sul, Maçambará, Mampituba, Manoel Viana, Maquine, Minas do Leão, Mostardas, Nova Ramada, Nova Santa Rita, Osório, Palmares do Sul, Pântano Grande, Pareci Novo, Pedras Altas, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Pontão, Ponte Preta, Quaraí, Quevedos, Rosário do Sul, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, Santana da Boa Vista, Santiago, Santo Antonio das Missões, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São Jerônimo, São José do Norte, São Sepé, Sapucaia do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tabai, Tavares, Tramandaí, Triunfo, Tupanciretã, Turuçu, Unistalda, Uruguaiana, Viamão, Vila Nova do Sul, Xangri-lá

Quadro 8: Região cultural 1- a presença nativa, portuguesas, espanhola, africana e açoriana no RS.
 Fonte: FEE (1981), IBGE (2007), Trabalho de campo (2006-2007).
 Org.: BRUM NETO, H.

A região cultural 1 abrange a porção sul e oeste do Estado gaúcho, compreendendo municípios significativos para a evolução sócio-cultural do espaço gaúcho, Pelotas e Caçapava do Sul, além da região da Campanha. A tradição pecuarista originou esses núcleos populacionais e os desenvolveu mediante os costumes e tradições da cultura portuguesa e espanhola, etnias principais que povoaram esta parte do Rio Grande do Sul.

A definição das fronteiras e a estruturação da atividade possibilitaram a evolução sócio-cultural no espaço riograndense, à medida em que se formaram povoados e intensificou-se a vida social. Originaram-se municípios importantes do ponto de vista cultural e que materializaram no espaço os códigos culturais que identificaram o Rio Grande do Sul nesse momento da sua história.

Região Cultural 1

Nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana

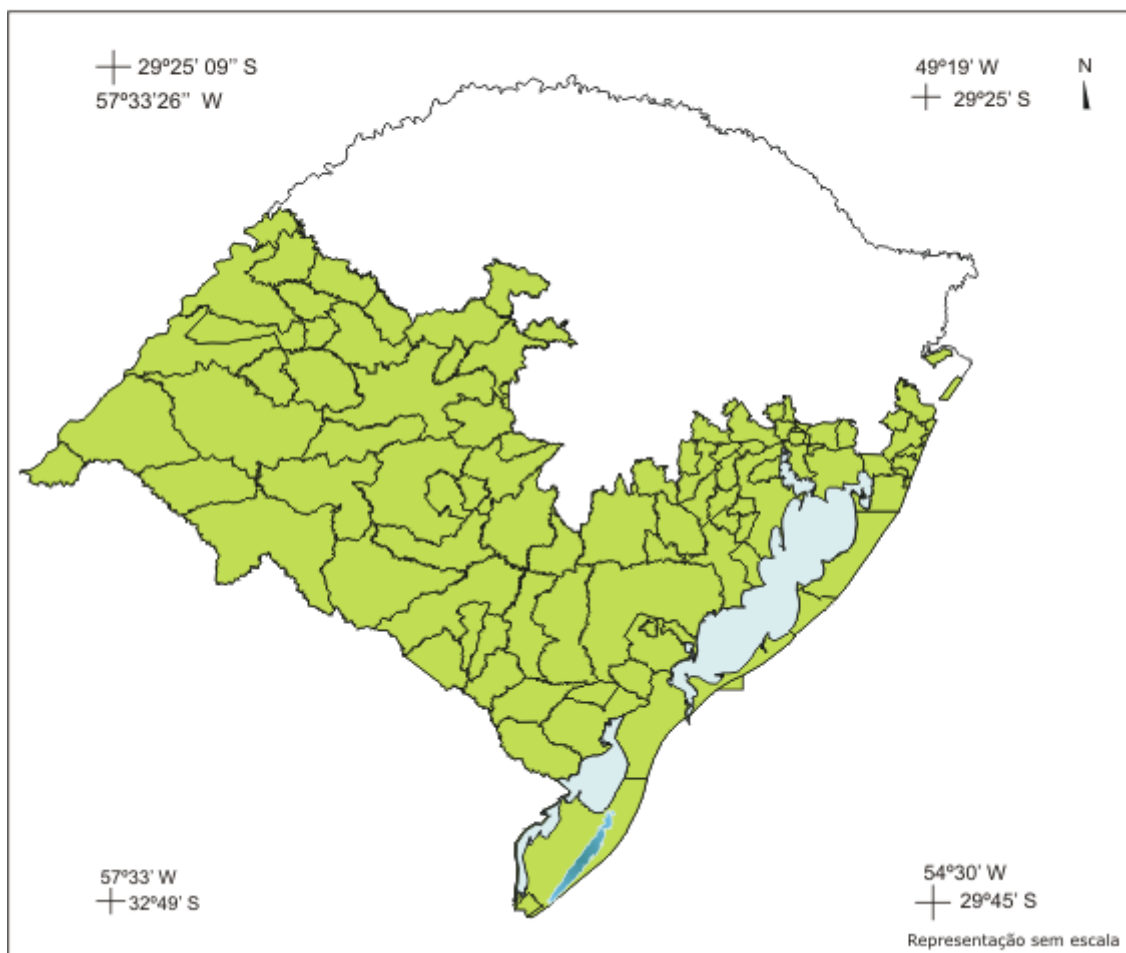


Figura 5: Região Cultural 1 a presença nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana no RS.
 Fonte: FEE, 1997.
 Org.: BRUM NETO, H.; GIORDANI, A. C., 2007.

A exemplo disto destaca-se o município de Pelotas e suas imediações, que representaram o apogeu da atividade estancieira e charqueadora gaúcha, pois detinham grande parte das charqueadas e uma intensa vida social, em virtude da renda gerada pela pecuária bovina. Atualmente, a atividade pecuarista não tem a mesma significância na economia desse município, mas permanece como herança, materializada na paisagem através das construções mais antigas, principalmente, nos casarões em estilo colonial português.

Algumas dessas construções foram preservadas e sobressaem-se na paisagem urbana atual, bastante homogeneizada em função das construções mais

modernas apresentarem um padrão comum. A arquitetura típica colonial caracteriza-se por apresentar pé direito alto, vários cômodos e janelas estreitas. O requinte interno salienta-se pela decoração. Sabe-se que muitos móveis foram importados diretamente da Europa, em madeira de lei.

As sedes das estâncias e charqueadas guardam o requinte da arquitetura colonial portuguesa. Saint Hilaire, no período que compreende os anos de 1820-1821, em sua viagem ao Rio Grande do Sul, descreveu alguns aspectos da vida na charqueada São João, em Pelotas. Ele se impressionou com a riqueza dos proprietários e a opulência das casas, que possuía um mobiliário requintado para a época, quase todo importado. Também identificou a semelhança de paisagens que, na sua concepção, lembram a Europa. (ESTÂNCIAS E FAZENDAS, 2005).

A preocupação com a segurança era comum no momento da construção das casas das estâncias. As paredes eram grossas, com espessura em torno de sessenta centímetros, feitas com uma mistura de barro, tijolo e tramas de taquara, sendo que o pátio era interno. As charqueadas permitiram a concentração de grandes fortunas e o surgimento de uma elite social no Rio Grande do Sul, com destaque para Pelotas e suas imediações devido a grande produção de charque. (ESTÂNCIAS E FAZENDAS, 2005).

Com o fim da atividade charqueadora e o declínio da pecuária no Estado as estâncias tornaram-se, atualmente, uma fonte de renda através do turismo rural, que explora justamente a herança do passado pecuarista nessa região cultural. São as velhas formas adaptando-se a novas funções, para se adequar às exigências do processo evolutivo da sociedade. Do ponto de vista cultural, representam a preservação do patrimônio histórico e da memória cultural de uma fase importante da evolução do Estado e também demonstra a significativa presença da cultura portuguesa materializada no espaço riograndense.

A região cultural 1 compreende, também, a Campanha, tradicional área de pecuária do Rio Grande do Sul. A formação dos povoados na Campanha está atrelada à estratégica ocupação das áreas de fronteira através da posse via estâncias para a criação do gado solto. A atividade pecuarista é a principal característica dessa porção do espaço gaúcho, mesmo que essa atividade tenha apresentado certo declínio.

Pode-se dizer que, a disputa pelo estabelecimento das fronteiras no oeste e no sul fez com que tanto portugueses como espanhóis contribuíssem para a formação

sócio-cultural do Estado, através de códigos culturais específicos que, muitas vezes, misturaram-se e, originaram novos códigos. As condições que favoreceram o povoamento do Rio Grande do Sul através de disputas e conflitos pela posse da terra e a preia do gado solto trouxeram para o sul um português ou luso descendente com costumes diferentes daqueles encontrados no sudeste e nordeste brasileiro. O povoador do Rio Grande do Sul assumiu uma postura mais rígida, muitas vezes, até chamado de “grosseiro” em virtude do seu comportamento e dos termos regionais utilizados para se expressar.

Tal situação deve-se, em grande parte, a vida em acampamentos e a vida no campo, que tornaram os costumes mais “rudes” em virtude da realidade vivida nas terras sulinas. No início do povoamento a vida social era praticamente inexistente, resumia-se a reuniões noturnas em volta do fogo de chão nas estâncias, geralmente, com os peões.

Denominado de “peão de estância”, o trabalhador do campo originou-se de um misto entre os costumes portugueses e espanhóis, com influência de algumas tradições indígenas, muito úteis para a vida nas terras que compõe o Rio Grande do Sul. Dentre as quais pode-se salientar o hábito do chimarrão, uma bebida quente e energética que se tornou uma das características do gaúcho. Além do churrasco, da vestimenta campeira, que incorporou o chiripá e de alguns termos usados na linguagem comum.

Seguindo essa linha de pensamento, Braz (2000), salienta que ao se pensar na origem do gaúcho deve-se lembrar dos índios de várias tribos que logo se adaptaram ao cavalo e da miscigenação do europeu com o índio. Do chiripá, poncho e bota de garrão de potro, com primeiro registro já em 1617. Também deve-se considerar as atitudes e comportamentos do gaúcho típico que tem origem no índio, como o consumo da erva-mate, o uso da boleadeira, da faca nas costas e a rapidez com que o nativo pegavam uma rês.

Também, segundo Braz (2000), é difícil determinar com precisão em que momento tem início a existência do gaúcho. O que se pode identificar são as influências e as contribuições que o formaram, através dos povos que habitaram o sul, dos nativos aos portugueses e espanhóis tem-se as etnias que o originaram.

Considerando-se a gênese dos costumes do gaúcho, os nativos seriam a primeira “versão” do tipo regional originado no Rio Grande do Sul, sem jamais terem sido denominados dessa forma. Salienta-se que, a denominação do gaúcho como

vinculada ao homem do sul ocorreu no momento em que as atividades pecuaristas nas estâncias se intensificaram, principalmente na área que compõe a região cultural 1 e, particularmente, na Campanha, onde as atividades estancieiras eram mais intensas.

Atualmente, a Campanha permanece composta por municípios com grandes extensões territoriais, fruto do passado estancieiro, que se reflete nas grandes propriedades remanescentes. Os núcleos urbanos não apresentaram grande expansão, permanecendo com características de pequenos municípios, onde “todos se conhecem” e há uma hierarquia em função das famílias mais tradicionais. Muitas vezes permanece a tradição do “sobrenome” e a influência política, mas não a riqueza, principalmente, pela retração da pecuária que acarretou a falência de vários produtores rurais, como também a divisão das terras por herança nessa porção do espaço gaúcho.

A paisagem típica dessa região cultural passou por transformações significativas em meados do século XX, quando o processo de despecuarização espacial se intensificou. Esse processo caracteriza-se pela cedência de espaço para a agricultura, representada através da lavoura empresarial em áreas economicamente exploradas somente com a atividade pastoril. (FEE, 1978).

O arroz, num primeiro momento e a soja, a partir de 1970, com a modernização da agricultura, alteraram de forma significativa a paisagem da região cultural 1, até então, atrelada essencialmente a pecuária bovina de corte. A vastidão dos campos preenchidos apenas em parte com o gado solto, característica da Campanha gaúcha passou a compreender grandes extensões de lavoura.

No entanto, há que se ressaltar que a maior parte dos grandes proprietários rurais não vendeu suas terras, pois essas são sinônimo de poder nessa região. O que ocorreu foi a cedência de terras para a lavoura empresarial, via arrendamento. Tal fato representou a manutenção da propriedade, ou seja, o “status quo” do pecuarista e a exploração da terra através de outras atividades não ligadas à pecuária, garantindo lucro ao mesmo, não dependendo das variações do mercado. Essas preocupações são de responsabilidade do arrendatário, que paga o “aluguel” pelo uso da terra e a explora diretamente.

Portanto, permanece o caráter concentrador da terra na Campanha gaúcha, que torna as grandes propriedades alvo de invasões pelo Movimento dos Sem Terra (MST). A iniciativa do arrendamento justifica, em parte, a função social da terra,

exigida pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), pois as grandes propriedades são exploradas via atividade agrícola, mas não diretamente pelo proprietário.

Atualmente, existem alguns assentamentos nas tradicionais áreas de pecuária do Rio Grande do Sul, como forma de pressão social e política pela reforma agrária. As marchas organizadas pelos sem-terra são comuns nessa região cultural, na medida em que se reivindica a desapropriação de propriedades que esse movimento alega ser improdutiva, tornando-se alvo de invasão. Além disso, teve-se em 2005 a marcha dos sem sem-terra denominada de “abril vermelho”, com objetivo de realizar diversas invasões para pressionar o estabelecimento de assentamentos rurais para os pequenos agricultores.

Pelo viés contrário, foi organizado pelos ruralistas, os grandes proprietários de terras da Campanha, um movimento em defesa da propriedade, atrelado a questão legal de posse da terra e do cumprimento de sua função social. Denominado de “maio verde”, esse movimento bloqueou e monitorou a marcha dos sem-terra, com intuito de impedir as invasões. E, reforça a questão da identidade cultural atrelada a grande propriedade no oeste do Rio Grande do Sul, na qual os produtores reafirmam os códigos construídos ao longo do processo de povoamento dessa porção do Estado. É um movimento armado que, geralmente, acompanha a caminhada do MST a certa distância e, dispõe de mais recursos em função das condições financeiras dos grandes proprietários rurais.

Destaca-se a existência desses dois grupos antagônicos, cujos interesses diferem, mas também, centram-se na posse da terra. O MST reivindicando a desapropriação e a função social da terra, enquanto os ruralistas reivindicam a manutenção da propriedade e da concentração da terra pelo direito legítimo de posse. A da questão da disputa pela posse da terra na Campanha é polêmica e envolve, sobretudo, códigos seculares e tradições originadas no passado estancieiro e charqueador dessa porção do espaço gaúcho.

Considerada como o “berço do gaúcho”, a Campanha remete a costumes típicos do tradicionalismo e serve como referência em termos de paisagem característica do Pampa, com grandes extensões de campo para pastagem do gado. A partir da atividade pecuarista tem-se a lida campeira, o peão a cavalo, o churrasco, a roda de chimarrão e a trova ao redor do fogo de chão como alguns códigos culturais. A bombacha não é uma vestimenta usada somente nas

festividades comemorativas do tradicionalismo, é uma peça usual e encontrada com facilidade no cotidiano dos habitantes, principalmente, nos mais velhos, que expressam com orgulho o fato de serem gaúchos típicos. A afirmação “é na Campanha que o gaúcho se reconhece” efetiva-se através do cotidiano dos seus habitantes, que expressam os códigos culturais de forma mais significativa nessa porção do Estado.

Por um longo período de tempo, terra significou poder político na Campanha e criou sobrenomes influentes em nível local e regional, principalmente, nas decisões importantes a respeito da dinâmica socioeconômica dessa porção do território gaúcho. Salienta-se que, tal situação, permanece pouco alterada em alguns municípios na atualidade.

Em face das transformações no espaço produtivo da região cultural 1 com a inserção da agricultura através do arrendamento, a atividade econômica pautada na agropecuária assegura o caráter concentrador da terra, permanecendo, portanto, a identidade cultural, a qual assenta-se no peso da tradição histórica caracterizada pela presença do gaúcho típico, ligado a atividade pecuarista, num primeiro momento e, posteriormente, na agricultura, através do arroz e da soja.

A Serra do Sudeste e, particularmente, o município de Caçapava do Sul, uma das capitais farroupilhas, juntamente com Piratini e Alegrete teve sua importância atestada na construção sócio-cultural do povo gaúcho no que se refere as suas tradições. Esses três municípios representam as sedes permanentes da capital farroupilha, símbolo da luta dos gaúchos contra a opressão e o descaso do Império com as terras sulinas e, também, foi nesses que se realizaram as manifestações por um preço mais justo do charque e sua valorização no mercado nacional tiveram maior expressividade.

O charque foi o motivo da Revolução Farroupilha, no entanto, esse conflito não foi feito necessariamente por charqueadores. Sabe-se que, a Revolução que paralisou as atividades no Rio Grande do Sul por dez anos (1835-1845), foi arquitetada pela elite de estancieiros, cansados do descaso do Governo Imperial com a Província do Rio Grande de São Pedro. E, foi essa elite que suscitou idéias liberais pautadas na Revolução Francesa e as disseminou pela Província, na tentativa de buscar sua revalorização e autonomia perante a colônia brasileira, formando uma república.

Culturalmente, para o gaúcho como o tipo característico do Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha representou sua valorização e o mitificou como figura forte e viril, sempre pronto para o combate das causas justas e em defesa da sua terra, o *pago*. Nesse conflito surgiu, também, outra expressão para designar quem lutou ao lado dos rebeldes, *farrapos*, que se tornou regional e, atualmente, é reverenciada durante os resgates e as comemorações em memória da Revolução. Na concepção de Urbim (2001, p. 17)

A palavra farroupilha foi usada pela primeira vez em 1700, no Rio de Janeiro, conforme atas da Câmara Municipal da cidade de Estácio de Sá. No início de janeiro daquele ano, um grupo de agricultores e criadores se revoltou contra determinações da Câmara. Os revoltosos derrotados com facilidade, eram gente do povo, usavam roupas humildes. Foram chamados de farroupilhas. Nos antigos dicionários portugueses, *farroupa* é “o mesmo que *farrapo, trapo, pano velho, gasto, esfarrapado, mal trajado*”. Empregada pelos inimigos dos rebeldes, a palavra nunca foi usada oficialmente pelos revolucionários. [...] Seja qual for a raiz, as palavras para designar os rebeldes riograndenses eram um prato cheio para os inimigos. Quando queriam ridicularizar os revoltosos, os conservadores abusavam da ironia: era tudo coisa de esfarrapados. Mas todos sabiam que os líderes farroupilhas eram ricos estancieiros e militares e andavam bem vestidos [...].

Atualmente as comemorações da Revolução Farroupilha resgatam a figura do homem do sul guerreiro e das conquistas pela defesa do ideal, embora tenham perdido a guerra. Permanecem as idéias de liberdade e força intrínsecas a imagem do gaúcho, como o homem de alma livre, cavalgador nato, que cultua as tradições e as expressa através das canções nativistas, da gastronomia típica, pautada no churrasco e no chimarrão, na dança, na cavalgada e nas trovas.

O tradicionalismo é representado no Estado como um todo, nas diversas regiões culturais, mas é na região cultural 1 que se reconhece de forma mais significativa. São resgatados momentos e conflitos que entraram para a história do Rio Grande do Sul. Fatos históricos foram envoltos e lendas e criaram-se mitos que reverenciam a figura do gaúcho.

A expressão *farrapos*, reconhecida e reverenciada hoje, perdeu seu caráter pejorativo e é aceita como forma de resgatar a memória dos farroupilhas. As reconstruções históricas da guerra referem-se à saga “farroupilha”, dentre outras formas de reverenciar a história das lutas e guerras ocorridas no Rio Grande do Sul.

Outro código cultural a ser salientado é a religiosidade dos povos que ocuparam a região cultural 1. A fé materializou-se através das inúmeras capelas e igrejas existentes no meio rural, as quais tornaram-se centro de pequenos núcleos

populacionais, que originaram os atuais municípios. Na atualidade ainda pode-se encontrar capelas “perdidas” nos campos, em grutas e a beira das estradas em homenagem a um santo de devoção.

Em geral, o português e o espanhol que vieram para o Rio Grande do Sul tinham como confissão a fé católica e a transmitiram aos seus descendentes. As casas mais antigas, tanto a dos trabalhadores como a casa grande da estância possuíam sempre um oratório, seja requintado, talhado em madeira, com detalhes para servir de base para os santos de devoção ou mesmo mais simples, como uma pequena mesa para a vela e o santo. Era uma parte importante da casa, que unia “dois mundos”, o espiritual e o físico, através da oração.

A igreja católica desempenhou papel importante na vida familiar através da figura do padre, que conhecia cada um dos seus fiéis e realizava visitas às suas casas, geralmente, para ter “mais contato com o rebanho”. A visita do padre era uma honra para a família que, muitas vezes, obtinha conselhos e fornecia informações ao pároco.

A presença da igreja sempre foi marcante nas decisões importantes do cotidiano dos municípios, sejam políticas, sociais ou econômicas. Tal situação não ocorreu somente na região cultural 1, pois de um forma geral a igreja, seja católica, evangélica luterana ou judaica sempre exerceu papel decisivo nos principais acontecimentos que envolvem uma comunidade social. Na região cultural 1, sempre que um fato novo requeria discussões em uma localidade, eram marcadas reuniões com os “nomes” mais influentes da comunidade, juntamente com o pároco, que servia como uma espécie de conselheiro e mediador nas decisões.

As próprias lendas do sul demonstram a religiosidade da população. São fatos trágicos que tornam pessoas, consideradas comuns, em entidades ou santos e, revelam a expressividade do sobrenatural na vida humana. É a manifestação do imaginário popular, originando personagens míticos que povoam as crenças de um determinado grupo social. Os “causos” são comuns no cotidiano do campo e o respeito às crenças religiosas é mais intenso. Tal situação deve-se, em parte, a simplicidade das relações sociais e as regras morais que são ensinadas de geração em geração sem transformações bruscas como na cidade. Não que o campo não

evolua, mas a vida rural preserva certas tradições que no cotidiano da cidade⁴¹ já se perderam.

A religiosidade associa-se, também, aos ritos, que sob este enfoque representa um processo específico de comunicar-se com as forças sobrenaturais. A cruz de estrada, a santa cruz, a cruz mestra, a capela, as promessas, o ex-voto, a romaria e a persignação. Nessa linha incluem-se, ainda, os ritos afro-brasileiros. (MARQUES et al, 1995).

Com certa freqüência encontram-se nas estradas, ou mesmo nos campos, cruzeiros que servem como reverência a uma divindade ou, marcam o local de um acidente, assim como de uma batalha realizada em conflitos históricos. Além de materializarem a religiosidade, esses símbolos demonstram o respeito do povo ao reverenciar certos aspectos ligados a fé e as crenças no sobrenatural.

As questões referentes aos valores, ideologias e convenções estão atreladas a aos fatores que originaram o gaúcho dessa porção do espaço riograndense, envolvendo estruturas sociais dos portugueses, espanhóis, nativos e do africano. A miscigenação desses costumes acarretou a criação de crenças pautadas no respeito e na ordem social, mediante a “lei da faca”, ou seja, a honra e os ideais eram solucionados através de combates, quase um duelo. A faca na *guaiaca* não era apenas um ornamento, mas uma “arma” para defesa, caso necessário. Para o gaúcho típico a conversa não era uma boa conselheira e, brigas freqüentes denominavam-se de *peleias*.

Destaca-se que o respeito citado anteriormente também permitiu que o gaúcho desenvolvesse algumas normas de comportamento, priorizando as relações familiares e de amizade. Assim como, a construção de normas que assegurassem a ordem social, a hierarquia com os mais velhos em virtude da sabedoria adquirida com a vivência, o respeito aos ritos, como batismo, casamento e funeral.

A idéia do gaúcho como homem “forte, viril e macho” foi concebida em função dos fatores que levaram ao povoamento do sul, com população essencialmente masculina e sempre pronta para o combate, que levou a uma associação entre coragem e masculinidade. A auto-afirmação do gaúcho através da virilidade passou

⁴¹ Não quer dizer que a vida nas cidades pressupõe falta de respeito, mas há toda uma questão da homogeneização dos costumes e de modos de se portar. A missa no final da tarde já não é costumeira, principalmente, entre os jovens. É todo um conjunto de fatores que tornam a vida no campo e na cidade distintas em relação ao que La Blache denominou de “modo de vida”, as técnicas disponíveis atreladas aos costumes, que pertencem a esfera cultural.

a orientar o comportamento social da metade sul do Estado de uma forma geral. O homem tornou-se o “chefe” do lar, responsável pela sua segurança e manutenção, originando uma sociedade patriarcal. Tanto que, anteriormente, a mulher era a “dona de casa” e dificilmente trabalhava fora, pois era responsável pela educação dos filhos e pela lida doméstica.

A estruturação social nesses moldes originou uma sociedade mais tradicional quanto aos costumes e tradições e, portanto, menos passível de transformações. Os modismos encontram maiores dificuldades de penetração e, conseqüentemente, a manutenção do sistema de idéias que orientam comportamentos se torna mais forte.

No entanto, esse sistema não é universal, ou seja, no contexto regional há variações, como por exemplo, entre os meios rural e urbano e, também, entre as cidades médias e pequenas. No campo e nas cidades menores as tradições permanecem mais preservadas em virtude do modo de vida ser distinto das grandes cidades, onde o pluralismo cultural impera. Há que se considerar também os grupos sociais e seus níveis de significação, pois o que é importante para um grupo, pode não ser para outro. Tal situação deve-se muito às migrações internas, que disseminaram culturas distintas pelas diversas porções do Rio Grande do Sul, inserindo costumes diversos nas tradicionais áreas de pecuária gaúcha, cuja identidade cultural é marcante em função das atividades campeiras em que o gaúcho se desenvolveu como tipo regional.

Em várias escalas de análise a diversidade cultural se manifesta devido à mobilidade dos grupos no espaço. O município de Jaguari, no centro oeste do Estado, constitui-se numa “ilha” cultural porque, embora esteja situado na região cultural 1, tipicamente portuguesa, espanhola e africana, tem sua colonização atrelada a imigração italiana, oriunda da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Além desse caso, existem vários outros em que se pode considerar um distrito ou uma localidade apenas. Outro exemplo é o distrito de Arroio Grande, em Santa Maria, com predomínio de descendentes de italianos, uma vez que faz divisa com Silveira Martins, primeiro núcleo de imigrantes italianos estabelecido na Quarta Colônia.

A comunicação é outro código cultural expressivo nessa porção do espaço gaúcho. A “fala” tornou-se uma das principais características das distinções regionais, mediadas pela inserção de várias etnias, que pressupõe sotaques e expressões típicas. Conforme Cecconi (2006)

O gaúcho corta os esses das palavras no plural, usa “tu” com verbo na terceira pessoa e incorpora palavras do espanhol ao dia-a-dia. As singularidades têm jeito de erro, mas denunciam apenas os modos variados de falar “gauchês”. O linguajar ouvido no Rio Grande do Sul é resultado da influência das culturas regionais e da renovação do vocabulário pelos jovens dos centros urbanos.

Ao se considerar a comunicação podem-se identificar as variações do gaúcho no contexto regional, pois a linguagem é um dos primeiros códigos a denunciar a origem dos grupos sociais. Na região cultural 1, o linguajar característico do gaúcho, com forte entonação nas palavras típicas como “tchê” e “bah” é cultuado na Campanha e no centro-sul. Tal situação deve-se, conforme salienta Cecconi (2006), a distância dos grandes centros urbanos, que aumenta a resistência a inovações no falar. (Anexo C).

Ressaltando o modo como o gaúcho se utiliza da língua, Marques et al (1995, p. 24) diz que

Na linguagem folclórica, encontramos os falares populares que procedem da língua trazida pelos portugueses do século XVI, já razoavelmente unificada (português arcaico), modificada e, talvez transformada em certo aspecto, na morfologia e na fonética pela atuação dos índios e negros. Foi difundida pelo interior, graças ao movimento dos bandeiras.

A colocação da autora afirma a idéia da contribuição das culturas portuguesa, espanhola, africana e nativa para a formação do gaúcho, principalmente, na região cultural 1, onde compõem a matriz cultural. Mas, há de se salientar que, é no meio rural e nas pequenas cidades que o falar é mais uniforme, apresentando variações apenas no sotaque e no vocabulário.

Portanto, a preservação da linguagem, muitas vezes tida como “grosseira”, é na verdade a soma da herança portuguesa e espanhola no Estado, que encontra mais adeptos nos municípios menores, cuja tradição ainda se preserva diante das inovações do modelo global, com excesso de palavras em inglês e gírias oriundas das grandes cidades.

Na concepção de Cecconi (2006, p. 38), as inovações na linguagem encontram maior resistência no Rio Grande do Sul ao mesmo tempo em que o termo “você” insere-se, sobretudo, na Capital

Em Porto Alegre e nos grandes centros urbanos, os meios de comunicação e o intercâmbio de experiências promovem inovações. Por exemplo, o “tu” característico do gaúcho começa a dar lugar ao “você” na conversa. [...] A Capital é a protagonista das mudanças no falar. Nos grandes centros, com população mais concentrada, maior acesso aos meios de comunicação e

circulação mais freqüente de pessoas de fora, o homem urbano é quem inova. Principalmente os jovens, mais propensos às gírias e pronúncias diferenciadas.

Tal fato ocorre, pois envolve as questões culturais em um grande centro urbano, como a preservação e manutenção dos códigos que permeiam um grupo social. A vida nas grandes cidades faz com que existam milhares de pessoas concentradas num mesmo espaço, mas poucas se conhecem e se comunicam entre si. Às vezes não se sabe quem é o vizinho, em virtude do cotidiano das pessoas, cuja característica principal reside nas atividades diárias, que se iniciam pela manhã e só terminam a noite, restando pouco tempo para a sociabilização.

Deve-se considerar também a questão da segurança, um dos grandes problemas das maiores cidades, o que torna as pessoas mais retraídas nas relações com desconhecidos. O conforto e o bem estar no interior da residência tem sido uma constante, uma vez que, cada vez mais, tem-se procurado estar na segurança do lar. Atualmente, a “tele-entrega” facilita a permanência em casa, pois pode-se obter, praticamente tudo, sem sair de casa. E, no momento em que as pessoas se isolam mais, em grupos mais “fechados” de relacionamento, a mídia passa a exercer maior influência nos costumes, ditando modismos e expandindo uma linguagem mais “global”. A presença dos meios de comunicação é importante para homogeneizar alguns aspectos importantes referentes aos códigos culturais, como transformações na base, que acarretam a perda das suas características originais.

Sabe-se que uma das questões que pressupõe a manutenção dos códigos culturais é a convivência do grupo social unido, de preferência, sobre uma base espacial contígua. Como a cultura é feita pelos homens, sua manutenção depende da convivência e da coesão do grupo em torno de costumes comuns, assim como, também, da receptividade às influências externas. Conforme Cecconi (2006), o distanciamento dos grandes centros urbanos permite uma maior resistência às inovações, enquanto que, o interior tende a manter as tradições.

Desse modo, o Rio Grande do Sul apresenta disparidades regionais quanto à fala e ao linguajar utilizado nas diversas porções do seu espaço. As expressões típicas da região cultural, atreladas à origem “gaudéria” se expressam das mais diversas formas. (Quadro 9).

Pode-se dizer que houve o surgimento de uma linguagem popular no Rio Grande do Sul, que reflete o cotidiano dos seus habitantes. A vivência origina a

“fala” típica, com vocábulos que, somente são encontrados em porções restritas do espaço, moldadas por um grupo social com cultura marcante. (Quadro 10).

Expressão típica	Significado
mandraca (fronteira)	feitiço
percanta (fronteira)	mulher de má fama
ressolho (litoral)	brilho das águas provocado por cardumes
pianço (litoral)	bronquite
pamparra (litoral)	grande quantidade
rebojo (litoral)	movimento do vento
minguado (litoral)	pequeno
corta-vento (litoral)	cata-vento
barra do dia (geral)	madrugada
ruana (campanha)	loiro (a)

QUADRO 9: Algumas expressões típicas utilizadas na região cultural 1.

Fonte: Marques et al (1995).

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

As expressões refletem as particularidades regionais e tem origem, geralmente, nas atividades diárias realizadas pelos seus habitantes. Embora todos se localizem na região cultural 1, há diferenciações entre as diversas porções que a compõem em razão da sua extensão territorial. Os “gaúchos do litoral” tem suas atividades centradas nos produtos oriundos do mar e, em menor proporção, na agricultura. Portanto, suas expressões estão voltadas para o que é mais significativo em seu cotidiano, como os elementos naturais, por exemplo, o vento. Enquanto que na porção fronteira as expressões estão voltadas para a lida no campo, as músicas, as lendas, dentre outras.

Tipo	Expressão	Significado
	alto casaco	elegante
	mina	guria/namorada
Gírias	caranga	Carro
	dragão	mulher feia
	fera	pessoa qualificada
	pegar um sapo	cometer uma gafe

QUADRO 10: Gírias utilizadas na linguagem popular gaúcha.

Fonte: Marques et al (1995).

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

As gírias constituem de certa forma um modismo, pois em geral, são transitórias, uma vez que, de acordo com a tendência, sofrem transformações

frequentemente. No entanto, as gírias comuns à tradição gaúcha resistiram ao tempo e, permanecem até a atualidade nas sociedades que cultuam as tradições. São como ensinamentos, passados de geração em geração. A linguagem popular utilizada na família e no círculo social mais próximo é a responsável pela sua transmissão.

A gíria consiste na maneira de se dizer algo de “outra forma”, que simplifique e que facilite a comunicação entre as pessoas. Nas grandes cidades, essa forma de expressão popular não segue uma cultura especificamente, mas a tendência da mídia. E, é bastante transitória, pois segue os modismos impostos pelos programas de televisão, com palavras e frases feitas, além de apelidos de personagens ou gestos repetitivos que se popularizam.

Outra forma de expressão popular são as frases feitas, consagradas através da utilização cotidiana. A composição dessas frases utiliza-se, em geral, de elementos da própria cultura na qual são cunhadas, mas que são empregados no sentido figurativo. Considerando a região cultural 1 e sua estruturação em função da atividade agropecuária, muitos termos ligados ao campo tornaram-se populares para designar certas situações, como guampa, tripas, poncho, espora, chaira, rédea e porteira, dentre outros. (Quadro 11).

Tipo	Expressão	Significado
	está a meia guampa	está meio bêbado
	esta com boca nas orelhas	muito contente
	fez das tripas coração	esforçou-se demasiado
	forrou o poncho	levou vantagem
	abriu a concha	abriu espaço
	fechou o salseiro	briga intensificada
Frases feitas	lambe espora	bajulador
	por baixo do poncho	às escondidas
	está com um chaira	bem preparado
	tirar lixiguana	passar frio
	saiu batendo guampa	desconfiado
	ficou de rédea caída	perdeu o domínio da situação
	afrouxou o garrão	amedrontou-se, cansou
	refugou a porteira	desistiu

QUADRO 11: Gírias e frases feitas consagradas na linguagem popular.

Fonte: Marques et al (1995).

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

Dentre as frases feitas pode-se salientar a função de interjeição que algumas dessas expressam. É uma forma de comunicação que anuncia reação diante de situações específicas e que se assemelham às gírias. Denotam, frequentemente, a reação espontânea de aceitação ou rejeição a idéia exposta e são bastante originais. Também se utilizam de elementos ligados ao trabalho no campo, assim como a religião. (Quadro 12).

Tipo	Expressão	Significado
	Que potra!	que sorte!
	Que maula!	que azar!
	Nossa Senhora!	espanto
Frases feitas com função de interjeição	Lavei a égua!	tirei vantagem!
	Eu, fora!	sem comprometimento!
	Saltei!	sem comprometimento!
	Cai fora!	sai!
	Oigatê!	surpresa, admiração
	Ai, Jesus!	medo, espanto

QUADRO 12: Frases feitas com função de interjeição.

Fonte: Marques et al (1995).

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

Há no Rio Grande do Sul, ainda, várias formas de expressão popular, como a literatura oral, que prevalece sobre a escrita. Essa apresenta-se através de duas formas: o conto e a narração de um fato verídico ou fabuloso, transformado pela imaginação popular. A difusão da literatura oral ocorre através da palavra falada e, dessa forma, se perpetua. São mitos, causos, lendas, trovas e poesias que povoam o imaginário das pessoas. (MARQUES et al, 1995).

Os mitos são expressões cósmico-religiosas, que ocorrem fora do tempo e do espaço. Os causos consistem em pequenas histórias verdadeiras e fantásticas, que em geral, retratam o ambiente em que vive o narrador. As lendas criam personagens e ações que se perpetuam no imaginário popular. As trovas constituem um desafio em versos, cantados com destreza e habilidade. E, as poesias típicas do Rio Grande do Sul, manifestam-se das mais diversas formas, com freqüente conteúdo dramático, prevalecendo o diálogo. (MARQUES et al, 1995).

A diversidade cultural que compôs o Estado gaúcho originou diversas formas de expressão popular de acordo com o cotidiano e as crenças predominantes. Na região cultural 1, o hábito do churrasco e do chimarrão nas rodas de conversa

favoreceu o desenvolvimento de uma literatura oral abundante, onde cada integrante conta um caso que lhe aconteceu e, serve de exemplo para os demais.

Acompanhando a gastronomia e a conversa, as trovas servem como diversão e desafio, uma vez que, geralmente, são feitas de improviso. Cada resposta bem elaborada em conteúdo aumenta o desafio e o grau de dificuldade para os participantes, tornando um atrativo para os trovadores adquirirem experiência. Atualmente, há, inclusive, concursos de trovadores organizados no Estado, com troféu e premiação específica que elege o maior trovador gaúcho. A destreza em improvisar e as “mentiras” contadas originou e expressão popular “não trova”, que significa não mente.

Já, as lendas do sul, estão relacionadas à “fatos” ocorridos e, contam uma história relacionada a origem ou uma história trágica. Dentre as mais conhecidas pode-se destacar a lenda do Negrinho do Pastoreio, que remete a origem do povoamento do Rio Grande do Sul e, de acordo com Cohen (2007) diz que

No tempo dos escravos, havia um estancieiro muito ruim, que levava tudo por diante, a grito e a *relho*. Naqueles fins de mundo, fazia o que bem entendia, sem dar satisfação a ninguém. Entre os escravos da estância, havia um negrinho, encarregado do pastoreio de alguns animais, coisa muito comum nos tempos em que os campos de estância não conheciam cerca de arame; quando muito alguma *cerca de pedra* erguida pelos próprios escravos, que não podiam ficar parados, para não pensar bobagem. No mais, os limites dos campos eram aqueles colocados por *Deus Nosso Senhor: rios, cerros, lagoas*. Pois de uma feita o pobre negrinho, que já vivia as maiores judiarias às mãos do patrão, perdeu um animal no pastoreio. Pra quê! Apanhou uma *barbaridade* atado a um palanque e depois, caindo, ainda foi mandado procurar o animal extraviado. Como a noite vinha chegando, ele agarrou um toquinho de vela e uns avios de fogo, com fumo e tudo e saiu campeando. Mas nada! O toquinho acabou, o dia veio chegando e ele teve que voltar para a estância. Então foi outra vez atado ao palanque e desta vez apanhou tanto que morreu, ou pareceu morrer. Vai daí, o patrão mandou abrir a “panela” de um formigueiro e atirar lá dentro, de qualquer jeito, o pequeno corpo do negrinho, todo lanhado de laçasso e banhando em sangue. No outro dia, o patrão foi com a peonada e os escravos ver o formigueiro. Qual não é a sua surpresa ao ver o negrinho do pastoreio vivo e contente, ao lado do animal perdido. Desde aí o Negrinho do Pastoreio ficou sendo o achador das coisas extraviadas. E não cobra muito: basta acender um toquinho de vela ou atirar num cano qualquer naco de fumo.

A lenda do Negrinho do Pastoreio tornou-se muito popular no Estado e, levou a mitificação da sua figura. Pode-se observar que, em geral, a narrativa das lendas retrata algumas características regionais que revelam a sua procedência, ou seja, no caso específico do Negrinho, demonstram o cotidiano da vida no campo, o trabalho do escravo e o tratamento dado por alguns estancieiros. Do mesmo modo,

empregam termos específicos como, relho, cerca de pedra, barbaridade, achador e expressões ligadas à fé como, Deus Nosso Senhor para demonstrar espanto.

Para Cohen (2007), a lenda do João de Barro, pássaro comum no sul, deve-se aos nativos, pois

Contam os índios que, há muito tempo, numa tribo do sul do Brasil, um jovem se apaixonou por uma moça de grande beleza. Melhor dizendo: apaixonaram-se. Jaebé, o moço, foi pedi-la em casamento. O pai dela perguntou: Que provas podes dar de sua força para pretender a mão da moça mais formosa da tribo? As provas do meu amor! - respondeu o jovem. O velho gostou da resposta, mas achou o jovem atrevido. Então disse: - O último pretendente de minha filha falou que ficaria cinco dias em jejum e morreu no quarto dia. - Eu digo que ficarei nove dias em jejum e não morrerei. Toda a tribo se espantou com a coragem do jovem apaixonado. O velho ordenou que se desse início à prova. Enrolaram o rapaz num pesado couro de anta e ficaram dia e noite vigiando para que ele não saísse, nem fosse alimentado. A jovem apaixonada chorou e implorou à *deusa Lua* que o mantivesse vivo para seu amor. O tempo foi passando. Certa manhã, a filha pediu ao pai: - Já se passaram cinco dias. Não o deixe morrer. O velho respondeu: - Ele é arrogante. Falou nas forças do amor. Vamos ver o que acontece. E esperou até a última hora do novo dia. Então ordenou: - Vamos ver o que resta do arrogante Jaebé. Quando abriram o couro da anta, Jaebé saltou ligeiro. Seus olhos brilharam, seu sorriso tinha uma luz mágica. Sua pele estava limpa e cheirava a perfume de amêndoa. Todos se espantaram. E ficaram mais espantados ainda quando o jovem, ao ver sua amada, se pôs a *cantar* como um pássaro enquanto seu corpo, aos poucos, se transformava num corpo de pássaro! E exatamente naquele momento, os *raios do luar tocaram a jovem* apaixonada, que também se viu transformada em um pássaro. E, então, ela saiu voando atrás de Jaebé, que a chamava para a *floresta* onde desapareceu para sempre. Contam os índios que foi assim que nasceu o pássaro João-de-barro. A prova do grande amor que uniu esses dois jovens está no cuidado com que constroem sua casa e protegem os filhotes. E os homens amam o João-de-barro porque lembra da força de Jaebé, uma força que vinha do amor e foi maior que a morte.

A lenda do João de Barro remete as tradições dos nativos, que acreditavam nas forças da natureza, expressando sua fé através de elementos naturais, como o vento, a chuva, ou dos animais e, ainda, nos astros, pois eram comuns as evocações ao Deus Sol e a Deusa Lua. O João de Barro tornou-se popular e sua dedicação a “família” expressa, segundo a lenda a força e a perseverança do amor sobre as dificuldades. Diferente de muitos pássaros, o João de Barro é fiel a sua companheira, permanecendo com a mesma até a morte de um deles. No entanto, conta a sabedoria popular que se desconfiar de traição, o mesmo fecha a porta da casa com barro e tranca a fêmea até a morte, como punição.

Outro pássaro popular é o Quero-Quero, ave símbolo do Rio Grande do Sul, que segundo Cohen (2007), que também encontra explicação de algumas características na lenda que leva seu nome:

Quando a Sagrada Família fugia para o Egito, com medo das espadas dos soldados do rei Heródes, muitas vezes precisou se esconder no campo, quando os perseguidores chegavam perto. Numa dessas vezes, Nossa Senhora, escondendo o *Divino Piá*, pediu a todos os bichos que fizessem silêncio, que não cantassem, porque os soldados do rei podiam ouvir e *dar fé*. Todos obedeceram prontamente, mas o Quero-quero, não: queria porque queria cantar. E dizia: Quero! Quero! Quero! E tanto disse que foi amaldiçoado por Nossa Senhora: ficou querendo até hoje.

A denominação do pássaro deve-se a repetição do que se entende como “quero-quero” e, sua história tornou lenda e disseminou-se no sul, com termos regionais como “Divino Piá” ao invés de Menino Jesus. O *piá* ou *guri* são termos que o gaúcho utilizou para designar o menino (a), tornando muito comum no sul. Também expressões como “dar fé” são utilizadas como substitutos para especular ou indagar aquilo que gera curiosidade.

A lenda a erva-mate, bebida característica do Estado remete novamente a tradição indígena, especificamente, a Guarani, e conta que Cohen (2007)

Os cânticos de guerra reboaram na floresta, e Itabaeté marchou com seus homens à procura do grande acampamento. Toda a tribo partira, levando nos olhos o brilho da vitória. Só um homem, enfraquecido pelo peso dos anos, não pudera seguir nesta nova arrancada guerreira. E ficara chorando no oitão de uma coxilha, olhar estendido à linha de combatentes que serpenteava pelos caminhos. Mesmo depois da tribo ter desaparecido no véu da grande mata, ainda o velho índio permanecera numa atitude de estátua, mudo, enovelado em mil recordações das *pelejas passadas*. [...] Para seu consolo, restavam-lhe apenas as recordações, e a beleza de Yará, a mais jovem e a mais formosa de suas filhas - a qual, surda ao convite de muitos guerreiros enamorados, preferira permanecer junto ao velho pai, adoçando-lhe as últimas horas de vida com o mel de seus sorrisos. Um dia, chegou ao rancho do velho guarani, um viajero estranho - roupagem colorida, olhos lembrando o azul de céus longínquos. [...] estrangeiro já pronto para seguir viagem.- Em tuas mãos repousa a generosidade das fontes cristalinas... - disse ele ao velho índio. - Em teu coração se abriga a hospitalidade das planuras infindas dos charruas, onde os campos se abrem em mil caminhos sem estender nada que impeça o andar do viajero; no corpo de tua filha se esconde a pureza dos olhos-d'água e a alegria das madrugadas de minha terra. Tanta virtude merece ser recompensada. Venho dos domínios de *Tupá*, o Deus do Bem. Pede o que quiseres!- Nada mereço pelo que fiz, senhor! -, respondeu o guarani. - Mas como a bondade imensa de *Tupá* quer pousar suas mãos sobre este rancho pobre, eu pediria mais um pouco de alento para os últimos passos do meu viajar. [...] O emissário de *Tupá* sorriu. Em suas mãos brilhava - recoberta de uma luz estranha - uma planta repleta de folhagens verdes, donde se desprendia um perfume de bondade, talvez o mesmo perfume de *Tupá*.- Deixa crescer esta planta, e bebe de suas folhas! - disse o enviado de Deus. - Bebe de suas folhas, e terás o companheiro que pedes! Esta erva, que traz em si a graça do *Tupá*, se estenderá pelas matas, trazendo o conforto não só a ti mas a todos os homens de tua tribo. E tu, Yará, serás a protetora das florestas que haverão de surgir. Os guerreiros provarão a mesma delícia de teu carinho ao sorver esta bebida; as caminhadas de guerra serão menos fatigantes, e os dias de descanso

mais felizes... E já se afastando do rancho, o enviado de Tupá repetiu:- Terás um companheiro fiel, velho chefe guarani... E será a protetora de tua raça, Caá-Yarí...E desde então Caá-Yarí é a senhora dos ervais e a deusa dos ervateiros.

A erva-mate, na língua indígena é *caá*. A lenda rege os atributos energéticos da infusão da erva com água quente, que originou o chimarrão. Já bastante difundido entre os nativos, tornou-se uma costume entre os habitantes da metade sul do Estado na época do povoamento, disseminando-se pelas demais porções do território gaúcho com a chegada de outras etnias. Constitui-se, atualmente, na bebida típica do Rio Grande do Sul e um dos códigos responsáveis pela identificação da cultura gaúcha.

Outras lendas, como a do Boi Tatá, Salamanca do Jaraú, Angoera, Caverá, Lagoa Vermelha, Umbu, M'Bororé, Imembuí e Pai Quati, dentre outras, fazem parte do imaginário popular e contam fatos ocorridos nas terras sulinas de acordo com as crenças dos povos que a habitaram.

A música é outro código cultural significativo, que está associada as festividades típicas gaúchas tem-se, como mais atuais, as comemorações da semana Farroupilha, que reverenciam as tradições típicas do folclore gaúcho. Os bailes, a musicalidade e tudo o que envolve o tradicionalismo são ressaltado, pois, no vigésimo dia do mês de setembro de cada ano é comemorado o dia do gaúcho.

Os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) marcam as comemorações e as festividades, através de jantares com gastronomia típica (churrasco), música, trovas, danças e trajes típicos materializados na figura da prenda e do peão. Música e danças estão associadas, variando os ritmos e os passos marcados de acordo com o estilo, podendo ser xote, vaneira, vaneirão, rancheira, bugio, valsa e marcha, dentre outros.

Há uma simbologia específica para o traje gaúcho que experimentou uma evolução ao longo do tempo no Rio Grande do Sul. O MTG, através de Convenções Tradicionalistas, regulamenta a pilcha, aprovando as diretrizes que a regem conforme as normas da cultura gaúcha. De acordo com o MTG (2007), as regras que regem essa questão são determinadas desde 1889 (parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 8.813 de 10 de daquele ano). As últimas alterações foram introduzidas pela 69ª Convenção Tradicionalista Extraordinária, realizada no dia 20 de maio de 2006, na cidade de Bento Gonçalves.

Na atualidade, a pilcha masculina é composta pela bombacha, camisa, bota, colete, cinto (guaiaca), chapéu, paletó, lenço, faixa, espora, faca e pala. A bombacha, uma espécie de “calça” mais larga⁴² com nós (largo), tem dois bolsos nas laterais e punho abotoado no tornozelo, sendo que devem estar sempre para dentro das botas. A camisa⁴³, de tecido, deve ser discreta e não transparente, com gola social e punho ajustado com um ou mais botões. (MTG, 2007).

A bota⁴⁴, deve ser de couro liso nas cores: preto, marrom (todos os tons) ou couro sem tingimento, sendo vedado o uso de botas brancas. O colete, de modelo tradicional, mantém a mesma cor das bombachas, devendo ser abotoado na frente com a parte posterior (costas) de tecido leve, ajustado com fivela, de uma cor só, no comprimento até a altura da cintura.

Salienta-se a existência de uma bota mais primitiva, fabricada pelos nativos, denominada de bota de garrão de potro, constituindo o primeiro calçado fabricado em terras gaúchas, por volta do século XVIII. Era de uso habitual a tropeiros, changadores, paulistas e lagunistas que tropeavam mulas para Minas Gerais. As botas eram tiradas de vacas, burros e éguas, mas raramente do potro que lhes deu seu nome. (Figura 6).

Esse tipo de bota, normalmente era feito com o couro das pernas traseiras do animal; quando tiradas das mãos, geralmente eram usadas cortadas na ponta e no calcanhar, ficando este a descoberto. As botas eram tiradas da seguinte maneira: faziam-se dois cortes transversais nas patas do animal morto, um na coxa, o mais alto possível, e outro pouco acima do casco. Retirava-se o couro, puxando e enrolando, de cima para baixo. A bota de garrão foi muito usada a meio pé, isto é, aberta na ponta, deixando os dedos de fora, o que facilitava estribar no estribo pampa, mas também foi usada fechada. Nesse caso, deixava-se na ponta uma lingueta maior de couro, que era dobrada para cima e costurada com um tento bem

⁴² A bombacha deve ser confeccionada considerando a largura da perna, com ou sem favos, deve coincidir com a largura da cintura, ou seja, uma pessoa que use sua bombacha no tamanho 40, automaticamente deverá ter, aproximadamente, uma largura de cada perna de 40 cm. (MTG, 2007).

⁴³ As camisas de mangas longas devem ser usadas para ocasiões sociais ou formais, como festividades, cerimônias, fandangos, concursos. Já, as de mangas curtas devem ser utilizadas para atividades de serviço, de lazer e situações informais. A camiseta de malha ou camisa de gola pólo são exclusivamente para situações informais e não representativas. Podem ser usadas com distintivo da Entidade, da Região Tradicionalista e do MTG. Salienta-se que é vedado o uso de camisas de cetim e estampadas.

⁴⁴ As botas “garrão de potro” são utilizadas exclusivamente com traje de época. A altura do cano varia de acordo com a região, mas normalmente o cano vai até o joelho.

fino, geralmente, de couro de potrilho. Ressalta-se que essas botas, quando em uso, não duravam mais do que uns dois meses. (PÁGINA DO GAÚCHO, 2007).

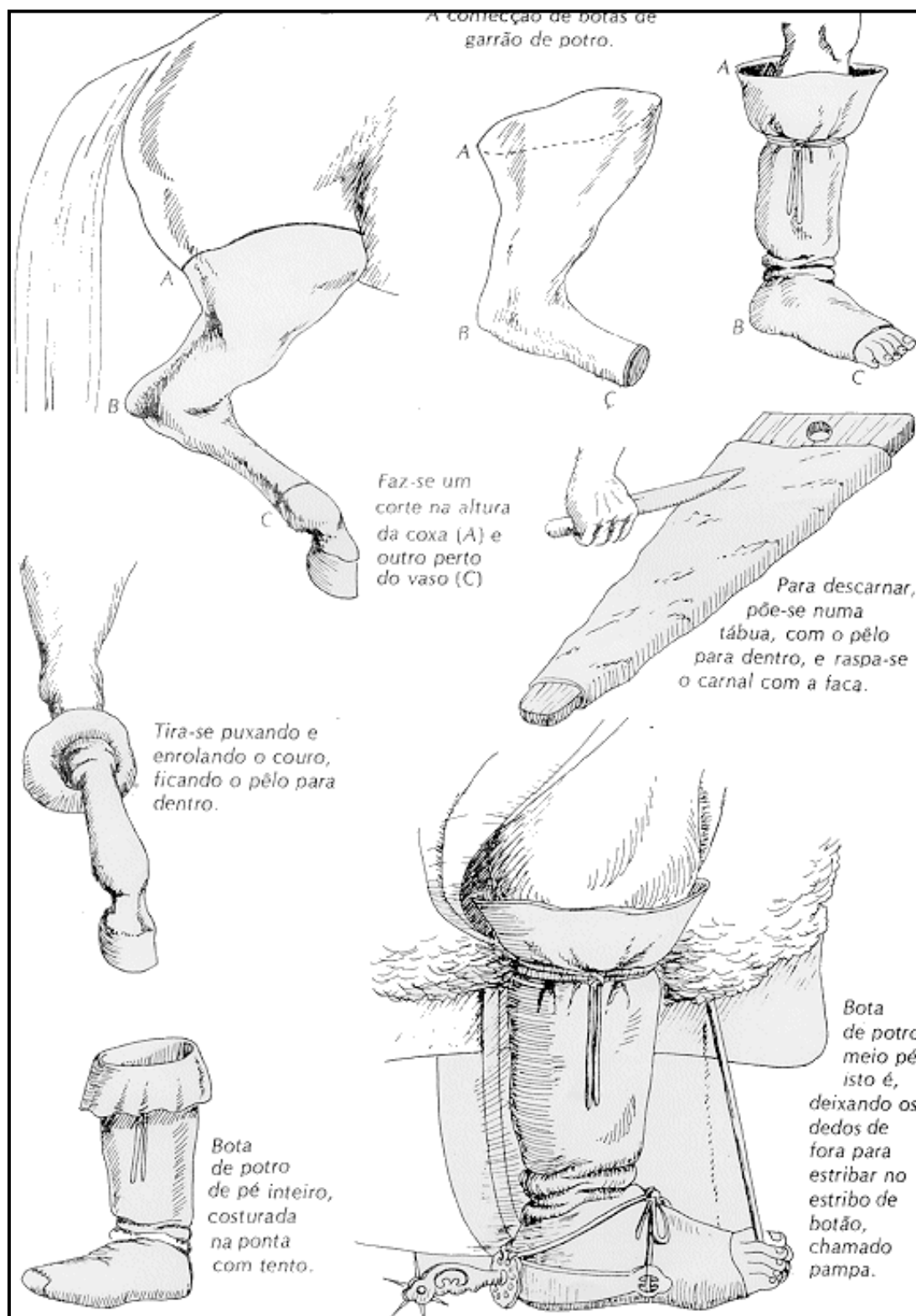


Figura 6 : Bota garrão de potro.
Fonte: PÁGINA DO GAÚCHO, 2007.

O cinto (guaiaca), tendo de uma a três guaiacas, interna ou não, com uma ou duas fivelas frontais, ou de couro cru, com ou sem guaiacas, mas sempre com uma ou duas fivelas frontais, ambos deverão ter no mínimo 7 cm de largura. O chapéu deve ser de feltro ou pêlo de lebre com abas a partir de 6 cm, com a copa de acordo com as características regionais. Sendo que, é vedado o uso de boinas e bonés. (MTG, 2007).

O paletó é usado especialmente para ocasiões formais, podendo ser do mesmo tecido das bombachas, na mesma cor ou “tom sobre tom”. O lenço, no caso do uso com algum tipo de nó, deve ter a medida de 25 cm a partir deste. Com o uso do passador de lenço, com a medida de 30 cm a partir deste. Nas cores vermelho, branco, azul, verde, amarelo, ou carijó nas cores supra citadas. É possível, ainda, carijós em marrom ou cinza. (MTG, 2007).

A faixa é opcional e caso seja usada, deverá ser lisa, na cor vermelha, preta de lã ou bege cru (algodão), de 10 a 12 cm de largura. As esporas constituem uma peça utilizada nas lides campeiras. Mas nas representações coreográficas de danças tradicionais é admissível o seu uso, sendo vedado seu uso em bailes e fandangos. O pala é opcional. Se usado deverá ser no tamanho padrão, com abertura na gola. Poderá ser usado no ombro, meia-espalda, atado da direita para a esquerda. Poderá ser usado em todos os trajes. E, a faca, também opcional nas apresentações artísticas e, é vedada nas demais atividades sociais. (MTG, 2007).

A pilcha feminina é composta por saia e blusa ou bata, saia e casaquinho, vestido, saia de armação, bombachinha, meia e sapato, além da maquiagem e cabelo. A saia e blusa ou bata, quando utilizada nas apresentações artísticas, deve representar a mesma classe social do homem. A saia deve ter a barra no peito do pé, godê, meio-godê ou em panos. A blusa ou bata de mangas longas, três quartos ou até o cotovelo (vedado o uso de “boca de sino” ou “morcego”), decote pequeno, sem expor os ombros e os seios, podendo ter gola ou não. (MTG, 2007).

A saia e casaquinho deve a barra no peito do pé, godê, meio-godê ou em panos, sem bordados. O casaquinho deve ter mangas longas (vedado o uso de mangas “boca de sino” ou “morcego”), gola pequena e abotoado na frente. No caso de roupa de época, a saia com casaquinho, a saia deve ser lisa. No casaquinho poderá ter bordados discretos. (MTG, 2007).

O vestido deve ser inteiro e cortado na cintura ou de cadeirão ou ainda corte princesa com barra de saia no peito do pé, corte godê, meio-godê, franzido com ou sem babados. A saia de armação deve ser leve e discreta, na cor branca. Se tiver bordados, estes devem se concentrar nos rodados da saia, evitando-se o excesso de armação. O comprimento deve ser inferior ao do vestido. A bombachinha, branca, de tecido, com enfeites de rendas discretas, abaixo do joelho, cujo comprimento deverá ser mais curta que o vestido. As meias devem ser de cor branca ou bege e longas, o suficiente para não permitir a nudez das pernas. E, os sapatos, nas cores preta, marrom e bege, com salto 5 ou meio salto, com tira sobre o peito do pé, que abotoe do lado de fora ou botinhas pretas, marrom (vários tons de marrom). O salto da botinha é de 5 cm. Não é permitido o uso de sandálias e nem de sapatos abertos com vestidos, saias e casacos e saia e blusa (em nenhum momento é permitido o uso de sapatos abertos com pilcha feminina). (MTG, 2007).

Os cabelos podem ser soltos, presos, semi-presos ou em tranças, enfeitados com flores naturais ou artificiais, sem brilhos ou purpurinas. O coque é permitido somente para prendas adultas e veteranas. E, as flores poderão ser usados por prendas adultas e juvenis, bem como, um pequeno passador (travessa). As prendas mirins não usam flores. Sendo proibido o uso de plástico. (MTG, 2007).

A questão da indumentária gaúcha “legalizada” segue os padrões da entidade que rege o tradicionalismo no Rio Grande do Sul, o MTG, que impõe regras rígidas para os seguidores cadastrados nas entidades, os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs).

Além das comemorações da cultura gaúcha, que englobam toda questão da indumentária típica e da dança, salienta-se, também, outra festividade realizada em escala global, mas que se tornou típica no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Sul, as festas juninas⁴⁵. As comemorações compõem-se de novenas, missas, quermesses, bailes, fogos de artifício, a tradicional fogueira e algumas brincadeiras como o pau-de-sebo e o porco ensebado. Tradicional na região de povoamento português e espanhol do Estado, essas festividades incluem, ainda, casamento na

⁴⁵ As festas juninas se realizam de 13 a 29 de junho remetem a elementos festejados as antigas civilizações celtas, godas, greco-romanas, entre outras. Objetivavam homenagear os deuses da colheita com fogueiras, cantos e danças e, difundiram-se com os legionários romanos e, assim, chegaram a Portugal. Com o cristianismo renovou-se, substituindo os deuses específicos dos povos que reverenciavam a colheita pelos santos católicos. Os portugueses disseminaram as comemorações juninas no Brasil, que também imprimiu nessas as suas características regionais. (MARQUES et al, 1995).

roça e gastronomia, com pipoca, maçã-do-amor, rapadura e pinhão. As festas juninas reverenciam os santos católicos Santo Antonio, São João e São Pedro e são repletas de rituais alusivos a sorte, como presságios e simpatias objetivando o amor, casamento, felicidade e viagens, dentre outros.

A gastronomia desenvolvida na região cultural 1 se expressa através do prato típico do gaúcho, o churrasco. Consiste, basicamente, na carne assada em brasas, mas envolve todo um ritual a ser seguido pelo assador. Há um cuidado ao “fazer o fogo” e ao salgar a carne com sal grosso, assim como, com a distância entre o espeto e carne, de modo que não fique queimada. Enfatizando a importância desse prato no Estado, Cohen (2007) comenta que

O gaúcho desde os primórdios teve sua preferência número um na carne. Então, a cozinha do gaúcho vindo dos tempos históricos, quando as fazendas eram fábricas domésticas de alimentação. Fazia-se tudo na fazenda. A cozinha centralizava a atividade principal da casa. O churrasco, todo soberano, absoluto e onipresente dominava o menu.

Desde os primórdios da ocupação do território gaúcho a carne foi o principal alimento do extremo sul, devido a abundância do rebanho bovino e a atividade desenvolvida nas estâncias e, posteriormente, nas charqueadas. O churrasco campeiro, feito em fogo de chão, servia como fator de coesão social. E, até atualidade, envolve bem mais que o preparo da comida típica do gaúcho, uma vez que ao redor da churrasqueira ocorrem as conversas, trovas, cantos, e causos, além da consagração do assador caso a carne seja considerada bem assada.

Também compõem a culinária gaúcha o arroz de carreteiro, o feijão campeiro⁴⁶, o mocotó⁴⁷, o arroz à esquilador⁴⁸, o puchero⁴⁹ e o espinhaço de arroz⁵⁰, dentre outros pratos típicos. O arroz de carreteiro ou arroz de charque como é conhecido, tem como principais ingredientes arroz e charque, com cebola, alho e óleo. Para

⁴⁶ O feijão campeiro é temperado com charque gordo, toicinhos, lingüiça fina, louro, pimentão sem sementes, cebola, alho e ossos com tutano (caracu). (COHEN, 2004).

⁴⁷ O mocotó consiste na mistura entre patas, em número de quatro, tripa, coalheira, mondongo, feijão branco, temperos e ovos. Em geral, requer dois dias para o preparo, pois na véspera a carne deve ser fervida e o feijão posto de molho.

⁴⁸ O esquilador é o responsável pela tosquia da ovelha. Em épocas de tosquia o trabalho é intenso e a necessidade de se fazer um prato rápido e prático originou o arroz a esquilador, cujos ingredientes básicos consistem no espinhaço ou costela de ovelha e arroz, além de temperos como mangerona, alho, cebola e pimenta. (COHEN, 2004).

⁴⁹ O puchero envolve ingredientes como carne de peito, lingüiça, rabada, batata (inglesa e doce), aipim, milho, abóbora, couve-flor, nabo, chuchu, repolho, cebola, pimentão, couve, tomate sem pele, pimenta verde, tempero verde e farinha de mandioca. (COHEN, 2004).

⁵⁰ O espinhaço de arroz envolve o espinhaço de ovelha ou as chuletas do espinhaço misturadas no arroz para cozinhar, com alguns temperos como, alho, tomate, mangerona e pimenta do reino. (COHEN, 2004).

Laytano (1987), o arroz de carreteiro e o charque também eram pratos chefes na culinária gaúcha e sua origem esta atrelada as carreteadas realizadas no Estado.

De acordo com Cohen (2007) o arroz de carreteiro foi um legado deixado pelos campeiros para a culinária gaúcha, pois a tecnologia tornou a carreteada obsoleta, mas o prato oriundo dessa permaneceu:

Durante longo tempo, no RS, o principal produto de sua economia era o charque. A carne bovina salgada e secada ao vento era abundante. Ao partir para as carreteadas os sul-rio-grandenses abasteciam suas comitivas de bastante charque. Uma manta grossa de charque, encapada de graxa, era um convite irresistível para um carreteiro. As carreteadas poderão passar, porém o prato Arroz Carreteiro jamais faltará na mesa do gaúcho. Nas carreteadas, sob o abrigo dos acampamentos, nosso campeiro sempre teve seu gosto aloujado a esse saboroso prato. Ele invadiu os ares citadinos, conquistando a predileção dos gostos mais requintados.

A origem dos pratos da culinária gaúcha está associada, em geral, as atividades campeiras realizadas na metade sul do Estado, nas estâncias e charqueadas. A carne é elemento central desses pratos, seja de gado ou de ovelha, geralmente, misturadas com arroz. A tradição pecuarista do Rio Grande do Sul e, particularmente, da região cultural 1 disseminou a preferência da carne pelo Estado, tendo no churrasco o principal ícone da gastronomia gaúcha como um todo, considerando também as demais regiões culturais.

A bebida típica do gaúcho, o chimarrão, tem na erva-mate o seu principal ingrediente. A importância do chimarrão para o gaúcho fez com que erva-mate se tornasse a árvore símbolo do Rio Grande do Sul, de acordo com a Lei 7439 de 08 de dezembro de 1980. A Lei 7439 estipulou, também, a semana estadual da erva-mate, a ser comemorada em setembro. (COHEN, 2007).

O consumo da erva-mate, hábito entre os nativos, tornou comum aos povoadores espanhóis e portugueses que se instalaram no sul da América, como ressalta Porto (2007), quando diz que;

A tradição do chimarrão é antiga. Soldados espanhóis aportaram em Cuba, foram ao México "capturar" os conhecimentos das civilizações Maia e Asteca, e em 1536 chegaram à foz do Rio Paraguai. No local, impressionados com a fertilidade da terra às margens do rio, fundaram a primeira cidade da América Latina, Assunción del Paraguay. Os desbravadores, nômades por natureza, com saudades de casa e longe de suas mulheres, estavam acostumados a grandes "borracheras" - porres memoráveis que muitas vezes duravam a noite toda. No dia seguinte, acordavam com uma ressaca proporcional. Os soldados observaram que tomando o estranho chá de ervas utilizado pelos índios Guaranis, o dia seguinte ficava bem melhor e a ressaca sumia por completo. Assim, o chimarrão começou a ser transportado pelo Rio Grande na garupa dos

soldados espanhóis. As margens do Rio Paraguai guardavam uma floresta de taquaras, que eram cortadas pelos soldados na forma de copo. A bomba de chimarrão que se conhece hoje também era feita com um pequeno cano dessas taquaras, com alguns furos na parte inferior e aberta em cima.

Assim como o churrasco, o preparo do chimarrão envolve um ritual, que o torna característico de quem o prepara. Basicamente, a erva-mate é colocada na cuia numa proporção de dois terços e acomodada em um dos lados com o cevador⁵¹. Após, coloca-se água morna e deixa a erva inchar para introduzir a bomba. A utilização do cevador deixa a superfície da erva na cuia lisa, mas acrescentando um pouco de erva sobre essa superfície tem-se o “topete” do mate, cuja função é servir de reserva, pois sempre que necessário “se derruba” um pouco do topete para revitalizar o chimarrão.

Embora tenha se difundido pela Argentina, Uruguai e Paraguai, a herança indígena do chimarrão apresenta diferenciações entre esses países e o Rio Grande do Sul. De acordo com Porto⁵² (2007), os paraguaios tomam chimarrão em qualquer tipo de cuia. “Até em copo de geléia”. São os únicos que também têm por tradição tomar o chimarrão frio. O “tererê” paraguaio pode ser tomado com gelo e limão, ou utilizando suco de laranja e limonada no lugar da água. Na Argentina e no Uruguai a erva é triturada, ao contrário do Brasil, onde é socada. Nos países do Prata, a erva é mais forte, amarga, recomendada para quem sofre de problemas no fígado.

O hábito do chimarrão no Rio Grande do Sul e as variações da forma, gosto e dos ingredientes associados originaram uma forma de comunicação singular, bastando oferecer o mate para se entender a mensagem. Essa forma de comunicação teve origem na rigidez da estrutura social que permeava o passado gaúcho, onde era comum a presença dos pais ou de outro componente da família entre os namorados, dificultando a proximidade e tornando as conversas muito formais. Para transpor essa problemática, criou-se uma simbologia através do chimarrão como via de comunicação. No entanto, a decodificação da mensagem pressupõe o conhecimento da tradição e o hábito do chimarrão. Como enfatiza Claval (1999), todo grupo social está envolto em um complexo sistema de códigos que somente a vivência em determinada cultura permite decifrá-los. (QUADRO 13).

⁵¹ O cevador é um objeto redondo, com superfície lisa usado para facilitar o preparo do chimarrão, pois serve para modelar e acomodar a erva na cuia.

⁵² A autora cita como referência dessas informações o comerciante Rômulo Antonio, dono da casa do chimarrão, em Passo Fundo.

O chimarrão é tão popular no Rio Grande do Sul, que não se limita a locais fechados, como a residência, ou a horários restritos, pois é hábito do gaúcho tomar chimarrão tanto em casa, como no trabalho, além dos passeios ao ar livre, em praças e demais locais públicos para encontrar os amigos e, simplesmente, “tomar um mate”.

Tipo de mate	Significado
Mate com mel	Desejo de casamento
Mate com açúcar queimado	Simpatia
Mate com canela	Só penso em ti
Mate com açúcar	Amizade
Mate frio	Desprezo
Mate com sal	Não apareça mais aqui
Mate com casca de laranja	Vem buscar-me
Mate amargo	Chegaste tarde, já tenho outro amor
Mate lavado	Vá tomar mate em outra casa

QUADRO 13: O significado do chimarrão.

Fonte: MANOSSO, B. A., www.paginadogaucha.com.br
Org. BRUM NETO, H.

Referindo-se ao hábito do chimarrão pelo gaúcho, Scliar (2007), diz que o fato do chimarrão ser único e soberano no Rio Grande do Sul, sem ter se tornado um produto da globalização, como a coca-cola e o Mc Donald's é motivo de orgulho, pois é autêntico. Ele faz algumas indagações, questionando porque o chimarrão não se tornou o que denominou de “commodities globais” como outros produtos da economia nacional que são exportados, como o café e o tabaco. O autor responde afirmando que o chimarrão não é cômodo, sua elaboração requer um trabalho manual, como um ritual, sendo muito mais elaborado do que acender um cigarro.

Scliar (2007) salienta ainda que há o chá de mate, industrializado, mas que no entanto é bem diferente do chimarrão, pois:

A cultura do chimarrão é uma cultura artesanal. Mais do que isso, ela não está associada a nenhum dos valores da sociedade competitiva, de consumo. Café e coca são estimulantes, o cigarro, ao menos em uma época, foi símbolo de status, o chocolate era até considerado afrodisíaco. O modesto mate não tem essa aura. É verdade que ganhou fama de diurético, mas, com a quantidade que se toma, teria de ser diurético mesmo, e, além disso, quem precisa urinar tanto? [...] Não é preciso atribuir

ao mate poderes medicamentosos. Seu mérito é de outra natureza: congrega as pessoas, estimula o sentido de camaradagem. O que tem óbvios benefícios emocionais. [...] Num mundo ameaçado pela homogeneização, a cultura gaúcha, teimosamente, gloriosamente, sobrevive. O que é muito bom. Identidade é algo a ser preservado, inclusive por se tratar de componente importante da saúde mental. Melhor tomar chimarrão do que recorrer aos psicotrópicos como forma de preencher o vazio existencial.

Os principais hábitos alimentares do gaúcho, o churrasco, o arroz de carreteiro e o chimarrão estão atrelados a estruturas socioeconômicas seculares que moldaram e desenvolveram a cultura do habitante do território gaúcho, com ênfase para a região cultural 1, porção do espaço riograndense onde as tradições permanecem associadas a figura do homem do campo, num processo de identificação que evoca, cada vez mais, a identidade do gaúcho.

Tal situação ocorre, justamente, devido a processos antagônicos em escala global e local. Enquanto a globalização procura uniformizar padrões e coloca o “novo” a disposição das sociedades, de forma cada vez mais rápida, tornando próximos espaços e grupos sociais distantes, o local se reafirma e reivindica a diferença, como forma de se salientar. Como a diferença pressupõe identificação⁵³, a identidade cultural do gaúcho e toda gama de códigos que se materializa e é representada no espaço tem sido resgatada. Dos costumes mais simples, associados à vida no campo, como o trabalho, a cavalgada e o apego a terra, até costumes mais complexos e subjetivos, como valores e crenças são resgatados e salientados. É uma forma de se sobressair e de suplantar o saudosismo dos tempos passados, quando questões como respeito constituía a base da sociedade.

A questão da diferenciação relaciona-se, também, a fatores econômicos, uma vez que, as singularidades culturais têm se transformado num fator de desenvolvimento para localidades específicas, habitadas por grupos sociais cuja cultura é um traço marcante. A exemplo tem-se a revitalização de várias estâncias na metade sul do Rio Grande do Sul, que na atualidade, transformaram-se em hotéis-fazenda, que proporcionam o diferencial ao visitante, que é justamente, o resgate da vida no campo onde estão as raízes do gaúcho.

O regionalismo acompanha a diferença e ressalta, justamente, as particularidades regionais, através de códigos específicos que acompanham cada grupo cultural. As expressões originadas são repetidas de forma inconsciente, pois

⁵³ As questões teóricas inerentes a relação identidade e diferença são revisadas no capítulo 1, item 1.2, sobre a construção de identidades culturais.

pertencem ao âmbito cultural e, portanto, não são imposições ou modelos prontos que se deve cumprir. A imersão cultural, ou seja, a vivência no cotidiano da sociedade é que estabelece a identificação com os códigos desenvolvidos pela mesma.

Considerando-se todo o contexto regional do Rio Grande do Sul e a identificação do seu habitante como gaúcho, observa-se a formação de um tipo característico, dotado de inúmeros códigos culturais moldados ao longo do seu processo evolutivo. O gaúcho como “figura representativa” pode ser definido através de características comuns atreladas a questões como tradicionalismo e nativismo, acentuadas nos gestos, nas crenças e nos valores.

Tal situação pode ser identificada quando se sai do Rio Grande do Sul, sendo possível perceber as disparidades regionais materializadas através da linguagem. Quando os gaúchos se comunicam com outros grupos sociais, cuja cultura é marcante no que se refere à fala, como por exemplo, os cariocas, ou mesmo nordestinos, mineiros e paulistas, o gaúcho percebe as entonações, gírias, frases feitas e demais expressões típicas que não lhes são comuns. Até mesmo palavras simples utilizadas no cotidiano apresentam denominações diferentes, como a mandioca e a macaxeira, a bergamota e a mexerica. São “modos” diferentes de se comunicar, embora o português seja a língua oficial do Brasil.

5.1.1 As “ilhas” culturais da região cultural 1: os africanos

A contribuição das etnias formadoras da região cultural 1 para a cultura gaúcha deve-se a primeira fase de ocupação do Estado, quando foram implantadas as estâncias e charqueadas, que englobaram o gado solto, oriundo das Missões e, originaram os primeiros núcleos populacionais no território riograndense.

O contexto histórico que permitiu a inserção de portugueses e espanhóis, como homens livres no pampa gaúcho, fez com que suas culturas de origem pudessem se expressar de forma plena e contribuir livremente para a gênese do gaúcho típico.

No entanto, o africano⁵⁴, devido às circunstâncias de sua inserção no Brasil de modo geral, fez com que, muitas vezes, tivessem seus direitos suprimidos, pressupondo certa “aculturação”. Porém, não se considera uma aculturação no sentido correto do termo, entendido como agregação de costumes, mas significa a repressão e imposição de uma cultura diferente da sua cultura de origem. Constituiu-se, portanto, em uma negação dos padrões culturais africanos.

Desse modo, pode-se dizer que, em virtude das dificuldades de manutenção da cultura africana diante da intolerância imposta pelo regime escravocrata, o livre desenvolvimento da comunidade negra não se viabilizou, mesmo após o fim do trabalho escravo no País. Entretanto, foi possível a essa etnia manter costumes e crenças que permeiam a cultura dos afrodescendentes.

Mesmo tendo recebido menores contingentes de escravos do que outras unidades da Federação, o Rio Grande do Sul tem nos códigos culturais trazidos pelos negros uma importante contribuição para a formação da cultura gaúcha, esses atualmente, são reconhecidos e reverenciados em bibliografias específicas relativas à questão cultural gaúcha, como uma forma de reparar o recorte temporal em que essa etnia esteve excluída do mosaico étno-cultural que compõe o povo gaúcho.

Há que se considerar a memória dos “excluídos”, resgatando-se o trabalho e as condições do negro no Estado. Deve-se entendê-los, não de forma diferenciada em

⁵⁴ Optou-se por trazer as ilhas culturais africanas e açorianas como um subitem da região cultural 1 pela necessidade de se especificar as particularidades dessas duas etnias para a formação da cultura gaúcha, bem como, por questões estruturais que se refere a cronologia e a importância desses recortes espaciais para o Estado como um todo. Consiste em uma forma de “repensar” a contribuição e o reconhecimento da importância dessas comunidades para a história e para a cultura do Rio Grande do Sul.

virtude do trabalho nas charqueadas como parte da bibliografia afirma, mas como forma de analisar e entender a sua distribuição no espaço riograndense e a “sobrevivência” dessa cultura até a atualidade.

Tendo como base o contexto em que se inseriu o negro gaúcho de uma forma geral, nas estâncias e charqueadas, torna-se evidente que, após o fim da escravidão certas situações seriam inevitáveis. Cita-se os fluxos de ex-escravos que rumaram para as cidades, fazendo com que, hoje, grande parte dos afrodescendentes se situem nos centros urbanos, guiando suas vidas de acordo com os padrões globais.

Chama-se atenção que etnia africana não constitui uma homogeneidade cultural e nem uma contigüidade no espaço para que os códigos culturais se materializem de forma específica, como nas regiões culturais que compõe o Rio Grande do Sul e, nas ilhas espacializadas tendo como base os limites político-administrativos municipais. Porém, há exceções, como grupos distintos que procuram cultuar as tradições dos seus antepassados, geralmente ligados a entidades como clubes, centros de pesquisa ou religião.

Há também, alguns grupos rurais, formando comunidades resistentes que remetem ao período da escravidão, os quilombolas. De acordo com um estudo realizado pelo Governo do Estado⁵⁵, o Rio Grande do Sul possui cerca de 42 comunidades quilombolas, englobando aproximadamente 1,4 mil famílias de descendentes de escravos. (Figura 7).

A maior concentração dos quilombos está na porção centro-sul do Estado, justamente, onde se situava a atividade pecuarista nas estâncias e charqueadas. Tal afirmação corrobora a hipótese de que essas comunidades permanecem como resquícios de antigos refúgios para escravos fugidos de seus senhores. A localização em áreas serranas foi outra constatação que permite intuir que tal situação ocorre devido a estratégias de defesa, em virtude da dificuldade de acesso e das possibilidades de fuga em caso de descoberta do “esconderijo”.

Salienta-se que, as comunidades quilombolas localizam-se em 27 municípios do Estado, em áreas doadas pelos antigos patrões, principalmente em Alegrete, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Bagé, Aceguá, Pedras Altas, Pelotas, Canguçu, Mostardas, Cristal, São Lourenço do Sul, São Gabriel, São Sepé, Formigueiro, Rio Pardo, Gravataí, Palmares do Sul, Viamão, Rio Pardo e Canhoeira

⁵⁵ O levantamento das comunidades quilombolas foi realizado através do Programa RS Rural, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2004. E, divulgado pelo jornal Zero Hora em 2005.

do Sul, todos na metade sul do Estado. Também estão presentes na área central e norte do Estado, em Arroio do Tigre, Nova Palma, Portão, Taquara, Terra de Areia, Salto do Jacuí e Jacuizinho também existem quilombos. (BRUM, 2005).



Figura 7: Distribuição espacial dos quilombos no RS.
Fonte: RS Rural/ Zero Hora, 2005.

As condições de vida nos quilombos são, em geral, precárias, caracterizando certo abandono dos Governos Local e Regional em relação a esse marco da resistência negra em território gaúcho e, da própria cultura dos afrodescendentes. Os quilombos representam uma área demarcada em que os seus habitantes, descendentes de escravos, vivem no meio rural, com casas precárias, geralmente sem saneamento básico, uma vez que, segundo o Programa RS Rural, 51,7% das famílias quilombolas tem esgoto a céu aberto e, 60,3% utilizam água de poços. Outro aspecto da vida nessas comunidades refere-se à renda das famílias, que sobrevivem de aposentadorias ou são diaristas e peões sem renda fixa nem vínculo empregatício, perfazendo cerca de 90% da população.

As comunidades quilombolas se caracterizam por viver predominantemente no meio rural, onde a maioria dessas comunidades possui menos de três hectares para plantar. As casas são simples, em geral, de madeira, com banheiro separado da residência e sem rede de esgoto canalizada. (BRUM, 2005).

No que se refere aos afrodescendentes que residem nas cidades, deve-se considerar que tem suas vidas guiadas pelo padrão global que permeia os maiores centros urbanos. Tal afirmação, não diz respeito somente a essa etnia, pois, os aspectos culturais que envolvem as cidades a tornam um mosaico etno-cultural, mas sem predomínio de uma cultura específica. Desse modo, não significa que, por residir nas áreas urbanas os membros de um grupo cultural não possam expressar ou cultuar suas tradições de origem. Ao contrário, pois é nos maiores centros urbanos que, no caso, os afrodescendentes, encontram alguns dos seus códigos culturais materializados no espaço, principalmente, a religiosidade, que já perpassou a fronteira do seu grupo social de origem e, tem adeptos em várias partes do Estado e do País, cultuada por outras etnias.

A religião de origem africana⁵⁶ foi trazida para o Brasil e, particularmente, para o Rio Grande do Sul, juntamente com os escravos capturados na África. As restrições impostas pela escravidão fizeram com que o negro tivesse que improvisar uma forma de cultuar sua fé e perpetuá-la no decorrer do tempo. Cezimbra (2007), aponta que devido às dificuldades impostas ao negro para realizar seus rituais acarretou uma correlação entre os santos da Igreja Católica e os Orixás, pois os mesmos serviam como escudo e justificavam os ritos.

De acordo com Cezimbra (2007) há de se considerar, também que

Apesar das instituições escravagistas e da igreja, entretanto, foi possível aos escravos, comunicar, transmitir e desenvolver sua cultura e tradições religiosas. Houve vários fatos que nos ajudaram a manter esta continuidade: os vários grupos étnicos continuaram com sua língua materna; havia certo número de líderes religiosos entre os escravos; e os laços com a África eram mantidos pela chegada constante de novos escravos. Desde o começo pais e mães de santos buscavam reafirmar a religião. Isto foi possível em parte, por que a rota dos navios entre a África e o Brasil conservou viva a conexão entre os povos. Isto continuou mesmo depois da abolição da escravatura em 1888. Escravos libertos que puderam viajar para as áreas *iorubás* foram iniciados no culto dos orixás e então, ao retornar ao Brasil puderam fundar terreiros e revitalizar a prática religiosa. A partir da segunda metade do séc. 19, surgiram grupos organizados, que recriavam no Brasil cultos religiosos que reproduziam não somente a religião africana, mas também outros aspectos da sua cultura na África. Nascia a religião afro-brasileira, primeiro na Bahia, conhecida como Candomblé, e depois pelo país afora, recebendo nomes locais como Xangô em Pernambuco, tambor-de-mina no Maranhão e batuque no Rio Grande do Sul. Os principais criadores dessas religiões foram negros de nações

⁵⁶ A cultura africana inseriu-se no Brasil com os escravos vindos da África, que de acordo com sua origem, cultuavam determinadas divindades. A cultura africana, no que diz respeito a religiosidade, não apresenta um padrão, pois os rituais tem origens em diversas nações, como Jejé, Ijexá, Cabinda, Oyó. Os escravos pertenciam a diversos grupos étnicos, como o Yorubá (Nagôs), Ewe, Fon e Bantos, cada qual com suas crenças, reverenciando um Deus supremo com denominações distintas.

Yorubás ou nagôs, especialmente os provenientes de Oyó, Lagos, Queto, Ijexá, Abeocutá e Iquiti, os das nações Fons ou Jêjes, sobretudo os mahis e os daomeanos, e os Bantos de Angola e Congo.

Atualmente, a religião dos negros se propagou pelo País, como a herança de um povo essencial na formação étnico-cultural, com ênfase para os rituais religiosos, principalmente ao se considerar a região nordeste do Brasil, onde a escravidão efetivou-se de forma mais eficaz.

No Rio Grande do Sul, embora a mão-de-obra escrava tenha sido utilizada em menor número, as “casas de religião”, como são comumente chamadas as casas em que se realizam os rituais de origem africana, são comuns, principalmente, nas cidades de maior porte. Tal situação acarreta um movimento contrário ao que se observa em grande parte das culturas, onde os códigos se manifestam de forma mais específica nas cidades pequenas, devido a questões que permitem sua manutenção pela vivência em um espaço contíguo, em um grupo social homogêneo culturalmente. A explicação para esse fato reside na conjuntura de fatores que permeou a inserção do negro do País, pois, de maneira geral, após o fim da escravidão os mesmos seguiram para as grandes cidades em busca de emprego, ou mesmo de uma vida fora do campo e das lembranças do trabalho nas lavouras.

Após o fim da escravidão, o negro não teve qualquer auxílio por parte do Governo, como no caso da imigração em que os colonos foram amparados legalmente, e se tornaram pequenos proprietários no Rio Grande do Sul. Não mais sob a tutela do senhor de escravos, os afrodescendentes tiveram que, simplesmente, se “colocar” na sociedade, como se isso fosse possível em território onde a escravidão acompanhou sua formação como Nação, perdurando por séculos. A Lei Áurea instituiu o fim da escravidão, mas não mudou o “pensamento” de uma significativa parcela da população brasileira, cujo racismo estava arraigado.

A existência de uma cultura superior, entendida durante longo período de tempo como superioridade racial, não existe, tanto que já foi comprovada pela Biologia. Atualmente, os estudos culturais, em geral, enfatizam essa questão, afirmando que é na diversidade de códigos que permeiam cada cultura que reside o “valor” cultural. Entende-se o valor como demonstração de diversidade e riqueza cultural, sem remeter a conceitos de “melhor” ou “pior”. Se tais concepções tivessem sido aceitas anteriormente, a história da humanidade não traria a “marca” da chibata que conduziu a escravidão do povo africano. A cultura africana é vasta e,

comprovadamente, perspicaz, uma vez que, não só resistiu a repressão, como se manteve e contribuiu de forma significativa para a formação da cultura nacional.

Tendo em vista as condições de inserção e de libertação do negro no Rio Grande do Sul e considerando as particularidades de sua permanência no território gaúcho, no que se refere à quantidade e as atividades realizadas, bem como, a inserção de outras etnias em porções do espaço definidas, pode-se entender porque não existe uma espacialidade definida da cultura afrodescendente no Estado, com exceção dos quilombos.

Nesse sentido, ao se considerar o Rio Grande do Sul, tanto em áreas rurais ou urbanas, a preservação da cultura pelos afrodescendentes revela aspectos importantes para a formação cultural do gaúcho e, os códigos se tornaram conhecidos, tendo se propagado pelo Estado. Dentre as contribuições culturais africanas têm-se rituais como o batuque, disseminado, praticamente, por todo o território riograndense. Os códigos culturais “afro” mantêm estreita relação entre si. Pode-se dizer que, a religiosidade está atrelada à gastronomia, ao vocabulário, as festividades, e as roupas típicas utilizadas nos rituais e em comemorações que remetem as origens. A familiaridade com os aspectos inerentes a cultura dos afrodescendentes tornou comum, também, o vocabulário utilizado nos rituais. (Quadro 14).

Exemplificando esta etnia na Nigéria, o idioma *yorubá* é complexo e arraigado em tradições. É o segundo maior idioma da Nigéria, falado em várias seitas difundidas pelo mundo, dentre os quais se destaca a República do Benin, Cuba, Brasil, Trinidad, e Estados Unidos, pois os *Yorubás* constituem-se em um dos mais importantes grupos étnicos da Nigéria. (XANGÔ SOL, 2007).

A cultura afrodescendente tem nos *Orixás*, o que seriam os santos para a Igreja Católica. Cada *Orixá* é cultuado de forma específica e segue uma hierarquia nos rituais, demonstrando que as manifestações de fé variam de acordo com a cultura, ou seja, são crenças e valores distintos que guiam as atitudes de um grupo social.

Exemplificando esta etnia na Nigéria, o idioma *yorubá* é complexo e arraigado em tradições. É o segundo maior idioma da Nigéria, falado em várias seitas difundidas pelo mundo, dentre os quais se destaca a República do Benin, Cuba, Brasil, Trinidad, e Estados Unidos, pois os *Yorubás* constituem-se em um dos mais importantes grupos étnicos da Nigéria. (XANGÔ SOL, 2007).

A cultura afrodescendente tem nos *Orixás*, o que seriam os santos para a Igreja Católica. Cada *Orixá* é cultuado de forma específica e segue uma hierarquia nos rituais, demonstrando que as manifestações de fé variam de acordo com a cultura, ou seja, são crenças e valores distintos que guiam as atitudes de um grupo social.

Expressão	Significado
<i>Abaya</i>	rainha mãe
<i>Égún</i>	espírito dos ancestrais
<i>Ìbà</i>	homenagem em respeito aos Orixás
<i>Orisà</i>	local sagrado para iniciar uma pessoa nos mistérios dos Orixás
<i>Juba</i>	rezas, pedido
<i>Mojú</i>	saber, conhecer
<i>OnileOgèdè</i>	encanto, feitiçaria
<i>Odúndún</i>	erva medicinal
<i>Abadá</i>	blusão usado pelos homens africanos
<i>Agbô</i>	carneiro
<i>Axó</i>	roupa
<i>Axogum</i>	auxiliar do terreiro, geralmente importante na hierarquia da casa, encarregado de sacrificar os animais que fazem parte das oferendas aos orixás.
<i>Baba</i>	pai
<i>Cafofo</i>	túmulo
<i>Caô</i>	é um tipo de Xangô
<i>Elebó</i>	aquele que está de obrigação
<i>Egun</i>	alma, espírito
<i>Gari</i>	farinha Gururu - Pipoca
<i>Ialorixá</i>	mãe de santo (sacerdote de orixá)
<i>Mandinga</i>	feitiço
<i>Omi</i>	água
<i>Olorum</i>	deus
<i>Ongé</i>	comida
<i>Peji</i>	altar

QUADRO 14: Vocabulário Yorubá.

Fonte: XANGÔ SOL, 2007.

Org.: BRUM NETO, H.

Cada religião possui rituais próprios para referenciar do nascimento a morte. As crenças constituem-se em elos capazes de unir e manter os códigos culturais de um povo, mesmo sob a mazela da escravidão e todas as restrições para a cultura que tal situação pressupõe. Desse modo, os *Orixás* africanos “sobreviveram” no decorrer do tempo e tem sua manifestação representada pelas inúmeras “Casas de Religião” que se materializam no espaço gaúcho. (Quadro 15).

A religião tradicional *yorubá* envolve adoração e respeito à Olorun ou Olòdumarè, o criador, dos *Orixás* e dos antepassados. A maior parte desses Orixás são figuras antropomorfos, que também se associam as características naturais.

Realizam-se rezas e sacrifícios, de acordo com suas necessidades e situações. Cada divindade tem suas regras, ritos e sacrifícios próprios. Os *yorubás* rezam para os Orixás com intuito de obter intervenção divina em suas vidas. Olorun, o dono do céu, ou Olòdùmarè é o Deus supremo dos *yorubás*, o criador e, é invocado em bençãos e em certas obrigações. Mas não existe nenhum santuário em sua homenagem e nem sacerdócio organizado. Os *yorubás* também crêem que os antepassados interferem diariamente nos eventos da terra. (XANGÔ SOL, 2007).

A religião é parte essencial da cultura dos povos africanos, pois acreditam que Olòdùmarè seja o ser supremo, é o Obá Orum, rei do céu. Diz a mitologia *yorubá* que Olòdùmarè, junto com a criação do céu e da terra, trouxe para a existência as outras divindades, *Orixás*, para ajudá-lo a administrar sua criação, e a importância de cada divindade depende da posição dentro do panteão *yorubá*. Atualmente, o rei (Obá ou Oòni) de Ilê Ifé, seria como o Papa negro, é o homem que representa toda cultura negra iniciada por Oduduwa. É o líder espiritual da cultura *yorubana*, sua coroa representa a autoridade dos Obás. Todos os demais Obás (reis) dependem e acatam seus conselhos. Em seu palácio em Ilê Ifé estão guardados os oráculos oficiais de Oduduwa, fundador de Ilê Ifé e bisavô de Xangô. Presume-se que Oduduwa tenha vivido de 2.180 a 1800 A.C. (XANGÔ SOL, 2007).

Orixá	Descrição
Bará	Este é o Orixá saudado em primeiro lugar em todos terreiros de nação Africana; sem bará não se faz nada, é o principio e o fim de tudo. Bará é o dono das encruzilhadas, dono das porteiras, de todas as chaves e de todos os caminhos. É o primeiro a receber oferendas, antes de qualquer outro orixá, o bará é insubstituível, em qualquer situação temos que chegar até ele.
Bará Lodê	Tem seu assentamento feito do lado de fora do terreiro, junto com Ogum Avagãm
Bará Adague	Trabalha nas encruzilhadas, seu assentamento é feito dentro dos terreiros; é um dos mais requisitados, faz a frente dos Orixás: Ogum, oiá, xangô, ode, otim, oba, ossae e xapanã.
Bará Lanã	Trabalha também nos cruzeiros, tem as mesmas funções do bará adague, responde também nos cruzeiros de mato.
Bará Ajelú	Este é o bará dos orixás de água como oxum iemanjá e oxala, além do epô usa-se mel nas sua oferendas, trabalha de acordo com ogum adiola. Bará é Deus de todo e qualquer movimento, é ele quem faz a ligação entre o homem e os demais Orixás, é o mais humanos de todos, pois é o que está mais próximos de nós, está em toda parte dia e noite, se tens algum projeto na sua vida e quer que tudo corra bem, agrade este orixá. A cor de bará é o vermelho seu dia da semana é segunda-feira.
Ogum	Deus guerreiro, senhor da guerra, dono do ferro e todos os seus derivados, senhor de todas as armas, dono da faca e da bebida de álcool, é o legítimo esposo de lansã', que o traiu com o rival xangô. Para vencer demandas tem que se agarrar com ogum, depois de bará é o próximo a receber oferendas. Na Nação Ijexá também se cultua Ogum Onira e Ogum Adiola, este último é um guerreiro guardião que trabalha na beira da água aos mandos de Oxum Iemanjá e Oxala. Qualquer sacerdote de Orixá tem que ter Ogum em seus assentamentos, pois este é o dono do axé de facas; suas cores são o vermelho e verde, seu dia da semana é quinta-feira, seu sincretismo aqui no sul é com São Jorge. Ogum é o protetor dos Policiais e dos soldados.
lansã	Orixá dos ventos e das tempestades, foi esposa de Ogum, o qual deixou por amor a Xangô; dos Orixás femininos é a mais guerreira; lansã é associada a sensualidade. Tanto acompanhou Ogum quanto Xangô em suas batalhas, é a dona das relações sexuais. As filhas de lansã são audaciosas, poderosas, autoritárias, se contrariadas em seus objetivos deixam levar a manifestações de extrema cólera. A espada também é seu símbolo, representando seu caráter guerreiro; divide com Xangô o poder sobre o raio; sua cor é o vermelho e branco seu dia são terça e quinta-feira. Seu sincretismo é com Santa Bárbara.
Xangô	Orixá do raio e do trovão, senhor da justiça, é um dos mais cultuados no Brasil. No Rio Grande do Sul se cultua: Xangô Ogodô, Xangô Aganju e Xangô de Beije. Xangô Ogodô é sincretizado com São Jerônimo, Aganju com São Miguel Arcanjo e Xangô de Beije com Cosme e Damião. Este orixá representa a sedução masculina, já que teve como mulheres três iyabás, Oxum, Oba e lansã. É o protetor dos estudiosos, intelectuais, dos Advogados, Juizes e tudo que se relacione com justiça. Sua cor é o vermelho e branco seu dia da semana é terça-feira, sua saudação é Kaô Kabiecilê!
Ibêje - Ìbeji	Ibêje, na Nação Ijexá, cultuada no sul do Brasil, são entidades Gêmeas que formam um único orixá, permanentemente duplo, (formado por duas entidades distintas), que coexistem, representando o princípio básico da dualidade. São Orixás crianças; seu assentamento é feito em "vultos" (orixás feito em madeira). São os Deuses gêmeos de grande prestígio no sul, como em todo Brasil.
Odé.	Odé é o orixá das matas e florestas onde vive a caçar; é o protetor dos caçadores; seus filhos são espertos, rápidos e atentos, tomam conta de um lar perfeitamente, buscando tudo para alimentar seus dependentes. Qualquer expedição que envolva caça, é bom oferecer Odé para obter bons resultados. Este Deus representa a fartura das matas, seu símbolo é o arco e flecha, sua cor é o azul marinho, seu dia da semana é segunda-feira, seu sincretismo no sul é com São Sebastião
Otim	Orixá que acompanha Odé, vive no mato a caçar junto com seu companheiro, come toda espécie de caça. Junto com Odé também é

	dona da pontada pneumonia, no Brasil esta iyaba é muito pouco cultuada.
Obá	Obá, é uma das mulheres de Xangô, Orixá guerreira, que por ser fisicamente forte, é muito respeitada pelos Orixás masculinos; Quando Obá se tornou mulher de Xangô surgiu grande rivalidade com Oxum, a qual lhe pregou grande peça que lhe custou a perda de uma das orelhas. Obá reponde pelos amores com perturbações, ciúmes, desonra e falsidade. É protetora dos motoristas, as seguranças para automóveis são feitas para Obá; é dona também do enxume. Seu dia da semana na nação Ijexá é segunda-feira, sua cor é o marrom é sincretizada com Santa Catarina.
Ossain	É o médico da Religião Africana, é o dono das plantas medicinais, sua importância é fundamental nos ritos africanos desde uma simples lavagem de cabeça até o assentamento de orixás começam com o uso de suas ervas. Geralmente os filhos de Ossain tem as mãos boas para fazer trabalhos para cura de enfermos, seus filhos tem caráter equilibrado, capazes de ouvir e dar bons conselhos. Todas as ervas, chás, folhas e vegetação pertencem a Ossain; é ele quem libera a propriedade mágica das folhas. Sua cor é o verde claro, seu dia da semana na nação Ijexá é segunda-feira.
Xapanã	Deus da varíola e de todas as doenças contagiosas, senhor da saúde e das doenças, pois tanto pode produzir as doenças como curá-las; este é o Orixá do sofrimento, e com sua ajuda pode-se ter grande triunfo em toda e qualquer dificuldade. Sua cores são o vermelho e preto, roxo, lilás e sua vassoura para trabalhos tem sete cores, é sincretizado com Nosso Senhor dos Passos, seu dia da semana na nação Ijexá é quarta-feira.
Oxum	Orixá das águas doces rios, lagos e cachoeiras; Oxum representa a beleza, dona da aliança, da união, do amor, do casamento, da alegria e da felicidade. Oxum é a rainha da nação Ijexá; é deusa da fertilidade, é dona do ouro e de todas as jóias preciosas. Das esposas de Xangô, Oxum é a mais amada, é a iyaba mais vaidosa do panteão africano. Tudo que se relacione a alegria e a riqueza tem a ver com Oxum. Também é protetora das crianças; os casais que tem dificuldades para terem filhos tem que se apegar com Oxum, ela é a Deusa da fertilidade, controla a fecundidade e o ventre materno. Oxum, deusa da prosperidade e da fartura; sua cor é o amarelo, seu dia da semana é o sábado, seu sincretismo é com diversas Nossa Senhora.
I Iemanjá	Mãe poderosa, que governa os oceanos, dona da mente e do pensamento, dona da viagem e das mudanças. Iemanjá é a mais popular dos Orixás no Brasil, representa o mar. De seu ventre nasceram a maioria dos Orixás, é esposa de Oxala, senhor da criação, ela é freqüentemente representada por uma sereia, principalmente, na Umbanda. Seu dia da semana é sexta-feira, sua cor é o azul, no Sul é sincretizada com Nossa Senhora dos Navegantes, inclusive, uma das maiores homenagens feita para Iemanjá é no dia dois de fevereiro, dia da Santa católica.
Oxalá	O grande Orixá, o mais elevado do panteão africano depois de Olurum, senhor da criação do mundo e dos homens. Oxalá é o pai de todos os deuses africanos, usa branco é o patrono da paz, grande chefe da ciência espiritual, Deus purificador, senhor das águas doces. Oxalá é representado por um velho encurvado, mas, de compostura serena, benévola, que tem resposta para tudo, é o sábio do universo. Também cultuamos o Oxala jovem, que em sincretismo seria Menino Jesus de Praga, este se manifesta em seus filhos dançando como um moço e tem as mesmas funções do Oxalá velho. Oxalá usa o cajado que representa o poder, é o orixá da transformação da natureza. Sua cor é o branco, é sincretizado no Sul com Divino Espírito Santo e Nosso Senhor do Bom Fim, seu dia da semana (no sul) é domingo.

QUADRO 15: Orixás da Nação Ijexá.

Fonte: XANGÔ SOL, 2007.

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

Assim como todas as religiões conhecidas e cultuadas por outros povos, a religião dos afrodescendentes tem sua história, seus rituais e suas crenças. Desenvolveram-se ideologias que explicam certos comportamentos em relação ao culto e as obrigações a serem realizadas em nome da fé.

Na crença oriunda dos *yorubás* e, muitos outros grupos africanos, acredita-se que a vida e a morte alternam-se em ciclos, de tal modo que, o morto volta ao mundo dos vivos, reencarnado-se num novo membro da própria família. São muitos os nomes *yorubás* que exprimem exatamente esse retorno, como *Babatundê*, que significa "o pai renasceu". Para os *yorubás*, o mundo em que vivem os seres humanos em contato com a natureza, chama-se de *aiê*, e um mundo sobrenatural, onde estão os Orixás, outras divindades e espíritos, é chamado de *orum*. Quando alguém morre, seu espírito ou parte dele vai para o *orum*, de onde pode retornar ao *aiê* nascendo de novo. Na concepção *yorubá*, existe a idéia do corpo material, que chamam de *ara*, o qual se decompõe com a morte e é reintegrado a natureza, por este motivo os sacerdotes antigos não gostavam da idéia de serem enterrados, pós-morte, em outro lugar a não ser direto na terra. (XANGÔ SOL, 2007).

Na religião de origem africana, a morte de um iniciado implica na realização de rituais funerários. O rito fúnebre é denominado *èrìsún* (*erissum*) no Batuque do Rio Grande do Sul, tendo como principal fim, despachar o *egum* do morto, para que ele deixe o mundo terreno e vá para o mundo espiritual. Como cada iniciado passa por ritos e etapas ao longo de toda a vida, os ritos funerários serão tão mais complexos quanto mais tempo de iniciação o morto tiver. O rito funerário é, pois, o desfazer de laços e compromissos e a liberação das partes espirituais que constituem a pessoa, nesta cerimônia. Os objetos sagrados do morto são desfeitos, desagregados, quebrados, partidos e despachados, cortando qualquer possibilidade de vínculo do *egum* com o mundo terreno. Nessas obrigações, há cantos específicos e danças, sacrifícios e oferendas variadas ao *egum* e os Orixás ligados ritualmente ao morto, várias divindades participam ativamente do rito funerário através de transe. (XANGÔ SOL, 2007).

Nos rituais funerários da nação Ijexá, costuma-se velar o corpo em casa, ou seja, no terreiro, onde há toques de tambores, danças e cantigas apropriadas. A primeira providência a ser tomada no pós-morte é despachar os *Barás* que pertenciam ao *irúmòle* do falecido. O ponto culminante do rito é o *èrìssùn*, que

acontece no sétimo dia. Estes rituais variam de terreiro para terreiro, de nação para nação.

A religião Afro-Brasileira, estabelecida no Rio Grande do Sul, no tocante à história de suas origens, não guardou uma fonte segura de informações, e o pouco do que se tem conhecimento está ligada a opiniões da literatura oral, de geração para geração. Desse modo, tendo em vista as incertezas, muitos sacerdotes tem formas diferentes de cultuar seus Orixás. (XANGÔ SOL, 2007).

Pode-se dizer que, o batuque africano vem perdendo espaço para a chamada linha cruzada, acarretando uma mistura na qual não se sabe o que se está cultuando. O conhecimento leva a preservação da "ciência" na prática dos rituais, pois, Umbanda é Umbanda, Quimbanda é Quimbanda e Nação Africana é outro ritual. Percebe-se o emprego, pelo senso comum, de todos estes como sinônimos. (XANGÔ SOL, 2007).

O Batuque no Rio Grande do Sul compreende vários rituais que evocam os santos, denominados de *Orixás*, na linguagem *yorubá*. De modo geral, compreendem "trabalhos" de vários fins, pressupondo vários rituais e, também, oferendas ao *Orixá* solicitado. Os trabalhos podem ser individuais, quando uma pessoa procura na religião afrodescendente uma graça, ou coletiva, nos momentos de festa, que reúnem todos os "filhos de santo" e até pessoas da comunidade que tem afinidade com o Batuque. Ressalta-se que, as casas de religião, frequentemente, são procuradas por pessoas que, tem outra confissão que não o Batuque, mas que, devido à afinidade e a crença na religião afrodescendente, procuram nesse ritual a solução para os seus problemas. (Figura 8).

Dentre os rituais realizados no Batuque, destaca-se a festa grande, que consiste em uma obrigação que tem *ebó*, ou seja, quando há sacrifícios de animais de quatro patas oferecidos aos *Orixás*, como cabritos, cabras, carneiros, porcos e ovelhas. Quando há somente sacrifícios de aves denomina-se quinzena. A festa de quatro pés para os *Orixás* realiza-se em períodos de tempo pré-determinados, com intuito de homenagear o *Orixá* "dono da casa". Nessa festividade, os "filhos de santo" que ainda não possuem sua própria casa de religião têm a oportunidade de realizarem suas obrigações e, de fornecer comida aos seus *Orixás*. A data da cerimônia coincide com a data em que o sacerdote teve assentado seu *Orixá* de cabeça, conhecido como a data de sua *feitura*. (XANGÔ SOL, 2007).



Figura 8: Os Orixás da cultura africana.
Fonte: O mundo dos Orixás, 2007.

A festa dos *Orixás* caracteriza-se por ter um longo ritual, que inicia com a *feitura de trocas*, que é a limpeza dos corpos de todos os filhos que farão as obrigações para seus *Orixás*. Faz-se, também, a limpeza da casa, compreendendo todas as construções que compõem o terreiro. O Pai ou Mãe de Santo faz uma *troca*, que consiste na limpeza de corpo realizada dentro da religião, usando vários *axés* de *Orixás*, varas de marmelo, vassouras de *Xapanã*, um galo para sacrifício e outra ave para soltar viva, geralmente, um pombo. Porém, de acordo com o caso, pode-se soltar galos ou galinhas, vivos, para acompanhar o *axé de troca*, que envolve sacrifício. Após tudo descarregado faz-se um *axé doce* para os *Orixás* de praia *Bará Ajelú*, *Oxum*, *Iemanjá* e *Oxalá* e, também é passado nos *elebós* (pessoas de obrigação) e na casa. No dia da matança faz-se a homenagem para os *Barás*, que também serve como segurança para a obrigação; sendo que no candomblé esse ritual denomina-se *Padê*. (XANGÔ SOL, 2007).

O dia da festa caracteriza-se pelo salão enfeitado nas cores do *Orixá* homenageado, inclusive para as roupas dos *axós*. O início da festa ocorre mediante a chamada dos *Orixás*, a invocação, realizada com uma sineta (*adjá*), sendo que o sacerdote se ajoelha em frente ao seu quarto de santo (*peji*), saudando de *Bará* a *Oxalá* e, realizando os pedidos para esse evento aos *Orixás*. Após os tamboreiros (*alebês*) iniciam as rezas de cada *Orixá*, onde forma-se uma roda para a dança, no centro do salão, com movimento no sentido anti-horário. Salienta-se que cada *Orixá* possui uma coreografia específica, sendo que, na roda só dança quem é pronto, que tenha *bori* ou obrigação de quatro pés no *ori* (cabeça). (XANGÔ SOL, 2007).

Após, tira-se as "rezas" de *Bará* até *Xangô*, quando, interrompe-se tudo para formar a "Balança", nesta só participam os que têm aprontamento completo, com *Orixás* assentados; É uma cerimônia realizada somente em festa que tenha sido sacrificado animais de quatro pés, (em obrigações só de aves não se faz balança), é considerado o ponto crucial da obrigação, esta "roda" traz *Orixás* e se mal executada pode levar "gente". Se romper a balança, algo de muito grave poderá acontecer, possivelmente a morte de alguém que participa da "roda de prontos"; por isso é bom escolher bem quem vai participar de uma obrigação tão séria como esta. A balança é de *Xangô*, e o número de participantes é de seis, doze ou vinte e quatro pessoas; As pessoas entrelaçam firmemente as mãos, avançam e recuam para o centro e a periferia da "roda", que gira no sentido anti-horário, e os *Orixás* vão se manifestando; logo é tocado o Alujá de *Xangô*, e neste momento a roda se desfaz e há grande

número de Orixás manifestados em seus filhos, sendo saudados pelos fiéis. (XANGÔ SOL, 2007).

Há um intervalo, para descanso dos *alabês* e em seguida recomeça o toque dos tambores cantando-se para *Odé, Otim, Obá, Ossãe* e *Xapanã*. No final do axé de *Xapanã*, despacha-se o *ecó*, cujo objetivo é expulsar todas as cargas negativas, também aqueles males extraídos durante as "limpezas" (*axés*) conduzidas pelos *Orixás* nos fiéis, esta parte da obrigação é destinada ao *Orixá Bará*. (XANGÔ SOL, 2007).

Após a obrigação do *ecó*, tira-se os *axés* (cantos) para os *Ibêjes*, na qual tem a participação das crianças. Neste dia não tem a tradicional mesa de *Ibêjes*, é oferecido para o *Orixá Oxum* ou *Xangô* uma bandeja contendo balas, fatias de bolos, frutas e pirulitos, e estes distribuem para criançada. Na continuação da festa, tira-se o axé de *Oxum*, que se manifesta em seus filhos, estas chegam vaidosas, distribuindo alegria, atiram perfume nos fiéis, que saúdam a deusa da felicidade; em seguida os cantos são para *Iemanjá*, que se manifestam para serem homenageadas. (XANGÔ SOL, 2007).

Seguem-se os *axés*, tirando agora os *axés* do Pai *Oxalá*, que ao se manifestar sempre é saudado com grande louvor. Os *Orixás* se cumprimentam entre si, batem cabeça para os *Orixás* e sacerdotes mais velhos, há um respeito mútuo entre eles. Após os *axés* do pai *Oxalá* retira-se o *axés* (cantos) para serem entregues os presentes, como: bolos, bandejas contendo quindins, flores, jóias, dentre outros, que são oferecidos ao *Orixá* homenageado. Os *Orixás* (ou *Orixá* da casa) oferecem as mensagens finais e de agradecimento, tiram (cantam) seus *axés*, e são despachados para virarem *erês* (aqui no sul são denominados *axerê* ou *axêro*), que é um estágio intermediário entre o *Orixá* manifestado e o estado normal do "filho", falam um vocabulário próprio, e se comportam como crianças, fazem brincadeiras, e demonstram sua alegria com a festa. Os outros *Orixás* também cantam seus *axés* para serem despachados, e termina a cerimônia. São distribuído os mercados e as pessoas que participaram vão embora, sendo que, os filhos que estão de obrigação permanecem no terreiro para dar continuidade ao ritual. (XANGÔ SOL, 2007).

Geralmente, três dias após a "matança", é feita a "levantação" das obrigações. Esta etapa corresponde a um momento particular, na qual participam somente os filhos da casa e os que estão em iniciação. Neste momento, todos os

"otás" (*ocutás*), e objetos sagrados que receberam o *axorô* (sangue dos animais) são retirados das "vasilhas" (*alguidares* e bacias de louça), e são lavados com *omieró*, (no *Orixá Bará* passa-se apenas um pano umedecido no *omieró*, não se deve molhar muito os objetos de assentamento deste Orixá). (XANGÔ SOL, 2007).

Após a levantação de quatro pés deixa-se os orixás "descansarem" por um ou dois dias; e no dia da semana, marcado para "matança do peixe" pela manhã, buscam-se o peixes vivos. Usa-se na nação Ijexá Jundiá, para os *Orixás Bará, Ogum, Xangô, Odé, Ossãe e Xapanã* e peixe da qualidade Pintado para todas *iyabás* e também para o pai *Oxalá*. Os peixes devem chegar vivos ao templo para a cerimônia. Todas as "vasilhas" com os *Otás (ocutás)* e ferramentas recebem o *axorô* (sangue) do peixe. A carne dos peixes é consumida pelos *elebós* (iniciados que estão reclusos no templo). A obrigação do peixe fica arreada por vinte e quatro horas. Após este período levanta-se a obrigação e leva-se para praia junto com os *axés* de *Orixás* que acompanham esta obrigação. O peixe significa fartura e prosperidade, é o símbolo da riqueza para os seguidores da religião africana. (XANGÔ SOL, 2007).

No sábado, após o pôr do sol, é realizada a cerimônia dedicada aos *Ibêjes*, e desta, fazem parte grande número de crianças. Estende-se uma toalha no centro do salão e coloca-se ali: doces de toda qualidade, inclusive doces de calda, arroz de leite, doce de abóbora, doce de batata doce, sagu, ambrosia, doce de coco, bolos, tortas, balas, pirulitos, bombons, um amalá, uma vela grande vermelha e branca, um bouquê de flores, as quartinhas de *Oxum* e *Xangô*, mel. Primeiramente é servido a canja feito com as aves sacrificadas para os *ibêjes*, e em seguida os doces. Nesta obrigação sempre "descem" alguns *Orixás*, principalmente *Xangô* e *Oxum*. Ao terminar de comer, as crianças recebem uma colher de mel, um gole de água, suas mãos são lavadas e enxugadas, levantam-se, dão voltas na mesa, ao som do *alujá* de *Xangô*, enquanto é recolhido o que sobrou na "mesa" para ser colocado no *peji*. Os *Orixás* são "despachados" e ficam em *axerô (erê)*, brincam com as crianças, cantam e dançam, até que é encerrada esta parte da obrigação. Após o descanso tem início o batuque de encerramento das obrigações. (XANGÔ SOL, 2007).

A obrigação se inicia pela "chamada" dos *Orixás* à porta do "quarto de santo". Depois começam as "rezas" (cantos) para *Bará, Ogum, Iansã, Xangô, Odé, Otim, Obá, Ossãe, Xapanã*, quando termina o *axé* de *Xapanã* despacha-se o "ecó". Os *Ibêjes*, já foram homenageados anteriormente na "mesa de *Ibêjes*". Num

determinado momento do *axé* do pai *Oxalá*, estende-se o *Alá*, no "salão"; sob este pano branco, as pessoas dão uma volta na "roda" (de dança) para obter as bênçãos do *Orixá*. Terminado o *axé* de *Oxalá*, realiza-se uma obrigação, na qual os *Orixás Ogum* e *Iansã* simulam uma bebedeira e o combate de espada entre si, para lembrar a "passagem" em que *Iansã*, legítima esposa de *Ogum*, embebeda o *Orixá* para fugir com *Xangô*. Terminada a "festa", há distribuição dos "mercados", as comidas rituais preparadas para os *Orixás*; neste é obrigado ter peixe junto com outras iguarias como: acarajé, frutas, pipoca, polenta, dentre outros alimentos. Estes alimentos são acondicionados em bandejas descartáveis e enrolados em papel de embrulho, para que as pessoas levem para suas casas a energia dos *Orixás*, contidas nas "comidas". (XANGÔ SOL, 2007).

A festa realizada pelo Batuque necessita de conhecimento e iniciação nos rituais africanos, pois é composta por várias etapas que envolvem orações, cantos, danças, culinária para oferendas e sacrifícios de animais. São realizadas nas casas de religião e reúnem desde pessoas que participam efetivamente da religião, como simpatizantes que procuram esses rituais para obter um "passe", ou seja, receber as energias positivas dos médiuns.

Além das festas, o Batuque compõem-se de outras crenças materializadas nas simpatias, nos *axés* e nos chás e, são formas bem populares de cultivar os rituais afrodescendentes, pois basta ter a "receita" e, sobretudo fé. Pode-se destacar os "banhos de descarrego", feitos com ervas específicas para cada ocasião, dependendo do objetivo a ser atingido. Em geral, são misturados vários elementos, como ervas, mel, rosas, perfume e até sal grosso, em caso de necessidade de limpeza corporal em relação aos maus fluídos.

Existem, também, as defumações, que podem ser feitas com ervas queimadas em brasa, ou mesmo, industrializadas, em forma de tabletes, para acender. Esse ritual consiste em recitar algumas rezas e defumar o ambiente que se deseja "limpar" com a mistura de ervas. Existem vários tipos de defumação, dentre as quais destaca-se as que objetivam descarregar a casa, o corpo, atrair bons fluídos, abrir os caminhos, para o amor, contra o "olho grande", para dinheiro, sucesso, prosperidade, dentre outras. Destaca-se que, esse método de purificação é bastante antigo e praticado por vários povos da antiguidade, principalmente, entre os egípcios, que se utilizavam dos incensos nos templos dos faraós.

As simpatias constituem outra forma de se obter uma graça através de um ritual que procura atrair algo desejado, em geral, a cura para uma doença e sucesso em algum empreendimento, seja negócios ou relacionamentos. Além das simpatias, existem inúmeros tipos de chás, para diversos fins, que tem seu poder curativo efetivado através da infusão de ervas específicas, como chá para o estômago, dor de cabeça, cólica, diabetes, dentre outros.

A religiosidade de origem africana é um dos códigos que mais se sobressaem na sua cultura de modo geral, pois se associa a outros códigos culturais e representam as crenças e os valores das etnia representadas pelos afrodescendentes no Rio Grande do Sul. Atualmente, observa-se a valorização da cultura negra, através da dança, com a capoeira, da música, da gastronomia e, também, da moda, materializada em trajes que incluem uma espécie de bata e do estilo dos cabelos, denominados “afro”.

Os séculos de escravidão não destruíram a cultura africana no Brasil, que se manteve mediante algumas transformações, assim como outras etnias que vieram compor o País. A popularização dos códigos e o resgate dos aspetos importantes do ponto de vista histórico-cultural têm valorizado o surgimento de movimentos e grupos ligados ao movimento “afro”, estimulando a expressividade dos laços culturais dessa cultura.

Embora ainda se observe resquícios de preconceito, que se diga, não são direcionados apenas ao negro, mas aplicam-se a diversos casos, as culturas em geral tem experimentado uma fase de expansão no que se refere ao reconhecimento das suas características e, da participação da sua unidade em uma diversidade maior, composta por vários grupos sociais com culturas diferenciadas.

5.1.2 As ilhas culturais açorianas

Identificadas as ilhas culturais africanas, pontuadas através dos quilombos, ressalta-se, também, a presença dos açorianos⁵⁷, que apresentam certas particularidades em relação aos costumes portugueses. Com objetivo de colonizar o sul do Brasil, em meados do século XVII, os açorianos vieram para o Rio Grande do Sul na primeira tentativa de colonização realizada em território gaúcho e, originaram municípios importantes do ponto de vista cultural.

Embora a tentativa de colonização com açorianos tenha fracassado no Estado, há resquícios da sua presença através da materialização de alguns códigos culturais essenciais para a sua cultura e, responsáveis pelos processos de identificação que permeiam um grupo social. De acordo com Assis Brasil (2007)

Ainda hoje, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, há sinais evidentes da presença açoriana, não só na arquitetura, mas também nos usos, costumes e tradições, como as "Reisadas" e as "Festas do Espírito Santo", à boa maneira daquelas ilhas. A cidade de Porto Alegre-RS é um exemplo dos bons resultados da colonização açoriana. O local onde se encontra Porto Alegre era constituído por terras de sesmaria obtidas pelo imigrante madeirense Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos em 1740. Denominou-se inicialmente Porto Dornelles. Através da solicitação do governo do atual estado do Rio Grande do Sul, os portugueses resolveram firmar seu domínio naquele estado enviando levas de colonizadores açorianos que lá desembarcaram em fins de janeiro de 1752. Foram 60 casais, com mais de 300 pessoas, que vieram juntar-se aos povoadores iniciais e transformaram o local uma cidade que foi chamada oficialmente de Porto de São Francisco dos Casais em homenagem a esses imigrantes.

Embora Porto Alegre tenha se desenvolvido até se tornar um grande centro urbano, onde a cultura dos seus habitantes já não pode mais ser identificada, devido aos fluxos populacionais que nessa se instalaram, os açorianos ainda são lembrados como o povo que efetivou formação e o desenvolvimento da Capital dos gaúchos.

Além de Porto Alegre, os açorianos foram responsáveis pela formação de outros municípios como Arambaré, Barra do Ribeiro, Boqueirão do Leão, Paverama, Piratini, Rio Pardo, São José do Norte, Taquari, Tavares e Viamão. (FEE, 1985). No

⁵⁷ Os açorianos provém das nove ilhas vulcânicas situadas no Atlântico e, povoadas por refugiados de Portugal durante o século XV. O Arquipélago tem esse nome devido a uma águia marinha, hoje quase extinta, chamada Açor. É um arquipélago formado pelas ilhas: São Miguel, Flores, Curvo, Faial, Pico, São Jorge, Terceira, Graciosa e Santa Maria. (GEOCITIES, 2007).

entanto, salienta-se a inserção de outras etnias na composição de alguns desses municípios formados por açorianos, como a presença significativa de alemães em Taquari, tornando-o componente da região cultural 2.

Os açorianos realizavam festividades e manifestavam suas tradições, valorizando os costumes e as técnicas fundamentais na materialização da sua cultura no espaço. Assim como os demais povos que compõem o Rio Grande do Sul, os açorianos tiveram que se adaptar a nova realidade em solo gaúcho, acarretando algumas mudanças na gastronomia, principalmente, com a progressiva substituição do trigo, da cevada e da carne por produtos abundantes nos locais onde se instalaram. Houve a substituição da farinha de trigo pela mandioca, já utilizada pelos povos que habitavam o Estado.

Outro código cultural que se destaca na cultura açoriana é a religiosidade. O culto ao Divino Espírito Santo, geralmente realizado 50 dias após a Páscoa, foi trazido juntamente com os imigrantes, porém sofreu algumas transformações, a medida que, sendo considerado profano nos Açores, em território brasileiro, esteve associado a igreja. (FARIAS, 1998).

Também fazem partes das crenças açorianas a benzeduras e as orações. As benzeduras têm como objetivo curar doenças ou males e, são consideradas mais eficazes do que os remédios em alguns casos. O alvo dessa prática centra-se em cobreiros, quebrante, mau-olhado, dentre outros. E, as orações destinam-se a questões como casamento, felicidade, sono ou mesmo abrandar algum mal. (SANTOS, 1997). De modo geral, essas práticas revelam a fé do grupo social em alguns rituais praticados desde a antiguidade e, repassados de geração em geração pelos imigrantes aos seus descendentes.

As crendices populares compõem outro aspecto da cultura açoriana e, em geral, ditam normas e condutas sociais. Na tradição açoriana, acredita-se, por exemplo, no poder do mau-olhado, que pode levar a perda de vivacidade, sonolência, quebranto e até a lacrimejar os olhos. Também fazem parte das crenças dessa etnia a proibição de brincar com a própria sombra, pois trará doenças, assim como contar estrelas, faz nascer verrugas. Não se deve ter em casa búzios, caramujos ou miniaturas de barcos, pois pode atrair males. Também, tem-se como símbolo de mau agouro as borboletas pretas, os morcegos e as cobras. Sendo que, o gato é uma animal repleto de superstição, pois matá-lo representa sete anos de azar e, quem pisar no seu rabo não casa. (SANTOS, 1997).

Outro aspecto que faz parte do folclore açoriano consiste na crença em bruxas, que lançam "mau-olhado", enfermidades e malvadeza através de suas bruxarias. Transformam-se em mariposas para entrar nas casas pelo buraco da fechadura a fim de sugar o sangue de crianças, preferencialmente àquelas que ainda não foram batizadas. Geralmente identificam-se as bruxas como sendo mulheres magras, feias e antipáticas e aquelas que cumprimentam com a mão canhota. Se em uma família nascem sete mulheres, sem que haja um homem permeando, a última ou a primeira será bruxa. Para que isso não aconteça, a mais velha deve batizar a mais nova, dando-lhe o nome de Benta. Para espantar ou desencantar uma bruxa, podem ser usadas tesouras abertas, ceroulas amarradas, alho, rezas e benzeduras. (SANTOS, 1997).

Uma das principais características da cultura açoriana é a farra do boi, manifestação cultural que remonta ao final do século XII e início do século XIII, nos rituais da Semana Santa, onde os bois eram sacrificados em substituição ao bode expiatório. A "farra", foi incorporada ao rito por influência das touradas, populares na época. Trazida durante o período de colonização pelos açorianos, resiste principalmente nas regiões litorâneas de Santa Catarina e, recebe outras denominações como "brincadeira do boi bravo", "boi do campo", "boi na vara", entre outros. Constitui-se em um dos elementos representativos da identidade cultural das comunidades de origem açoriana. A farra do boi é realizada atualmente nos dias que antecedem a Páscoa, ocorrendo também em algumas localidades na época de Natal e Dia Santo. Nessas ocasiões, grupos de famílias ou comunidades compram um boi escolhido, com características específicas (bravo, arisco e corredor), e antes de ser abatido, é solto nos pastos provocando correrias generalizadas, o que caracteriza a farra ou brincadeira. (SANTOS, 1997).

A farra do boi gera controvérsias quanto a sua realização, pois considera-se a crueldade em relação ao animal, caracterizando maus tratos. Para os descendentes de açorianos trata-se de uma tradição, mas para quem não partilha os mesmos códigos culturais, a opinião é diferente, considerando-se a "brincadeira" como crueldade.

Dentre os códigos culturais de origem açoriana, destaca-se a gastronomia, repleta de pratos a base de peixe, uma vez que, na sua terra de origem, constituía-se em um dos principais alimentos, juntamente com frutos do mar. À mesa açoriana agregaram-se, já nos primórdios da colonização, os elementos do complexo da

mandioca. Além da farinha, o cuscuz, o beiju, a própria mandioca assada, frita ou cozida, herdados da tradição Carijó. Mas a mesa do ilhéu não se fez apenas de mandioca e frutos-do-mar. A localização nas terras gaúchas proporcionou relações culturais de razoável intensidade, por exemplo, com as áreas gaúchas de pastoreio, resultando na grande difusão do consumo de produtos como o charque e a lingüiça. Pelo menos dois outros traços são bastante distintivos da culinária ilhoa: um, é a utilização de grande quantidade de temperos verdes (cebolinha, salsa, orégano, a indispensável alfavaca) e de fortes doses de vinagre; outro, e a mistura do salgado com o doce, comum no feijão temperado com bananas, no mamão ensopado, no aipim com melado. (SANTOS, 1997).

A Cerâmica de origem açoriana apresenta duas finalidades, podendo ser utilitária, com artefatos como jarros, panelas, louças e canecas e decorativa, através da fabricação de objetos como cinzeiro e vasos, dentre outros. Os trançados de vime, raiz de imbé, palha, taquara e bambu constituem-se em uma arte vinculada à produção da vida material centrada na pesca e na agricultura. Desse modo, destacam-se os trançados, caracterizados por serem trabalhos caseiros, sem produção comercial, cuja venda é realizada a turistas, casas comerciais que ficam na beira das estradas e em lojas de mercados públicos. Também tem destaque os objetos de madeira, oriundo de várias semi-indústrias que se dedicam ao comércio de quadros e bandeiras com borboletas, cuja produção possui grande variedade de artigos. (SANTOS, 1997).

A renda de bilro, surgida no século XVI na Itália, sob a dominação de "*Punto in aere*" (ponto do ar), é tradicional no artesanato açoriano. Como tecelãs e fiandeiras, as mulheres utilizavam cipós e fibras vegetais na arte de cestaria do entrançado, da construção de redes, até que se desenvolvessem as artes de costura, bordado e renda, com a invenção de agulha de coser e dos fusos. Com a evolução do bordado, a renda de bilro ou almofada, trabalha com pontos no ar, sem tecido preexistente. São fios presos por uma extremidade a uma das pontas do bilro e outra fincada por alfinetes, num cartão (pique) em cima de uma almofada. (SANTOS, 1997).

Nos últimos anos, vêm-se colocando em risco a sobrevivência da cultura de base açoriana no litoral catarinense. Entretanto, muitos grupos lutam para preservar esses valores culturais que sobreviveram por muitos séculos.

A arquitetura também exprime o sentir da coletividade açoriana. As primeiras casas dos Açores eram do tipo defensivo, escondidas na paisagem, construídas de pedra solta, com cobertura de palha e de colmo. De pedra solta, também foram construídos os muros das propriedades que protegiam dos ventos as suas plantações. O açoriano valeu-se das grandes quantidades de pedras vulcânicas para suprir suas necessidades. (SANTOS, 1997).

Outro código cultural que se destaca na cultura açoriana é arquitetura típica, com casas constituídas por um só piso e divididas em três compartimentos, sendo que ao centro situava-se o chamado “meio-da-casa”, uma espécie de quarto de entrada, ao lado havia o quarto da cama e, do lado oposto, a cozinha, com um recanto onde se situava a lareira e o forno. Uma das características das construções centra-se na escolha dos materiais que a compõe a casa, tornando-a bem sólida. A pintura feita com cal confere uma cor excessivamente branca e acentua os relevos do basalto, contrastando com a cor dos telhados e das madeiras que podiam ser vistas do exterior ou no interior. Nas casas do Brasil, as divisórias eram separadas por paredes de pau-a-pique e as portas de entrada eram feitas de uma única tábuia, bastante sólida. (SANTOS, 1997).

Tanto no Brasil como nos Açores, o problema da orientação do prédio era comum. Quase todos que construíam uma casa, procuravam fazê-la de frente para a estrada. Contudo, é possível encontrar alguns prédios cujas laterais ou fundos estão direcionadas para a estrada. Tal fato deve-se a uma crença açoriana em que os raios de sol nascente devem incidir na frente das suas casas para que haja felicidade e bens. (SANTOS, 1997).

A inserção de açorianos no extremo sul do Brasil pressupõe a seqüência dos fluxos portugueses que povoaram o Estado, no entanto, destaca-se que, mesmo tendo sido povoada por portugueses, a ilha dos Açores apresenta algumas particularidades quanto aos códigos culturais desenvolvidos pelos seus habitantes, principalmente, em virtude das condições físico-naturais e do modo de vida desenvolvido na condição de ilhéus.

As diferenciações entre os portugueses do continente e os portugueses dos Açores evidenciam-se, à medida que se estabelece comparações entre os hábitos alimentares, pois o açoriano tem no peixe um dos seus principais ingredientes e nas construções típicas, pois as casa açorianas podem ser consideradas mais rústicas,

enquanto as casas construídas pelos portugueses do continente, seguem o estilo colonial português.

Ao se referir ao português, oriundo do continente ou açoriano, procurou-se estabelecer as suas distinções quanto a alguns costumes, mas destaca-se que, ambos têm na etnia portuguesa a sua matriz cultural, porém, manifestando algumas particularidades quanto ao seu modo de vida, em função do contexto socioeconômico e natural que compõe suas realidades.

Pode-se dizer também que, a manifestação da cultura açoriana no Rio Grande do Sul foi mais expressiva no momento da sua inserção, pois puderam manifestar seus códigos e materializá-los no espaço gaúcho, fundando municípios importantes para a história do Estado. Entretanto, os municípios que receberam os imigrantes açorianos, tiveram a inserção de outros fluxos étnicos no decorrer de sua evolução socioespacial, tornando a paisagem diversificada culturalmente.

A manifestação da cultura açoriana na paisagem tornou-se bem mais significativa em Santa Catarina, devido aos maiores contingentes populacionais oriundos dos Açores que se direcionaram para esse estado. Mas, no Estado gaúcho, considera-se a relevância da contribuição dos imigrantes oriundos dos Açores para a organização do espaço gaúcho, mesmo que o processo imigratório iniciado com essa etnia tenha fracassado. Os açorianos que permaneceram no Rio Grande do Sul, em geral se incorporaram a atividade pecuarista, na qual já estavam inseridos os patrícios portugueses e, do mesmo modo, proporcionaram o desenvolvimento de uma atividade econômica que se tornou característica do Estado, considerada um dos ícones da sua identidade cultural.

5.2 Região Cultural 2: os alemães

O processo migratório Europa-Brasil possibilitou a inserção de grandes contingentes populacionais no Rio Grande do Sul, originando a região cultural 2, individualizada pela etnia alemã. A formação dessa região teve início em 1824, com a fundação da Colônia de São Leopoldo, nas proximidades de Porto Alegre e, balizou a inserção de etnias distintas que se tornariam a “marca” da cultura gaúcha.

A região cultural 2 é formada por descendentes de alemães, os teuto-brasileiros, que receberam como herança a terra e os padrões culturais, mantendo a relação homem-meio que tornou essa porção do território gaúcho tipicamente “germânica”.

A conjuntura de fatores que permearam a inserção alemã nos primórdios do processo de colonização fez com que, tanto as colônias oficiais, de iniciativa governamental, quanto as particulares, se situassem em locais pré-determinados e, nem sempre próximos uns dos outros. Tal situação configurou uma região alemã descontínua no espaço, ou seja, está separada por municípios que tem outra etnia como principal organizadora do seu espaço.

Os fluxos humanos que povoaram o Estado, no que concerne a colonização alemã não tiveram a opção de escolher a área que iriam habitar e desenvolver a agricultura, uma vez que a localização das colônias já estava definida no momento da sua chegada. Como a intenção do Governo estava centrada na ocupação dos “vazios” demográficos e na implantação da atividade agrícola, não houve a preocupação em manter as colônias unidas no espaço. Com isso, fundaram-se vários núcleos coloniais, como São Leopoldo, Mundo Novo, Santa Cruz e Santo Ângelo (atual Agudo).

De modo geral, a colonização alemã constitui vários recortes espaciais compostos por municípios que se formaram através da expansão do núcleo inicial e, caracterizam os fluxos demográficos da cultura no espaço. Desse modo, formaram-se vários núcleos coloniais, contínuos no espaço e habitados por um grupo social com cultura específica. Tal situação possibilitou a formação de uma região de descendência alemã no Rio Grande do Sul, mesmo que individualizada em porções distintas.

A cultura como mediadora das relações sociedade-natureza transforma o espaço, tornando-o característico, através de formas típicas que denunciam a origem cultural de quem às moldou. A materialização dos códigos culturais orienta-se mediante preferências coletivas, ou seja, via costumes, tornando a paisagem um “retrato” das crenças e valores culturais.

Os alemães que vieram colonizar o Estado trouxeram consigo a “bagagem” cultural da sua terra natal, como uma herança que guiou suas atitudes em relação ao meio em que estavam inseridos e a sociedade que se reconstruía em solo gaúcho. A emigração da Alemanha representou a perda do vínculo territorial, mas não dos costumes. Óbvio que, a ruptura da relação que mantinham com seu espaço de origem fez com que alguns hábitos se reorganizassem para se adequar a nova realidade vivida, principalmente, no que concerne as atividades cotidianas.

A transposição da cultura no espaço significou, para os alemães, a possibilidade de melhoria das condições de vida e de reconstrução sócio-cultural. Mais do que simples colônias de assentamento rural, esses núcleos populacionais resgataram as práticas culturais, a permanência dos códigos e sua projeção no futuro. A perspectiva de desenvolvimento associada ao trabalho realizado permitiu a construção de porções do espaço com características singulares, que proporcionaram a formação de uma região cultural tipicamente alemã no centro e leste do Rio Grande do Sul.

A localização da região cultural 2 obedece as diretrizes de ocupação do espaço riograndense pela colonização. Num primeiro momento, na Depressão Periférica da Bacia do Paraná, na porção centro-leste, próxima a Capital. Posteriormente, a colonização avançou até os contrafortes da Serra, mas sem ultrapassar as maiores altitudes, com exceção de Mundo Novo, que abrange de Taquara a Gramado e Canela, e Nova Petrópolis, ambas situadas na Serra gaúcha.

Atualmente, a região cultural 2 situa-se no centro-leste do Rio Grande do Sul, em áreas da Depressão Periférica da Bacia do Paraná, tendo se expandido na direção nordeste, mas sem ultrapassar as maiores altitudes do Rebordo e do Planalto da Bacia do Paraná. Essa região cultural é composta por 130 municípios, de acordo com a origem e a descendência alemã dos seus habitantes. (Quadro 16). (Figura 9).

Região Cultural	Origem étnica	Municípios
Região Cultural	Alemã	<p>Agudo, Alto Feliz, Araricá, Arroio do Meio, Arroio do Tigre, Barão, Barros Cassal, Bom Princípio, Bom Retiro do Sul, Brochier, Campo Bom, Candelária, Canela, Canudos do Vale, Capitão, Cerro Largo, Cerro Branco, Chapada, Coqueiro Baixo, Cerro Branco, Colinas, Constantina, Crissiumal, Cristal, Cruzeiro do Sul, Dois Irmãos, Dom Pedro de Alcântara, Ernestina, Estância Velha, Espumoso, Estrela Velha, Estrela, Feliz, Fazenda Vila Nova, Forquetinha, Gramado, Harmonia, Herveiras, Igrejinha, Imigrante, Ivoti, Lagoa Bonita do Sul, Lagoa Bonita do Sul, , Lagoão, Lagoa dos Três Cantos, Lajeado, Lindolfo Collor, Linha Nova, Maratá, Marques de Souza, Mato Leitão, Montenegro, Morrinhos do Sul, Morro Redondo, Morro Reuter, Nova Boa Vista, Nova Candelária, Nova Hartz, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Novo Machado, Passa Sete, Passo do Sobrado, Paverama, Panambi, Paraíso do Sul, Pareci Novo, Parobé, Paulo Bento, Pedro Osório, Picada Café, Pinheirinhos do Vale, Poço das Antas, Presidente Lucena, Pouso Novo, Quinze de Novembro, Rio Pardo, Roca Sales, Rolante, Saldanha Marinho, Salvador das Missões, Santa Bárbara do Sul, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, Salvador do Sul, Santa Maria do Herval, Santo Ângelo, Santo Antonio da Patrulha, Santo Cristo, Segredo, São Francisco de Paula, São José do Hortêncio, São José do Inhacorá, São José do Sul, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Martinho, São Paulo das Missões, São José do Butiá, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Sapiranga, Selbach, Sinimbu, Sobradinho, Soledade, Taquara, Taquari, Terra de Areia, Teutônia, Torres, Travesseiro, Três Cachoeiras, Três Coroas, Três Forquilhas, Três Passos, Tunas, Tupandi, Vale do Sol, Vale Real, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz, Victor Graeff, Westfália.</p>

Quadro 16: Região cultural 2- alemães..

Fonte: FEE (1981), IBGE (2007), Trabalho de campo (2006-2007).

Org.: BRUM NETO, H.

Região Cultural 2

Alemã

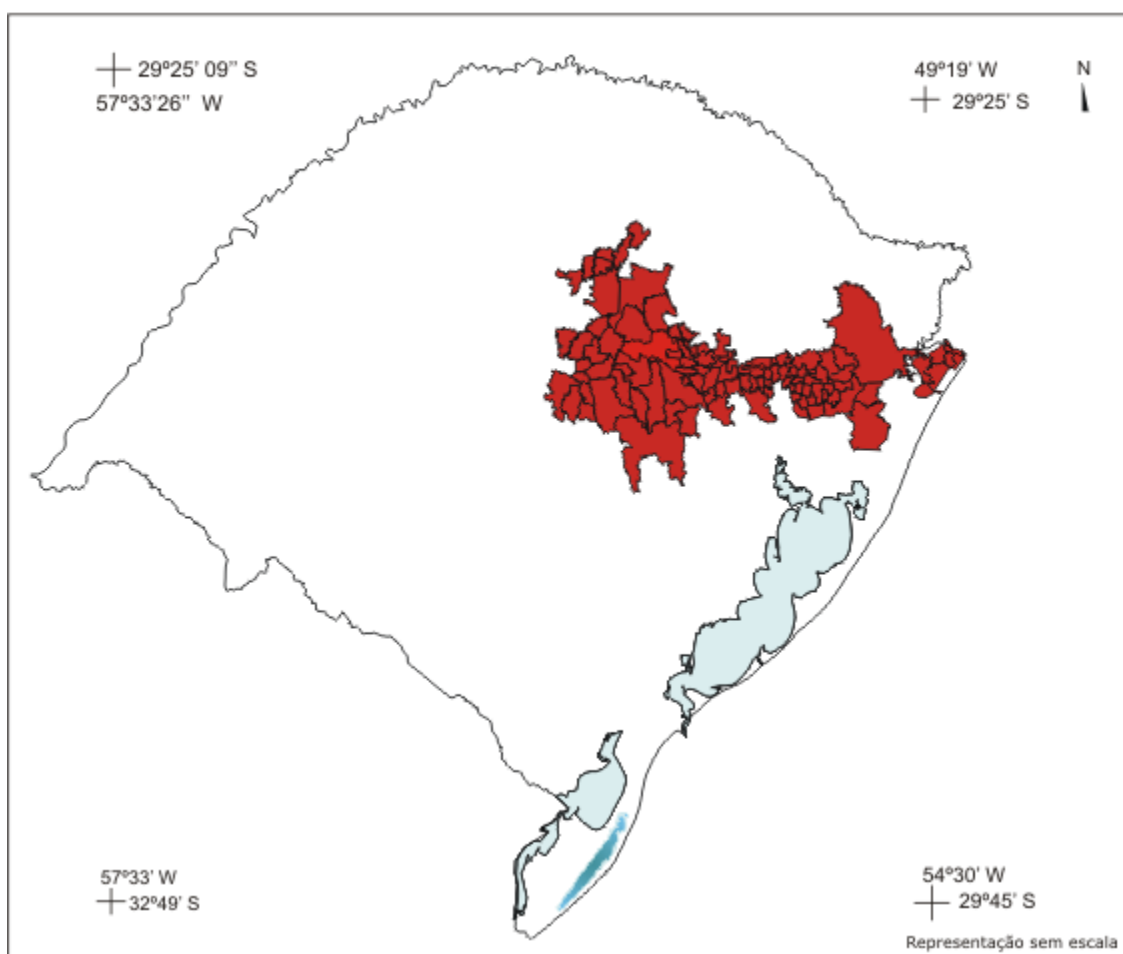


Figura 9: Região cultural 2- a presença alemã no RS.

Fonte: FEE, 1997.

Org.: BRUM NETO, H.; GIORDANI, A. C., 2007.

A organização do espaço pelos alemães materializou características marcantes na região cultural 2, visíveis na paisagem através das formas moldadas pelas suas crenças e valores. Considerando-se os códigos culturais dessa etnia, a casa em estilo enxaimel⁵⁸ tornou-se um dos principais ícones da paisagem e, podem ser encontradas com facilidade nessa porção do território gaúcho.

⁵⁸ O enxaimel é uma **técnica** construtiva, mas, usualmente, no senso comum se denomina de estilo. A estrutura de madeira é montada com encaixes, sem o uso de parafusos, sendo que, a estrutura é totalmente independente do preenchimento dos vãos. A disponibilidade de material no RS, fez com que se utilizassem pedras encaixadas, barro socado com galhos e pedras, e tijolos nas fases mais recentes. Ressalta-se a diferenciação no enxaimel dependendo da região de origem dos imigrantes. (FURUYA, 2007).

O *Fachwerk* é mais do que um estilo, uma técnica construtiva na qual a madeira assume função estrutural, sendo a alvenaria empregada apenas para o fechamento dos vãos, sem função estrutural. Esta técnica foi introduzida no Sul do Brasil pelos imigrantes alemães que vieram colonizar Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e o Paraná no século XIX. A madeira empregada nas construções em enxaimel mais antigas é falquejada (cortada a machado) e não serrada, e a junção das peças se dá através de pinos de madeira e encaixes, sem que sejam utilizados pregos metálicos. (FURUYA et al, 2007).

A técnica enxaimel é uma característica da cultura alemã materializada no Estado, distinta de todas as construções realizadas em território gaúcho até a chegada dos imigrantes. Representa a diferenciação das técnicas desenvolvidas pelas distintas culturas, bem como a transposição da cultura e, sua materialização no espaço. Os locais tornam-se singulares e representativos através da simbologia que remete a códigos culturais específicos de determinada etnia, responsáveis pela sua identificação.

As casas em enxaimel são construções antigas que remontam ao passado, na época da colonização, com pé direito mais alto, assim como a casa portuguesa. O telhado mais inclinado para não acumular neve foi substituído por uma inclinação menor, já que tal evento não é comum no Estado. Dentre outras, essa se constituiu em uma das transformações nos códigos culturais originais dos alemães em solo gaúcho.

Mas, o aspecto externo das paredes permaneceu tornando as construções verdadeiras “marcas” da arquitetura típica alemã no Estado. Deve-se ater ao fato de que, nem sempre, o aspecto externo define o estilo, pois é a técnica de construção que define o “estilo” enxaimel. Salienta-se, também, que no entorno da casa alemã, em geral, é cultivado um jardim, com diversas flores, que proporciona um agradável aspecto externo a residência.

A capacidade inerente de adaptação do homem fez com que a técnica originalmente criada se transformasse em alguns aspectos para melhorar a sua utilização. As fundações anteriormente de madeira foram substituídas pela pedra e, posteriormente, pelo tijolo. Os exemplares mais antigos demonstram a estrutura travejada, com encaixes e, no lugar de pregos de metal, usa-se pregos maiores de madeira. As paredes de vedação com tijolos de argila ficam aparentes. Construções com mais de três pavimentos são praticamente inexistentes. (FURUYA et al, 2007).

As aberturas são compostas por duas folhas de madeira, sendo que, as mais recentes com esquadrias de vidro, também com duas folhas. A pintura pode ser encontrada em cores como vermelho nos caixilhos e verde nos panos maiores, sendo às vezes inteiramente brancos. Em alguns casos, encontram-se pinturas externas de guirlandas de pequenas flores nas folhas maiores. (FURUYA et al, 2007).

Considerando as casas rurais, ocorre a divisão em dois ambientes, às vezes três, onde as duas peças da frente são para sala e quarto, a do fundo, ao longo do eixo horizontal, para cozinha. As casas com quatro ambientes também são comuns e, além destes padrões não se encontram muitos outros. As casas comerciais reservam o plano da frente para o comércio e o dos fundos para moradia, são comumente maiores e se desenvolvem no sentido paralelo a rua. Não é comum, mas encontram-se exemplares com o sótão sobrelevado com meio pé direito para maior aproveitamento. Não servem para moradia, mas para depósito de cereais. Em função da isolação alguns abrem lucarnas, mas não é largamente usado. Na área rural dos municípios encontram-se varandas em toda extensão frontal da casa, com parapeito vazado de tijolos e pilares redondos também com tijolos. (FURUYA et al, 2007).

Considerando a casa alemã, ressalta-se uma das suas tradições, denominada de *Hausbau und Richtfest*, a festa da construção da casa e a festa da cumeeira. A construção da casa envolvia uma espécie de ritual, com tradições que deveriam ser seguidas e demonstra a união do grupo social em torno de um objetivo comum.

Como era de costume, na vila, todos participavam da construção da casa, desde as crianças até os mais velhos. Por tradição a pedra fundamental era colocada pelo dono da casa, que a trazia para o lugar da construção como também o primeiro prego. Quando a construção chegava à cumeeira, acontecia a festa de agradecimento a todos os que ajudaram na edificação da casa. No topo da construção era colocada uma pequena árvore enfeitada por fitas ou uma coroa. (*Richtkranz*). A comida servida durante a festa, dependendo do poder aquisitivo do proprietário, já iniciava com o café da manhã, com pão caseiro, manteiga e algumas marmeladas, a *Schmier*. Ao meio dia era servido o almoço com carne, feijão e arroz seguido por uma sobremesa a base de doce com ovos. E, a tarde era servido um café com cuca, para as crianças cuca e bolachas. Considerando as famílias de

poucas posses, a refeição era uma sopa de ervilhas ou outros pratos feitos num panelão. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

No primeiro domingo após a conclusão da construção da casa, os vizinhos e parentes se faziam presentes para saborear o café da tarde. A entrada festiva era precedida pela cerimônia de boas vindas, caracterizado pela coroa colocada na entrada da porta e pelo plantio de uma árvore de nozes, que segundo a tradição protege a casa contra os raios. Os vizinhos ou amigos faziam um pão que passava pela entrada da casa, acompanhado pelo sal, para proteger a casa contra a fome e de uma boa relação com a futura vizinhança. O Richtfest ou a festa da cumeeira representa uma pedra solidificante para a família e suas futuras gerações. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

Destaca-se que, embora as tradições tenham se modificado em alguns aspectos, principalmente no que se refere a festa da cumeeira, atualmente, a mão-de-obra para a construção da casa, foi substituída por pedreiros outros códigos culturais tem sido valorizados e resgatados pelos descendentes alemães. Tal situação se confirma através da tentativa de conservação a “memória” cultural atrelada à colonização, ou seja, tem se preservado os casarões mais antigos e as “heranças materiais” deixadas pelos antepassados. Através de memoriais e mesmo pelo resgate de peças antigas dos imigrantes, como porcelanas, móveis, e demais objetos que faziam parte do cotidiano colonial alemão no Estado.

São inúmeros museus e centros culturais que visam resgatar e preservar as memórias dos pioneiros alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul para se tornarem colonos, conforme a legislação exigia, mas que, sobretudo, foram os “arquitetos” da construção da região cultural 2 no extremo sul do Brasil.

A preservação da memória cultural serve como ensinamento para lembrar as gerações atuais da necessidade do trabalho árduo que esse colonizadores tiveram que passar para alcançar esse nível de desenvolvimento. Os pioneiros tiveram que transformar o lote onde abundava a mata em propriedade agrícola, que forneceria o sustento para a família e a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico. A superação das adversidades ao longo do tempo fez com que o colono valorizasse a produção e a terra, como afirma Roche (1969), os alemães são ótimos fabricantes de terra.

Da agricultura colonial aos padrões atuais, pautados em técnicas modernas objetivando o lucro, o espaço produtivo da região colonial 2 passou por algumas

transformações quanto a produção e a produtividade. Inicialmente, a agricultura colonial alemã, assim como das colônias em geral, seja italiana ou mista, era bastante diversificada. A plantação servia para a subsistência e para comercialização. No entanto, um dos produtos cultivados desde o início do processo colonizador pelos imigrantes alemães, o fumo, tornou-se, altamente lucrativo e, por conseqüência, sua produção foi modernizada e controlada pelas indústrias fumageiras que se instalaram na região cultural 2.

Desse modo, a organização do espaço produtivo dessa região cultural deve-se ao passado colonizador, no qual os imigrantes já delimitaram as diretrizes da agricultura voltada para a cultura do fumo e, posteriormente, dos curtumes que originaram a tradição coureiro-calçadista de algumas porções dessa região cultural.

A alta rentabilidade do fumo facilitou sua expansão pelos núcleos coloniais alemães, constituindo seu principal produto agrícola. Foi cultivado desde o início do processo migratório e, tem no município de Santa Cruz do Sul o pólo fumageiro do Estado, que reúne diversas indústrias para beneficiar o produto.

Dos produtos agrícolas cultivados no Rio Grande do Sul o fumo constitui-se em um dos mais rentáveis economicamente, sendo altamente compensador, pois caracteriza-se por ser um produto que oferece emprego nas atividades produtivas, gerando renda e tributos aos municípios. O fumo também traz benefícios indiretos, através da criação de uma rede complexa de transporte, armazenagem, comércio e serviços em geral.

O cultivo é basicamente realizado em pequenas propriedades, com mão-de-obra familiar, uma herança histórico-cultural dos imigrantes alemães, que assim como os italianos desenvolveram a agricultura colonial em unidades familiares, contrapondo os latifúndios pastoris da região cultural 1.

A paisagem típica rural das propriedades que cultivam o fumo é composta pela casa em estilo colonial alemão, construída nas proximidades da lavoura. Utilizam-se, também, da estufa para a secagem do produto, além da presença da horta, essencial para a subsistência, além de proporcionar retorno econômico com a venda do excedente em feiras locais. Salienta-se que a produção de fumo assumiu caráter empresarial, mesmo sendo realizada em pequenas propriedades, na medida em que o modo produtivo do fumo parte de um acordo assinado com as fumageiras, que lhes fornece insumos, escolhe o tipo de produto que deseja e, acima de tudo, oferece a garantia da compra da produção. Ressalta-se, portanto, o fato da cultura

do fumo no Estado gaúcho estar localizada, na maior parte, no entorno das indústrias de beneficiamento. (BRUM, 2005).

Desta forma, observa-se o papel exercido pelo capital nos sistemas de cultivo da produção primária gaúcha, materializado-se nas lavouras de fumo, que são responsáveis pela organização do espaço rural de um grande número de unidades territoriais do Rio Grande do Sul. Tal afirmação se justifica na subordinação da atividade fumageira aos interesses privados das indústrias de beneficiamento do fumo, que garantem a modernização dos moldes produtivos, em virtude do fornecimento de modernas técnicas de produção. (BEZZI et al, 2006).

A agricultura alemã desenvolvida nas proximidades de Santa Cruz do Sul caracteriza-se pela produção do fumo, mas em outras porções da região cultural 2, produtos como o milho, a mandioca e a batata-inglesa salientam-se na agricultura colonial, com destaque para a porção nordeste dessa região. A batata e o milho caracterizam-se como produtos típicos das colônias, tanto alemãs quanto italianas.

A culinária típica alemã utiliza-se da batata-inglesa em vários pratos típicos e, como salienta Roche (1969), esse produto foi tão importante para os alemães no Estado gaúcho que lhes valeu o apelido de “alemão batata”. A gastronomia alemã é composta por pratos como o *Apfelkuchen*⁵⁹, *Paprika Schnitzel*⁶⁰, *Stollen*⁶¹, *Kuchen*⁶², *Schwarzwaldler Kirschtorte*⁶³, *Schweinebraten Pflaumen Apfel*⁶⁴. (BRASIL ALEMANHA, 2007).

Também fazem parte da gastronomia a *Streusselkuchen* (cuca), a *Wurst* (Lingüiça), o *Schweinebraten* (assado de porco), *Meldoss* (doce da farinha de trigo), *Stergdoss* (doce de polvilho), e bebidas, para as crianças a “gasosa” e a conhecida *Spritzbier* (cerveja caseira) para os adultos. É importante destacar que a gastronomia típica alemã foram incorporadas alternativas locais e regionais para essa culinária. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO).

A culinária típica alemã engloba grande variedade de pratos salgados, com bastante tempero e, sobretudo doces, com ênfase para as tortas. Além da cerveja e

⁵⁹ *Apfelkuchen* é uma espécie de torta com recheio de maçã com raspas de laranja.

⁶⁰ *Páprica Schnitzel* é o bife coberto com cebola e molho feito com creme de leite, temperado com páprica.

⁶¹ *Stollen* é um pão com nozes, uva passa e frutas cristalizadas.

⁶² *Kuchen* é um pão recheado com geléia de laranja, polvilhado com canela e açúcar.

⁶³ *Schwarzwaldler Kirschtorte* é um bolo, com cobertura feita a base de creme de leite com açúcar e baunilha, polvilhado com chocolate meio amargo e cerejas.

⁶⁴ *Schweinebraten Pflaumen Apfel* é um lombo de porco recheado com ameixas e maçãs, com cobertura a base de creme de leite.

do vinho para acompanhamento. É comum servir carne com queijos, ovos e presunto no café da manhã, fazendo com que a primeira refeição do dia seja bastante reforçada. Sendo que o presunto e o queijo, geralmente, são de fabricação caseira, juntamente, com lingüiça colonial, que se diferencia do salame italiano, por ser “mais crua”. Pois o salame italiano é defumado e costuma ficar secando até estar pronto para o consumo.

Fazem parte da culinária alemã pratos mais conhecidos como o Strudel de Frango, a torta Floresta Negra, o Lombo de Porco e o *Sauerkraut*, popularmente conhecido como chucrute. (BRASIL ALEMANHA, 2007). Também constitui-se um hábito da culinária alemã misturar o doce e o salgado. Assim, a presença da cuca em refeições como o almoço e o jantar, onde predominam os pratos salgados, é uma característica marcante desses imigrantes.

Pode-se dizer que, a culinária alemã privilegiava a batata, o arroz, a polenta e a carne suína nas refeições diárias. No Brasil foi incorporada ao seu cardápio uma espécie nativa conhecida como aipim. (FURUYA et al, 2007). A expressividade do aipim, mais conhecido no Rio Grande do Sul como mandioca salientou-se no decorrer do desenvolvimento das colônias alemãs gaúchas, tanto que, atualmente, é intensamente cultivado na região cultural 2, particularmente, na sua porção leste. (BEZZI et al, 2006).

As festas constituem outro código cultural significativo na cultura germânica. Nas tradicionais festas alemãs realizadas no Rio Grande do Sul e, também nas feiras coloniais, a gastronomia típica se faz presente e já se tornou popular no Estado, principalmente, na região de colonização germânica, com ênfase para Santa Cruz do Sul. Também, os municípios que compõem a antiga colônia do Mundo Novo, como Igrejinha, Parobé, Taquara e Gramado, além de Agudo (ex-colônia de Santo Ângelo) e alguns municípios das Missões, que tiveram os alemães como fundadores, com ênfase para Santo Cristo e Santa Rosa.

A relação mantida com a cultura de origem também se observa através do dialeto falado pelos descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Os teuto-brasileiros praticam, em geral, o idioma alemão⁶⁵ no lar ou em festas de família, principalmente, ao se considerar o meio rural, onde as tradições encontram-se mais preservadas. Muitas vezes as crianças aprendem a falar primeiro em alemão e, posteriormente, o português. Esse se torna imprescindível devido à necessidade de ir para a escola e se comunicar na língua oficial do País em que vivem. E, por esse motivo, o descendente de alemão tem um sotaque mais “carregado” ao falar o português.

A importância da língua como código cultural imaterial está diretamente associado à expressão de um povo. A linguagem é uma forma de transmissão cultural, ou seja, é a através da fala que a cultura é contada, muito mais do que pela escrita. Os ensinamentos, as crenças e os valores são transmitidos oralmente de geração em geração.

A valorização da língua-mãe evidenciou-se nas colônias alemãs no início da imigração, quando foram criadas escolas que alfabetizavam as crianças em alemão. Tal fato significou a preservação de alguns aspectos da cultura original, difundidos diretamente em alemão.

Um dos exemplos mais significativos de resistência cultural foi a criação e a manutenção de escolas alemãs vinculadas às comunidades evangélicas e católicas nas colônias. Como os imigrantes viveram isolados durante algumas décadas, as primeiras escolas e igrejas foram organizadas por eles mesmos. Em torno da escola, como também da igreja e de associações, o apego às tradições e a preservação de elementos culturais se estendeu às diversas gerações, persistindo mais ou menos até os dias atuais. Pode-se afirmar que alguns dos elementos de preservação e difusão da língua, identidade e cultura alemãs por parte dos imigrantes e descendentes, referem-se à escola comunitária, à imprensa, à ênfase no

⁶⁵. A língua alemã e o sentimento de pertencimento à nação alemã existem há mais de mil anos, mas o país conhecido agora como Alemanha só foi unificado em 1871 em Versalhes, quando o Império Alemão, dirigido pela Prússia, foi constituído. A maior parte da população descende de diversos grupos germânicos que se estabeleceram na região centro-europeia no primeiro milénio antes da era cristã. Esses grupos partilhavam a mesma língua, embora expressa em muitos dialetos, mas apresentavam características étnicas heterogêneas que acentuaram-se ao longo da história em consequência da fusão com outros povos, como os celtas e os eslavos. (WIKIPÉDIA, 2007).

associativismo, na organização das comunidades religiosas, dentre outros. (IBGE TEEN, 2007).

De forma geral, o governo imperial e os governos das províncias não se preocuparam com a educação nas colônias. As escolas surgiram, sobretudo, para evitar o problema do analfabetismo. Inicialmente, os imigrantes alemães tomaram a iniciativa de estabelecer escolas comunitárias e depois particulares, que, com o decorrer do tempo, se transformaram em "escolas étnicas". Os professores dessas escolas, a princípio, eram habitantes da colônia. Entretanto, com o desenvolvimento destas, vieram os religiosos, que, muitas vezes, se dedicavam ao ensino. Da Alemanha vieram professores contratados pelos colonizadores para ensinar a ler, escrever e contar e para transmitir valores comunitários e culturais, com a finalidade de manter os costumes e tradições. (IBGE TEEN, 2007).

Por conseqüência, milhares de descendentes de imigrantes foram instruídos na língua alemã sem o conhecimento da língua oficial brasileira. Aos poucos, o ensino da língua alemã acabou por estimular o crescimento de publicações de obras literárias e poéticas, de jornais, de revistas e de almanaques e de sua divulgação, tanto para o interior dos núcleos coloniais quanto para outras províncias, num período que se estendeu até 1939. O resultado deste processo pode resumir-se no "teuto-brasileiro". (IBGE TEEN, 2007).

Na concepção de Azambuja (2007), a expressividade através da língua alemã experimentou um momento difícil na década de 1930, devido às pressões nacionalistas e o medo de um avanço do nazismo sobre as regiões de colonização. O governo Vargas deflagrou medidas de repressão contra os valores, o acervo cultural teuto-brasileiro e principalmente contra a língua. Isso ocorreu em uma época em que a organização das escolas comunitárias se encontrava bem estruturada, em pleno desenvolvimento, garantindo a erradicação do analfabetismo nas regiões de colonização. A língua alemã somente voltou para a escola em 1961, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas como língua estrangeira.

Nesse sentido, pode-se dizer que as culturas que estavam no Rio Grande do Sul, inseridas pelo processo de colonização, passaram por algumas restrições quanto a manifestação dos seus códigos culturais originais, tendo que praticar e valorizar a cultura da Nação que passaram a integrar. Como salienta Azambuja (2007), o apelido "alemão batata" foi utilizado de forma pejorativa, significando

grosseiro ou “de fora”, principalmente, pelas crianças, acarretando certa “vergonha” em ser alemão e utilizar a língua mãe.

Para Tornquist (1999) apud Azambuja (2007) a língua estabelece uma relação com o pensamento, pois se refere à expressividade dos valores, a partir do momento em que a língua não traz apenas palavras, mas a maneira de pensar, ou seja, a visão de mundo.

Os alemães que vieram para o Estado deixaram um legado cultural para os seus descendentes e, também, para a cultura gaúcha como um todo, a medida em que tornaram-se parte de um todo, ou seja, contribuíram para a formação da cultura gaúcha e, também para sua diversificação, preservando os seus códigos culturais.

A questão da identificação dos alemães, no que se refere à manutenção da identidade também está relacionada a outros códigos culturais como a religiosidade. Pois, assim como a escola, as capelas tiveram grande importância na vida dos imigrantes e descendentes alemães, uma vez que serviam ao mesmo tempo como um local de culto, escola e salão de festas. Esta organização em torno da capela remete a outro aspecto semelhante, desempenhado pelas associações assistenciais e recreativas. Eram atividades de lazer e, ao mesmo tempo, um lugar de preservação de costumes e hábitos dos imigrantes que, aos poucos, foram sendo assimilados pelos brasileiros. (IBGE TEEN, 2007).

A religiosidade dos imigrantes alemães está relacionada à confissão católica e luterana (Protestantismo de Martinho Lutero), sendo que os imigrantes que vieram do norte da Alemanha eram, em sua maior parte luteranos e, no sul predominavam os católicos. (WIKIPÉDIA, 2007).

No Rio Grande do Sul, a instalação dos imigrantes, também seguiu a confissão, pois formaram-se grupos mais ou menos homogêneos, de acordo com a religião a que pertenciam. A igreja, seja católica ou luterana, sempre exerceu influência no cotidiano dos primeiros habitantes das colônias e, também, de seus descendentes. Cada pequena vila centrava-se em uma capela. Salientando-se que a luterana é composta por apenas uma torre.

O trabalho era uma constante nas antigas colônias alemãs, mas a medida que estas se estruturaram, o trabalho trouxe prosperidade e as comemorações se fizeram necessárias. As festividades típicas alemãs se constituem em outra contribuição dessa etnia para o Brasil e, para o Rio Grande do Sul, particularmente.

A dança constitui-se em um código cultural significativo. Nesse sentido, as danças como a “*Polonaise*”, as quadrilhas e a dança da vassoura são “marcas” da cultura germânica resgatadas nas festas desses imigrantes. Em geral, as músicas típicas alemãs e as coreografias dos grupos folclóricos remetem ao passado e as atividades dos habitantes em sua terra natal. Contam histórias do cotidiano, como por exemplo, do trabalho dos lenhadores e, também, de lugares, como a Floresta Negra.

Entre os costumes típicos, salienta-se que era considerado falta de educação se num grupo de casais os cavalheiros não dançassem ao menos uma peça com cada senhora do grupo. Além disso, o baile iniciava com a Polonesa (*Polonaise*) Aufzug, cerimônia de abertura e, com valsas, marchas e polcas o baile continuava. Dançavam igualmente algumas danças folclóricas como: *Herr Schmitt*, *Kreuzpolka*, *Hacken-Schottisch*, *Spazier Walzer*, *Rutschpolka*, *Konter*, *Pressioneria*, *Siebenschritt*, *Blaufärber* e a *Damentur ou Damenwahl* (Escolha das damas). Para finalizar o baile, o *Kehraus* (a dança final ou saideira). (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

Outro hábito que pode ser ressaltado é a musicalidade na família, sendo que algumas, apreciadoras da música, possuíam um gramofone. Em outras, pai e filhos tocavam instrumentos musicais. Formaram-se conjuntos musicais, compostos em geral, por bandoneon, violino e flauta, que animavam as festas de aniversário, batizados e casamentos. O repertório diminuto era compensado pelo ardor com que procuravam animar os convidados, tocando e repetindo as famosas peças da época que todos acompanhavam cantando. A maioria era cantada em alemão ou traduzida, como as valsas chorosas da Mariazinha triste (*Mariechen sass weinend im Garten*), da Noiva do Bandido (*Die Räubersbraut*), da Floresta da Boêmia (*Tief drin im Boehmerwald*), as valsas mais alegres (*Trink, trink, Brüderlein trink*) com a versão para o português “Estava sentado na praia, tomando maracujá”, a da alegre vida dos ciganos (*Lustig ist das Zigeunerleben*), a garota polonesa (*In einem Polenstädtchen*), dentre outras. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

As tradicionais bandinhas que atualmente animam os bailes, com músicas em português, mas seguindo ritmo em alemão, tiveram sua origem atrelada às bandas de música alemã. Atualmente, os bailes típicos são comuns na região cultural 2, principalmente, na porção que compreende a antiga colônia do Mundo Novo, que

não concentra os shows apenas nas temporadas das festas tradicionais, como a *Octoberfest*.

Inicialmente, as bandinhas alemãs eram formadas por instrumentos de sopro, acompanhados por instrumentos de percussão, posteriormente, foram adicionados e complementados pelo rabecão, o violino, o acordeão. A musicalidade foi estimulada pelas escolas, onde os mestres, geralmente também dirigentes de coros das comunidades, se esmeravam na formação de coros escolares. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

A relação entre a religiosidade e a música expressou-se através dos pastores evangélicos, em sua absoluta maioria alemães natos que foram os responsáveis pela grande quantidade de cantos que os jovens e velhos cantavam na colônia., principalmente nas escolas da Comunidade, as “*Gemeindeschule*“. O valor dado às canções infantis, que ainda hoje são conhecidas: *Hänschen Klein* (Joãozinho), *Kommt ein Vogel* (Vem um Passarinho), *Die Enten* (Os patinhos), *Der Bäcker* (O Padeiro), dentre outras. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

O *Kerb* se tornou uma das festas mais importantes dos imigrantes alemães. *Kerb*, *Kirche Einweihfest*, *Kerchweihfest*, *Kerchweih*, *Kerw*, *Kerb*, *Kirmes*, *Kächefest* ou outras denominações nos indicam a festa da inauguração da igreja, do padroeiro, do erguer do templo para cumprir promessas. Também está associada como uma festa para conseguir fundos para reformas, pintura, arrumação do cemitério, conservação da casa pastoral, dentre outras. Essa festa podia durar uma semana, sendo que, atualmente, tem duração de dois ou três dias. Tudo iniciava com o culto, a missa, com a participação do coral ou grupo instrumental. Após o ato cerimonial, a comunidade, acompanhada pela bandinha, fazia o trajeto da igreja até o clube. Segue-se então o baile, acompanhado pelos quitutes da cozinha regional. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

Tradicionalmente, no outro dia os parentes se reuniam para juntos passarem o dia na casa, de preferência, da vovó, para um *Nachkerb* ou *Fresskerb* regado ao café e chá. Serviam-se o *Streusselkuchen*, com *Wurst*, *Schweinebrate*, *Meldoss*, *Stergdoss* e bebidas como o *Spritzbier*. Algumas alternativas locais e regionais, que se adaptaram, podem ser encontradas por todas as regiões de preservação da cultura alemã. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

O *Kerb* era tão importante que as costureiras começavam a ter mais trabalho. Para as moças, significava um vestido novo, quando não dois ou três, um para cada

noite. Para os rapazes calças novas. O sapato era coisa rara. Os mesmos eram levados até o local do evento numa sacola ou debaixo do braço. Na verdade, duas semanas antes, começava-se a sentir o espírito do *Kerb*. Era a festa mais esperada do ano. Para esperar o *Kerb* também fazia-se uma faxina geral na casa. Cortinas eram lavadas. O assoalho era escovado cuidadosamente. No meio da semana começavam os quitutes; sobremesa, cucas tortas o *Sauerkraut*, chucrute, dentre outros. Como não havia luz elétrica, na maioria das casas, e o refrigerador era totalmente inexistente, as bebidas eram colocadas em um balde e penduradas no poço cuja água era sempre fresca. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

O *kerb* representa para os alemães e seus descendentes mais do que apenas uma comemoração, pois apresentava um cerimonial para os preparativos dessa festividade, que dentre outros objetivos serve para unir a família e, sobretudo, é um fator de coesão social, através da confraternização.

Salienta-se que, o *Kerb* compreendia muitas danças, dentre as quais destaca-se a *Kirchweih Tanz*, ou dança da inauguração da igreja, também relacionava-se a inauguração da igreja com a festa da colheita. Por este motivo, muitas danças da colheita fazem parte do *Kerb*: *Räubertanz*, ou dança do ladrão, é apresentada em duas filas, executando uma corrente, com a sobra de um rapaz, que no final não consegue roubar uma moça. O *Siebensprung*, com símbolo bíblico relacionados com o número 7. Outras canções e danças relatam a vida do agricultor, como *Es fuhr ein Bauer ins Heu*. As danças cantadas, normalmente, apresentam uma coreografia simples, que valoriza mais o texto cantado, tendo como centro o *Kirmeskrantz* (a coroa da quermesse), dentre várias outras danças. Durante uma das etapas do *Kerb*, também acontecem competições que visam animar a festa. Tem-se como exemplo o *Kuchenlaufen*, onde todos os participantes têm que percorrer certa distância para conquistar o prêmio almejado, o *Kuchen* (o bolo). (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

A cultura alemã em termos de festividades é bastante variada e as danças típicas sempre vêm acompanhadas de um significado, que atualmente, fazem parte dessa porção do território riograndense formada por “teuto-gaúchos”. (Quadro 17). A disseminação das festas populares alemãs tornou esse aspecto da sua cultura popular e faz com que a região cultural 2 se torne um pólo atrativo no que se refere às festividades típicas. Também os grupos de dança folclórica alemã contribuem para a popularização da música, dos trajes típicos e da dança alemã no Estado. No

que se refere aos trajes típicos, Furuya et al (2007) diz que cada região da Alemanha possuía sua roupa de acordo com as particularidades. É como comparar, no Brasil, um gaúcho com uma baiana. A região norte da Alemanha se caracterizava pelas roupas com bordados, enquanto a região sul possui um tecido mais caro. Existem três espécies de trajes: o de trabalho, o de domingo e o de gala; além de outros cinco relacionados a regiões germânicas: da Floresta da Boêmia, da Floresta Negra, o Bávaro do Lago Chiem, na Baviera, e o de Zillerta, na Áustria.

Dança	
Herr Schmidt	Dança folclórica bastante popular entre os imigrantes do Estado, independente da procedência. Atualmente faz parte do folclore do Estado.
Huttanz Dança do chapéu	A dança do chapéu tornou-se uma brincadeira musical divertida. Apresentando algumas alternativas, o chapéu circulava entre os dançarinos. Quando havia interrupção da música, aquele que estava com o chapéu caía fora. No final tem-se o casal vencedor.
Besentanz- Besenwalzer Dança da vassoura	A dança da vassoura tornou-se popular pela sua dinâmica, ao bater a vassoura, todos tinham que trocar de par, o que sobrava, iniciava dançando somente com a vassoura.
Kranztanz- Dança da Coroa (Casamento)	. A noiva utiliza uma coroa como símbolo de ser menina. Ao retirar a coroa, que é lançada para o noivo, a moça passa a ser mulher, a esposa. Atualmente tem-se o buquê de flores que é arremessada, para as moças solteiras que esperam um casamento mais imediato.
Kreuzpolka:	A polca do toque cruzado, tem uma série de alternativa regional, o que para muitos, considerada difícil.
Korbtanz Dança do cesto de flores	. Dar o cesto em alguém, tem o sentido de dar o fora. A representação era feita de uma maneira simples e com muito humor. A moça sentava numa cadeira, a direita e a esquerda tinha uma cadeira vaga. Os pretendentes a dança sentavam-se nas cadeiras. A moça passava o cesto para um dos rapazes e escolhia o outro para dançar. Na seqüência, o rapaz sentava na cadeira central, e as moças assumiam o papel dos rapazes.
Polstertanz - Sesseltanz- Stuhltanz Dança da cadeira	Conhecida universalmente, representa o sentar sobre as cadeiras no momento da interrupção da música. Aquele que não conseguir uma cadeira é excluído. A cada rodada uma cadeira é eliminada. No final sobram uma cadeira e dois participantes. Vencedor é aquele que sentar na cadeira.
Polonaise - Aufzug	Abertura oficial dos bailes ou festivais. É uma cerimônia de entrada e início de algumas festas populares, a polonaise faz parte dos costumes dos nossos imigrantes e até faz parte do folclore gaúcho e de outras regiões brasileiras.
Spazierwalzer – Marschwalzer A valsa do passeio, marcha com valsa	Passa a ser um tipo de polonesa, com as diferença de que os pares marcham pelo salão e dançam uma valsa, alternando os dois ritmos.
Rutschpolka (Siebenschrift)	Tem a característica dos sete passos (alemães), carreirinha (gaúcha), o siete passi (italiana).
Heut ist Kerb Hoje tem Kerb	Festa da inauguração da igreja ou do patrono. Como dança tinha um sentido mais cênico.
Mein Hut der hat drei Ecken	Conhecida como uma canção mímica, também recebeu uma coreografia simples como dança

O meu chapéu tem três pontas	
König von Rom	O rei de Roma.
Großvater will tanzen. ou Großvatertanz O vovô quer dançar	Também conhecida com Kehraus, seria a última dança apresentada no final da festa do casamento. Relaciona-se a canção: Und als der Großvater die Großmutter nahm (quando o vovô casou com a vovó) Tem o sentido da união eterna do casal, até que a morte os separe, como os avós o estão fazendo, seguindo um ritual, os pares, passavam pela casa, pelas portas, janelas, pátio, curral, celeiro, passavam pela aldeia, entravam nos restaurantes, dentre outros, como um tipo de polonaise.

Quadro17: Danças alemãs pesquisadas no Rio Grande do Sul.

Fonte: Associação Cultural Gramado, 2007.

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

Mesmo em municípios onde a colonização alemã não se concretizou, existem grupos de folclore germânico que cultuam e popularizam essa cultura. A exemplo cita-se Santa Maria, com os grupos *Edelwais*, *Lustig Tanzer* e *Imer Lustig*. Também estão presentes em de Porto Alegre, Passo Fundo e Pelotas, dentre outros municípios maiores, onde não existe uma cultura predominante que materialize no espaço seus códigos culturais. Salienta-se que, através de pequenas representações de alguns códigos, como a dança e a música, permitem a manifestação através de festividades típicas, que servem como fator de atração social, mesmo para quem não cultua determinadas crenças e valores. Servem, sobretudo, como fonte de informação e conhecimento do que é diferente do “todo”.

As danças típicas alemãs têm seu significado representado através dos grupos folclóricos, que as materializam através das coreografias nas apresentações realizadas. Salienta-se que, nos bailes, principalmente no *Kerb* as danças se constituem em uma atração, mesmo para quem não descende da etnia alemã, pois muitas vezes as danças se tornam brincadeiras, como a dança da cadeira, a dança do chapéu e a dança da vassoura.

No Estado, uma das festas mais tradicionais dos alemães é a Oktoberfest, realizada em diversos municípios de origem germânica, como Santa Cruz do Sul. Nesse município há um espaço destinado para essa festividade, o Parque da Oktoberfest, assim como o município de Igrejinha, na colônia do Mundo Novo, onde a tradição alemã é associada a shows em nível nacional e desperta grande interesse, reunindo um grande público.

Tradicionalmente, a Oktoberfest, ou Festa de Outubro, se realiza anualmente em Munique, na Alemanha, sendo que sua primeira edição realizou-se em 1810, mas diferente dos moldes atuais. Teve início com o convite do rei Max Joseph para

que os cidadãos participassem de uma festa na periferia da cidade, em comemoração as bodas do príncipe Ludwig com a princesa Therese von Sachen-Hidburghausen. O sucesso da festa fez com que a municipalidade de Munique decidisse que a festa deveria se repetir a cada ano. E como os muniquenses haviam passado com seus cursos festivos pela residência imperial a caminho da festa, por ocasião do casamento, tornou-se costume a realização de desfiles solenes, de trajes típicos, através de Munique, um espetáculo que, por seu colorido esplendoroso e por sua variedade, inclui a participação de grupos folclóricos procedentes de todas as partes do país. Na Alemanha, atualmente, a Oktoberfest ocorre somente em Munique. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

Além da Oktoberfest, há outras comemorações tipicamente alemãs, como a *Schützenfest*, ou Festa dos Atiradores, que na origem reverenciava o melhor atirador do povoado, denominado de *Schützenkönig*. Essa tradição acompanhou os imigrantes, originando os *Schützenvereine*, ou sociedades de tiro ao alvo. A *Erntefest* u. *Erntedankfest*, ou Festa da Colheita, é bastante popular em nível global. No sul da Alemanha, era chamada de *Sichelhenke* (gancho da foice), porque a partir da colheita a foice deixará de ser usada até a próxima colheita. A colheita é o ponto mais importante das atividades anuais de um colono. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

A colheita sempre esteve vinculada ao tempo de plantar, regar e colher. Somente a colheita, colocando o seu produto de grãos em segurança, garantia um tempo de fartura. Também a colheita do pasto para os animais, ração alimentar para a época do inverno, recebe a atenção dos que se organizam para a entre safra. Enfeitar um dos carros com uma coroa, utilizando a palha, o feno, demonstrava um sentimento de agradecimento pela colheita. Após a colheita, empregados e proprietários, se reuniam ao ar livre ou no galpão, para festejar. Os músicos a tocar, o povo a dançar e a degustar os pratos especialmente preparados para este dia. A dança do *Hahnenbraut* (noiva do galo) simbolizava o comprometimento dos noivos após a árdua jornada realizada na colheita. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

No mundo cristão a festa de agradecimento pela colheita, a *Erntedankfest*, foi aceita e incluída no calendário que acontece anualmente, na maioria das vezes no domingo de São Miguel, no final de Setembro. Durante uma cerimônia religiosa, a oferta de alimentos, dos produtos artesanais eram colocados junto ao altar como

forma de agradecimento pela colheita farta. Representa o respeito por todos os produtos que servem para o sustento da família, agradecendo pelo alimento diário que está sobre a mesa. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

No Rio Grande do Sul, São Miguel é sinônimo de “chuva abundante”, que marca um período de precipitações mais intensas que originam a “Cheia de São Miguel”. A questão da água está atrelada a agricultura, pressupondo que não irá faltar esse elemento para a lavoura.

Outra festa típica alemã é a *Schlachtfest*, ou Festa da Matança do Porco. Há um ditado popular alemão que diz “*Wer sein Schwein hungern läßt, bekommt schlechte Schinken (Bauernregel)*”. Não só frito e cozido o porco tem o seu significado. O porquinho também é o símbolo da sorte. A expressão “Ele teve sorte” “*Schwein gehabt hat*” é bastante popular, e nem sempre exige que se mate e coma o animal. A matança do porco passa a ser uma atividade com cunho social, que reúne todos os amigos e a vizinhança. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL GRAMADO, 2007).

De maneira geral, as festividades alemãs tornaram-se populares no Rio Grande do Sul e são consideradas como eventos atrativos de grande concentração social. A significação da comemoração nem sempre é de conhecimento do grande público, pois grande parcela da população procura as festividades típicas dos teuto-brasileiros por afinidade com a música e os elementos que a compõe, como a bebida (cerveja e chope) o ambiente festivo, além da gastronomia alemã.

Festas como a Oktoberfest e o Kerb já se tornaram típicas não somente nas regiões de descendência alemã no Estado, pois também são encontradas em outras porções do espaço riograndense onde o alemão não foi o principal colonizador, como Santa Maria e Porto Alegre. Salienta-se que, é nas comemorações que alguns códigos da cultura alemã se materializam, como a vestimenta típica e a musicalidade. Mesmo quem não fala o alemão, pronuncia algumas palavras ao entrar em contato com a cultura e os gritos de celebração proferidos nas festividades.

No que se refere aos usos e costumes que os alemães trouxeram para o Rio Grande do Sul e se disseminaram pelo Estado e pelo País, pode-se ressaltar o hábito de comer carne de porco, por ser um animal símbolo da prosperidade e da riqueza. A fartura era representada pela mesa farta como sinal de que se repetiria ao

longo do ano-novo. O hábito de comer grãos como lentilha também já era cultuado pelos alemães, assim como o tradicional chucrute.

Além disso, há uma crença em relação ao peixe, mais precisamente a carpa, para ter dinheiro no ano-novo era necessário guardar uma escama na carteira ou então espalhar as escamas pela casa, que deverão permanecer durante o ano todo. Os pães e bolos também fazem parte da tradição alemã. Quando oferecidos a alguém, representam o desejo de fartura, saúde e sorte. Geralmente, trata-se de receitas comuns, de pães, bolos ou biscoitos, só que a massa recebe uma forma especial. Seja trançado ou em círculo, o produto final representa união. (WANDSCHEER, 2007).

A celebração do Natal para os alemães pressupõe a confecção dos próprios doces, os *toss*, cerca de duas a três semanas antes. O presépio era montado na semana do Natal pelos filhos mais velhos, que buscavam os componentes necessários na mata, incluindo barba de pau, parasitas, musgos e até orquídeas. O lago era representado através de uma bacia. Os menores sentavam no chão para admirar o presépio e brincar com as figuras e os animais. O ritual seguia com orações e cantos e, depois, eram servidos os doces. Embora seja calor no natal brasileiro, os ramos do pinheiro eram cobertos por algodão, simbolizando a neve da Alemanha em pleno inverno, tradição passada pelos imigrantes e seus descendentes às futuras gerações. (FURUYA et al, 2007).

O costume de representar o natal através de símbolos oriundos do frio europeu vigora até hoje, trazido pelos imigrantes, popularizou-se pelo País de forma geral. A figura do Papai-Noel, com roupas para neve, as casas com telhado coberto de neve, a rena e o trenó, o pinheiro com flocos de neve e as velas enfeitadas são alguns aspectos da simbologia que cercam as festas natalinas.

Para Marques et al (1995) ressalta que a tradição da árvore de natal está relacionada a ritos pagãos e representava a fecundidade e a fartura, sendo considerada a árvore do éden. O primeiro registro da árvore de natal remete à 1605 em Strasburguer, na Alemanha. E, a partir desse momento popularizou-se na cultura alemã e difundiu-se para vários países, inclusive o Brasil, que recebeu inúmeros imigrantes alemães.

A Páscoa nas colônias alemãs era celebrada através do silêncio na sexta-feira santa. Segundo as tradições falava-se baixo, não se ouvia músicas e nem sequer se assobiava. O silêncio era tido como sinal de respeito. Na semana que antecedia a

Páscoa, para as crianças, era para confecção do ninho em uma caixa de sapatos. A colheita da marcela antes do nascer do sol era uma prática comum, pois caso contrário, não teria efeito como remédio. Também se buscava barba de pau. No domingo de Páscoa, ao acordarem, as crianças procuravam seus ninhos que “o coelho havia escondido”. Além das comemorações que envolviam os doces, o culto no domingo era tradição. (FURUYA et al, 2007).

Sobre os enterros alemães, era normal o hábito de fotografá-los, porque grande número de parentes morava fora e não tinham como comparecer à cerimônia. As fotos, posteriormente eram enviadas a esses parentes. De acordo com o costume alemão não havia o guardamento do corpo durante a noite; os amigos e familiares compareciam à igreja, para o culto, e em geral, cumprimentavam a família no cemitério. Na impossibilidade de manterem um cemitério particular, a área teve que ser doada. (FURUYA et al, 2007).

Outros costumes como a caça, comuns na Alemanha foram trazidos ao Brasil, além da corrida de charretes, e da pesca. A rotina era composta de trabalho árduo que começava muito cedo, englobando o trato dos animais e a lavoura. Restava para a família praticamente a conversa a luz do lampião ou a leitura de um trecho de quem foi, por longos anos, o alimento espiritual da colônia: os *Kalender*, os almanaques, e os jornais em alemão. Os *Kalender* traziam muita leitura instrutiva, descrições de viagens e informações sobre o meio rural. (FURUYA et al, 2007).

Outro hábito comum nas colônias alemãs era o *Kränzchen*, os pequenos grupos ou círculos, de *Kranz*, coroa ou círculo, de senhoras ou senhoritas que se reuniam, semanalmente em rodízio, sem formalidades, na casa de uma delas, para conversarem e, ao mesmo tempo, fazerem trabalhos manuais. Tal prática reflete o espírito associativo alemão. O número de participantes de um *Kränzchen* varia, de seis a oito pessoas. Raramente o número era maior. Havia os grupos evangélicos e os católicos, sendo alguns mistos. Os grupos funcionam de março a dezembro, tendo uma festa de encerramento no final. (FURUYA et al, 2007).

O jogo do bolão é de origem germânica e decorreu do costume de arremessar pedras em objetos diversos. Cada grupo joga numa noite e os nomes dos grupos denunciam a origem e a língua do colono. Somente as fortes chuvas ou as doenças impediam o agradável encontro de cada semana, para a grande maioria constituía-se no único divertimento. (FURUYA et al, 2007).

Os aspectos culturais trazidos pelos colonos alemães para o Estado demonstram a importância da cultura para um grupo social, como mediadora da relação homem-natureza. Cada grupo cultural materializa formas e funções de acordo com seus costumes e tradições, ou seja, de acordo com o seu modo de vida.

Pertencer a um grupo cultural não significa ser determinado pela cultura, ao contrário, pois a cultura é construída pelos homens e se modifica ao longo do tempo, em um processo natural de desenvolvimento das relações sociais e com o próprio meio em que vivem. A transposição da cultura alemã no espaço e sua materialização no território gaúcho demonstram claramente a evolução e o desenvolvimento dos códigos culturais que a permearam.

No momento em que os imigrantes alemães perderam o vínculo com o seu espaço de origem e se instalaram no Rio Grande do Sul, todos os aspectos da sua cultura vieram junto. No entanto, há que se ressaltar que, a cultura “alemã gaúcha” iniciou um processo evolutivo distinto da “cultura alemã que permaneceu na Alemanha”, em virtude das condições diferentes no âmbito socioeconômico, natural e técnico a que seriam submetidas. Não se tornaram essencialmente diferentes, mas apresentam certas peculiaridades, principalmente, pela disponibilidade de materiais, as diferenças físico-naturais e, principalmente, pelo espaço em que se inserem.

Com exceção de alguns momentos históricos em que os alemães gaúchos tiveram algumas dificuldades de expressão cultural, as suas crenças e valores encontraram no Estado um espaço ideal para se reconstruir socialmente. Tanto que, perpassando o tempo, permanecem como uma herança para os seus descendentes, tornando o Estado diversificado do ponto de vista cultural.

5.3 Região Cultural 3: os italianos

A migração Itália-Brasil possibilitou bem mais do que a colonização do nordeste do Rio Grande do Sul, pois, reconstruiu uma “porção da sociedade italiana” em território gaúcho. A transposição dessa cultura no espaço permitiu a materialização dos códigos culturais e a formação de uma “paisagem tipicamente” italiana na Serra Gaúcha.

Os núcleos coloniais que se originaram, formaram várias unidades territoriais, onde as crenças e valores trazidos junto com estes pioneiros que vieram para “fazer a América” os tornaram singulares em relação aos demais municípios que compõem o Estado gaúcho. O expressivo contingente populacional associado à contigüidade espacial das antigas colônias italianas individualizou do ponto de vista cultural, uma região onde predomina a cultura italiana. (Quadro 18). (Figura 10).

A materialidade da cultura italiana nessa porção do espaço riograndense é percebida quando se observa a paisagem local. Essa é formada, em sua maior parte, por municípios pequenos, com estrutura fundiária baseada pequena propriedade rural que formou as colônias. Na cidade, o foco central está praça, onde se localiza a igreja, geralmente católica. Em geral, a região cultural 3 apresenta inúmeras construções típicas, da época da colonização, principalmente no meio rural, cujas casas encontram-se bem conservadas na atualidade. Além disso, o simples contato com os seus descendentes revela a origem deste grupo social, pois o italiano tem como uma das principais características da sua cultura a “fala”, mesmo praticando um português com sotaque italiano. O tom de voz mais alto e a fala quase “cantada” são aspectos essenciais para a sua identificação.

Salienta-se que, a região cultural 3 encontra-se dividida em duas porções devido a fatores que proporcionaram a fundação de colônias no extremo sul do Brasil. A maior parte dos imigrantes foi destinada para a Serra Gaúcha, ocupando a porção nordeste do Rebordo da Bacia do Paraná e o do próprio Planalto, estabelecendo fronteiras culturais com as colônias alemãs à medida que os espaços vazios foram sendo preenchidos.

Região	Origem étnica	Municípios
Região Cultural 3	Italiana	Anta Gorda, Água Santa, Ametista do Sul, Antonio Prado, Arvorezinha, Barão do Triunfo, Barros Cassal, Benjamim Constant do Sul, Bento Gonçalves, Boqueirão do Leão, Bozano, Boa Vista do Sul, Cacique Doble, Camargo, Campestre da Serra, Campinas do Sul, Capão Bonito do Sul, Caraá, Carlos Barbosa, Caseiros, Casca, Caxias do Sul, Chiapeta, Ciríaco, Colorado, Coronel Pilar, Cotiporã, David Canabarro, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Dona Francisca, Encantado, Engenho Velho, Erechim, Fagundes Varela, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Flores da Cunha, Fortaleza dos Valos, Garibaldi, Gentil, Getúlio Vargas, Gramado Xavier, Guabijú, Guaporé, Ibarama, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ilópolis, Ipê, Ipiranga do Sul, Itapucá, Ivorá, Jaboticaba, Jaguarí, Jóia, Libreato Salzano, Machadinho, Marau, Mato Castelhana, Montauri, Monte Alegre dos Campos, Monte Belo do Sul, Muçum, Muliterno, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Alvorada, Nova Brésia, Nova Esperança do Sul, Nova Pádua, Nova Palma, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Novo Tirandentes, Paim Filho, Parai, Pejuçara, Pinhal, Pinhal Grande, Progresso, Protásio Alves, Putinga, Relvado, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Santo Expedito do Sul, São Marcos, São Valentim do Sul, Santa Tereza, Santo Antonio do Planalto, São Domingos do Sul, Sanaduva, São João da Urtiga, São João do Polêsine, São Jorge, São José do Herval, São José do Ouro, São Pedro da Serra, Serafina Corrêa, Sério, Sertão, Severiano de Almeida, Silveira Martins, Tapejara, Taquaruçu do Sul, Tupanci do Sul, União da Serra, Vacaria, Vanini, Veranópolis, Vespasiano Correa, Viadutos, Vila Flores, Vila Lângaro, Vila Maria, Vista Alegre, Vista Alegre do Prata, Vista Gaúcha.

Quadro 18: Região Cultural 3 – a presença italiana no RS.

Fontes: FEE (1985); IBGE (2007); Trabalho de Campo (2006-2007).

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

Entretanto, outros grupos de imigrantes italianos foram destinados para a porção central do Estado, mais especificamente, para a colônia de Silveira Martins, nas proximidades de Santa Maria. O relevo dessa porção do espaço gaúcho é

composto, assim como a Serra Gaúcha, por vales e montanhas, uma vez que os núcleos coloniais oriundos a partir de Silveira Martins foram instalados em áreas do Rebordo e do Planalto da Bacia do Paraná, porém com menores altitudes.

É importante salientar que os italianos individualizaram uma região cultural com dois recortes espaciais, semelhantes devido à materialidade de códigos oriundos da mesma matriz cultural e, também, pela semelhança entre os aspectos físico-naturais.

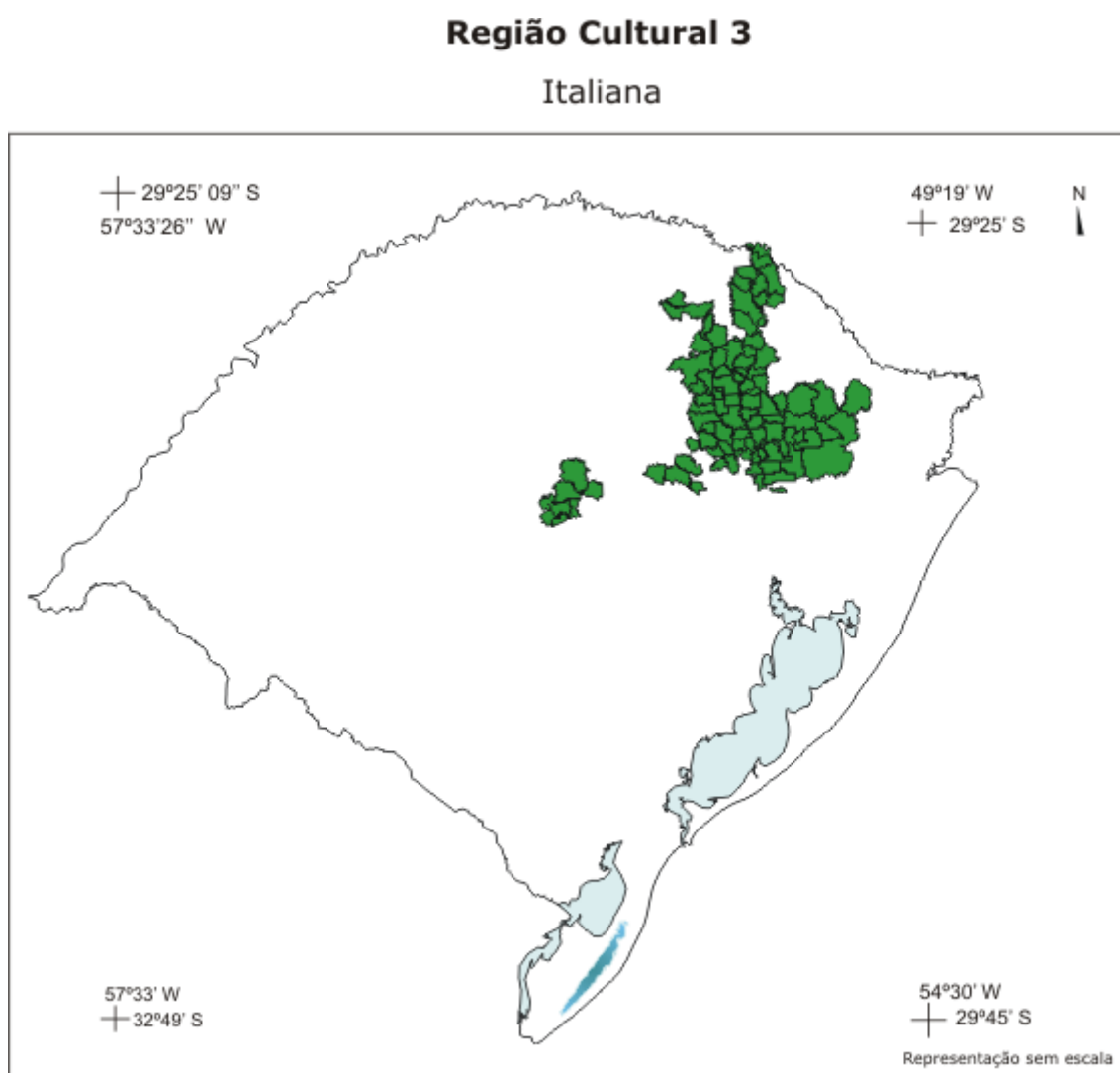


Figura 10: Região cultural 3- a presença italiana no RS.

Fonte: FEE, 1997.

Org.: BRUM NETO, H.; GIORDANI, A. C., 2007.

As dificuldades iniciais, impostas aos italianos, não impediram que os pioneiros reconstruíssem suas vidas no território gaúcho. O êxito das colônias de origem italiana pode ser verificado na Serra Gaúcha, pois essa destaca-se como uma das porções do espaço riograndense mais desenvolvidas economicamente, através da agricultura e da indústria.

A relevância do parque industrial, segunda maior concentração do Estado, formado em função das cadeias produtivas desta região, ou seja, a uva e o turismo. Paralelamente, instalaram-se as indústrias têxteis, que suprem as “famosas malharias da Serra Gaúcha” de calçados, bebidas (vinícolas) e moveleira. A diversificação da produção confere a este recorte espacial inúmeras possibilidades de dinamizar a economia dos municípios que o compõe, criando oportunidades e viabilizando o pleno desenvolvimento geoeconômico. (BEZZI et al, 2006).

Salienta-se que, a economia da região cultural 3, caracteriza-se pelo cultivo da uva, consagrou a paisagem da Serra Gaúcha, através de imensas áreas cobertas por parreirais. Tanto nas áreas com topografia plana, como nas mais declivosas, as videiras preenchem a paisagem, principalmente, quando se observa o Vale dos Vinhedos, localizado em Bento Gonçalves. O Vale dos Vinhedos concentra algumas vinícolas e já se tornou uma atração estimulando o turismo com a criação da Rota do Vinho, dentre outras alternativas.

O predomínio da uva como principal cultura da região cultural 3 remonta ao início da colonização, quando foram plantados os primeiros parreirais. A uva acompanhou o colono italiano desde os primórdios da implantação da agricultura colonial italiana no Rio Grande do Sul. Atualmente, essa atividade envolve desde o plantio até a industrialização da uva, resultando no suco, no vinho e nos espumantes.

A uva como principal produto da agricultura italiana no Estado tornou-se um dos símbolos que identificam essa cultura. Como exemplo tem-se a festa da Uva, realizada em Caxias do Sul, tornou-se uma tradição entre os gaúchos e, tem como meta reverenciar a agricultura colonial pautada na vitivinicultura. A imigração italiana e a uva se tornaram sinônimos no território gaúcho devido a inserção e desenvolvimento dessa atividade e, também, pelo pioneirismo dos colonos, que

tornaram a Serra Gaúcha uma das porções mais desenvolvidas do Rio Grande do Sul, em termos econômicos.

Atualmente, além de se constituir na principal atividade primária da região cultural 3, a vitivinicultura assumiu proporções maiores, abrangendo além da economia, questões relativas ao processo de identificação do italiano-gaúcho. Originaram-se estereótipos que associam, naturalmente, a uva e o vinho a cultura italiana.

Na concepção de Bezzi et al (2006, p. 244)

Salienta-se os aspectos físico-naturais, formados pelo conjunto de vales e montanhas aliado aos aspectos históricos da colonização, os quais preservam os traços culturais das etnias que vieram compor o Rio Grande do Sul. Destacam-se, principalmente, os códigos culturais da imigração italiana, formando uma paisagem singular, bastante requisitada pelos turistas. Portanto, remete a uma “paisagem tipicamente européia” no sul do Brasil, individualizada através da valorização, preservação e manutenção dos códigos culturais, responsáveis pela materialização da cultura no espaço, a qual serve como atrativo turístico [...].

A paisagem da região cultural 3 exerce, na atualidade, forte apelo turístico resultante das singularidades consolidadas pela cultura italiana. A diferença tornou-se um atrativo, contribuindo para o turismo colonial. Essa região atingiu um patamar de desenvolvimento em função da esfera cultural que criou uma “marca”, uma espécie de “selo” de origem que remete a denominação Serra Gaúcha, ou seja, a região colonial do Rio Grande do Sul. E, tem como representantes o vinho, atrelado a culinária italiana. O inverno frio e a paisagem que lembra as pequenas vilas Européias são muito procurados por turistas nos meses de inverno e, também, nas festas de fim de ano.

Além dos produtos tradicionais, outras culturas também se fazem presentes nessa região cultural, uma vez que, as ex-colônias, de forma geral, têm como características uma agricultura variada, principalmente para o consumo familiar e vendendo o excedente em feiras livres, como a batata-inglesa, o milho, o kiwi e na pecuária a avicultura. (BEZZI et al, 2006).

A necessidade de obter lucro para sustentar a família, geralmente, numerosa, fez com que o imigrante e seus descendentes tornassem a propriedade bastante produtiva e diversificada, objetivando a sua manutenção. O trabalho inicial foi árduo, pois como os alemães, os italianos tiveram que desbravar a mata, com um obstáculo a mais, a “subida da serra”, ou seja, tiveram que transpor a declividade acentuada do Rebordo do Planalto para implantar as suas colônias.

De acordo com Roxo; Silva (2007) chegaram *tutti senza denaro*. No entanto, a partir do trabalho pioneiro estruturou-se o espaço produtivo de uma significativa porção do Rio Grande do Sul, dotada de códigos culturais particulares a cultura italiana e, com forte apelo econômico que possibilitou o desenvolvimento dessa região cultural. Tal situação deve-se aos aspectos culturais, pela manutenção de desenvolvimento dos códigos específicos da etnia italiana, que imprimiu suas características na paisagem, tornando-a singular e materializando nesse espaço a “marca” do seu trabalho.

Pode-se considerar que, a gênese da região cultural 3 ocorreu em consequência da combinação de fatores como a permanência dos italianos sobre a mesma base espacial e também devido ao grande contingente populacional que se inseriu no território gaúcho, tendo como base a mesma matriz cultural. Além disso, no extremo sul do Brasil, o imigrante italiano tornou-se um pequeno proprietário rural, portanto, donos de suas terras, diferentemente, dos que se destinaram para São Paulo, que trabalharam num regime de parceria.

Considera-se a denominação matriz cultural, como uma forma generalizada de se referir a cultura italiana, pois, se sabe que, de acordo com a região de origem na Itália, os imigrantes apresentavam particularidades. De maneira geral, os alemães foram agrupados de acordo com a confissão da fé. Entretanto os italianos formaram grupos homogêneos, de acordo com a origem de seus integrantes na Itália. Dessa forma têm-se como principais regiões fornecedoras de imigrantes para o Rio Grande do Sul: Vêneto, Trentina, Toscana, Piemonte, Lombardia e Friuli-Venezia Giulia, todas situadas no norte da Itália, porção mais castigada pelas guerras e onde a miséria era mais intensa no momento da colonização.

A chegada no Rio Grande do Sul constituiu-se, para os imigrantes, uma oportunidade de desenvolverem-se socioeconomicamente através do trabalho agrícola e, para o Estado, o desenvolvimento da agricultura e o povoamento de uma porção, até 1975, relevada pelos demais povos que vieram compor a sociedade gaúcha.

As dificuldades iniciais, inerentes à implantação no lote acarretaram a necessidade de adaptação à nova realidade e as condições de desenvolvimento impressas pelas famílias em suas terras. Assim, como os alemães, os italianos receberam somente as ferramentas necessárias para desbravar a mata e construir o abrigo inicial, ou seja, a primeira “casa”. A precariedade das instalações iniciais fez

com que os colonos aprendessem a utilizar os materiais disponíveis na região, como a madeira proveniente da derrubada da mata e o bambu.

O estilo das casas constitui-se em um importante código cultural e seguiam o padrão típico italiano. As construções eram, no princípio, de um ou dois tipos: de bambu, cobertas com folhas ou madeiras rachadas a machado, tipo este ainda em uso então, nas novas colônias, e consistindo em casinhas de quatro paredes, com coberturas de tabuinhas cravejadas com telhas e com a cozinha inteiramente de madeira. Com o crescimento da família e a melhoria das condições econômicas, essas foram sendo substituídas por habitações mais espaçosas com tábuas de madeiras emparelhadas em serrarias, freqüentemente com a base subterrânea de pedra lavrada para o uso como cantina; eram cobertas em geral com madeira, mas também, com placas de zinco ou madeira. (ROXO; SILVA, 2007).

Nos pequenos povoados italianos as casas eram construídas com mais elegância obedecendo ao alinhamento retilíneo e quase sempre perpendicular. Nas cidades abundavam as casas de madeiras desde os primórdios da colonização. Essas refletiam a influência do tipo de habitação utilizada na Itália, denominadas de casa de taipa ou de pedra mais ou menos lavrada, constituídas de grossos muros, com janelas estreitas e, algumas com chão de terra batida. Eram reproduções evidentes das velhas habitações rurais do meio de onde provieram os imigrantes. A casa de madeira era característica de áreas desmatadas recentemente, onde a cultura da uva não tinha expressão econômica. A uva constituiu-se no fator responsável pela edificação de madeira sobre um compartimento de pedra, servindo de cantina para produção e conservação do vinho. (ROXO; SILVA, 2007).

A casa típica do italiano no Rio Grande do Sul, além de seguir o estilo colonial, tinha como característica principal a funcionalidade. A divisão da mesma era em duas partes, a casa de comer e a casa de dormir⁶⁶. A construção da casa com uma porção de pedra tinha como objetivo servir de adega. Os italianos tinham o hábito de desenvolver uma horta e também a construção de um forno de barro para assar os pães e as cucas.

Salienta-se que, em torno das habitações plantava-se um singelo jardim ou apenas algumas plantas esparsas e se construía em madeira a pequena distância, estábulos. A falta de cuidados particulares com a casa, a conservação dos prédios

⁶⁶ Ver mais sobre a funcionalidade da casa italiana no Capítulo 3, item 3.3.

de madeira sem pintura e ausência de sentina eram algumas das características dos períodos iniciais. Em 1886 um relatório do serviço de emigração de colonização destacava que os colonos estavam transformando suas casas de madeiras em outras de pedras e tijolos. (ROXO; SILVA, 2007).

A utilização dos materiais existentes na natureza, madeira e barro, foi uma constante no cotidiano dos imigrantes e, ainda compõem a paisagem da região cultural 3, principalmente, no meio rural. A preservação desse tipo de habitação na cidade está atrelada a sua utilização como museus e, servem como testemunho da construção sociocultural italiana no Estado. Como exemplo tem-se a Casa de Pedra em Caxias do Sul. Preservada na área urbana, a qual resgata os primórdios da instalação da Colônia Santa Tereza de Caxias.

Algumas casas de pedra possuíam dois andares, sendo que na parte inferior situava-se a cozinha e a sala, com assoalho de madeira e, às vezes de chão batido. A ligação com andar superior era feita através de escada de madeira que levava aos quartos. Como salienta com Roxo; Silva (2007), em algumas casas de dois andares o acesso ao piso mais alto se fazia por escadas externas de madeira. Nos lugares mais montanhosos, alguns daqueles conjuntos tinham no térreo e, às vezes, nos dois pavimentos um *ballafoio*, ou espécie de varanda de madeira em que se punham a secar o milho e outros grãos.

Salienta-se que as casas guardaram as particularidades da cultura italiana trazida pelos primeiros imigrantes que aportaram no Rio Grande do Sul, seja através do estilo das construções, com o telhado mais inclinado, de pedra ou de madeira, separando a cozinha do restante da residência, ou pela funcionalidade via ocupação e distribuição dos elementos necessários para o trabalho, como uma cozinha espaçosa e próxima do forno e da horta, ou mesmo da existência de um porão-adega. O telhado em estilo *scandoles*, construído com pequenas tábuas, também é uma contribuição trazida pelos imigrantes para o Estado gaúcho. Todas essas características construtivas resultam da cultura como mediadora das atitudes do homem em relação ao meio em que habita, isto é, das relações que a sociedade estabelece com a natureza para que possa sobreviver e se reconstruir constantemente.

Outro aspecto importante da cultura italiana é a religiosidade. São inúmeras igrejas, capelas, capitéis e grutas que estão materializadas no espaço gaúcho e que foram construídas em nome da devoção a fé católica. O descendente de italiano é

considerado um povo muito religioso e, tal afirmação pode ser constatada na organização do espaço por essa etnia.

De maneira geral, as cidades oriundas dos núcleos coloniais italianos no Estado são pequenas, com raras exceções como Caxias do Sul e Bento Gonçalves, que se tornaram centros urbanos maiores. Os municípios classificados como pequenos têm no centro uma praça onde se localiza a igreja, como ponto centralizador da paisagem e foco de coesão social, uma vez que, “ir a missa” ainda se constitui em uma tradição nesses municípios.

Salienta-se que, no início do processo migratório italiano para o Estado, quando a cidade não estava bem estruturada ainda e a maior parte da população permanecia rural, as igrejas exerciam a função de coesão social. Era nessa estrutura que se realizava a missa, as confissões, os batizados, casamentos e funerais.

As crenças dos italianos sempre estiveram associadas à religiosidade e se materializavam através de rituais e consagrações realizadas pelo padre. As bênçãos, as caminhadas e as procissões em homenagem a determinado santo ainda fazem parte do cotidiano dos seus descendentes. Os oratórios, assim como na região cultural 1, tinham um lugar de destaque nas casas, ornado com flores e velas para o santo de devoção.

O padre exerce influência e autoridade sobre o grupo. Para as providências principais juntos as autoridades civis é o agente de mais força. Além da assistência espiritual a uma população intensamente religiosa. O padre é o mais poderoso elemento de ordem, moralidade e estabilidade para os colonos. (ROXO; SILVA, 2007).

A religiosidade da cultura italiana, transmitida aos seus descendentes encontra-se materializada em alguns símbolos construídos pelos imigrantes, que tem sua importância atestada através da fé. Nesse sentido, Costa (2007, p. 01), salienta que

Capitéis e capelas materializaram uma forma própria de organização religiosa, de responsabilidade comunitária, não só em relação à religião, mas também à educação e à solução de problemas sociais. Uma figura de solução de problemas comunitários, eleita pelos imigrantes, com o mesmo espírito da organização da capela, é a cooperativa, sistema que fluiu nas colônias de forma genérica. Pode-se, já, antever uma religiosidade baseada no social, ficando em segundo plano o cultivo de iniciativas de espiritualidade pessoal, reflexiva e contemplativa. Reunião diária em família para a reza do terço e reunião dominical em residência adequada, em capitel, ou em capela estruturam uma religiosidade que se subordina as práticas sociais e religiosas regulares, ficando o cultivo pessoal restrito à

freqüência sacramental, especialmente à desobriga pascal. Embora residências, travessões, estradas foram acontecendo a partir de conjugação de esforços, de mutirões, a capela acontecia depois de certa organização comunitária assegurada. As capelas, no começo, eram espaços essencialmente religiosos. Mas, com o tempo, pela falta de recursos e meios, e pela necessidade de escolas para alfabetizar os filhos, e com a anuência dos sacerdotes, as capelas emprestavam seu espaço à sala de aula. Logo que as possibilidades econômicas apareceram, surge o salão da capela que passa a liberar o espaço da capela, assumindo este o espaço de escola, bodega e lugar para encontro e festas. A capela passa a ser lugar para catequese, encontros dominicais e cultos por ocasião da visita de sacerdotes.

A organização do espaço pelos imigrantes, tem na igreja um ponto de referência, não somente para as orações, mas também, para atividades relacionadas a educação e a sociabilidade do grupo cultural. São encontros festivos e beneficentes, reuniões e até mesmo cursos de instrução para a comunidade que se realizam até a atualidade no espaço da igreja, ou seja, o espaço sagrado.

Devido às diversas atividades realizadas no espaço destinado a igreja, houve a necessidade de expansão dos mesmos, pois conforme Costa (2007, p. 01) é importante entender que

A ascensão econômica dos imigrantes foi juntando na única associação que é a capela toda a expressão comunitária, expressa em festas, recreação, lazer, catequese e educação. Com o tempo separam-se os espaços: capela, salão e escola, cada um com suas atribuições. A capela passa a ser aberta em horários de rezas e cultos e vai perdendo a anterior aglutinação da inteira população, porque vai se fortalecendo sempre mais o salão, como lugar de lazer, recreação e festa da comunidade e, com o tempo, de moradores de outras comunidades e das sedes.

Na região cultural 3 é comum encontrar capelas e grutas construídas em meio a estradas de acesso para as localidades rurais, geralmente denominadas de "linhas", ou mesmo entre municípios vizinhos. Em geral são construídas em uma parede de rocha, com uma gruta que abriga o santo, onde sempre há velas acesas e flores. As graças alcançadas são expressas através de placas, com o agradecimento e o nome ou as iniciais da pessoa que recebeu a benção.

A religiosidade é manifestada com grande significado na morte. Os italianos demonstram suas crenças manifestadas nos cemitérios construídos na região de colonização italiana. Esses encontram-se situados na cidade, geralmente, em alguns dos acessos, na margem da estrada e revela alguns aspectos importantes para interpretar as crenças e os ritos de passagem. Cada família possui uma espécie de mausoléu, identificado pelo sobrenome, que permite manter juntos os restos mortais

dos seus membros. São comuns as fotos e os vasos com flores em homenagem aos mortos. Além desses, existem outros cemitérios, tidos como “particulares”, construídos no meio rural em uma parte da propriedade, para enterrar apenas quem pertence à família e, constitui-se em uma forma de preservação junto à propriedade. Os túmulos são ornamentados com santos e anjos vindos da Itália. Hoje, esses túmulos constituem-se, em verdadeiras obras de arte, materializada no espaço sagrado para muitos italianos.

A vida nas colônias organizou-se, em geral, seguindo as diretrizes do trabalho, ou seja, respeitando o calendário agrícola das colônias, como enfatiza Roxo; Silva (2007), quando dizem que os casamentos e as festividades têm períodos de maior frequência no ano de acordo com as tarefas na agricultura. O maior número de celebração de casamentos na zona rural ocorre, porém, do outono para o inverno em junho e julho, pois é uma fase de menor atividade no campo e de mais recursos financeiros devido à venda da safra da uva, do milho, da batata.

Os imigrantes trouxeram para o Rio Grande um costume que se incorporou à sua sociedade, a da benção das culturas, ao menos em parte com os frutos da terra. A blasfema está também ligada à vida do campo. Acredita-se, também, que o sacrilégio contra a divindade e o santo tem sua maior funcionalidade nas tribulações com o meio natural, com a terra, com os fenômenos meteorológicos, com as pragas que afetam as plantas e os animais. Em suma, a blasfema é um elemento do complexo religioso da cultura agrária de origem. Revela a crença de que a natureza reflete a vontade dos entes sobrenaturais. (ROXO; SILVA, 2007).

As crenças sempre estiveram presentes nas diversas culturas que compõe o Globo, manifestando-se de formas diferenciadas de acordo com as tradições de cada grupo social. Das oferendas que os egípcios lançavam no Nilo, para que a divindade que acreditavam estar presente no rio lhes proporcionassem uma colheita farta, até as bênçãos do pároco e as romarias realizadas nas colônias italianas em prol de uma boa safra são milênios de existência, mas ambas formas demonstram que a fé sempre acompanhou as civilizações de forma distinta de acordo com a cultura predominante.

A religiosidade dos povos está atrelada a outro código cultural, as festividades. Essa relação deve-se ao fato dos grupos sociais realizarem celebrações em homenagem as divindades e, posteriormente, as festividades, que incluem gastronomia, musica e dança. Os italianos, mais do que qualquer outra etnia que

veio compor o Rio Grande do Sul, comemoram as datas relevantes para sua cultura e são reconhecidas pela animação, pois, o “ítalo-gaúcho” criou fama de ser festeiro e alegre.

As festas italianas ocorrem em datas importantes para a comunidade em que ocorre, como padroeiros, emancipação do município e , relativas a imigração e a produtos característicos da sua cultura. Têm-se como algumas festividades de origem italiana mais popular no Estado a festa de Nossa Senhora do Caravaggio, em Farroupilha, o Festival do Queijo e do Vinho, em Faxinal do Soturno e, a mais divulgada, com repercussão nacional, a Festa da Uva, em Caxias do Sul, dentre inúmeras outras festividades.

Nas comemorações, a missa realiza-se pela manhã e, logo após tem início os preparativos para o almoço. Em geral esses ocorrem no salão paroquial, quase sempre construído em anexo as igrejas. Além disso, os jogos de bocha, cartas em geral (mora, escova) e outras competições relativas à vida na colônia integram as festividades que, freqüentemente, duram o dia todo.

Outro código cultural atrelado as festividades é a música. Em geral, essas versam sobre a Itália e refletem o saudosismo da terra natal que, às vezes só se conhece através dos relatos dos mais antigos. É um vínculo que se estabelece em função da cultura a que se pertence. Mas a música italiana é cantada também em relação à nova terra e, a mais popular é *Mérica, Mérica* (ZAP-LETRAS.COM, 2007)

Merica-Merica (1875)
Dalla Italia noi siamo partiti
Siamo partiti col nostro onore
Trentasei giorni di macchina e
vapore,
e nella Merica noi siamo arriva'.
Merica, Merica, Merica,
cossa saràlo 'sta Merica?
Merica, Merica, Merica,
un bel mazzolino di fior.
E alla Merica noi siamo arrivati
no' abbiám trovato nè paglia e nè
fieno
Abbiám dormito sul nudo terreno
come le bestie andiam riposar.
Merica, Merica, Merica,
cossa saràlo 'sta Merica?
Merica, Merica, Merica,
un bel mazzolino di fior.
E la Merica l'è lunga e l'è larga,
l'è circondata dai monti e dai piani,
e con la industria dei nostri italiani
abbiám formato paesi e città.

*Merica, Merica, Merica,
 cossa saràlo 'sta Merica?
 Merica, Merica, Merica,
 un bel mazzolino di fior.
 Merica, Merica, Merica,
 cossa saràlo 'sta Merica?
 Merica, Merica, Merica,
 un bel mazzolino di fior.*

A música intitulada *Merica-Merica* tornou-se um símbolo da imigração italiana no Rio Grande do Sul e versa sobre a expectativa em relação a nova terra, com uma breve descrição da América e a construção do espaço através do trabalho dos colonos. Além dessa música, pode-se destacar também *Funiculi, Funiculá*.

A musicalidade italiana folclórica está atrelada às atividades cotidianas, principalmente ao trabalho e aos principais aspectos do cotidiano, como o trabalho na lavoura e a culinária típica. São músicas animadas e cantadas pelas famílias nos encontros onde a gastronomia e as conversas eram freqüentes. A relação entre música-gastronomia-festividade conferiu ao italiano a fama de ser um povo alegre e festivo, conhecido pela animação.

Nesse sentido, um dos principais atrativos das festas italianas é a gastronomia, conhecida pelas massas, salames, queijos e vinho. A quantidade de comida tornou a mesa farta um atributo da culinária ítalo-brasileira. Na concepção de Roxo; Silva (2007), não é exagero dizer que um dos maiores prazeres das colônias italianas da Serra Gaúcha é comer bem. Um bom galetto acompanhado pela polenta, radicce e vinho, tem um inestimável valor aos habitantes da região que muitos chamam de “pequena Itália Brasileira”.

As *mamas* e as *nonas* tornaram suas receitas populares, a ponto de serem encontradas em várias cantinas que pontuam não somente a região cultural 3, mas também outras porções do espaço gaúcho e nacional. A gastronomia típica do italiano revela outro aspecto dessa cultura, o valor da família, em geral numerosa, uma vez que, era comum ter dez ou mais filhos por casal. No momento das refeições havia um ritual que se iniciava com a oração em agradecimento pelo alimento posto na mesa e, depois a degustação, acompanhada de muita conversa.

Pode-se dizer que, a gastronomia é um dos ícones da cultura italiana, sempre muito ligada à família e ao prazer de reuni-la. A cozinha é um espaço sagrado de quem a comanda introduzindo um toque pessoal às receitas, o prazer de elaborar os pratos típicos. A reunião à mesa, na hora das refeições, as transforma em

verdadeiras festas de consagração, num palco de discussões e de alegria. (PORTAL ITÁLIA, 2007).

Dentre alguns pratos típicos da culinária italiana tem-se a sopa de *agnoline*, *ravioli*, *capeletti*, *espaguete a marinara*, *bracirole de porco ao vino bianco*, *pato ao vino rosso*, *abbacchio allá cacciatora*, *anastra al vino rosso*, dentre outros pratos. (PORTAL ITALIA, 2007). Também são populares as cucas italianas, geralmente assadas em fornos de barro, as massas, os pães, o risoto, o salame, a copa e a polenta. De modo geral, os ingredientes mais utilizados são a farinha de trigo e de milho, ovos, queijo e vinho, além da carne de porco e de aves.

O vinho da colônia, que acompanha as refeições, já se tornou um dos produtos que identificam o ítalo-gaúcho na região cultural 3. Através do senso comum intitulou-se as bebidas fermentadas de frutas, como sendo vinho, como por exemplo o vinho de kiwi. Porém, só se considera vinho, a bebida fermentada a partir de uvas. A mais importante espécie de uva para a produção de vinho é a *vitis vinifera*, que com o avanço da tecnologia de produção do vinho, teve uma significativa melhora na qualidade e aumento de produção. Na metade do século XX os produtores conseguiram saltar de 146 galões de vinho por acre para 498 galões de vinho produzidos para cada acre de plantação de videiras. Essa melhora ocorreu pela utilização de tanques pressurizados para fermentação, aliado a baixas temperaturas, controladas durante o processo. (CONFRARIA DO VINHO, 2007).

Da fabricação artesanal efetuada nas colônias até a atualidade o processo de fabricação do vinho experimentou muitos progressos em função do avanço tecnológico. As vinícolas contam com inúmeras máquinas para o processamento da uva até a obtenção do produto final, o suco, os espumantes e o vinho. A seleção das variedades, os cuidados com safra e o melhoramento genético são fatores essenciais para a fabricação de um bom vinho. Além disso, há um controle de temperatura e do tempo em que o líquido permanece em repouso nos barris, geralmente de carvalho.

No entanto, é importante salientar que o processo artesanal de fabricação do vinho ainda pode ser encontrado na região cultural 3, principalmente, nas famílias que não comercializam a produção de uva com as vinícolas ou que optam por produzir seu próprio vinho. A diferença está na inexistência do maquinário, pois a uva é esmagada com os pés, como faziam os imigrantes nos primórdios da colonização.

Por caminhos distintos, os dois processos obtêm o vinho de mesa que, de maneira geral, pode ser branco e tinto. Além disso, há os espumantes. A uva é um produto dos italianos no Rio Grande do Sul, mas o vinho gaúcho já adquiriu status e qualidade suficiente para ser reconhecido em nível nacional e internacional.

Para se produzir vinhos brancos, podem ser utilizadas tanto uvas brancas como tintas. Porém para utilização de uvas tintas, só a polpa deve ser fermentada, sendo as cascas retiradas imediatamente durante a esmaga do bago. Com as cascas colhidas e desengaçadas, os bagos são esmagados e o mosto vai para um tanque de fermentação, onde recebe leveduras. A fermentação ocorre em temperaturas baixas, entre 14 e 20° C. Após a fermentação, o mosto é conduzido para trasfegas de decantação e clarificação. Poucos tipos de vinhos brancos se destinam para estagiar em barricas de carvalho. O estágio seguinte consiste em filtrá-lo e terminar o ciclo no processo de engarrafamento. (CONFRARIA DO VINHO, 2007).

Ao realizar um passeio pelas adegas, encontramos diversas inscrições nos rótulos das garrafas de vinho. O rótulo geralmente contém informações que descrevem o vinho, como graduação alcoólica, tipo de uva utilizada, País de origem, região, quantidade de açúcar, processo de fabricação, etc. (CONFRARIA DO VINHO, 2007).

No que se refere aos espumantes, deve-se ater a sua denominação, pois são comumente chamados de champagne. No entanto, de acordo com a orientação da Confraria do Vinho (2007), champagne é um tipo de vinho espumante elaborado sob normas regulamentadas na região de Champagne na França. Só os espumantes dessa região podem levar no rótulo a indicação "champagne". Em alguns países, os espumantes recebem *nomes específicos, como o Prosecco, que é elaborado nas cidades Conegliano e Valdobbiadene* na Itália. Na Espanha, chama-se cava, sendo que um exemplo popular entre os brasileiros é a cava *Freixenet*. Na Alemanha são chamados de *sekt*, a exemplo da *sekt Mumm*. Na própria França, em regiões fora da demarcação de champagne, costuma-se colocar nos rótulos a expressão "*vin mousseaux*". Os tipos de uvas mais utilizados nos espumantes são a *Pinot Noir*, *Pinot Meunier* e *Chardonnay*. Os *champagnes* só podem ser fabricados com estas uvas. No geral os demais espumantes também utilizam estes tipos de uva além das uvas Riesling, Malvasia e Moscato. (CONFRARIA DO VINHO, 2007).

A combinação entre o queijo e o vinho se tornou tradicional entre os italianos, de modo que o município de Faxinal de Soturno criou o Festival do Queijo e do

Vinho. Nas casas especializadas em vinho, geralmente, a degustação vem acompanhada de queijo e, às vezes de salame. Mas essa combinação segue algumas recomendações quanto ao tipo de vinho e de queijo. (Quadro 19).

A combinação tradicional entre queijo e vinho partiu da mesa das famílias italianas nas colônias e assumiu proporções maiores, especializando e criando convenções a respeito da sua degustação. Atualmente, há casas especializadas na fabricação e comercialização de queijos, assim como os vinhos pelas vinícolas. Tal situação demonstra que a gastronomia típica dos italianos se popularizou no Estado de forma geral e, a produção de seus principais pratos e bebidas assumiram proporções maiores, sendo industrializados. Além do vinho, outra bebida consumida nas colônias italianas é graspa, uma aguardente feita da casca da uva e de alto teor alcoólico.

Ressalta-se que, a produção artesanal de queijos, assim como salames e cucas, dentre outros produtos oriundos da colônia tem sido valorizada atualmente, através do rotulo “colonial”. A busca pelo diferencial no momento em que a globalização prega os padrões globais de consumo, baseados no *fast food*, serviu como estímulo para a produção caseira, pois a procura pelos produtos típicos da colônia experimentou um significativo aumento.

Outro código cultural ligado à gastronomia e as festividades são os trajes típicos, resgatados em apresentações e momentos festivos, fazem parte do folclore da cultura italiana e remetem a tempos passados. Quando se iniciou o processo colonizador no Rio Grande do Sul, era comum o uso de vestimentas típicas de acordo com a região de proveniência dos imigrantes na Itália, a partir da qual apresentavam certas diferenciações. (Figura 11).

Os trajes regionais de origem italiana referem-se às peculiaridades do grupo social de origem, ou seja, as peças que foram conservadas e que são expressões de sua identidade cultural. Cada traje típico traz símbolos comuns para um determinado grupo social de acordo com a sua realidade vivida e, se diferencia de acordo com a forma, material e os detalhes da roupa. (FESTA DA UVA, 2006).

Tal situação pode ser observada ao comparar a vestimenta típica do gaúcho e do nordestino, cada uma adequada a contextos regionais distintos, que consideram os aspectos socioeconômicos e naturais, pois o “pala” gaúcho utilizado para proteção em dias frios não teria utilidade em pleno sertão nordestino. Ou mesmo se considerarmos as diferenciações regionais intrínsecas ao território gaúcho, com as

vestimentas típicas dos povos que vieram compor o Rio Grande do Sul, como os portugueses, espanhóis, africanos, açorianos, alemães e italianos. As origens culturais são distintas, pressupondo crenças e valores particulares a cada grupo social, além das diferenciações referentes aos distintos âmbitos sociais e econômicos de que faziam parte.



Figura 11: Trajes típicos regionais italianos.

Fonte: www.trajes-abrasofa.org.br/folclore/vestuário/trajesitalianos

No entanto ressalta-se que, devido as condições em que os imigrantes se inseriram no Estado, via colonização, houve necessidade de utilizar roupas funcionais que permitissem operacionalidade para o trabalho. (Figuras 12-13). Dessa forma, existia a roupa de trabalho, usada no cotidiano dos colonos e a roupa de domingo, específica para ir à missa, uma tradição entre os imigrantes ou para alguma festividade.

O vestir feminino era composto por saias de corte reto, comprimento que deixa o sapato descoberto, com detalhes discretos. Composto ainda por babados e nervuras, com enfeites delicados em fitas e cadarços. Nas blusas não haviam decotes, as mangas eram compridas e os enfeites eram compostos por botões, rendas, galões e fitas. O broche era usual como ornamento, também, cordões de ouro, pequenos relógios e correntes quando possuíam. As flores compunham o visual para decorar a blusa ou o vestido. Sendo que os cabelos eram, geralmente, compridos e presos em um coque. (FESTA DA UVA, 2006).



Figura 12: Traje típico italiano

Fonte: www.trajes-abrasofa.org.br/folclore/vestuário/trajesitalianos



Figura 13: O traje típico do casal italiano.

Fonte: www.trajes-abrasofa.org.br/folclore/vestuário/tajesitalianos

Os tecidos relacionados às roupas típicas italianas variavam entre linhos, algodão e sedas, com lã e veludo nos detalhes. Os remendos eram comuns nas roupas de trabalho, pois desgastavam com o uso freqüente. As mulheres usavam o avental e tamancos e, às vezes, lenços na cabeça e pescoço. As batas eram mais comuns entre as grávidas e as idosas. (FESTA DA UVA, 2006).

O vestuário típico italiano tem sua expressão, na atualidade, através das apresentações realizadas pelos grupos de danças folclóricas, que através de coreografias representam a música, a dança e os trajes dos antepassados. Como a

descendência está atrelada às regiões de origem dos imigrantes, em geral, os grupos folclóricos seguem essa tendência para resgatar alguns códigos e, assim, preservar a memória e a identidade cultural dos italianos que vieram para o Rio Grande do Sul.

Ao considerar os códigos culturais que identificam o descendente de italiano no Estado, salienta-se a comunicação, uma vez que, ao primeiro contato com os habitantes dessa região cultural, a “fala” torna-se uma das suas principais características distintivas. A língua italiana trazida pelos imigrantes ainda é praticada pelos descendentes, principalmente, no âmbito familiar, onde os *nonos* se comunicam, quase que, exclusivamente, na língua de origem.

A expressividade do italiano ao se “comunicar” salienta-se nos aspectos referentes à entonação e ao “modo” de falar. Para Callegari (2007, p. 27-28), “uma das principais características que se percebe nos descendentes de italianos é a entonação das palavras, das frases, dando uma nota de musicalidade. As estruturas frasais, notadamente, o final das orações são cantadas”.

O italiano padrão baseia-se nos dialetos da Toscana e é, de certo modo, intermédio entre as línguas da Itália do sul e as línguas Galo-românicas do norte. O padrão toscano, muito antigo, na Itália, é ligeiramente influenciado nas últimas décadas pela variante de italiano falado em Milão, a capital econômica de Itália. O italiano tem consoantes duplas (ou longas) tal como o latim, mas ao contrário da maior parte das línguas românicas modernas, como por exemplo, o francês, o espanhol ou o português. (WIKIPÉDIA, 2007).

O *vêneto* continua falado habitualmente em casa e na zona rural, particularmente pelos mais velhos, um tanto aportuguesado para uns ou conservando uma série de vocábulos que provém da herança vocabular deixada pelos seus antepassados e que não são realmente empréstimos do português. (ROXO; SILVA, 2007).

Referindo-se ao italiano como dialéto peculiar de uma região, Callegari (2007, p. 27) salienta

As tradições orais de um segmento urbano serão diferentes das de outro segmento da mesma cidade, ou desta para áreas rurais. Da coexistência de diferentes dialéto numa mesma colônia, como também do italiano e a progressiva presença do português, resultou o dialéto italiano do Rio Grande do Sul. Temos assim uma nova língua que provém de vários dialéto italianos (especialmente veneto, lombardo, trentino, friulano, piemontês), do italiano e do português. Percebe-se então que o dialéto

italiano aqui falado não é um dialéto puro, embora com a prevalência do vêneto.

A inserção da cultura italiana no Rio Grande do Sul agregou a língua portuguesa “regional”, termos como *signore, mangiare, nostro, giorno, perche, padre, madre, tutti, Dio, tuo, cittá, cielo, mondo, notte, fratelli* e *mangiare*, dentre outras palavras de origem italiana que se tornaram populares no Estado. Na região cultural 3 as denominações de casas de comércio, principalmente, as que se referem a códigos culturais específicos dos italianos, receberem denominações na língua de origem, como cantinas, restaurantes, vinícolas e lojas em geral.

A língua italiana, diferente do alemão (tem origem nas línguas germânicas), teve seu entendimento facilitado em virtude da origem latina, assim como o português. A linguagem dos imigrantes que se formaram no Rio Grande do Sul pode ser considerada um dialéto ítalo-brasileiro com raízes na língua vêneta, praticada pela maioria dos colonos. É um ajuste natural ao processo migratório Itália-Brasil, ou seja, a aculturação de alguns códigos culturais dos italianos em território gaúcho, até mesmo, pela necessidade de comunicação com os demais povos que se encontrava, no Rio Grande do Sul.

A língua, sobretudo, serve como um fator de coesão e de manutenção cultural, considerando o grupo social que pertence a uma esfera cultural específica. A manutenção desse código, na atualidade, está vinculada ao âmbito familiar e, tem experimentado, uma revitalização. O resgate dos códigos culturais, de modo geral, trouxe novamente questões referentes a importância da cultura como mantenedora dos costumes e das tradições, que permitem a identificação de um grupo social.

Neste sentido, Callegari (2007, p. 27) diz que

Hoje, fala-se menos o dialeto do que na época anterior à última guerra, mas cresceu e se purificou a consciência de ser italiano. Nas áreas agrícolas, nas pequenas populações ou municípios continua-se a falar o dialeto, não, porém com a mesma exclusividade anterior, enquanto nos centros maiores a fala dialetal é sempre mais restrita. O italiano, nas cidades, foi sendo absorvido pelo Português, e pelos dialetos falados pela maioria. A falta de escolas fez com que bom número de descendentes de primeira geração fossem alfabetizados pelos próprios pais ou por professores italianos improvisados, contratados por grupos de famílias. O trinômio de ensino era *ler, escrever e contar*. O ler e o contar (fazer contas) interessava mais que o escrever. Cabe aqui registrar em dialeto: *La educassion se la impara a casa* (“a educação aprende-se em casa”).

A educação, no sentido de “educação informal”, aquela que se aprende em casa e se refere as convenções sociais, ocorre, em geral, em italiano, principalmente

quando os valores provêm dos mais velhos. As expressões utilizadas no lar são absorvidas durante o processo de educação que, em função dos valores em torno da instituição “família”, não findam com a chegada da fase adulta. Ressalta-se, na cultura italiana, os mais velhos constituem verdadeiros fios condutores para as novas gerações. Assim, a linguagem, mesmo que considerada através do dialéto, é passada através das gerações como herança, uma vez que, não há uma cartilha me italiano para que alguns códigos dessa cultura sejam mantidos.

Nesse sentido, a língua oral agrega valor devido a sua importância como mantenedora dos valores e crenças atrelados a cultura. Dentre os códigos que compõem a cultura, pode-se dizer que, a linguagem constitui um dos pilares que a sustentam, remete a termos que existem somente na língua falada, como contos, lendas e termos regionais que expressam as crenças populares. O italiano é considerado um povo bastante comunicativo, que se expressa através de termos singulares, desenvolvidos e mantidos no idioma de origem.

Como enfatiza Marques et al (1992), a linguagem informal que se desenvolve paralela a oficial reflete a sabedoria popular. Essa forma de expressão popular se expressa em alguns provérbios vênéticos como, *Chi stá co i lupi impara a urlar! Cagn vècio no'l ghe sbaia a la luna! Farghe bem a un vilan, l'è farghe dispeto a Dio! Baso par forza no'l val na scorsa!* (CALLEGARI, 2007).

Dos códigos culturais italianos, pode-se destacar a língua falada, a gastronomia, a religiosidade e as festividades como responsáveis pela identificação dessa cultura. E, materialidade no espaço ocorre mediante alguns aspectos que se salientam na paisagem, como as construções típicas e a organização do espaço. A igreja como foco centralizador na praça, expressando a importância da fé católica, o entorno da casa, onde impera a funcionalidade, com construções como o forno de barro (atualmente de tijolos), a horta e o pomar, as reuniões de família e as cantigas são traços reveladores da identidade dos ítalo-gaúchos.

Embora os italianos mantenham as tradições relativas a sua cultura de origem, a reconstrução de suas vidas em solo gaúcho pressupõe a assimilação de certos aspectos das culturas ao seu entorno, como um processo de aculturação mediante a necessidade de se ajustar a realidade vivida. Originou-se um modo de vida peculiar que permaneceu ao longo do tempo e se materializou no espaço riograndense, constituindo-se em uma porção integrante do povo gaúcho.

5.4 Região Cultural 4: a colonização mista

A inserção dos imigrantes alemães e italianos no Rio Grande do Sul obteve êxito e, colonizou a porção centro-leste e nordeste do Estado. Essa etnia aumentou significativamente a população, uma vez que as colônias tinham como características a mão-de-obra familiar. As famílias eram numerosas, com aproximadamente 10 a 12 filhos por casal, pois tinham a finalidade de suprir a necessidade de braços para as lavouras.

No entanto, à medida que a família crescia, o lote de terra se tornava insuficiente, ocasionando a procura por terras cultiváveis. Como a porção norte do Estado ainda apresentava “vazios” demográficos foi possível viabilizar a implantação de colônias agrícolas nessa porção do espaço gaúcho. Assim, vários descendentes de italianos e alemães oriundos das chamadas Colônias Velhas, por terem sido as primeiras a serem implantadas no extremo sul do Brasil, se destinaram para o norte, em uma nova frente de colonização.

Além dos colonos que já estavam no Estado, foram destinados para o norte gaúcho novos contingentes populacionais, delimitando uma fase em que o processo imigratório no Rio Grande do Sul caracterizou-se pela inserção de etnias diversificadas, como poloneses, judeus e japoneses, dentre outros povos que vieram em menor proporção. A corrente povoadora expandiu-se pelo norte gaúcho e originou vários municípios, cujas principais características estão atreladas a pequenas unidades territoriais, onde a população rural é significativa se comparada a urbana, além da composição étnica diversificada.

Tal situação permitiu a formação de uma grande área territorial povoada através da colonização, sobretudo por alemães, italianos e poloneses, que originaram a região cultural 4, de colonização mista. Essa região cultural abrange, praticamente, toda a porção norte do Estado, com exceção de alguns municípios situados no centro-oeste, que ainda preservam a herança portuguesa e espanhola, materializada através da atividade pecuarista e dos códigos culturais que identificam o gaúcho típico. Essa diferenciação espacial pode ser observada através do tamanho dos municípios, uma vez que, os que se originaram através das estâncias possuem maiores extensões, pois não apresentaram sucessivas divisões que

resultassem na emancipação de novos municípios. Enquanto que, os municípios formados através do processo colonizador possuem pequenas extensões territoriais, fruto das inúmeras divisões administrativas realizadas em função da formação de vários núcleos de povoamento. (Quadro 20). (Figura 15).

A formação de novos núcleos de colonização no norte gaúcho reflete os fluxos migratórios internos que ocorreram no Estado, ou seja, a expansão e desenvolvimento da agricultura e das etnias em solo gaúcho, proporcionando a diversificação das atividades econômicas, bem como, dos códigos culturais implícitos em cada grupo social.

A organização do espaço da região cultural 4 segue os mesmos moldes das primeiras colônias agrícolas implantadas no nordeste do território gaúcho, através de lotes coloniais desenvolvidos com mão-de-obra familiar, primando pela agricultura diversificada. Constitui-se na maior região cultural em número de municípios, e a segunda maior em extensão territorial.

As transformações econômicas ocorridas em escala global acarretaram algumas modificações quanto a matriz produtiva dos municípios que compõe essa região cultural. A base essencialmente colonial e diversificada cedeu lugar a culturas como a soja, o trigo e o milho, que se expandiram pelo norte com o processo de modernização da agricultura. (BEZZI et al, 2006).

O caráter minifundiário da região cultural 4 mantém-se até a atualidade e, embora predomine a soja, trigo e milho como lavouras comerciais. A diversidade ainda se faz presente via culturas atreladas ao consumo diário, como hortifrutigranjeiros e fruticultura, além da significativa presença da avicultura. A necessidade de se obter produção em pequenas extensões de terra originou uma tradição avícola no norte gaúcho, onde os imensos aviários compõem a paisagem e já se tornaram característicos. (BEZZI et al, 2006).

Pode-se dizer então que a região cultural 4 constitui-se em um recorte espacial com características diferenciadas no que se refere a sua estrutura produtiva, mesmo que tenha se originado através da colonização, a exemplo da Serra Gaúcha. As regiões culturais que compõe o Estado, além das diferenças culturais, apresentam singularidades quanto a produção econômica, tendo em cada uma, um produto responsável pela sua matriz produtiva e, que de certa forma, a torna singular.

Região Cultural	Origem étnica	Municípios
Região Cultural 4	Mista	<p>Ajuricaba, Alegria, Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, André da Rocha, Alecrim, Alto Alegre, Augusto Pestana, Barão, Barão de Cotegipe, Barra da Guarita, Barracão, , Barra do Ribeiro, Bom Jesus, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Boa Vista das Missões, Boa Vista do Incra, Boa Vista do Cadeado, Bom Progresso, Braga, Cahoeira do Sul, Cambará do Sul, Campina das Missões, Campo Novo, Candido Godói, Capão Bonito do Sul, Cruzaltense, Catuípe, Cerro Grande do Sul, Coqueiros do Sul, Coxilha, Cristal do Sul, Caiçara, Campos Borges, Canguçu, Cerrito, Cerro Grande, Carazinho, Charrua, Chuvisca, Colorado, Coronel Bicaco, Derrubadas, Dezesseis de Novembro, Doutor Ricardo, Dilermando de Aguiar, Entre Rios do Sul, Eldorado do Sul, Entre-Ijuís, Erebango, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Esmeralda, Esperança do Sul, Estação, Eugenio de Castro, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Frederico Westphalen, Gaurama, Getúlio Vargas, Gramado dos Loureiros, Humaitá, Ibirapuitã, Ibirubá, Ijuí, Independência, Inhacorá, Irai, Itaara, Itati, Itatiba do Sul, Jacuizinho, Jacutinga, Jaquirana, Jarí, Jóia, Lagoa Vermelha, Lajeado do Bugre, Marcelino Ramos, Mormaço, Mariano Moro, Mata, Mato Queimado, Maximiliano de Almeida, Miraguaí, Muitos Capões, Não-me-Toque, Nicolau Vergueiro, Nonoai, Nova Ramada, Novo Barreiro, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Palmitinho, Pinhal da Serra, Pirapó, Paulo Bento, Planalto, Pontão, Ponte Preta, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Pouso Novo, Quatro Irmãos, Redentora, Restinga Seca, Rio dos Índios, Riozinho, Rondinha, Rolador, Ronda Alta, Roque Gonzáles, Sagrada Família, Salto do Jacuí, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, Santo Antonio do Palma, Santo Antonio do Planalto, Santo Augusto, São José das Missões, São José dos Ausentes, São Vicente do Sul, Tapes, Três Arroios, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Pedro das Missões, São Pedro do Sul, São Valentim, São Valentim do Sul, São Valério do Sul, Sarandi, Seberi, Sede Nova, Segredo, Senador Salgado Filho, Sete de Setembro, Tabai, Tapejara, Tapera, Tenente Portela, Tio Hugo, Tiradentes do Sul, Toropi, Tuparendi, Três de Maio, Três Palmeiras, Tucunduva, Ubiretama, Vicente Dutra, Vitória das Missões, Vacaria.</p>

Quadro 20: Região Cultural 4 – o povoamento misto no Rio Grande do Sul.

Fontes: FEE (1985); IBGE (2007); Trabalho de Campo (2006-2007).

Org.: BRUM NETO, H., 2007.

Região Cultural 4

Mista

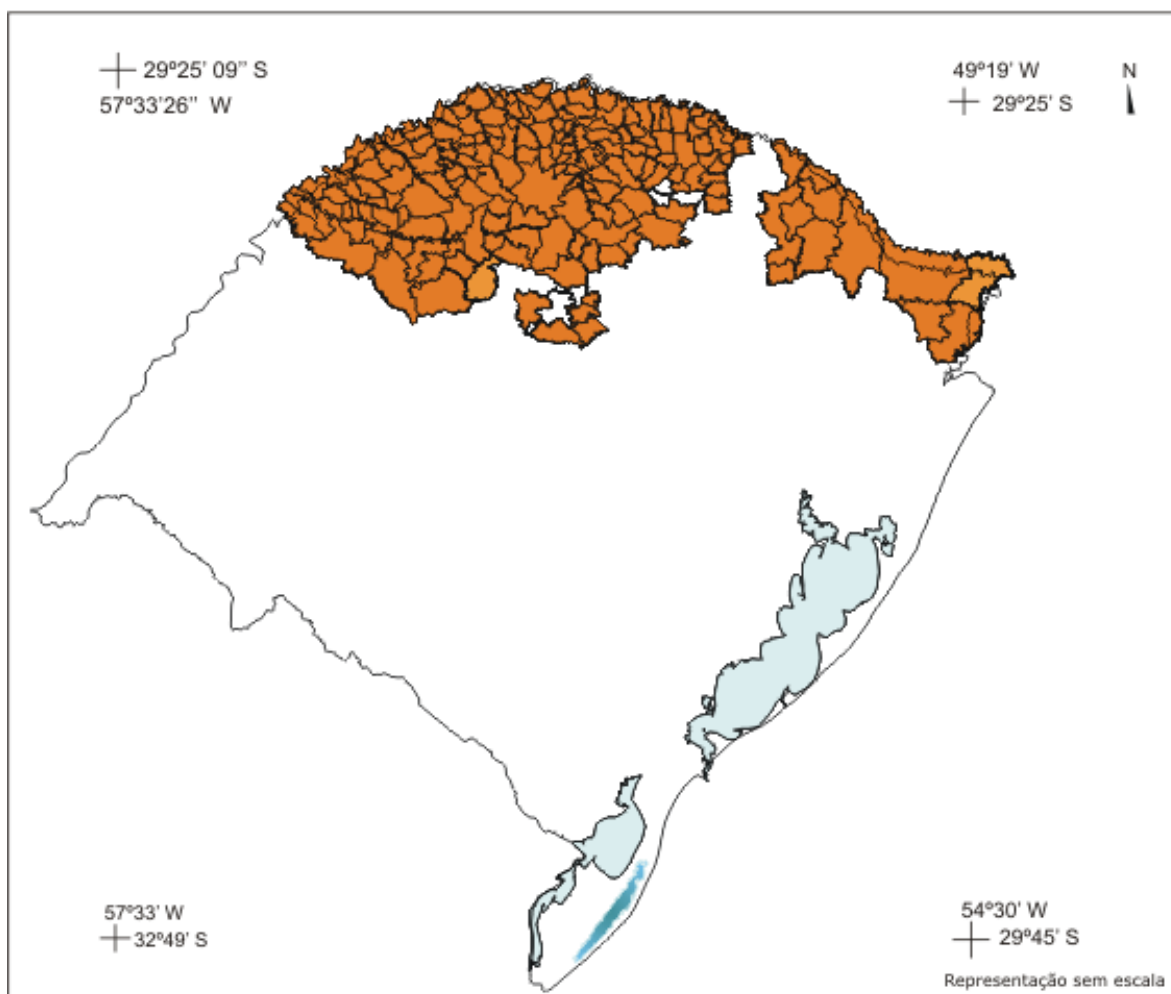


Figura 14: Região cultural 4 - mista.

Fonte: FEE, 1997.

Org.: BRUM NETO, H.,; GIORDANI, A. C., 2007.

Evidencia-se, então, a participação da economia no processo de identificação cultural, uma vez que, cada etnia organiza o espaço de acordo com suas crenças e valores e, também, através das técnicas que dispõem. São orientações proporcionadas pela cultura, que é vivenciada pelos membros de um grupo social,

ao mesmo tempo em que tem sua origem e desenvolvimento atrelado ao cotidiano dos mesmos e, portanto, passível de transformações.

Do ponto de vista cultural, os alemães e italianos que se inseriram na região cultural 4, embora convivendo com outras etnias, formaram grupos sociais distintos, que procuraram manter a expressividade via códigos culturais, ao mesmo tempo em que a integração torna-se uma das características essenciais dessa porção do espaço gaúcho. Ressalta-se que a individualização dessa região segue os parâmetros culturais que orientaram os outros três recortes espaciais que compõem o Rio Grande do Sul, ou seja, a expressividade da cultura, salientando que, para a região cultural 4 não se configurou em função de uma única etnia em particular.

Tanto os alemães, quanto os italianos mantêm os mesmos códigos culturais relativos a sua descendência de origem, com uma particularidade, não são majoritários no espaço cultural, pois o dividem com outras culturas, compondo uma diversidade. Um estudo mais detalhado a respeito dessa questão pressupõe eleger como escala de análise o local, que permitiria a representação espacial da distribuição dessas culturas nos limites municipais⁶⁷.

Referindo-se a diversidade das Novas Colônias e, procurando especificar como ocorre a relação heterogenia (diversas etnias num mesmo espaço) e homogenia (predomínio em uma unidade espacial menor, como um bairro ou distrito), sem anulação das características distintivas de cada cultura, Lazzaroto (1987, p. 59) salienta o caso da formação da Colônia de Ijuhy, em 1890, que

[...] passou a receber imigrantes de diversas nacionalidades européias e filhos de descendentes procedentes das chamadas “Colônias Velhas” área de colonização antiga do Rio Grande do Sul. Os imigrantes naturalmente procuravam reunir-se em comunidades etnicamente homogêneas. Desta forma, vários pontos do município são identificados pela hegemonia de determinado grupo étnico. O “Povoado Santana” é um destes locais no qual os imigrantes poloneses tornaram-se hegemônicos e a localidade é efetivamente identificada como “polonesa”. Isto não significa que haja exclusividade polonesa, pois muitos moradores têm outra procedência.

O autor salienta, ainda, que a predominância do grupo étnico identifica uma comunidade, tendo como base a manutenção das suas características distintivas, com ênfase para a língua, o parentesco, a religião e a própria nacionalidade.

⁶⁷ Em virtude da escala de análise desse estudo e da generalização realizada em função da regionalização das culturas no espaço riograndense, teve-se a participação das etnias em cada município que a compõem e, não exatamente, a sua localização em nível local.

Existe um conjunto de fatores que delimitam o grupo social e o tornam diferenciado dos demais grupos existentes, num constante processo de identificação, em que predominam códigos culturais específicos para cada etnia que compõe um determinado recorte espacial.

A materialização dos códigos culturais alemães e italianos no espaço ocorre nos mesmos padrões que nas regiões culturais em que suas etnias predominam, porém, na região cultural 4, compõe apenas uma parcela do espaço. Pois, o “todo” constitui um mosaico étno-cultural, composto por formas características de etnias distintas. A exemplo tem-se o município de Ivoti, cuja origem está atrelada a colonização alemã e, a posterior inserção de imigrantes japoneses. A composição étnica diversificada no espaço do norte riograndense tornou-se uma característica comum dessa porção do espaço gaúcho, que teve suas bases municipais fundadas através da inserção de etnias diferentes num mesmo espaço, mas que procuraram manter suas características distintivas.

Dentre as etnias que compuseram a região cultural 4, além dos alemães e italianos, destaca-se a presença significativa de poloneses. Desse modo, tem-se o polonês como uma das culturas formadoras deste recorte espacial, devido ao seu contingente étnico, formando, muitas vezes “ilhas culturais”, por terem sua maioria comprovada na formação municipal.

No Rio Grande do Sul, os poloneses têm sua expressividade atestada através dos números, perfazendo aproximadamente 50.300 imigrantes entre os anos de 1872 a 1914. (GRITTI, 2004). Tal situação originou o que se convencionou denominar de “ilhas” culturais, particularmente, para aqueles municípios onde a etnia polonesa predomina em número.

Dessa forma, têm-se como ilhas culturais polonesas no Rio Grande do Sul, os municípios de Áurea (1906), Centenário (1900), Dom Feliciano (1875), Guarani das Missões (1891), Mariana Pimentel (1888) e São Marcos (1885). A maioria da população desses municípios descende dos pioneiros, imigrantes poloneses que fundaram colônias agrícolas no Estado e materializaram no espaço as características distintivas da sua cultura. (FEE, 1985).

Outros municípios também receberam contingentes populacionais de origem polonesa, como Ijuí, Erechim, Carlos Gomes, Nova Bassano, Nova Roma do Sul, Caxias do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Guaporé, Barão do Triunfo, Porto Alegre,

Rio Grande, Jaguari. (FEE, 1985; LAZZAROTTO, 1987; MARQUES, 2002; GRITTI, 2004).

Ressalta-se que, nesses municípios, os poloneses não compõem a maioria étnica, pois em Nova Bassano, Nova Roma do Sul e Caxias do Sul predominam a etnia italiana e, em Porto Alegre e Rio Grande não se identifica uma cultura formadora, devido ao nível de desenvolvimento desses centros urbanos e a expressividade de seus contingentes populacionais, oriundos de diversas partes do Rio Grande do Sul.

A vinda de imigrantes poloneses para o Brasil constituiu-se um marco temporal para o Estado, devido à inserção de uma cultura diferenciada das demais que já habitavam o Rio Grande do Sul e a possibilidade de povoamento da sua porção norte e, para os imigrantes, devido ao fato de que, a nova terra, representou a possibilidade voltar a ser poloneses. Tal situação aliou as necessidades dos dois países, o Brasil, que necessitava de mão-de-obra para desenvolver a agricultura e a Polônia, que estava assolada por invasões e conflitos, onde o povo não possuía expressividade cultural e cívica, uma vez que, seus direitos foram suprimidos pelas nações que invadiram o território polonês.⁶⁸

No Rio Grande do Sul, embora as dificuldades enfrentadas para a implantação do lote colonial, além do isolamento em virtude da distância dos centros urbanos mais desenvolvidos em fins do século XIX e pela própria questão cultural, que envolve a diferença de linguagem, afetando a comunicação, os poloneses puderam se reconhecer e ser reconhecidos como tais. O processo de identificação resgatou a identidade polonesa, que se expressou e se materializou no espaço gaúcho, enfatizando alguns códigos culturais específicos inerentes a essa etnia.

A língua polonesa teve sua prática nas comunidades rurais com predomínio da sua etnia, sendo praticada na família, nos cultos religiosos e nas escolas, para alfabetização das crianças. A expressividade da língua polonesa ainda se faz presente na atualidade, assim como nos demais grupos culturais que compuseram o Estado, sendo frequentemente praticado na família, com ênfase para os mais velhos.

De maneira geral, essa etnia enfrentou dificuldades de manifestação cultural, com ênfase para a língua, através das campanhas nacionalistas do Governo de

⁶⁸ Reveja o contexto histórico que motivou o processo migratório Polônia-Brasil no Capítulo 4, item 4.4.

Vargas. (LAZZAROTO, 1987). Tal situação acarretou dificuldades de expressão cultural para todas as etnias que se instalaram no Rio Grande do Sul, com exceção da região cultural 1, portuguesa e espanhola, que já se encontrava aclimatada ao País e a cultura riograndense de forma geral, sendo que, Vargas tem sua origem atrelada a essa porção do espaço gaúcho.

De acordo com Lazzaroto (1987), a forte pressão exercida pelo contexto cultural majoritário, somado as pressões governamentais para salientar a nacionalidade sobre os grupos étnicos, não impediu que esses grupos mantivessem “viva” a sua cultura de origem.

As questões inerentes à identidade não se constroem pela imposição ou por decretos. A cultura é originada e vivenciada por uma comunidade, responsável pela criação, desenvolvimento e manutenção dos códigos culturais que lhes são próprios, caso contrário, todos os povos que experimentaram processos migratórios, não teriam saído de sua terra natal em função dos conflitos e da supressão dos direitos de expressão cultural. Pois, a cultura é inerente ao ser humano, uma vez que guia suas atitudes e propõe respostas às indagações que se apresentam de acordo com as suas crenças e valores.

Nesse sentido, ressalta-se, a importância da coesão social, em torno da língua e de instituições como a família, a religião e os costumes, que se constituem em formas eficazes de manutenção cultural. A união sobre um espaço contínuo e a sociabilidade em torno de crenças comuns, tornam viável a conservação dos códigos, uma vez que, se configuram estruturas permanentes em relação as práticas culturais.

Salienta-se, então, como uma forma de coesão social e manutenção das práticas culturais a religiosidade, que para os poloneses centra-se no catolicismo, como afirma Racoski (2006), quando diz que

A religião acabou se tornando uma espécie de elo entre os imigrantes. A fé católica deu-lhes os subsídios para que não desistissem da difícil jornada. Era nas capelas construídas nos núcleos coloniais que os imigrantes encontravam-se para espantar a solidão, comentar o cotidiano e rezar o terço. A vida social começava a girar em torno da religiosidade.

As missas eram uma constante no cotidiano dos imigrantes poloneses, assim como as orações em família, sobretudo a noite, quando se reunia toda a família. As bênçãos eram comuns, com ênfase para a saúde, os animais e a lavoura. (LAZZAROTO, 1987). As práticas religiosas organizadas em função das atividades

realizadas nas colônias, tal como ocorria nos núcleos italianos da região cultural 3, enfatizado por Costa (2007), eram constantes nas porções colonizadas pelos poloneses. Era uma forma de se obter a benção divina para o trabalho, revelando as crenças do grupo cultural, que muitas vezes, pediam a benção para a lavoura recém semeada, acreditando que, dessa forma, estariam protegidos contra pragas e doenças.

A presença de um altar, ou seja, um oratório com imagens de santos de devoção, crucifixo, terço, água benta, velas e flores de papel eram costumes nas comunidades polonesas, sendo que, em geral, situavam-se na sala. Nesse local, que representava uma porta de comunicação com o divino, que se realizavam as orações em família e os encontros em grupos maiores, para as novenas em prol de alguma benção. (LAZZAROTO, 1987).

Um costume polonês que pode ser encontrado em outras partes do Rio Grande do Sul é a benção realizada no Domingo de Ramos, onde os remos benzidos eram guardados no lar e, em momentos de tempestade queimava-se uma parte dessas acompanhado por uma oração. As velas bentas também faziam parte desse ritual de benzimento da tempestade, pois se acredita que “acalme” o temporal. Além disso, constatam-se outros benzimentos realizados que compõe as crenças polonesas, como o benzimento da bicheira de animais⁶⁹, do machado⁷⁰, para verrugas⁷¹, sal grosso no fogo⁷², cobreiros, sexta-feira da paixão⁷³ e colheita da marcela. (LAZZAROTO, 1987).

As crendices populares variam de acordo com a cultura, mas em geral, refletem a sabedoria popular e, também, os mitos criados em torno de alguns elementos naturais, principalmente a água, que desde a antiguidade, diversos povos acreditam ter poder curativo e de purificação.

⁶⁹ Consiste em assinalar a pegada do animal com uma faca na terra através da marca da pisada pela pata e, cortava-se ao redor da pegada com a mesma faca, repetindo três vezes “Morre esta bicheira por força de Deus, Pai, Filho”. Sendo que, a terra da pegada do animal deveria ser virada.

⁷⁰ Para tempestade. Deveria sair da residência com o machado nas costas e dar três piques no chão ou em um cepo, deixando-o caído na última vez.

⁷¹ Ao pôr-do-sol deve-se ir a um rio ou lagoa, com tantos grãos de milho quantas forem as verrugas, virar de costas para a água e encostar cada grão em uma verruga, jogando-o para trás, na água. Deve-se sair sem olhar e, não retornar ao local por pelo menos um mês.

⁷² Serve para acabar com as maledicências (fofocas) e, também para ganhar carne fresca, no caso, se um vizinho estiver carneando um animal.

⁷³ Lavar o rosto em água corrente antes do nascer do sol para tirar as impurezas e evitar doenças na face.

A religiosidade está atrelada as festividades das diversas culturas e, para os poloneses esses códigos culturais se relacionam a medida que se realizam homenagens as divindades. Como católico, o polonês celebra datas comuns ao cristianismo, como Natal, Páscoa, Corpus Christi e outras datas referentes aos santos de devoção.

Salienta-se, também, a realização das festas de casamento, que segundo a tradição polonesa segue alguns rituais como a despedida antes de ir para a igreja, onde os noivos beijavam um crucifixo segurado pelos pais. Sacramentado o matrimônio, na volta á casa, a comemoração incluía foguetes e, a mãe da noiva oferecia um pão em uma bandeja, simbolizando a fartura para a nova família, enquanto o pai oferecia vinho. (LAZZAROTO, 1987).

A festa durava dias, com início na sexta-feira a noite e, somente findava na madrugada de domingo, acompanhada de comida, sendo que na sexta-feira, a janta incluía mondongo, mocotó, pão e vinho. No sábado pela manhã, o café era composto por leite, açúcar, pão, cucas, manteiga, diversas qualidades de bolachas, salame cozido, queijo de porco (miudezas, carne e couro). No almoço era servido diversos tipos de carne assada no forno, como leitões e gado, além de macarronada, pão, cuca e saladas, tudo acompanhado por vinho. No jantar de sábado eram servidas galinhas recheadas e assadas no forno, ovos, pão, cuca, doces e vinho. A meia-noite era a vez do salame cozido ou assado, pão, cucas, bolachas, vinho ou café. (LAZZAROTO, 1987).

O fim da festa era sinalizado quando a madrinha tirava o véu da noiva, no meio da sala, sob o olhar dos presentes, enquanto alguém entoava alguma canção. Como costume, o noivo se responsabilizava pela casa e a noiva pelos móveis e utensílios e, por vezes, alguma rês, porco e aves. No domingo, os convidados se reuniam novamente para comemorar o segundo dia do casamento, em uma festa denominada *poprawiny*, em que se repetia a dança, o almoço e o café da tarde. (LAZZAROTO, 1987).

Eram comuns, também, as festas comemorativas em datas como aniversário, em que, a vizinhança invadia a casa do homenageado, com música, tiros e cantos. Assim, iniciava-se a festa em que deveriam ser oferecidas iguarias, como doces e aperitivos. Havia também os bailes organizados pelas escolas nos domingos, uma vez que, a igreja não permitia esse tipo de diversão aos sábados. (LAZZAROTO, 1987).

Percebe-se que, nas festividades polonesas a culinária teve destaque, a medida que, até mesmo os rituais, como casamento e aniversário eram comemorados com mesa farta e diversas refeições. A culinária típica polonesa inclui pratos como *pierog*⁷⁴, *borch*⁷⁵, *salceson*⁷⁶ e *czarnina*⁷⁷, além de diversos pratos a base de carne de porco, tanto assada, como na forma de murcilha e lingüiça. (ZERO HORA, 2001).

Outro código cultural que se materializou na paisagem gaúcha é a casa polonesa, geralmente, de madeira, com detalhes denominados de lambrequins, que contornam a casa. A casa polonesa apresenta alguns detalhes bem peculiares, como desenhos nas paredes, como plantas e animais, com destaque para as flores. A cor também é um elemento importante, onde o azul representa a harmonia do ambiente e, de certa forma, predomina sobre as demais tonalidades. (GRAEFF JÚNIOR, 2006).

Ressalta-se o hábito das mulheres polonesas de enfeitar as casa com panos de parede bordados, com motivos que incluem pássaros ou flores, além de mensagens como: Bom Dia! Deus está neste lar! Bem vindo a este lar! As flores de papel, também se constituem em uma tradição polonesa. Eram usadas para enfeitar os quadros dos santos ou para montar coroas levadas ao cemitério no dia de Todos os Santos, mais valorizado do que o dia de Finados. A madeira talhada é outro hábito atrelado à cultura polonesa, onde se fabricavam gamelas, mesas, bancos, cadeiras, potes de flores, dentre outros objetos. (LAZZAROTO, 1987).

No vestuário típico polonês têm destaque as roupas caseiras, de uso cotidiano, feitas de panos ou riscados fortes, que cobriam todo o corpo. Para os homens, era comum o uso do coturno ou borzeguins. Aos domingos, a roupa de uso cotidiano cedia espaço para uma roupa de fazenda ou de seda, ambas estampadas, que também cobriam todo o corpo. Para o domingo, o vestuário de domingo reservava calças mais largas e compridas, acompanhadas de casaco ou paletó, tendo como acessório o chapéu de aba larga. O uso do lenço era mais comum, uma vez que a gravata não era considerada uma veste para o trabalhador da roça. A roupa de domingo era, também, a roupa usada nas festividades, mas apresentavam algumas

⁷⁴ É uma espécie de pastel cozido recheado com requeijão e ovos, podendo também, ter carne ou batata.

⁷⁵ É uma sopa de beterrabas.

⁷⁶ Mais conhecido como queijo de porco.

⁷⁷ É preparada com carne de pato e lembra a galinha ao molho pardo.

curiosidades no que se refere aos acessórios, como o hábito masculino de carregar um “38” na cintura, enquanto as moças, mais sutis, levavam um leque. (LAZZAROTO, 1987).

Pode-se considerar que, a cultura polonesa inserida no Rio Grande do Sul diversificou o território gaúcho a medida que trouxe códigos culturais específicos dessa etnia e, permitiu a manifestação dos aspectos mais relevantes da sua cultura. A expressividade cultural constituiu-se em um dos fatores fundamentais para a organização do espaço gaúcho, uma vez que, cada grupo cultural se manifesta com características próprias, mesmo que, desenvolvendo atividades comuns, como a agricultura, o pressuposto para sua inserção nas terras sulinas.

Os poloneses compõem diversos municípios da região cultural 4, seja em menores proporções ou, como grupo cultural majoritário, formando as “ilhas” culturais polonesas que compõem o território riograndense. Destaca-se que, em geral, compõem-se de grupos que mantêm as tradições de origem e as cultuam, em datas comemorativas específicas da sua cultura, ou em festividades atreladas a questão imigratória polonesa no Rio Grande do Sul.

A diversidade característica da região cultural 4 abrange além de alemães, italianos e poloneses, os japoneses, um povo de cultura totalmente diferenciada do que se conhecia no Estado até sua inserção. A predominância das culturas europeias nos fluxos migratórios que colonizaram o sul do Brasil fez com que, os japoneses, se destaquem do ponto de vista étno-cultural.

Desse modo, pode-se dizer que, os japoneses constituem uma cultura diferente, em termos de códigos culturais, das demais etnias que se inseriram no Rio Grande do Sul como imigrantes. Foi o contingente populacional mais significativo de orientais que vieram compor o território gaúcho, mas pequeno se comparado aos fluxos europeus de alemães e italianos, ou mesmo, da sua própria etnia, porém, tendo como destino São Paulo. De acordo com Kimura (2007), a imigração japonesa no Estado remete a agosto de 1956 quando

[...] vinte e três jovens japoneses cheios de aspirações desembarcaram no porto de Rio Grande. Embora por aqui já houvesse alguns japoneses, este foi o começo sistemático da imigração japonesa no Rio Grande do Sul⁷⁸. E hoje, às vésperas de completarmos cinquenta anos de imigração, temos cerca de mil e quinhentos japoneses e três mil descendentes em todas as regiões do Estado. A principal vocação dos japoneses foi e continua sendo

⁷⁸ Até então, a entrada de japoneses no Estado ocorria de forma indireta, com imigrantes vindos de outros Estados. (GAUDIOSO, 2007).

a agricultura, mas à medida que o tempo foi passando, eles começaram a contribuir para o desenvolvimento do Estado também em outras áreas.

Destaca-se que, anteriormente fez-se uma primeira tentativa de colonização no estado, em agosto de 1936, na região de Santa Rosa, particularmente, no município de Horizontina, onde foram estabelecidas dezoito famílias japonesas por uma empresa de colonização, a Companhia Ultramarina de Empreendimentos, com sede no Japão. Porém, o empreendimento fracassou, principalmente, pela iminência da Segunda Guerra Mundial. Os imigrantes deixaram a colônia de Santa Rosa e dispersaram-se pelos outros estados brasileiros, e alguns deles mudaram-se para a região de Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo e seus arredores. (GAUDIOSO, 2007).

Dentre os municípios gaúchos que receberam imigrantes japoneses destacam-se Ivoti, que mantém uma significativa parcela da sua população oriunda dessa etnia, além de São Leopoldo, Gravataí, Itapucá, Viamão, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Itati, Ijuí, Bagé, Cahoeira do Sul, Cruz Alta, Carazinho e Passo Fundo. (FEE, 1985; GAUDIOSO, 2007).

Dentre os municípios que receberam imigrantes japoneses, ressalta-se Ivoti, conhecido até então, pela colonização germânica iniciada em 1826. Das construções típicas alemãs que marcam, ainda hoje, as paisagens de Ivoti, os japoneses, trouxeram uma contribuição importante do ponto de vista cultural, os códigos responsáveis pela sua identificação, proporcionando uma diversidade etno-cultural para o município. Desse modo, em 1966, mais de um século após terem se instalado os primeiros imigrantes alemães, Ivoti recebeu as primeiras famílias japonesas, em torno de vinte e seis, originando uma colônia japonesa em pleno solo riograndense e, junto a uma colônia alemã já estabelecida. (WWW.IVOTI.RS.GOV.BR/HISTORIA, 2007).

O município de Ivoti torna-se um exemplo da convivência entre duas culturas totalmente distintas num espaço próximo, mantendo as características reveladoras da sua origem étnica, ou seja, materializou-se no espaço tanto a cultura alemã, quanto a japonesa, em comunidades distintas, mas responsáveis pela construção de um espaço político-administrativo comum. A manifestação da cultura oriental, representada pelos japoneses, através das roupas, da língua, das atividades cotidianas, e dos códigos culturais que os identificam, principalmente o inconfundível tipo físico “contrastam” com os costumes alemães, das bandinhas de música, dos

bailes de *kerbs*, da culinária, dentre tantas outras simbologias responsáveis pela sua identificação.

Mas a inserção de japoneses no Estado trouxe, em meio a outras contribuições, o hábito e a expansão do hortifrutigranjeiros, ou seja, o gaúcho agregou ao cardápio, a salada. Embora já praticado nas colônias alemãs e italianas, o japonês se especializou no comércio de verduras e frutas em diversos municípios gaúchos, com ênfase para a uva de mesa e o kiwi.

As flores, o artesanato em cerâmica, as artes marciais e disciplina compõem a essência cultural da herança japonesa no Estado. No município de Santa Maria, a tradição nos ramos de hortifrutigranjeiros e flores, com a materialização de diversas floriculturas identifica os descendentes de japoneses, principalmente, devido aos sobrenomes que denominam suas casas de comércio, como Yamamoto, Kyiama e Toschi, dentre outros.

Da gastronomia japonesa, tornaram-se conhecidos no Brasil o sushi, o sashimi e o sache. Além do hábito de comer peixes, em geral crus. As artes marciais tornaram-se populares no País de forma geral, sendo praticadas não só por membros dessa etnia, mas por todos aqueles que seguem como adeptos da filosofia de vida que tal atividade prega. De acordo com Kimura (2007), existem cerca de 1500 japoneses e 3000 descendentes vivendo no Rio Grande do Sul, os quais procuram expressar seus códigos culturais distintivos, não só pela “aparência” diferenciada, mas seguindo as suas tradições e costumes.

Neste contexto, considera-se que, dos primeiros grandes fluxos migratórios que colonizaram a região cultural 4, sejam internos, de imigrantes e descendentes oriundos das Colônias Velhas, ou mesmo, por novos contingentes populacionais, que englobaram tanto alemães, quanto italianos, até a vinda de poloneses e japoneses, se passou mais de um século, que representou o povoamento efetivo do norte gaúcho. Anteriormente, foram séculos de “esquecimento”, em que nas terras sulinas predominavam os nativos, livres ou aldeados nas Missões jesuíticas, com a posterior ocupação pelos portugueses e espanhóis na metade sul, ao implantarem as estâncias e definirem as fronteiras do Rio Grande do Sul.

Portanto, o processo migratório que se concretizou no sul do Brasil obteve o êxito esperado e, foi além, originou um povo com hábitos diferenciados, que se reconhece no “todo” como gaúcho e, mesmo assim, mantém as particularidades intrínsecas ao contexto regional, ou seja, as características distintivas da sua cultura

de origem. Se reconhece como formador, uma das partes que contribuiu para o desenvolvimento e formação da cultura gaúcha, entendida não somente como o gaúcho típico, oriundo da Campanha, mas por todos que se identificam como tal e que cultuam as tradições do povo do Rio Grande do Sul.

A configuração do Estado através das etnias que se inseriram no seu contexto histórico, formou paisagens singulares, dotadas de significados, que não foram “apagadas” pelo tempo, constituindo um marco da resistência e da materialidade da cultura no espaço. Nesse sentido, a região cultural 4, apresenta paisagens diversificadas em função das etnias que a compõem e que materializam nesse recorte espacial gaúcho seus códigos culturais. Mesmo tendo sido colonizada, sobretudo, por culturas oriundas da Europa, existe um marco na paisagem dessa região cultural, como testemunho da existência e das obras indígenas anteriores a presença das etnias majoritárias que compõem atualmente a metade norte do Rio Grande do Sul.

As ruínas de São Miguel fazem referência à existência da civilização formada pelo aldeamento dos nativos no noroeste gaúcho. Além da materialidade representada pelas formas, ou o que sobrou das construções, são resgatados vários aspectos da primeira tentativa de vida em sociedade no Estado. Formou-se uma composição complexa, com modo de vida estruturado em função da religiosidade, mas que abarcou família, economia, trabalho, arte, dança e música. E, em virtude da grandiosidade da obra realizada nas Missões e o que representa para o Estado do ponto de vista cultural, pode-se fazer algumas considerações a respeito das contribuições desse momento histórico para a cultura gaúcha como um todo.

Nesse contexto, pode-se dizer que a atual configuração socioespacial do Rio Grande do Sul tem suas origens atreladas aos primeiros habitantes do Pampa, os nativos, que se dividiam em tribos dispersas no extremo sul do Brasil. Mesmo sendo considerados “selvagens” pelos colonizadores portugueses e espanhóis, o nativo riograndense desenvolveu códigos culturais expressivos, que serviram de base para a formação do gaúcho típico.

A regionalização⁷⁹ dos nativos no território gaúcho em função da tribo ou etnia a que pertencia não existe mais, devido aos processos de ocupação e povoamento que acarretaram a retração dos povos indígenas, à medida que o território foi

⁷⁹ Ver mais sobre a dispersão e regionalização do nativo riograndense no Capítulo 3, item 3.3- A ocupação inicial do Rio Grande do Sul: a inserção de etnias e a construção do gaúcho típico.

conquistado. Esse movimento partiu do sudoeste em direção ao centro e, por fim, ao norte do Estado. Com a implantação das primeiras estâncias para a criação de gado no sul e oeste, em estratégicas linhas fronteiriças, a presença dos Tapes, Minuanos, Arachanes e Ganôas⁸⁰ tornou-se inviável à medida que se expandia o povoamento do português e do espanhol.

Como os povos nativos não deixaram muitos vestígios, têm-se nos relatos históricos e nas ruínas das Missões Jesuíticas situadas no noroeste do Rio Grande do Sul as fontes para se obterem as informações necessárias para reconstruir alguns aspectos da cultura indígena existente no território gaúcho, anterior a presença maciça do português e do espanhol.

Tendo em vista as condições físico-naturais do Rio Grande do Sul, em relação ao clima, compartimentação geomorfológica, distribuição da vegetação e hidrografia, os nativos desenvolveram costumes distintos dos demais “índios” brasileiros, principalmente do centro-norte do País. Não se considera tal afirmação como determinística, mas em virtude das condições de desenvolvimento técnico em que esses grupos se encontravam no momento da inserção do colonizador.

Pode-se dizer que, o meio influenciou de forma significativa sua dispersão e a construção dos seus costumes típicos, em relação aos “materiais” que estavam a sua disposição. Aprenderam a se defender do inverno rigoroso do sul, criando uma espécie de *chiripá* primitivo.

Assim como desenvolveram alimentação mais apropriada para obter energia necessária para sobreviver. Com a descoberta da erva-mate, planta típica do Rio Grande do Sul, das proximidades da Serra do Botucaraí (Candelária), originou o chimarrão, uma bebida obtida através da infusão da erva-mate com água quente, cujo sabor amargo é característico. O nativo também desenvolveu o hábito de comer a carne assada, uma forma mais primitiva do churrasco, mas bastante parecida com a atual. Para tanto, utilizavam-se do fogo de chão e espetavam a carne em um espeto de madeira.

As primeiras transformações nos costumes nativos ocorreram através da catequização realizada pelos jesuítas nas Missões. Os nativos de se deixaram aldear, aprenderam tarefas diversas e, sobretudo, viver em sociedade no sentido de cooperação para o grupo.

⁸⁰ Ver figura 2, no Capítulo 2.

As ruínas de São Miguel das Missões reconstróem um pouco da história dos nativos que a construíram e habitaram aquela porção do espaço gaúcho, desenvolvendo nesse as primeiras noções de vida em sociedade e de grandes construções no extremo sul do Brasil. E, representam a materialização dos costumes dos nativos aldeados e servem como testemunho histórico da presença dos jesuítas espanhóis no Estado.

Embora reste pouco da área construída, através do Museu das Missões, situado dentro da área da Missão de São Miguel pode-se saber que havia diversas construções além da igreja, como casas para os índios, pomar, oficinas de trabalho, ruas, pátios e refeitórios, que permitem reconstituir a arquitetura e a vida social na redução. A descrição do povoado da capital das Missões, São Miguel Arcanjo, é realizada por Francisco Grael, em seu diário (17 de mayo del 1756), quando diz que:

[...] el pueblo consiste em 68 cuadrilongos de 44 varas de largo y 7 de ancho, todos rodeados de corredores de 3 varas, com pilares de piedra de silleria; todas estas casas están divididas em cuartos para lãs famílias de los índios, de manera que formam varias y espaciosas calles, todas tiradas a cordel.

Da imensa construção que originou São Miguel Arcanjo, atualmente resta apenas a parte da igreja. No entanto, os relatos e os desenhos obtidos da frente e das plantas da construção proporcionam uma idéia da dimensão do povoado e da centralização desse na igreja, como salienta o Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, em seu diário (17 de maio de 1756):

“[...] do dito alpendre, pelo qual se entra subindo dois degraus de pedra, e andando cinqüenta e quatro palmos para a porta da igreja; tem outra para cada lado, com altura tal, que não corresponde a altura, feitas com algumas talhas antigas pelas quais se entra para o corpo da dita igreja [...]”

Alguns aspetos do interior da igreja também são descritos pelo Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, em seu diário (17 de maio de 1756), como o batistério:

“A entrada da porta da igreja para a parte direita estava uma capela, onde havia um altar de talha dourada que olhava para dentro da igreja com a pia de batizar, cuja era de barro vidrado de verde, “emmexada” em madeira dourada que não lhe dava pouca graça, sendo a Deus a que verdadeiramente recebiam as crianças que ali iam, com água que saía de duas grandes talhas vidradas também de verde, que pareciam da índia”.

Também se referindo a igreja da redução de São Miguel Arcanjo, Francisco Grael (17 de mayo del 1756), relata que “[...] la iglesia es muy capaz, toda de piedra

de sileria, com três naves y media naranja, muy bien pintada y dorada, com um pórtico magnífico, y de bellissima arquitectura; bóvedas y media naranjas son de madera”.

A tonalidade alaranjada das paredes da igreja ainda permanece atualmente e se sobressai na paisagem das ruínas, contrastando com as gramíneas verdes. A ruína da igreja proporciona dimensionar a grandiosidade da obra, principalmente, ao se considerar a época em que foi construída.

Referindo-se a torre do sino, Jacinto Rodrigues da Cunha, em seu diário (17 de maio de 1756), diz que a “[...] altura da torre até o primeiro sobrado tem trinta e quatro palmos. A altura deste até o das sineiras (onde tem seis sinos), vinte e sete. A altura de toda a torre sessenta e um palmos; sua largura trinta e seis palmos [...]”.

Os nativos aldeados nas Missões, de uma maneira geral, aprenderam rapidamente o ofício ensinado pelos catequizadores espanhóis. Da sua cultura original não materializaram muitos códigos no espaço, com exceção de desenhos e cerâmicas, mas os relatos afirmam que aprendiam facilmente os ensinamentos, com ênfase para a reprodução de imagens em esculturas, as quais ornavam os altares da igreja e outras construções da redução.

Os altares da igreja são relatados pelo Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha (17 de maio de 1756):

[...] onde se vê cinco altares, quatro no cruzeiro, e o maior que é de talha nova ordinária no cruzeiro, da parte do Evangelho tem seis altares, um do Santo Inácio, e outro de Nossa Senhora da Conceição, de muito boa grandeza de talha dourada, e com pinturas modernas, sendo os outros dois antigos e mal acabados, e já acabados por velhos.

A fé católica era materializada no espaço através das imagens sacras talhadas em madeira pelos nativos e nas celebrações religiosas, repletas de orações e musicalidade. Mas além das celebrações havia muitas tarefas a serem desempenhadas na redução, onde cada um tinha uma função, como salienta o Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha (17 de maio de 1756), quando descreve as oficinas construídas para os trabalhos dos nativos:

[...] uma passagem que dava serventia a outro pátio (...) em que havia uma casa com 24 lugares e outras em que davam as fabricas de ouvires, entalhadores, pintores, e uma grande ferraria, armaria, bastantes armazéns, e uma casa forte com prisão e tronco, tudo feito com tal ordem que bem mostravam a superioridade em que viviam aqueles padres.

Percebe-se que além das oficinas com produção diversa, havia várias construções, inclusive uma espécie de prisão e um “tronco”, no qual eram realizadas as punições, caso houvesse necessidade. Também havia depósitos para estocagem da produção obtida na Missão, como descreve o Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha (17 de maio de 1756):

[...] en el segundo pátio estaban los almacenes y las oficinas (...) Em los almacenes se han encontrados alguns tercios de yerba mate, maiz algodón, y em lãs quintas de los índios, que son muchas, se hás hallado em planta, maiz, mandioca, batatas y calabazas, que son los unicos frutos de que abunda esta tierra, y yambién algodones, y asimismo yerbales plantados a mano.

A erva-mate continuou a ser consumida pelos nativos, mas esses passaram a cultivá-la nas proximidades do povoado, não tendo mais tendo que buscá-la a grandes distâncias, como na Serra do Botucaraí. Outro produto cultivado nas roças missioneiras era a mandioca, bastante conhecida dos nativos, além de algodão e batata.

Muitos produtos eram cultivados na horta, denominada de “alpendre da quinta”, como ressalta Francisco Grael (17 de mayo del 1756), quando diz que “[...] trás de todo esto se hall ala huerta cerrada de piedra y siendo muy espaciosa; Tiene vários árboles, como son: narranjos, limones, pinos y otros árboles frutales, com buena galeria que queda destruída por el fuego [...]”.

As casas eram individuais, cada família de nativos possuía a sua. A estruturação das casas é relatada por Jacinto Rodrigues da Cunha (17 de maio de 1756) ao registrar em seu diário que:

[...] uma vila de setenta e sete ilhas de casas de telhas, porém todas térreas, com grossas madeiras lavradas em quadrado de quatorze pilares de pedra cada uma, de altura de onze palmos, com varandas de dez ditos de largo em roda de todas, as quais não tinham mais que uma porta, que olhava para as costas das outras casas, que todas faziam frente ao pátio principal sem terem dentro delas repartimento algum.

Referindo-se aos materiais usados na construção das casas, Francisco Grael (17 de mayo del 1756), revela que “[...] su armazón es de muy buena y fuerte madera, com los trechos de teja, pero lãs paredes son de cañas y barro”.

A estrutura da redução abarcava ainda ruas pelas quais os habitantes dessa transitavam como salienta Jacinto Rodrigues da Cunha (17 de maio de 1756), quando diz que “Ruas principais tem a povoação cinco, cada uma com mil

quatrocentos e trinta palmos de comprimento, e de largo sessenta. Ruas travessas seis, cada uma com mil setecentos e setenta e cinco palmos de comprimento”.

A redução de São Miguel Arcanjo constituiu o maior povoado implantado pelos jesuítas no Rio Grande do Sul, abarcando uma imensa área de campos além do povoado, na qual efetivaram a criação de gado que originou a Vacaria do Mar. A sociedade desenvolvida nas Missões era complexa e incluía uma hierarquia, cujo topo era ocupado pelos padres jesuítas, responsáveis pela implantação e organização das reduções indígenas riograndenses.

A sociedade implantada no noroeste gaúcho se extinguiu com o fim da atividade missioneira, mas deixou uma herança da grandiosidade da obra realizada pelos nativos sob orientação dos jesuítas, através das ruínas da atual São Miguel das Missões. Os vestígios da existência dessa tentativa de socialização do nativo riograndense constituem um dos marcos da paisagem gaúcha na atualidade. Além de testemunhar a aculturação do índio, que passou a viver em grupos regidos por regras sociais sob a fé cristã.

Portanto, as Missões constituem uma referência cultural para o Rio Grande do Sul, principalmente no que se refere à preservação do patrimônio deixado pelos missionários. Deve-se considerar não somente a materialidade das obras realizadas nessa porção do espaço gaúcho, mas também o legado cultural como todo.

Algumas descrições da paisagem, como a obtida através do diário de Jacinto Rodrigues da Cunha (17 de maio de 1756) se faz pertinente ainda hoje, principalmente quanto à característica do sítio:

[...] o mesmo chão, que todo é de barro vermelho; o qual em tempo de sol, com qualquer pequeno vento faz tão grande poeira, que jamais se pode evitar o ficar tudo daquela cor; e havendo chuva, é tão grande a lama e pegajosa, que não se pode dar passo sem enfado [...].

Percebe-se que, os relatos são puramente descritivos, revelando alguns detalhes de forma minuciosa, dessa forma, permitindo a caracterização dessa porção do espaço gaúcho no passado, remetendo ao modo de vida e a materialização das Missões. Pode-se, então, comparar com a atualidade, através dos vestígios deixados pela sociedade que se desenvolveu com a atividade missioneira, a grandiosidade das obras arquitetônicas e a dimensão do povoado.

A organização do espaço urbano das reduções seguia um padrão comum, caracterizado pelo traçado ortogonal, tendo na igreja o ponto de referência, sendo

que na frente da igreja existia uma praça grande, cuja forma era quadrangular. Tal configuração salientava ainda mais essa edificação, tornando-a imponente perante as demais construções. Contíguo ao templo, situava-se o hospital, o colégio, o cemitério e, outras edificações, sendo que ao fundo localizava-se a quinta dos padres, composta por jardim, pomar e horta. As casas, por sua vez, estavam situadas aos lados da praça. Constituíam-se de varanda contínua, formando uma espécie de galeria coberta, ao longo das ruas, que protegia os transeuntes das intempéries. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

As Missões constituíram formas de organização do espaço complexas, que envolveram estruturas físicas e sociais na formação da comunidade. A prosperidade dos povos missioneiros afirma-se através do crescimento populacional que atestou o auge do desenvolvimento dos povos missioneiros. **(QUADRO 21)**.

Missão	1691	1707	1822
São Miguel	4192	3000	600
São Luiz Gonzaga	3049	3997	200
São Nicolau	-	5386	250
São João Batista	2832	3361	300

QUADRO 21 : Evolução populacional das Missões.

Fonte: Museu das Missões/Trabalho de campo, 2007.

Org.: BRUM NETO, H.

A população nativa aldeada tornou-se expressiva, de modo que, algumas reduções tiveram que ser divididas, originando outras, devido ao progresso e ao crescimento populacional, como ocorreu com Santo Ângelo e São João Batista, desmembrados de Nossa Senhora Conceição e São Miguel, respectivamente. (TRABALHO DE CAMPO).

No entanto, destaca-se que, o desenvolvimento das Missões teve como marco temporal do seu declínio o ano de 1750, com o Tratado de Madri, quando os nativos e os jesuítas tiveram que abandonar a margem oriental do rio Uruguai. Seguiu-se a Guerra Guaranítica e o massacre dos povos missioneiros pelos soldados espanhóis, inclusive com a destruição dos aldeamentos. Entre 1759 a 1801 vários decretos legais viabilizaram a expulsão dos jesuítas e o fim da atividade missioneira, que culminou com a invasão das Missões pelo caudilho uruguaio Rivera, que saqueou as imagens, os sinos e os metais presentes nas reduções. (TRABALHO DE CAMPO).

Atualmente, o sítio arqueológico que compõe as Missões está estruturado e organizado, de forma que, permite recontar a história dos povos missioneiros quanto aos aspectos mais relevantes da sua cultura. Compreende as ruínas de um conjunto arquitetônico que ainda guarda a imponência da igreja matriz e, perpassa o recorte temporal que marcou sua destruição, permitindo, ao visitante, realizar uma “reconstrução mental” da primeira tentativa de formação da sociedade no espaço gaúcho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura é uma criação coletiva e renovada dos homens. Ela molda os indivíduos e define os contextos da vida social que são, ao mesmo tempo, os meios de organização e de dominar o espaço. Ela constitui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos. As identidades coletivas que daí resultam limitam as marcas exteriores e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir num mesmo espaço. (CLAVAL, 1999).

O capítulo referente às considerações finais pode ser considerado como um momento crucial, pois como afirma Raffestin (1993, p. 266), “Se existe alguém que, por excelência, nunca poderia nem deveria concluir uma obra, esse alguém é autor”. No entanto, todo estudo investigativo tem como meta tecer informações que venham a contribuir para o enriquecimento teórico-metodológico proposto.

Nesse contexto, a temática dessa pesquisa, tendo como base as regiões culturais, direcionou o entendimento da mesma, entendendo-a como um conceito que expressa movimento em direção a uma realidade.

Escolheu-se o caminho da conceituação de região cultural, por entendê-lo como um conceito essencial para a apreensão das relações espaciais. Também fizeram-se algumas tentativas de materializá-lo através da regionalização das regiões culturais para o Rio Grande do Sul. No entanto, o trabalho também aponta como primordial fornecer subsídios para estudos que proponham depreender o conceito de região cultural em um quadro espaço-temporal.

Ao se buscar a compreensão do conceito de região, afirmou-se que é indispensável contextualizá-lo histórica e espacialmente. É necessário perceber que a região cultural é resultante de interações dinâmicas que ocorrem no espaço geográfico. Nessa perspectiva, o conceito de região cultural é entendido como um quadro de referência fundamental, da sociedade, respaldada na identidade cultural.

Considerando a identidade cultural como um novo paradigma, a região pode ser definida, representada e diferenciada. Dessa forma, a identidade cultural coloca novamente os seres humanos como atores na produção e reprodução da vida social e dos lugares. Valoriza-se a perspectiva humanística sobre a sociedade, passando essa a ser um conjunto de significados expressos em um determinado recorte espacial.

Entende-se que, a região cultural é uma apropriação simbólica do espaço por um determinado grupo, o qual também é elemento constitutivo da identidade regional. A região, sob o enfoque da identidade cultural, passa novamente a ser entendida como um produto real, é concreta, existe. Ela é apropriada e vivida por seus habitantes, diferenciando-os dos demais, principalmente, pela identidade que lhe confere o grupo social.

Estudar a região sob a perspectiva da identidade cultural é manipular o código de significações nessa representado, ou seja, para compreender uma região cultural, é preciso vivenciá-la.

Nesse contexto, a análise espacial viabilizada pelo viés cultural centra-se na relação sociedade-natureza, entendida como a transformação do meio pelo homem, enquanto membro de um grupo social, que tem suas atitudes guiadas por um sistema de códigos culturais. Para entender a organização do espaço por uma cultura específica, deve-se apreender a concepção de cultura, resgatando as matrizes teórico-metodológicas que guiam os estudos culturais, para que os mesmos não sejam considerados deterministas.

A relação entre cultura e Geografia é antiga e perpassa mais de século desde os primeiros estudos realizados por Ratzel e La Blache. As dicotomias geográficas foram superadas e, a Geografia Cultural afirma-se com um subcampo consolidado na Ciência geográfica, pelo valor e relevância dessa temática, que se caracteriza como interdisciplinar, pois transpõem as fronteiras da Geografia e se relaciona a outras ciências humanas, com ênfase para a Sociologia, a Antropologia e a História.

O entendimento do conceito de cultura é complexo, mas essencial para reconstituir um grupo social em todos os aspectos que orientam suas ações em relação ao meio natural e aos seus semelhantes. Para tanto, tem-se a cultura como a “chave” para entender a constante dinâmica social que se materializa no espaço, reconstruindo-o periodicamente, uma vez que a mesma demarca ciclos importantes para a humanidade.

Na atualidade, tem-se a cultura como um fator de diferenciação mediante a iminência da homogeneização imposta pelo processo de globalização. Diante das bases teóricas revisitadas, entende-se a cultura como um conjunto de aspectos materiais e imateriais, identificados através dos códigos culturais, que permeiam um determinado grupo social, que partilha as mesmas crenças e valores. A cultura emana desse grupo e não é simplesmente pré-existente ao mesmo, uma vez que,

se origina de hábitos comuns de uma comunidade, de forma inconsciente, ou seja, não se “fabrica” um sistema de codificação intencionalmente. A cultura pressupõe certo tempo de convivência mútua para que se originem e solidifiquem costumes em comum. Portanto, pode-se dizer que a cultura é “produto” de um grupo social e, resulta em diversas obras responsáveis pela materialidade dos seus códigos culturais no espaço.

O sistema simbólico que permeia uma comunidade étnica expressa o seu modo de vida “em partes”, ou seja, cada código cultural responde por um aspecto da cultura e se considerados em conjunto, esses códigos definem a cultura. Desse modo, decifrar esse sistema simbólico significa entender “como” se manifesta e se materializa a cultura, permitindo observar o que é mais importante no contexto sociocultural.

A partir da relevância de alguns códigos culturais se estabelece o processo de identificação de um povo, pois o que é mais significativo é cultuado e se exterioriza na materialidade, permitindo a visibilidade da cultura, ao mesmo tempo em que esboça sua identidade. Esse processo de identificação permite dizer “como a cultura é”, o que é análogo e o que é diferente, criando um sentimento de pertencimento ou de exclusão, no sentido de se identificar com determinadas crenças e valores.

A relação estabelecida entre código e identidade está implícita na existência do grupo cultural, como fatores que originam a sua “marca”, dotada de um poder descritivo, pois “falam” do seu modo de vida e da organização social mediada pelos aspectos imateriais mais significativos. No entanto, ressalta-se que a “marca” cultural não é permanente, pois a cultura como um produto do homem está sujeita as constantes transformações que ocorrem na história evolutiva das sociedades que compõem o Globo terrestre.

A dinâmica tempo-espaço-cultura é contínua e integra o cotidiano das sociedades, reconstruindo-os à medida que novas transformações se fazem necessárias para se adequar a realidade proposta. As mudanças ocorrem, num primeiro momento, nos aspectos imateriais, responsáveis pelos comandos mentais que guiam as atitudes e, posteriormente, se materializam no espaço. A aceitação da mudança é pré-existente a sua efetivação no contexto cultural, uma vez que, existem crenças seculares que envolvem estruturas complexas para se transformarem, já que estão arraigadas na cultura. Para que a mudança se efetive,

torna-se imprescindível a “necessidade”, isto é, a inovação surge mediante uma dificuldade, como instrumento eficaz de ajuste social.

Quando se retrata a cultura de um determinado grupo social deve-se ater a todo seu processo evolutivo, visto que, a atual configuração socioespacial tem explicação nas formas e funções pré-existentes e na dinâmica imposta pela relação sociedade-natureza no decorrer da história evolutiva de uma comunidade étnica.

A partir dessas afirmações podem-se realizar algumas conjecturas a respeito do gaúcho, como habitante do Rio Grande do Sul, considerando questões pertinentes ao processo migratório e sua influência na construção da cultura gaúcha, que acarretou profundas transformações no espaço geográfico do Estado, mediante a inserção de novos códigos culturais. Previamente, salienta-se que o gaúcho não foi avaliado mediante o tipo regional característico que se identifica pelo senso comum, como “grosso, ou seja, de modos rudes, de bota e bombacha, sorvendo chimarrão”. Procurou-se evitar o estereótipo, já que o “gaúcho típico” constitui apenas uma das facetas do gaúcho, a mais primitiva, que se manteve via códigos culturais mais tradicionais e, de certa forma, influenciou as outras porções do Estado, compostas pela inserção étnica diversificada, distinta daquela que originou o gaúcho em seu primeiro estágio evolutivo, na Campanha Gaúcha.

Para tanto, considerou-se a contribuição das etnias inseridas no território gaúcho, para estabelecer a regionalização que delineou as quatro regiões culturais do Rio Grande do Sul. Os recortes espaciais constituíram-se com base na origem étnica das unidades territoriais riograndenses, permitindo visualizar os fluxos migratórios internos e traçar o caminho realizado mediante a dispersão dos grupos culturais no espaço gaúcho. A conjuntura de fatores políticos e culturais responsáveis pela formação do povo gaúcho, configurou um mosaico etno-cultural no Estado, dotando-o de características singulares, que originaram as regiões e paisagens culturais gaúchas.

Nesse sentido, recortou-se o espaço gaúcho em quatro regiões culturais, tendo como fio condutor a principal etnia formadora dos municípios. Assim, os recortes espaciais originados apresentam um núcleo central, aglutinador de municípios e, outros pequenos núcleos, considerando-se a composição por mais de um município, paralelamente, geraram-se as ilhas culturais, que se caracterizam pela inserção em uma região com matriz cultural diferente da sua origem. Tal situação ocorre, principalmente, na região de colonização mista, que compreende várias ilhas

culturais, como as alemãs, as italianas e as polonesas. A dispersão cultural nessa porção do espaço riograndense deve-se a fatores históricos que condicionaram a colonização das Novas Colônias no norte gaúcho, através de migrações internas, bem mais do que pela inserção de novos imigrantes. Deve-se considerar também o incentivo à diversidade cultural em detrimento da homogeneidade experimentada nas regiões alemãs e italianas, além da região portuguesa, que se constituiu com significativa coesão sociocultural, baseada em códigos comuns a suas culturas formadoras.

A **região cultural 1** foi o primeiro recorte espacial estabelecido pelas etnias que se inseriram inicialmente no Rio Grande do Sul. Desse modo, têm-se os nativos, primeiros habitantes do Pampa, até os portugueses, espanhóis, africanos e açorianos, obedecendo a ordem cronológica e a relevância em termos culturais para a formação dessa região, bem como a contribuição para a cultura gaúcha.

Salienta-se que, a ocupação do sudoeste do território riograndense por portugueses permitiu a consolidação do Rio Grande do Sul como Unidade da Federação, muito próxima, do ponto de vista cultural, dos *hermanos*. A fronteira e as guerras pela posse da terra não impediram a influência mútua entre as culturas portuguesa e espanhola que, por sua vez, agregaram códigos culturais dos nativos que já habitavam o Pampa. A relação entre essas três culturas originou o gaúcho do Rio Grande do Sul. Esse apresenta um tipo físico característico, que se consolidou via costumes e tradições. Essas se solidificaram no decorrer do tempo em virtude da configuração das atividades realizadas no campo, uma vez que, existem versões do gaúcho no Uruguai e na Argentina, apresentando peculiaridades que os tornam distintos.

A atividade econômica baseada na pecuária bovina moldou o tipo regional, através da gênese de costumes que surgiram em função da disponibilidade de materiais, da miscigenação de tradições existentes e da funcionalidade dos códigos para o cotidiano da sociedade, seja rural ou urbana. Desse modo, o gaúcho típico que caracteriza a região cultural 1 apresenta traços particulares, oriundos dos povos que o formou e se distingue dos demais através da apropriação da gastronomia nativa, com o churrasco e a infusão de erva-mate e água quente que originou o chimarrão. Também adquire relevância o costume de fumar palheiro e a habilidade com o cavalo, herdada do nativo. Destacam-se, também, os códigos culturais imateriais representados pela fala com a formação de um vocabulário regional,

repleto de expressões típicas, oriundo das línguas portuguesa e espanhola, agregando termos nativos e africanos.

O uso do característico “tu”, de origem portuguesa e a ênfase na pronúncia do final das palavras, principalmente do “e”; a culinária, com o arroz de carreteiro, o churrasco e os populares doces de Pelotas, a arquitetura materializada através dos casarões em estilo colonial, identificando-se entre os códigos culturais materializados no espaço da região cultural 1. A religiosidade que se manifesta nas igrejas, capelas e santuários, expressa a fé católica, herdada dos portugueses e espanhóis, que convive com as casas de religião do Batuque africano, solidificando crenças de origens distintas, mas que se sobressaem no âmbito cultural que permeia essa região cultural. Não somente os afrodescendentes cultuam o Batuque, assim, como o catolicismo não se constitui na única forma de culto dos luso-gaúchos, pois a fé ultrapassou a barreira cultural que separa essas duas etnias, para compor uma unidade simbólica que identifica a região cultural 1.

Outro código que se sobressai é a vestimenta típica, que torna a bombacha uma peça de uso comum, e pode ser vista, em virtude da sua popularização, principalmente, nos pequenos municípios que tem sua economia centrada na atividade agropecuária. A mesma é utilizada como uma vestimenta comum exercem a mesma um função semelhante a da calça jeans, porém, com um estilo diferente. O uso do chapéu e do pala é freqüente entre os mais velhos e, torna-se comum em datas comemorativas que remetem a semana farroupilha e, também, como forma de proteção contra o frio.

A visibilidade da cultura ocorre mediante inúmeros códigos, mas deve-se ater a imaterialidade que se manifesta através das crenças e dos valores mais significativos para a região cultural 1. Esses valores e crenças referem-se a questões como respeito ao próximo, a família, o apego a terra, ou na linguagem regional, ao pago e ao tradicionalismo, além do nativismo, como formas de preservar a cultura gaúcha típica.

A música é um dos códigos culturais que expressa de forma mais significativa a identificação do gaúcho com as “coisas do pago”. As letras retratam o “Rio Grande”, enfatizando os aspectos físico-naturais e sociais no que se refere aos seus principais códigos culturais. Essa forma de expressividade cultural denota uma devoção, muitas vezes considerada como “idolatria” e, divide opiniões, visto que, as vezes é considerada por uma lado como bairrismo e, por outro, consiste em uma

forma de cultuar as tradições e expressar o sentimento de identificação pela sua terra e pela cultura, ou seja, desenvolve-se um sentimento topofílico.

Ao transpor o tempo, os habitantes da região cultural 1 consolidaram os laços estabelecidos com a figura do gaúcho típico, acarretando mudança nas concepções a respeito do trabalhador rural que se originou nas estâncias para a criação de gado, pois os seus costumes transpuseram a lacuna que separa a vida no campo e na cidade, tornando as tradições gaúchas um “modo de ser” que caracteriza um grupo social, independente do meio em que se vive. Demonstra, principalmente, a valorização dos costumes e tradições que tornam essa porção do espaço riograndense singular.

Neste contexto, pode-se dizer que o gaúcho reconhece as suas origens nessa região, onde se formou a matriz cultural que o originou, atrelada a tradições que se mantiveram ao longo do seu processo evolutivo socioespacial. A identidade cultural dessa porção do território riograndense, delineou-se em virtude da atividade campeira e dos códigos culturais que se desenvolveram mediante a fusão dos costumes das etnias que a compõem.

O segundo recorte espacial estabelecido configurou a **região cultural 2**, individualizada através da predominância da cultura alemã nos municípios que a compõem. Até 1824, data que marca o início da imigração alemã no Rio Grande do Sul predominava as etnias portuguesa, africana e açoriana, com a presença de nativos ao norte, pois à medida que o povoamento se expandia do sul e oeste em direção ao centro do Estado, as tribos nativas remanescentes recuavam no espaço riograndense na direção norte, praticamente desabitada.

As colônias alemãs foram implantadas, inicialmente, nas proximidades de Porto Alegre, ocupando as porções mais planas dos vales do Caí e Sinos, posteriormente, expandindo-se em direção ao centro do Estado, no vale do Rio Pardo e para a Serra Gaúcha. De maneira geral, os alemães concentraram-se em uma faixa que situa-se no centro-leste do Rio Grande do Sul, formando uma região contínua da ex-colônia de Santo Ângelo, atual Agudo até a ex-colônia do Mundo Novo, que abrange Taquara e seu entorno. Essa contigüidade espacial permitiu a formação de uma região cultural com características singulares, centradas nos códigos culturais trazidos pelos imigrantes alemães e, perpetuados pelos seus descendentes, abarcando algumas transformações que permitiram sua adaptação no Estado, tornando-a tipicamente teuto-gaúcha.

A distinção entre os códigos culturais estabeleceu as fronteiras que individualizaram a região cultural 2 em relação aos demais recortes espaciais e, ao observar sua localização, percebe-se que, o povoamento do território gaúcho seguiu uma lógica espacial, visto que, a inserção de contingentes populacionais ocorreu do sudoeste (estâncias e charqueadas), para o centro-leste (alemães), a porção do espaço mais próxima da região cultural 1. A colonização alemã estabeleceu a fronteira da atividade pecuarista e, do ponto de vista cultural, da manifestação étnica do grupo cultural que compôs a metade sul do Estado.

Posteriormente, a outra fase da imigração, colonizou a Serra Gaúcha, em áreas mais declivosas do Rebordo do Planalto da Bacia do Paraná, com os italianos, que balizaram os limites da região cultural 2 ao norte, pela presença e expressividade da cultura italiana. E, na etapa da imigração, formaram-se colônias no norte gaúcho, caracterizadas pela diversidade étnica, delineando os fluxos migratórios internos no Rio Grande do Sul, mais do que pela inserção de novos contingentes populacionais. Os alemães expandiram-se na direção norte, compondo, além das colônias mistas, juntamente, com italianos, poloneses e outras etnias que vieram em menor número, municípios com predominância étnica de germanos, constituindo ilhas culturais alemãs na região cultural 4 (mista), além de alguns núcleos no sul, na região cultural 1, nas proximidades de Pelotas.

A cultura, ao transpor o espaço, via migrações, procura reterritorializar os seus códigos no intuito de se reconhecer e ser reconhecida pelos demais grupos sociais, reconstruindo sua base espacial por meio de um processo de identificação em que procura se afirmar. Os alemães, ao se instalarem em território gaúcho, imprimiram as suas características norteadoras na paisagem, dotando-a de formas típicas, moldadas de acordo com suas crenças e valores. A região cultura 2 tem como marca a “germanidade”, ou seja, a materialização da simbologia que os teuto-gaúchos mantém como um legado, conservando e transformando as formas e funções para se adequar ao tempo, em um processo natural de evolução cultural.

A expressividade germânica está implícita nos códigos culturais, com destaque para a linguagem que se formou da mistura entre o português e o alemão, característico das antigas colônias, além do dialéto que continua sendo praticado, principalmente, no âmbito familiar, como uma forma de preservá-la, não permitindo que a mesma desapareça com o tempo, conservando a herança que se aprende antes mesmo do português. Vem dessa mistura lingüística o sotaque característico

falado na região cultural 2, oriundo da necessidade de se aprender duas línguas diferentes, primeiramente, para se comunicar em família e, depois, o português para se comunicar na sociedade de modo geral.

Além da linguagem, outros códigos como a música e as festividades já se tornaram conhecidas no Rio Grande do Sul, popularizando o vocabulário típico, com expressões como *fest*, *kerb* e *octoberfest*. As comemorações que remetem à origem da colonização germânica promovem a integração entre as distintas etnias que compõem o Estado, via atrativo turístico. Além do viés cultural e econômico, as festividades realizadas direcionam ao conhecimento e a difusão da diversidade étnica que formou o Estado, proporcionando a integração e a descoberta de novos horizontes, delineados por outras crenças e valores.

A terceira região cultural individualizada no Rio Grande do Sul tem os italianos como principal etnia formadora e, apresenta uma descontinuidade espacial, uma vez que, apresenta dois recortes espaciais distintos, separados no espaço pela região cultural 2, de predominância alemã. O maior número de municípios que compõe esta região situa-se na Serra Gaúcha, na porção nordeste do território gaúcho, com a paisagem marcada por vales e montanhas. O outro recorte espacial que compõe a região cultural 3 situa-se nas proximidades de Santa Maria, no centro do Estado, denominada de Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Assim como ocorreu no processo migratório alemão, os italianos, ao se inserirem nas terras gaúchas se dispersaram pelo território, formando alguns núcleos populacionais distantes da região cultural 3, originando as ilhas culturais italianas, que se inserem nas regiões culturais 1 e 4. Essa descontinuidade espacial não impediu a expressividade dos ítalo-gaúchos, visto que, na Serra Gaúcha, na Quarta Colônia ou em ilhas culturais como Jaguari e Nova Esperança do Sul os seus códigos culturais se materializam e identificam a “italianidade” dos seus habitantes.

A simbologia que caracteriza o descendente de italiano em solo riograndense permite salientar alguns códigos importantes na consolidação do seu processo de identificação cultural. Pelo senso comum, a uva está implícita na região cultural italiana, fato que se afirma através da expressiva produção de uvas voltadas a vitivinicultura na região cultural 3, mais especificamente, na Serra Gaúcha, onde já é tradicional e no município de Jaguari, que tem investido nesse segmento econômico, procurando viabilizar o seu desenvolvimento via tradição.

Considerado um povo alegre e festivo, o ítalo-gaúcho também tem nas festividades um código importante no que se refere a expressividade cultural. De modo geral, o descendente de italiano “comemora de tudo um pouco”, sejam festas ligadas a imigração, ao município, aos santos ou mesmo a outros códigos culturais que o identificam, como a gastronomia, com o queijo, o vinho e a polenta. As comemorações típicas italianas caracterizam-se pela mesa farta, com produtos característicos da sua culinária, como a cuca, o risoto, sopa de agnoline, salame, queijo, copa, dentre outros produtos que tem o “selo” colonial, muito valorizado atualmente.

Enquanto o alemão é considerado mais comedido nos seus gestos, o italiano popularizou-se pela expansividade dos seus gestos, com linguagem própria, caracterizada pelo tom elevado da voz, principalmente, quando se reúne a família, pois “todos falam ao mesmo tempo”. As palavras têm a pronúncia marcada no final da frase, como se a prolongassem como sinal de interjeição, no qual se utiliza constantemente expressões de cunho religioso, como “*sacramento*” e “*Madonna mia*”.

Além de inúmeras características atreladas aos seus códigos culturais, os italianos incluíram um novo “modo de vida” no Rio Grande do Sul, adequando-se as características do espaço regional na qual estavam inseridos, contribuindo para a formação da sociedade gaúcha e da cultura regional como um todo. Os ítalo-gaúchos compõem uma das porções mais singulares do espaço riograndense, pela expressividade da sua cultura e pelos processos de identificação em nível regional e nacional, que popularizaram esse “pedacinho da Itália no extremo sul do Brasil”.

O quarto recorte espacial com ênfase cultural estabelecido no Rio Grande do Sul constituiu a **região cultural 4**, caracterizada pela inserção de etnias diversas, principalmente, alemães, italianos, poloneses e japoneses, dentre outros grupos minoritários que também integram algumas unidades territoriais do Estado gaúcho.

Embora o primeiro recorte espacial individualizado no Estado tenha como matriz cultural quatro etnias básicas, do nativo ao açoriano, há certa homogeneidade nas formas e costumes, pois o sistema de codificação que identifica essa região cultural englobou os aspectos mais significativos de cada grupo social para originar o gaúcho típico. Por conseguinte, a região cultural 4, também caracteriza-se pela diversidade étnica, oriunda da implantação de colônias mistas, denominadas de Novas Colônias. Contudo, a individualização de pequenos núcleos culturais coesos,

que se formaram em virtude da origem étnica, possibilitou a preservação dos códigos culturais de cada grupo social, tornando esse recorte espacial um verdadeiro mosaico étno-cultural.

De maneira geral, a região cultural 4 compõem-se através da combinação entre as suas principais etnias formadoras, que se organizam em uma mesma unidade territorial, porém, em alguns municípios há o predomínio de uma cultura específica, originando ilhas culturais de origem alemã, italiana e polonesa. Tal configuração do espaço denota os fluxos migratórios internos ocorridos no Rio Grande do Sul no decorrer do processo migratório, onde os descendentes de imigrantes alemães e italianos das Velhas Colônias rumaram para o norte em busca de terras, formando novos núcleos coloniais majoritários no que se refere a sua cultura de origem. Desse modo, possibilitou a individualização de recortes espaciais com certa homogeneidade étnica, embora também sejam compostos por outras etnias, em menor proporção no total da sua população.

Salienta-se dentre as ilhas culturais que se formaram na região cultural 4, a presença significativa de poloneses, como grupo majoritário na composição cultural desse recorte espacial gaúcho. Além das ilhas culturais, os poloneses compõem vários municípios, onde não formam a maioria étnica, mas “marcam” sua presença através da manutenção e materialização dos seus códigos culturais.

O sistema simbólico que permeia a região cultural 4, essencialmente mista, revela a diversidade de códigos culturais na formação da paisagem, compondo uma unidade na diversidade, pois ao mesmo tempo em que se mantém na unidade cultural dos grupos étnicos que se formaram pela descendência, formam uma diversidade considerando-se o contexto regional.

Embora tenha sua gênese em grupos culturais diversificados, esse recorte espacial gaúcho mantém algumas particularidades intrínsecas ao processo colonizador que o originou, principalmente, nas atividades econômicas, onde o incentivo governamental influenciou significativamente para a configuração do espaço produtivo dessa porção do território riograndense, assentado em produtos como a soja e o trigo, juntamente com a pecuária bovina e a avicultura.

A configuração econômica do espaço está atrelada a questão cultural, pois, respeita as preferências e habilidades que acompanham os grupos étnicos, uma vez que, as colônias, de maneira geral, caracterizam-se pela atividade agrícola diversificada e pelo desenvolvimento de uma pecuária bovina de leite, suína e

avícola. Nas áreas fronteiriças, onde o contato com as regiões culturais 1, 2 e 3 é mais significativo ocorre uma espécie de transição, caracterizada pela interrelação entre as atividades econômicas e, também, culturais.

A diversidade que caracteriza o norte do Rio Grande do Sul molda paisagens distintas, repletas de significados particulares expressos através do sistema de codificação que orienta cada grupo étnico, ao mesmo tempo em que integra e divulga suas culturas, principalmente, ao se considerar as festividades, a música, as danças típicas e a gastronomia. Esses códigos culturais têm se salientado atualmente, em virtude da valorização da “marca” colonial, que serve como atrativo turístico e, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico, serve como difusor cultural, tornando a simbologia cultural popular.

Neste contexto, a divisão do Rio Grande do Sul em quatro regiões culturais, de acordo com as principais culturas formadoras, teve como foco central a composição étnica, a expressividade cultural, a materialidade na paisagem e a contribuição para a formação da cultura gaúcha.

A composição étnica deve-se a estruturação da ocupação inicial do Estado pelas principais etnias que se instalaram nas terras sulinas, em virtude da atividade pecuarista, assentada nas estâncias e charqueadas e, a posterior inserção de grupos étnicos oriundos da Europa, mas não portugueses. A localização das regiões culturais deve-se as políticas de incentivo a ocupação do território riograndense, inicialmente, nas áreas fronteiriças, com os portugueses e, posteriormente, no centro e nordeste, com alemães e italianos e, por fim, no norte, com culturas diversificadas.

Assinala-se que a Serra Gaúcha não tem sua origem italiana por escolha dos imigrantes que se instalaram no território gaúcho. Essa porção do espaço lhes foi destinada e, coube a cada etnia desenvolver seus núcleos coloniais iniciais e, moldar a paisagem de acordo com suas preferências, expressas pelas crenças e valores que guiam suas ações.

A expressividade observada nas regiões que compõem o Rio Grande do Sul, mediante o critério cultural, deve-se a necessidade de manutenção do sistema de codificação, que serve como um fator de coesão social, pois partilhar as mesmas práticas significa estabelecer vínculos de união social, mediados pela herança simbólica que une um determinado grupo social. Os códigos mais significativos se materializam no espaço e servem como “monumentos” a cultura, uma vez que, possibilitam sua identificação via formas típicas. Desse modo, as regiões culturais,

de uma forma geral, apresentam paisagens dotadas de significados particulares a cada cultura, que denotam sua origem étnica. Destaca-se que, decifrar esses significados permite entender o sistema simbólico intrínseco a cada grupo social que partilha uma cultura em comum.

Por conseguinte, pode-se dizer que a simbologia das culturas que compõem o Rio Grande do Sul agregaram “valor” ao gaúcho ao longo do seu processo evolutivo sociocultural, pois, não se trata de uma “figura” histórica congelada no tempo, que se originou na Campanha Gaúcha mediada somente pela lida campeira, tendo como principal ícone as lutas pela defesa do território e das causas justas. A Revolução Farroupilha constitui-se em um marco histórico para o gaúcho, dotando-o da característica guerreira e repleto de virtude, como honra e bravura. Mas, após 1835 já decorreram quase dois séculos em que a história do Rio Grande do Sul foi reescrita por diversos povos que vieram compor não somente o território, mas também, a cultura gaúcha. Ao mesmo tempo em que preservam as características atreladas a sua origem, os grupos culturais gaúchos, se reconhecem como tais, preservando as tradições atreladas ao tipo regional que se formou no extremo sul do Brasil.

Pode-se dizer que, em cada região cultural do Estado há uma forma de “ser gaúcho”, que expressa o nativismo de acordo com a sua concepção, mediada por valores e crenças particulares, que guardam alguma homogeneidade em relação a questão cultural gaúcha, pois partilham códigos comuns. A relação que se estabelece entre o gaúcho, considerado o “todo” e os diversos grupos culturais que mantém suas peculiaridades permite afirmar que o Rio Grande do Sul compõem um mosaico étno-cultural, formado pela inserção de várias etnias que contribuíram de forma significativa para a sua configuração sociocultural e econômica, individualizando regiões específicas repletas de particularidades, mas que guardam certa homogeneidade no que se refere a questão cultural que envolve o gaúcho.

Diante dessas reflexões e conjecturas a respeito da questão cultural que permeia o Rio Grande do Sul, faz-se uma indagação. *Mas, afinal, quem é o gaúcho?* De maneira geral, principalmente, se considerando o sendo comum, o gaúcho é uma figura regional, que se identifica mediante alguns traços característicos, que permitem traçar um perfil, muitas vezes demonstrado através de um estereótipo, que o veste com trajes típicos, fala “grosseira”, vocabulário regional com termos como *bah* e *tché*, além do tradicional chimarrão. Essa é uma visão geral, sobretudo,

vinculada a mídia, que procura traçar caricaturas que identifiquem traços regionais marcantes, como o mineiro *uai* ou *trem “bão”*, ou mesmo o nordestino, com o popular *ó xente, so*. Constitui-se, também, em uma concepção para quem não conhece o Rio Grande do Sul e a diversidade que o compõe, pois retrata-se o gaúcho via características que se popularizaram e o identificam em nível nacional.

Entretanto, com base no conhecimento empírico e teórico, adquiridos no decorrer dessa pesquisa, faz-se algumas considerações a respeito do gaúcho, como o tipo regional do Rio Grande do Sul, um ícone que representa a cultura gaúcha. As representações simbólicas que caracterizam a cultura gaúcha de forma geral e que são representadas em CTGs e, principalmente, na Semana Farroupilha, são, na verdade, costumes que estão arraigados nas diversas porções do Estado, ou seja, os hábitos típicos considerados como originalmente gaúchos, são cultuados, cotidianamente, em todas as regiões culturais do Rio Grande do Sul.

No momento em que se partilha e cultiva as mesmas tradições, ocorre um processo de identificação com a cultura, tornando-se parte integrante da mesma, pois ao mesmo tempo em que influencia é influenciado pela imaterialidade que a compõe. No entanto, como podem duas concepções culturais coexistir em um mesmo grupo social, ou seja, como ser “alemão” e gaúcho ao mesmo tempo, ou “italiano” e gaúcho e, assim por diante?

O processo de identificação que associa as etnias formadoras do Rio Grande do Sul ao gaúcho deve-se ao fato que, as mesmas também se constituem em partes integrantes da cultura gaúcha, pois os códigos culturais que identificam o tipo regional foram construídos ao longo do tempo e, não estavam simplesmente, prontos quando teve início o processo migratório no Estado. Pelo contrário, havia uma predominância portuguesa e africana, em número, mas somente, na porção sul e oeste, acompanhando a área de fronteira com os espanhóis, obtendo, inclusive, influência desses últimos, além dos nativos e açorianos. Desse modo, há que se considerar a influência alemã, italiana, polonesa e japonesa no sistema de codificação cultural do gaúcho, tornado-os parte integrante da cultura gaúcha, devido a expressividade da sua contribuição.

Portanto, o gaúcho é o habitante do Rio Grande do Sul, que cultua traços característicos e, através desses, demonstra as particularidades intrínsecas ao contexto regional, observadas via inserção de códigos culturais diferenciados de acordo com a etnia de origem. No entanto, considera-se que, no contexto geral,

forma o povo gaúcho. Esse se reconhece e se identifica mediante simbologias comuns, materializadas via costumes e tradições que originam formas e hábitos particulares, que remetem a um modo de vida singular se comparados a outras porções do País.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

AZAMBUJA, L. B. Língua alemã: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul. In: BRASIL ALEMANHA. Disponível em: <<http://www.brasilalemanha.com.br>>. Acesso em 17 jun. 2007.

BERNARDES, N. **Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

BEZZI, M. L. **Região**: uma (re) visão historiográfica - da gênese aos novos paradigmas. 1997. 377 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1996.

_____. As distintas abordagens sobre o conceito de região. **Área de conhecimento Geografia**, n. 4, p. 52-55, 2001.

_____. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, v. 27, n. 1, p. 5-19, 2002.

_____. et al. **RS**: uma proposta de regionalização considerando os aspectos geoeconômicos. Relatório técnico. (PROADE 2/FAPERGS). Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

_____; MARAFON, G. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Naturais e Exatas. **Manual didático sobre a evolução do pensamento geográfico**. Santa Maria, [1992]. 232 p.

BRASILALEMANHA. **Festas**. Disponível em: <<http://www.brasilalemanha.com.br>>. Acesso em 17 jun. 2007.

BRAZ, E. M. **Manifesto gaúcho**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

BRUM NETO, H. **O processo de ocupação étnico - cultural e sua influência na organização do espaço geográfico da Microrregião Geográfica de Restinga Seca-RS**. 2004. 93 f. Trabalho de Graduação (Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

BRUM, M. Quilombolas são redescobertos no interior. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 maio 2005. Caderno Geral, p. 36.

CALLEGARI, A. B. C. A educação dos imigrantes italianos. Disponível em: <http://www.salvador.edu.ar/publicaciones/ideas/ii/06.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2007.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CEZIMBRA, E. In: Rituais da nação Ijexá no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.xangosol.com.br>>. Acesso em: 22 jan. 2007.

COHEN, R. **Página do gaúcho**. Disponível em: <http://www.paginadogaicho.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2007.

COHEN, R. A imigração judaica no Rio Grande do Sul. In: LANDO, A. M. (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 67 – 90.

CONFRARIA DO VINHO. **Segredos do Vinho**. Disponível em: http://www.confrariadovinho_bg.com.br >. Acesso em: 15 jun. 2007.

CORRÊA, R. L. **Região**: A tradição geográfica. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995.

_____. A contribuição francesa a abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 147-166.

_____ ; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: introdução à temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 9-18.

COSGROVE, D. E. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998, p. 92-123.

COSTA, R. Do religioso ao social: as igrejas nas colônias italianas. Disponível em

CUNHA, J. L. da. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul**: história, língua, educação. CUNHA; J. L.; GÄRTNER, A. (Org.). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

DENIS, P. A colonização do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**, n. 99, p. 235-242, 1941.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. 2.ed. Bauru: Ed. da USC, 2002.

EIZIRIK, M. **Aspectos da vida judaica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana; Caxias do Sul: Ed. UCS, 1984.

ESTÂNCIAS e fazendas. [**Documentário disponibilizado em junho de 2005, RBS TV**]. 2005.

FUNDAÇÃO DE AMPARO AOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Municípios**. Disponível em: < [http:// www. famurs.com.br/ municípios](http://www.famurs.com.br/municípios)>. Acesso em: 02-20 out. 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul- Censos do RS: 1803 – 1950. Porto Alegre: Ed. FEE, 1981.

FESTA DA UVA. **Trajes típicos**. Disponível em: < [http:// www.festadauva.com.br](http://www.festadauva.com.br) >. Acesso em: 15 jun. 2007.

FIALCOFF, D. **Brasil 500**. Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

FORTES, A. B. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FURUYA et al. Artes. Disponível em: <<http://www.expoente.com.br/professores>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

GARDELIN, M. **Os 125 anos da epopéia italiana no Estado**. Caxias do Sul: Ed. da UCS, 2002.

GAUDIOSO, T. K. **Imigração japonesa no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/imigracaojaponesa/default.php>>. Acesso em: 22 jun. 2007.

GEOCITIES. Açorianos. Disponível em: <http://www.geocities.com/açorianos>. Acesso em: 23 jul. 2007.

GIARETTA, L.; ANTONELLO, I. T. A categoria paisagem na construção histórica do pensamento geográfico. In: ASARI, A. Y.; ANTONELLO, I. T.; TSUKAMOTO, R. Y. (Org.). **Múltiplas Geografias: ensino, pesquisa, reflexão**. Londrina: AGB/LONDRINA, 2004. p. 121-138,

GIRON, L. S. A imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes. In: LANDO, A. M. (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 47-65.

GOBBATO, C. **O colono italiano e sua contribuição ao desenvolvimento da indústria riograndense**. Mário Gardelin (Trad.) Caxias do Sul: Ed. da UCS, 2002.

GRAEFF JR., Diferença nos detalhes. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 jan. 2006. p. 14. p. 6-7.

GRITTI, R. I. **A imigração judaica no Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

GRITTI, I. R. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul – a emergência do preconceito**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

HAESBAERT, R. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE TEEN**
Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

KIMURA, H. Cinquentenário da imigração japonesa no Rio Grande do Sul: reconhecimento da contribuição para o Estado. In: < <http://www.portoalegre.rs.gov.br/imigracaojaponesa/default.php> >. Acesso em: 22 jun. 2007.

LANDO, M. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: **RS: imigração e colonização**. LANDO et al (Org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

_____; BARROS, E. C. Capitalismo e colonização - os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, A. M. (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 9-33.

LAZZAROTO, D. **Cultura polonesa em Ijuí**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1987.

LAYTANO, D. **Folclore do Rio Grande do Sul**: levantamento dos costumes e traduções. Caxias do Sul: Ed. Da UCS; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Martins Livreiro, 1984.

MAESTRI FILHO, M. **O escravo gaúcho**: resistência e trabalho. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

_____. **A servidão negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MALLMANN, F. Quarta colônia de imigração italiana (alemã, portuguesa, africana). **Diário de Santa Maria**, 30-31 ago. 2003. Caderno Especial, p. 15-19.

MAIA, D. S. A Geografia dos costumes e das tradições. **Terra Livre**, n. 16, p. 71-98, 2001.

MARQUES, L. A. B. et al. **Rio Grande do Sul: aspectos do Folclore**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

MARQUES, M. O. **Ijuí (RS): uma cultura diversificada**. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 2002.

MICHAELIS. **Novo dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MONTI, V. A. M. **O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul - 1884**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MOSSI, J. de. Disponível em: < [http:// guiabento.com.br](http://guiabento.com.br)>. Acesso em: 18 ago. 2007.

NADAL, F. Los nacionalismos y la Geografía. Barcelona, n. 86, marzo 1990. Disponível em [http:// www.ub.es/geocritica/menur](http://www.ub.es/geocritica/menur)>. Acesso em: 17 out. 2005.

MULHALL, M. G. **O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs. Tradução: Euclides Santos Moreira**. Porto Alegre: Bels, 1974.

OLIVEN, R. G. **A parte e o todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PESAVENTO, J. S. O imigrante na política riograndense. **RS: imigração e colonização**. DACANAL, J.; GONZAGA, S. (Org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PÁGINA DO GAÚCHO. Disponível em < <http://www.paginadogaicho.com.br>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

PORTAL ITÁLIA. Disponível em < <http://www.portalitalia.com.br>>. Acesso em: 23 jul. 2008.

PORTO, L. **Origens do chimarrão**. In: Página do gaúcho. Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2007.

RACOSKI, P. R. S. **O silêncio discursivo na imigração polonesa no Rio Grande do Sul**. 2006. 46f. Trabalho de Graduação (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**: ensaio de monografia natural. 3. ed. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2000.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 11-251.

RODRIGUES, A. L. **O latifúndio no Rio Grande do Sul**: velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na Microrregião Geográfica da Campanha Central. 2006. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

ROXO, S. P.; SILVA, F. Á. da. **A imigração alemã**. Disponível em: < [http:// www. geocities.com.br/ athens/agora](http://www.geocities.com.br/athens/agora)>. Acesso em: 02 fev. 2007.

SANTOS, M. M. dos. **Judeus**: as transformações geográficas e culturais no espaço santamariense. 2006. 66f. Trabalho de Graduação (Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo Hucitec, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo – Razão e Emoção. São Paulo: Ed. da USP, 2002.

SANTOS, E. dos. **O olhar de Florianópolis**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998, p. 12-74.

_____. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 19-27.

SCLIAR, M. Leituras cruzadas: o ingrediente judaico. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 fev. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em 05 fev. 2007.

_____. Gauchismo e chimarrão. Culinária. In: PÁGINA do gaúcho. Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2007.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE. Cultura e trabalho: história sobre o negro no Brasil. 1997.

SEYFERTH, G. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Boletim Informativo e bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 25, p. 3-55, 1988.

SIEKIERSKI, M. **Povoado de Santana conta sua história**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1987.

SILVA, S. A. da. **Lugar, paisagem e território no ensino de Geografia**. Fortaleza: Premius, 2003. p. 46-52.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SORRE, M. **Migrações e mobilidade do ecúmeno**. Tradução: Januário Francisco Megale (Org.). São Paulo: Ática, 1984. p. 124 -139.

STAWINSKI, A. V. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. Porto Alegre: EST, 1999.

THOMAS, C. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 19, p. 17-23, 1976.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

URBIN, C. **Os farrapos**. Porto Alegre: Zero Hora, 2001.

A FESTA é polonesa. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 mar. 2001. Caderno Gastronomia, p. 6-7.

ZAP LETRAS. **Mérica**. Disponível em: <http://www.zapletras.com>>. Acesso em: 23 jun. 2007.

WANDSCHEER, R. **Conhecendo melhor a língua alemã**. Disponível em: <<http://www.deutsch-wellw.d/dw/article>>. Acesso em: 22 jun. 2005.

WAGNER, R. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-62.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <<http://www.wikipedia.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ANEXO A

**Questionário direcionado aos Centros de Pesquisa Culturais e as Secretarias
de Cultura Municipais**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIENCIAS NATURAIS E EXATAS
DEPARTAMENTODE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roteiro para entrevista

1- Município:.....

2- Órgão:

3- Data de Fundação:

4- Objetivos:

5- Qual a nacionalidade e a localidade de origem dos imigrantes fundadores do município? Quando ocorreu a colonização?

6-Quantos imigrantes vieram inicialmente para o município? Qual a origem (internas das colônias velhas ou externa-processo migratório Europa-Brasil)?

7- Quais as principais funções exercidas em seus países de origem? Mantiveram as mesmas funções no Rio Grande do Sul?

8- Quais as principais atividades econômicas e produtos cultivados nos lotes coloniais inicialmente? Como era a comercialização? (troca ou venda). Ocorria na própria colônia ou em outras localidades (onde)?

9-Como ocorreu a expansão da Colônia inicialmente (a partir do núcleo inicial)? Originou algum outro município?

10-Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes nos primeiros anos de instalação da Colônia? (língua, integração, desenvolvimento dos lotes, dentre outros).

11-Houve casos de desistência e retorno para o país de origem por parte de alguma família?

12-Atualmente a maioria população:

()descende dos imigrantes fundadores do município

()é composta por outras etnias

()não é possível identificar a origem étnica atual

13-De que forma os descendentes procuram manter e valorizar as suas tradições culturais?

Há participação de algum órgão (público ou privado) neste processo?

14-Há uma identidade cultural proporcionada pelo grupo étnico original? A sociedade se reconhece nesta identidade e procura manter vínculos? Em caso afirmativo, como?

15- O processo de adaptação sócio-espacial acarreta algumas transformações, principalmente no que se refere aos hábitos cotidianos e ao uso de determinados materiais. Neste sentido, quais as principais transformações ocorridas na cultura original no que se refere aos seus códigos culturais?

16-Qual a principal contribuição do grupo social para a organização do espaço local? A cultura se materializa e é visível no espaço? De que forma?

17-O grupo social teve influência de outro(s) grupos devido à proximidade e a convivência? (códigos culturais). Como?

18- A permanência do grupo social no Rio Grande do Sul demonstra a adaptação deste a nova realidade que se propôs. Diante disso, como seus componentes vêem a cultura gaúcha?

19-O grupo social se reconhece a partir da identidade cultural:

() vinculada a sua origem étnica

() gaúcha

() ambas

Por quê?

20-O grupo étnico considera ter contribuído para a construção da cultura gaúcha? Como? Quais os códigos culturais envolvidos neste processo?

21-Há manifestações da cultura gaúcha no município? Onde ocorrem? (somente em CTG's ou em outros locais).

22-O Rio Grande do Sul foi construído a partir de um longo processo de ocupação, inicialmente com os nativos, portugueses e espanhóis e, posteriormente, com os imigrantes, formando um grande mosaico étno-cultural que originou o território gaúcho. Como você interpreta a construção da cultura gaúcha a partir desta afirmação?

23-Como a etnia local se insere no contexto regional? (procura se integrar ou se mantém a parte, procurando preservar a cultura de origem evitando a integração ou há uma integração regional com grupos étnicos distintos).

24-Tendo como base a cultura local os códigos culturais que a identificam se referem a:

- ❖ **COMUNICAÇÃO** (oral e escrita, principais características, sotaque, obras literárias, etc)

- ❖ **GASTRONOMIA** (pratos típicos, principais produtos)

- ❖ **VESTUÁRIO TÍPICO** (como é composto, masculino e o feminino)

- ❖ **MÚSICA** (instrumentos utilizados, em geral retrata...)

- ❖ **CASA** (estilo original e atual)

- ❖ **RELIGIÃO**

- ❖ **FESTIVIDADES TÍPICAS** (objetivo e data, qual o ritual exibido)

- ❖ **VALORES** (regras morais, tabus, autoridade, leis, responsabilidade, respeito, crenças e normas éticas)

- ❖ **IDEOLOGIAS** (construções laicas e racionais que dá sentido a história e garante a ordem social)

- ❖ **CONVENÇÕES** (família, sociedade)

ANEXO B

Questionário direcionado ao Movimento Tradicionalista Gaúcho- MTG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIENCIAS NATURAIS E EXATAS
DEPARTAMENTODE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roteiro para entrevista ao Movimento Tradicionalista Gaúcho-MTG

- 1- Qual a origem do termo “gaúcho”?
- 2- Como ocorreu sua inserção no Rio Grande do Sul? Quando?
- 3- Qual a contribuição do português, do espanhol e do nativo na construção do gaúcho típico?
- 3- Quais os códigos culturais que identificavam o gaúcho inicialmente?
- 4- Qual a contribuição de cada etnia que veio compor o Rio Grande do Sul, ao longo do seu processo evolutivo histórico-espacial, para a construção da cultura gaúcha?
- 5- A cultura gaúcha como um todo, evoluiu juntamente com a formação e a construção do território rio-grandense a partir de uma dinâmica socioeconômica e espacial, acarretando algumas transformações que vão desde os aspectos materiais (vestuário, gastronomia, etc) até os aspectos imateriais (crenças e valores) que em conjunto garantem sua materialização no espaço, bem como sua manutenção no tempo histórico. Desse modo, quais são as principais transformações ocorridas na cultura gaúcha ao longo do processo evolutivo do Rio Grande do Sul.
- 6- Diante dos “modismos” que envolvem alguns aspectos da cultura gaúcha, como o “tchê” music e o uso da bombacha feminina, o MTG posicionou-se de forma contrária a esta “popularização” cultural? Tais manifestações populares podem ser consideradas como transgressões a legislação do MTG, que através de leis reconhece códigos específicos para a cultura gaúcha? Por quê?

7- Atualmente, como se pode definir o GAÚCHO?

24-Tendo como base a **cultura gaúcha**, quais os **códigos culturais** que a identificam no que se refere a:

- ❖ **COMUNICAÇÃO** (oral e escrita, principais características, sotaque, gírias, vícios de linguagem, obras literárias, etc)
- ❖
- ❖ **GASTRONOMIA** (pratos típicos, principais produtos)
- ❖ **VESTUÁRIO TÍPICO** (como é composto, masculino e o feminino)
- ❖ **MÚSICA** (instrumentos utilizados, em geral retrata...)
- ❖ **CASA** (estilo original e atual)
- ❖ **RELIGIÃO**
- ❖ **FESTIVIDADES TÍPICAS** (objetivo e data, qual o ritual exibido)
- ❖ **VALORES** (regras morais, tabus, autoridade, leis, responsabilidade, respeito, crenças e normas éticas)

❖ **IDEOLOGIAS** (construções laicas e racionais que dá sentido a história e garante a ordem social)

❖ **CONVENÇÕES** (família, sociedade)

ANEXO C

Reportagem do jornal Zero Hora: um mundo de sotaques que cabe no Rio Grande

ANEXO D

**Arquivo Histórico Fotográfico das regiões culturais do Rio Grande do Sul; as
distintas paisagens culturais**

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)